

SEMINÁRIO ADVENTISTA LATINO-AMERICANO DE TEOLOGIA
CAMPUS ENGENHEIRO COELHO – SÃO PAULO
MESTRADO EM TEOLOGIA

DÍZIMO E OFERTA
ESTUDO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SALVAÇÃO

DARIO LEANDRO COSTA

ENGENHEIRO COELHO – SP

2014

DARIO LEANDRO COSTA

DÍZIMO E OFERTA
ESTUDO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SALVAÇÃO

Projeto de Pesquisa apresentado em cumprimento
parcial dos requisitos para o programa de
Mestrado em Teologia
Orientador: Jean Zukowski, PhD.

ENGENHEIRO COELHO – SP

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

DÍZIMO E OFERTA
ESTUDO SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA PARA A SALVAÇÃO

Projeto de Pesquisa apresentado em cumprimento
parcial dos requisitos para o programa de
Mestrado em Teologia

por

DARIO LEANDRO COSTA

COMISSÃO DE APROVAÇÃO:

Renato Stencel, D.Ed.
Professor de Dissertação I

Ozeas Caldas Moura, Th.D.
Diretor do Programa de Pós-Graduação

Dr. Jean Carlos Zukowski, Ph.D.
Orientador

Data de Aprovação

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas inúmeras bênçãos concedidas, sendo uma delas a oportunidade de realizar este mestrado e produzir este material;

À minha esposa Elizete e aos meus dois filhos amados, Daniel e Ester, que além de apoio e fonte de motivação, colaboraram também com paciência e doação de tempo. Sem eles, os dias não teriam o mesmo brilho.

Ao meu orientador, Dr. Jean Zukowski, a quem devo não somente o auxílio no preparo deste trabalho, como também a orientação a respeito de uma cosmovisão realmente bíblica;

Ao Dr. Roberto Pereyra, diretor de pós-graduação do seminário, que sempre tão prontamente nos atendeu e acreditou nesse projeto, dando seu aval para que ele pudesse se concretizar;

Aos demais professores que ministraram as aulas neste curso e que tanto contribuíram para minha formação acadêmica;

Aos demais familiares, amigos e irmãos pelo apoio, conselhos e orações.

RESUMO

O dízimo e a oferta são temas polêmicos na atualidade, especialmente por causa da teologia da prosperidade, que acabou por descaracterizar diante do público o conceito bíblico sobre o tema. Para esclarecer isso, somente um estudo pelas escrituras em busca do real significado desse sistema de contribuição. Essa é a proposta deste trabalho, que analisou uma grande quantidade de textos bíblicos sobre o tema, além dos escritos de Ellen G. White e suas considerações sobre o assunto. Interessante é que, diferente do que muitos possam pensar, o maior beneficiário pelo exercício da fidelidade na observância destes princípios não são as pessoas atingidas com os recursos provenientes dessa fonte, mas sim o doador. Este ao participar do sistema colabora com o combate de seu próprio egoísmo, desta forma tomando parte do processo de santificação e conseqüente preparo para o desfrute de uma vida eterna.

Palavras-chave: Dízimo; Oferta; Sistema; Egoísmo.

ABSTRACT

The tithes and offering are controversial issues today, especially because of prosperity theology, which ended before the public by mischaracterizing the biblical concept on the subject. To clarify this, only one study the scriptures in search of the real significance of this contribution system. This is proposed in this work, which analyzed a large amount of biblical texts on the subject, besides the writings of Ellen G. White and her remarks on the subject. Interestingly, unlike what many may think, the biggest beneficiary of the exercise faithfulness in the observance of these principles are not people affected with the funds from this source, but the giver. This part of the system contributes to the fight of his own egoism, thus taking part of the sanctification process and subsequent preparation for the enjoyment of eternal life.

Key words: Tithe; Offering; System; Egoism.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1 Síntese da Bibliografia Fundamental	11
1.2 Problemática da Pesquisa	12
1.3 Objetivo	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos	13
1.4 Justificativa	13
1.5 Metodologia	14
2. Dízimo e Oferta no Antigo Testamento	15
2.1 Dízimo no Antigo Testamento	16
2.1.1 O dízimo em Gênesis	17
2.1.2 O dízimo em Levítico	20
2.1.3 O dízimo em Números	22
2.1.4 O dízimo em Deuteronômio	25
2.1.5 O dízimo em II Crônicas	31
2.1.6 O dízimo em Neemias	33
2.1.7 O dízimo em Ezequiel	35
2.1.8 O dízimo em Amós	36
2.1.9 O dízimo em Malaquias	38
2.1.10 Conclusão Parcial	42
2.2 Oferta no Antigo Testamento	44
2.2.1 Oferta em Êxodo	46
2.2.2 Oferta em Levítico	49
2.2.3 Oferta em Números	54
2.2.4 Oferta em Deuteronômio	59
2.2.5 Oferta em II Crônicas	61
2.2.6 Oferta em Esdras	63
2.2.7 Oferta em Neemias	64
2.2.8 Oferta em Ezequiel	65
2.2.9 Oferta em Malaquias	67
2.2.10 Conclusão Parcial	72

3.	Dízimo e oferta no Novo Testamento	73
3.1	Dízimo no Novo Testamento	76
3.1.1	Dízimo em Mateus	78
3.1.2	Dízimo em Lucas	82
3.1.3	Dízimo em Hebreus	85
3.1.4	Conclusão Parcial	86
3.2	Oferta no Novo Testamento	87
3.2.1	Oferta em Mateus	92
3.2.2	Oferta em Marcos	95
3.2.3	Oferta em Lucas	96
3.2.4	Oferta em Hebreus	97
3.2.5	Conclusão Parcial	99
4.	Dízimo e Oferta nos escritos de Ellen G. White	100
4.1	Ellen White e o dízimo e a oferta no Antigo Testamento	102
4.1.1	Ellen White e o dízimo em Gênesis	104
4.1.2	Ellen White e a oferta em Êxodo	106
4.1.3	Ellen White e o dízimo e a oferta em Levítico	108
4.1.4	Ellen White e o dízimo e a oferta em Números	110
4.1.5	Ellen White e o dízimo e a oferta em Deuteronômio	111
4.1.6	Ellen White e o dízimo e a oferta em Neemias	114
4.1.7	Ellen White e o dízimo e a oferta em Malaquias	115
4.1.8	Conclusão Parcial	122
4.2	Ellen White e o dízimo e a oferta no Novo Testamento	123
4.2.1	Ellen White e o dízimo e a oferta em Mateus	125
4.2.2	Ellen White e o dízimo e a oferta em Lucas	129
4.2.3	Ellen White e o dízimo e a oferta em Hebreus	131
4.2.4	Conclusão Parcial	132
4.3	Ellen White e outras declarações sobre o dízimo e a oferta	132
4.3.1	Conclusão Parcial	138
5.	O dízimo e a oferta no mundo religioso	138
5.1	O dízimo e a oferta e os evangélicos	141
5.2	O dízimo e a oferta e os católicos	146
5.3	O dízimo e a oferta e os Adventistas do Sétimo Dia (IASD)	148

5.4	Conclusão Parcial	151
6.	Conclusão Final	153
7.	Referências Bibliográficas	156

1. Introdução

O dinheiro é um tema que sempre atrai a atenção das pessoas. Não poderia ser diferente, afinal de contas ele durante a história sempre se mostrou importante e parece fazer-se ainda mais nos tempos atuais. Uma análise feita por S. Joseph Kidder (2012, p. 93) sobre o dinheiro na Bíblia é realmente impressionante e demonstra a importância que a Escritura dá ao tema. Segundo ele, em uma versão da Bíblia na língua inglesa existem 31.173 versículos e “cerca de 500 deles são relativos à fé, 500 à oração, 1.000 ao amor, 700 à paz. No entanto, 2.400 versos lidam com o tema do dinheiro e da administração dos bens”, o que “equivale a mais de 7,5% de todos os versículos da Bíblia”. Ou seja, a Bíblia fala mais sobre o tema do dinheiro do que sobre o da fé, da oração e do amor juntos. Ele ainda continua afirmando “que 15% das palavras de Jesus e 23 de Suas 40 parábolas se relacionam ao dinheiro” e na sua visão essa ênfase se deve ao fato de que “oferta não é uma forma de pagar as contas da igreja, mas uma maneira de adorar a Deus e mostrar lealdade a Ele”. Ainda temos nas palavras de Hernandes Dias Lopes (2009, p. 15) um apoio às estatísticas apresentadas acima, ao afirmar que “a Bíblia fala mais sobre o dinheiro do que a respeito do céu”.

Quanto ao dar recursos para a obra de Deus avançar na Terra - Deus dá sempre o exemplo, Ele “é o primeiro doador – o primeiro ofertante” (Silva, 2011, p. 15). A Bíblia diz: “Não digas, pois, no teu coração: A minha força e o poder do meu braço me adquiriram estas riquezas. Antes, te lembrarás do SENHOR, teu Deus, porque é ele o que te dá força para adquirires riquezas” (Dt 8:17, 18, ARA), ou seja, o ser humano somente consegue oferecer algo porque primeiramente o recebeu de Deus.

Fritz Laubach (2000, p. 119) afirma que no sistema do dízimo o israelita podia “experimentar a confiabilidade das promessas de divinas quando se rendesse plenamente na fé em Deus”, era “uma confissão de dependência de Deus”, e cada vez que ele entregava o dízimo refletia sobre perguntas como: De quem vem as dádivas? O que devia ofertar? Como estava ofertando? Tais questionamentos são também legítimos para o fiel contemporâneo como prova de analisar sua fé.

Um problema é que na atualidade temos muitos questionamentos quanto aos princípios do dízimo e da oferta que com certeza são motivados pela teologia da prosperidade e sua pregação ao estilo toma lá dá cá. Nesse modelo o crente é

convidado a trazer tudo que puder e quantas vezes puder, para que receba tudo quanto desejar. Não bastasse esse ensino equivocado ainda acontece com frequência escândalos mostrando a fortuna acumulada de religiosos adeptos desse segmento. Com certeza essa tem sido mais uma estratégia de Satanás para banalizar aquilo que é sagrado, colocar desconfiança e rejeição nas pessoas que ouvem falar sobre dízimo e oferta e ainda inibir e até deixar com vergonha aqueles que devem pregar sobre isso de uma perspectiva verdadeiramente bíblica.

Estudos diversos já foram produzidos sobre a temática, muitos certamente motivados por serem tão utilizados pelas comunidades religiosas. A teologia da prosperidade parece colaborar para a curiosidade sobre o tema, visto que esta ganhou proporções enormes e é amplamente difundida nos últimos tempos, tendo como carro chefe a entrega de bens materiais à igreja por parte dos fiéis, para obterem de volta de forma multiplicada (TIMM, 2000, p. 55).

São três as principais abordagens na maioria dos trabalhos que estudam o assunto: 1) A validade deste princípio, ou seja, se realmente a Bíblia apoia a prática do recolhimento de dízimos e ofertas como conhecemos atualmente e amplamente utilizada nas igrejas; 2) A vigência deste princípio, isso significa que para muitos o problema não é se existe uma fundamentação bíblica para o tema, mas sim, se essa prática ainda deveria ser aplicada em nossos dias, ou se a sua aplicação embora constante nas escrituras sagradas, estava limitada a uma época passada já distante; 3) Por fim, também muito discutida sobre o tema dos dízimos e ofertas é a questão de sua aplicação por parte dos agentes arrecadadores, especialmente devido a escândalos que se tornaram comuns nos últimos anos, onde tais recursos tiveram a sua finalidade completamente desviada e encontraram lugar em projetos particulares.

Mas o tema como apresentado na bíblia é amplo, e oferece outra possibilidade além destes três aspectos, por mais importantes que eles sejam. Devido a isso este estudo abordará o tema em outra vertente, a qual uma vez respondida lançará luz nas demais, que é a do princípio do dízimo e da oferta e sua relação com a salvação. Diante dessa importância, este estudo buscará esclarecer as implicações da prática ou negligência dos princípios do dízimo e da oferta na vida cristã.

1.1 Síntese da Bibliografia Fundamental

A Bíblia expressa, de forma frequente, o tema do dízimo e da oferta, e apesar de algumas passagens serem motivo de muita discussão, o ponto inicial desta pesquisa não poderia ser outro que não o próprio texto bíblico. As Escrituras Sagradas serão a principal fonte de pesquisa e consequente fundamentação do trabalho além de base teológica, pois, segundo D. A. Carson (1997), Deus é um Deus que fala.

Conhecer os costumes e atividades no contexto do Antigo e Novo Testamento é algo imprescindível (COLEMAN, 1991, p. 9), e estudos realizados sobre o Antigo Israel por R. Vaux (2004), e sobre os costumes e culturas dos períodos bíblicos realizados por W. Coleman (1991), R. Gower (2002), J. Jeremias (2010) colaborarão com essa tarefa.

A partir de uma melhor compreensão dos textos que abordam o tema do dízimo e da oferta, pode-se com a devida segurança tratar sobre a teologia que o envolve. Importantíssimos para este estudo são as contribuições de Charles E. Bradford (2011), Silva (2008, 2011) e de E. G. White (1984, 2004, 2005, 2008, 2009, 2010). Para estes, o tema envolvendo o dízimo e a oferta, são claros princípios contidos na Escritura e cuja significância não se perdeu com o tempo ou com o estabelecimento da era da graça.

Há outra linha de autores que defendem a prática do dízimo e da oferta, mas de uma forma diferente, na qual não vê implicações tão sérias quanto à sua negligência, como é o caso de Souza (2010), Pohl (2003) e Júnior (2008), este último com uma abordagem espiritualista. Juntos com Lopes (2006) e Gonçalves (2012), se colocam contra o apelo ao tema envolvendo a prosperidade. Já Gregório (2011) e especialmente Hagin (2000) defendem completamente esta ênfase.

Muitos outros colaborarão com o estudo dessa preciosa fonte, a Bíblia, e dentre eles estarão J. G. Baldwin (1982), K. M. Yates (2001), D. J. Willians (1996), G. J. Wenhan (1985), J. A. Thompson (1982), R. K. Harrison (1983), D. H. Stern (2007) e R. N. Champlin (2002), todos estes pesquisadores do texto bíblico. A ajuda deles é com relação a trazer informações que cooperem no estudo do texto, e não com a emissão de conclusões sobre os temas. Outras obras como enciclopédias, dicionários e manuais se farão constantes neste estudo.

1.2 Problemática da Pesquisa

Os recursos financeiros aparentemente exerceram influência na vida do ser humano durante toda a história, e não menos nos dias atuais. Ainda se pode ver

também que essa influência ultrapassa as barreiras puramente materiais e chega ao âmbito espiritual (WHITE, 2009, p. 209).

Segundo o texto bíblico do profeta Malaquias, no capítulo 3, versículos 8 a 10, o sistema do dízimo e da oferta é um plano para a manutenção dos serviços religiosos onde o ser humano tem a possibilidade de contribuir com todo esse serviço. O texto também apresenta que a prática de contribuir traria benefícios que poderiam atingir a vida do doador nos mais variados aspectos, não só financeiramente.

Mas há uma grande diferença entre uma coisa que é contribuir e outra que é a essência do princípio (BRADFORD, 2011, p. 739). Diante disso, torna-se relevante as seguintes questões: até onde vai a importância destes princípios para a salvação? Ou seja, a negligência desses princípios, uma questão financeira, poderia fazer com que a pessoa viesse a perder sua vida eterna?

1.3 Objetivo

1.3.1 Objetivo Geral

Esclarecer quais as consequências de negligenciar a prática do dízimo e da oferta na vida daquele que professa uma crença cristã e verificar a importância destes princípios para a salvação do indivíduo.

1.3.2 Objetivos Específicos

Identificar e compreender os princípios do dízimo e da oferta especialmente nos escritos do Antigo e Novo Testamento e de Ellen G. White; Estudar o seu desenvolvimento e como ele é entendido e praticado em algumas instituições religiosas; Fazer a distinção entre dízimo e oferta e esclarecer as diferenças e semelhanças entre eles; Buscar descobrir possíveis fatores que levam a um aparente equívoco na compreensão do sistema e em sua consequente negligência.

1.4 Justificativa

O assunto referente ao dízimo e as ofertas, especialmente nos dias atuais, tem suscitado muitas controvérsias. Geralmente elas giram em torno de sua validade ainda nos dias atuais e ou sua aplicação por parte dos agentes arrecadadores, que não serão o foco desta pesquisa. Seguindo o objetivo proposto será analisada a importância do tema no contexto da salvação, uma abordagem que não é muito comum.

Considerando que a Bíblia apresenta um plano de salvação, elaborado e executado pela divindade, mas com requisitos exigidos do agente humano, saber quais são estes requisitos se torna crucial para que haja a possibilidade de cumprimento dos mesmos. Considerando também que a revelação destes requerimentos consta na inspiração divina, a fonte para os estudos fica naturalmente determinada, a palavra de Deus. Considerando ainda o desejo cristão de viver uma vida eterna e poder desfrutar da companhia Daquele que a proporcionou, saber se a não prática de algo pode trazer consequências que levem a perda deste privilégio desponta então com extrema relevância.

Diante disso, a compreensão dos temas, dízimo e oferta, precisa atingir todos os níveis, e muito dessa responsabilidade pesa sobre os ombros daqueles que ocupam funções pastorais.

Além disso, para o autor deste estudo, o interesse em uma pesquisa que aborde o tema das finanças bíblicas, surge de suas experiências anteriores, tanto religiosas, pelo exercício de atividades de tesouraria de igreja, quanto profissionais, pela ocupação de cargos como gerência de agência bancária e secretaria municipal de administração e finanças e também da atividade comercial.

1.5 Metodologia

A metodologia a ser adotada consistirá na pesquisa bibliográfica, estruturada de forma linear, abordando o tema conforme ele surge no decorrer do texto bíblico. Diante da extensão dos temas, o estudo se resume a análise das palavras hebraicas para dízimo e oferta constantes na passagem de Malaquias 3:8 e que aparecem em outras partes do texto bíblico no Antigo Testamento e suas correspondentes no texto grego do Novo Testamento. Todos os textos que se enquadravam nesse parâmetro foram analisados. O principal fator para essa escolha foi por ser essa passagem

bíblica um dos textos mais utilizados, senão o mais utilizado, para a defesa da vigência destes princípios bíblicos na atualidade.

Portanto, na primeira parte do trabalho o estudo investiga todas as passagens que trata sobre o dízimo, e em seguida sobre a oferta no texto hebraico do antigo Testamento. Na segunda parte, o mesmo padrão é seguido, uma análise das passagens em que aparece o dízimo, e depois as onde consta a oferta, só que agora no texto original do Novo Testamento.

Num terceiro momento, se buscou por comentários da autora Ellen G. White sobre os mesmos textos bíblicos selecionados nas duas partes anteriores, e após isso, outras passagens em seus escritos julgadas importantes para esclarecimento do tema.

Por fim, foram pesquisados outros materiais pertencentes aos seguimentos católicos, evangélicos e adventistas do sétimo dia. Autores destes grupos foram estudados e uma análise sobre a visão de cada grupo sobre o tema fora realizada com vistas a identificar semelhanças e diferenças em suas abordagens, além de se constatar qual delas está de acordo com as apresentações feitas pela Escritura.

2. Dízimo e Oferta no Antigo Testamento

Na perspectiva de R. Laird Harris (1998, p. 1182 – 3), são muitas as informações existentes com relação ao assunto do dízimo, e três perguntas logo surgem com respeito ao mesmo: 1) De quê se deve dizimar?; 2) A quem entregá-lo?; e 3) Onde entregá-lo? Para a primeira pergunta, ele responde como sendo de, “sem exceção, plantas e animais” (Lv 27:30-34). A segunda pergunta tem como resposta os levitas, que também deveriam praticá-lo (Nm 18:21-32). E para a última questão, o local é o escolhido por Deus (Dt 12:13, 14).

Para a oferta ou sacrifício, o livro de Gênesis, no capítulo 3:21, parece mostrar o primeiro sacrifício realizado, e que proveu roupas de peles para Adão e Eva logo após caírem em pecado. E, logo em seguida, no capítulo 4:3-5, está o relato das ofertas oferecidas a Deus por Caim e Abel. Isso parece ser um problema para a opinião existente de que a origem da oferta ou sacrifício é humana e de outras religiões, e foi apropriada e reorganizada por Israel (KILLEN, 2007, p. 1723).

Mas algumas outras perguntas não foram levantadas por Harris, e estas podem ser tão importantes quanto às demais, como por exemplo: Por que e para que Deus estabeleceu esse sistema? Qual o resultado de negligenciar o dízimo? E quanto à oferta, qual o resultado de não seguir esse princípio? Estes erros podem custar a salvação?

2.1 Dízimo no Antigo Testamento

A ideia do dízimo não era uma prática exclusiva do povo de Israel, mas estava presente em outras culturas. Egito e Babilônia Antiga são exemplos de locais onde a arqueologia verificou a prática do dízimo. Ele podia ocorrer na forma de ouro, prata, artesanatos e produtos agrícolas. Acontecia na forma religiosa, voltada à adoração de deuses, como também na forma governamental, a título de imposto (BOTTERWECK, 2001, vol.11, p. 404 – 5).

A palavra dízimo no texto original do Antigo Testamento é מַעֲשֵׂר (*ma'āšēr*), e segundo Harris, no Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento (DITAT), o substantivo está relacionado ao verbo עָשָׂר (*'āšār*), dizimar, e é derivada de עָשָׂר (*'ēšer*) que significa dez (1998, p. 1181-3).

Ma'ăśēr e suas variações, cujo significado é décima parte, um décimo ou dízimo (KIRST, 2010, p. 136), aparecem na Bíblia Hebraica (BH), conforme a concordância de Abraham Even-Shoshan (1990, p. 693), 32 vezes no decorrer do texto original nas seguintes passagens¹:

1. Genesis 14:20;
2. Levítico 27:30, 31, 32;
3. Números 18:21, 24, 26^(3x), 28;
4. Deuteronômio 12:6, 11, 17; 14:23, 28; 26:12^(2x);
5. 2Crônicas 31:5, 6^(2x), 12;
6. Neemias 10: 38, 39^(2x); 12:44; 13:5, 12;
7. Ezequiel 45:11, 14;
8. Amós 4:4;
9. Malaquias 3:8, 10.

Como podemos perceber, dos 39 livros que compõe o Antigo Testamento, são somente nove os que podemos encontrar a referida palavra.

2.1.1 O dízimo em Gênesis

A primeira vez em que aparece a palavra dízimo (**ma'ăśēr**) no texto hebraico é em Gênesis 14:20. Um problema de ordem material havia acontecido com Abraão e seu sobrinho Ló (Capítulo 13), seus rebanhos eram muito grandes para a quantidade de terra disponível e isso provocou brigas entre os seus pastores e consequentemente uma separação². Ló foi para Sodoma, e em um determinado momento, o rei desta, junto com outros, se envolveram numa guerra na qual sofreram um saque de objetos

¹ Nas passagens os versículos estão de acordo o texto original da BH, portanto, há uma diferença com relação à versão Almeida Revista e Atualizada (ARA), onde é Neemias 10:37 e 38. Na BH o capítulo 10 de Neemias possui uma divisão em 40 versículos, enquanto na ARA somente em 39.

² Segundo Ellul (2008, p. 41), Abraão é quem tinha o direito de escolher, mas o entrega a Ló, que “toma para si as pastagens mais ricas”. Para ele, devido a renúncia feita a posses materiais, é que Abraão “recebe a promessa de Deus concernente a esta terra”. Então, “pelo fato dele ter aberto mão de seu privilégio, e dos elementos nos quais sua fortuna estava baseada, Abraão recebe a totalidade da terra”. Agora não era a terra da esquerda ou direita (Gn 13:9). Deus diz a Abraão: “Ergue os olhos e olha desde onde estás para o norte, para o sul, para o oriente e para o ocidente; porque toda essa terra que vês, eu ta darei”. Mas tarde, por fim, Deus o manda olhar para cima (Gn 13:14, 15; 15:5).

de valor, além de moradores que foram levados como prisioneiros, e entre estes estava Ló.

Ao saber do ocorrido, Abraão, com um grupo de homens partiu para resgatá-lo e nessa empreitada obteve êxito, trazendo de volta não somente Ló e os demais prisioneiros, como também todos os bens que haviam sido levados. É nesse contexto que ocorre então o seu encontro com Melquisedeque, rei de Salém e sacerdote do Deus altíssimo (14:18-20³).

A identificação é clara sobre quem o sacerdote servia: era ao Deus Altíssimo, que possui os céus e a terra (verso 19, Almeida Revista e Atualizada (ARA) 2ª edição, 1993). Melquisedeque, que trazia pão e vinho para Abraão, louva a Deus, reconhecendo que a vitória obtida por Abraão tinha sido concedida por Ele e abençoa⁴ a Abraão. Então Abraão, com o mesmo espírito de louvor e gratidão, de tudo o que havia recuperado, deu o dízimo.

Para Martin Lutero, o tudo não se referia aos bens resgatados, e sim aos bens do próprio Abraão⁵, visto que em seguida (versos 21 a 24) Abraão disse ao rei de Sodoma que não aceitaria tais bens (PELIKAN, 1999, vol. 2, p. 393). Outra visão é que seria o dízimo de ambos, os bens resgatados e os bens próprios de Abraão (CANDLISH, 1997, p. s/nº), mas o texto não indica isso. No verso 16 é dito que Abraão havia recuperado todos os bens que haviam sido saqueados, e ainda, Abraão estava regressando de uma guerra, e não seria provável que estivesse com seus bens particulares à disposição naquele momento para dar o dízimo. Essas conclusões aparentemente equivocadas parecem partir de uma pressuposição de que esse encontro entre eles foi o único ocorrido no decorrer da vida destes personagens, mas isso pode não ser a verdade, visto morarem na mesma região e terem em comum a adoração ao mesmo Deus. Segundo Henry Hampton Halley, após a separação com

³ A passagem de Gênesis 14, declarada como uma farsa pela Alta Crítica é um impressionante relato com uma relação de nomes e lugares, e estes acabaram por atestar sua autenticidade (PRICE, 2012, p. 90), graças à conclusão de pesquisas realizadas (HARRISON, 2012, p. 80). Enquanto os críticos afirmavam que Abraão não passava de um mito da literatura israelita, a arqueologia trouxe luz à informação bíblica, e usando as palavras de Bright, esclarece que “temos agora textos, literalmente dezenas de milhares, contemporâneos ao período das origens de Israel” com informações valiosas (BRIGHT, 1978, p. 97, citado por PINHEIRO, 2007, p. 38).

⁴ O verbo בָּרַךְ (*barak*), que significa abençoar, no Antigo Testamento tem o sentido de “conceder poder para alcançar sucesso, prosperidade, fecundidade, longevidade, etc.”. (HARRIS, 1998, p. 220). Quando aconteceu o chamado de Abraão, houve a promessa da benção divina (Gênesis 12:1 e 2) que já começa encontrar cumprimento aqui.

⁵ Oposto do pensamento de Ryrie (2007, p. 21) que defende ser um dízimo do despojo. Hebreus 7:4.

Ló, Abraão fixou residência em Hebrom, próxima de Salém⁶ e não muito distante de Sodoma (2002, p. 91).

Esse texto é muito importante para o princípio do dízimo. Nele fica evidenciado que tal prática já acontecia antes mesmo de sua regulamentação em momentos posteriores do relato bíblico. Também a forma como acontece a entrega do dízimo feita por Abraão, sem comentários complementares, num relato sucinto, parece demonstrar uma atitude comum para Abraão (que a faz tão prontamente) e também para Melquisedeque, e esta entrega e recebimento de dízimos poderia não se tratar de um evento isolado na vida deles. Quanto ao uso do dízimo no período anterior ao templo, Holbrook (2011, p. 30) acredita que “os patriarcas provavelmente usavam os dízimos em sacrifícios e festas especiais ao Senhor”.

Quando, no relato de Gênesis 26:5, é dito que Abraão foi fiel a Deus, obedecendo à Sua palavra, guardando mandamentos, preceitos, estatutos e leis, a observância ao princípio do dízimo fazia parte desse contexto, e bênçãos prometidas (12:2) e recebidas por Abraão também (Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia (CBASD), 2011, v.1, p. 307). Melquisedeque declara (verso 19) que Deus é possuidor (KIDNER, 1979, p. 113) dos céus e terra, e isso está de acordo com o texto bíblico (Sl 24:1; 50:10, 11; 89:11; 2 Cr 29:14; Ag 2:8; I Co 10:26), e o ato de dizimar de Abraão revela que ele também tinha esse conhecimento.

No Oriente Antigo, a prática da entrega do dízimo acontecia a sacerdotes e reis. Neste relato, Melquisedeque atende aos dois quesitos, apesar de que foi nessa ocasião por causa do seu sacerdócio que Abraão lhe entregou o dízimo. Para Abraão, que recebeu a bênção, era apropriado responder, e o fez entregando o dízimo (WENHAM, 2002, p. 316 e 2009, p. 118).

Segundo Dionísio Ortiz (1993, p. 101), este relato proporciona algumas evidências com relação ao dízimo, tais como: a) há um lugar/representante certo a ser entregue; b) há um percentual estabelecido (décima parte); c) há uma motivação certa (adoração, gratidão); e também d) há o momento certo (na primeira oportunidade).

Uma visão mais cética do encontro tida por John Walton (2003, p. 46) vê Melquisedeque “ansioso em fazer um acordo de paz com uma força militar comprovada” e a entrega do dízimo selando essa aliança, mas é algo não muito

⁶ Salém mais tarde veio a ser Jerusalém (JOSEFO, 2009, p. 92), e esta estaria a somente 32 Km de Hebrom (MACDONALD, 2010, p. 825). Para Ryrie (2007, p. 21), debaixo da liderança de Melquisedeque deveria haver um grupo de conhecedores do “verdadeiro Deus-Criador”.

compreensível visto que a “força militar comprovada”, ou seja, Abraão é quem acaba desembolsando. Neste encontro de Abraão com Melquisedeque e com o rei de Sodoma, Norman R. Champlin (2001, vol. 1, p. 114) vê uma distinção de interesses. Enquanto Melquisedeque tinha claras intenções espirituais, o rei de Sodoma estava interessado apenas em questões materiais, ou seja, recuperar parte daquilo que havia sido levado. Os nomes deles parecem falar a esse favor, é o que acredita Payne (2009, p. 171), pois enquanto Melquisedeque significa “rei de justiça”, o rei de Sodoma cujo nome era Bera significaria “no mal”.

O CBASD (2011, vol. 1, p. 307) afirma que uma das demonstrações da fidelidade de Abraão é vista na sua prática de dizimar, atitude que deve ser imitada ainda hoje, e que “Deus ainda está pronto a cumprir suas promessas e abençoar ricamente aqueles que, como Abraão, devolverem a Ele o dízimo fiel de sua renda”.

Abraão tinha direitos ao despojo, mas não aceitou (verso 23). Alguém que era capaz de recusar bens materiais já deveria estar usufruindo da maior bênção que provém da prática do dízimo, o combate ao egoísmo humano. Abraão encontrava-se despido de um espírito egoísta, e não se esquece das necessidades dos demais (verso 24). Era alguém que realmente “aguardava a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é arquiteto e edificador” (Hb 11:10, ARA).

Um dado muito importante da história é a sequência em que ocorrem os fatores bênção e entrega. Melquisedeque, o representante de Deus, abençoa a Abraão antes de ele dar o dízimo, ou seja, o dízimo não é para receber bênçãos, mas os entregar é uma atitude de quem já recebeu as bênçãos, contrariando assim qualquer argumento provindo de uma teologia da prosperidade.

2.1.2 O dízimo em Levítico

No livro de Levítico, as três ocorrências da palavra dízimo (*ma'āšēr*) aparecem no mesmo contexto, nos versos 30 a 32 do capítulo 27. O capítulo trata sobre pessoas e coisas consagradas a Deus e como esses procedimentos deveriam ser realizados. Um ponto importante é que o capítulo termina, no verso 34, com a afirmação de que esses foram mandamentos dados a Moisés pelo próprio Deus, o que delega autoridade e obrigatoriedade ao seu conteúdo. O mesmo verso 34 também traz a identificação de que estes mandamentos eram para o povo de Israel, mas essa

expressão não pode ser compreendida como uma restrição no tempo (para o povo de Israel no passado somente), mas como uma restrição no espaço (para o povo de Deus). Caso não fosse assim, todas as orientações dadas a Israel não teriam nenhuma aplicabilidade ao Israel espiritual. Apesar da importância do contexto histórico, o texto bíblico precisa ser visto além dele, onde se busca extrair o princípio contido e qual a sua relevância atual.

Ao expressar que seriam “santos ao Senhor”, tanto produtos da terra como os animais, o texto coloca esses dízimos num status solene, de separação, de algo que não pertencente ao homem. No verso 30 é dito que a décima parte da produção é santa ao Senhor. O verso 32 dispõe que o dízimo referente aos animais, também é santo ao Senhor. Estes animais deveriam ser limpos (27:10), pois os animais imundos só seriam aceitos por meio de voto (27:11-13) e, segundo Champlin, serviram para o trabalho ou seriam avaliados e vendidos, tendo a renda revertida para benefício do serviço sagrado (2001, vol. 1, p. 594). A palavra “toda” (כֹּל / *kōl*) presente no versículo referente aos produtos do campo (verso 30), mas ausente em relação aos animais (verso 32 p.p.) também acentua a distinção entre ambos (o “tudo” aparece no verso 32, mas somente na segunda parte do verso, que já trata de um grupo específico, “tudo que passar debaixo do bordão do pastor”).

Quando o dízimo se referia a produtos, o agricultor poderia convertê-los em dinheiro⁷, facilitando assim o transporte, mas nessa modalidade o percentual subia para doze ao invés de dez por cento (aumento de um quinto, da mesma forma que ocorria com animais imundos, conforme versos 27 e 31), talvez para evitar que o dizimista levasse alguma vantagem nessa negociação e se apropriasse indevidamente de qualquer fração do dízimo (mesmo sendo o sacerdote quem fazia as avaliações, versos 11,12 e 22). Primariamente, a terra era de Deus (25:23), e esta oferta, segundo R. K. Harrison (1983, p. 220) era considerada “devida pelo povo ao verdadeiro dono da terra”.

Essa negociação (pagar um valor para reter o bem) não estava disponível para qualquer coisa que fosse dedicada a Deus. Uma vez isso acontecendo ela se tornava santíssima e o resgate era proibido (verso 28). Mas havia o cuidado para evitar qualquer tipo de vantagem e apropriação indevida. Os animais ao saírem do cercado,

⁷ Poderia haver a necessidade do produto para ser utilizado no plantio, portanto, a troca por dinheiro era uma possibilidade a ser avaliada (CBASD 2011, p. 887).

eram contados, e todo décimo animal era de propriedade do Senhor, evitando a tentação de escolher de alguma forma vantajosa (HARRIS 1998, p. 1182 – 3). Isso explica a expressão “passar debaixo do bordão do pastor” no verso 32 (ARA), onde Charles Caldwell Ryrie (2007, p. 129) ainda acrescenta que a passagem dos animais era em fila indiana e cada décimo animal recebia uma marca colorida para identificação. Qualquer tentativa de burlar esse sistema, de mudar a sequência dos animais, acarretava em uma penalidade, e Leslie B. Flynn lembra que ambos os animais passariam a pertencer ao Senhor (1961, p. 30 – 1, citado por MACDONALD, 2010, p. 109), multa de 100 por cento (conforme versos 10 e 33).

É interessante destacar que, quando passa o capítulo a tratar do dízimo (verso 30) e não mais sobre votos, não se fala em dedicação, porque “o dízimo não podia ser dedicado, visto que já pertencia ao Senhor”. E “não se pode dedicar a Deus algo que já lhe pertence” (CBASD, 2011, p. 887). Diferente de um voto⁸, que era algo condicional (27:2), os dízimos eram de caráter obrigatório. Também já era de Deus o primogênito dos animais, e por isso eles nem sequer poderiam ser dedicados (verso 26)⁹.

2.1.3 O dízimo em Números

O capítulo 18 trás todas as seis ocorrências da palavra dízimo (*ma'āšēr*) no livro de Números. Este capítulo trata de alguns deveres dos sacerdotes e levitas, mas especialmente sobre os seus direitos relacionados ao sustento próprio. Com relação aos direitos, pelo fato de que não herdariam terras como os demais (verso 20), poderiam usufruir de parte das ofertas oferecidas a Deus (verso 8) e receberiam o dízimo do povo (verso 21) como sua herança (verso 24). Nos deveres estava a obrigatoriedade de também dar ao sacerdote o dízimo dos valores que eram recebidos (versos 26 e 28), isto é, o dízimo dos dízimos, e como a quantidade de pessoas que compunham as tribos era muito maior do que a quantidade de levitas, cerca de 30 por

⁸ O voto era condicional quanto à opção de poder fazê-lo ou não, mas uma vez realizado, se tornava então de caráter obrigatório, e se não fosse cumprido estaria o infrator sujeito a ira divina (Eclesiastes 5:4-6), por isso a recomendação para que houvesse muita cautela (HARTLEY, 2002, p. 486).

⁹ Para os animais, o transporte dos mesmos até o local desejado poderia ser feito com mais facilidade.

1, os levitas deveriam estar bem assistidos¹⁰ (CBASD, 2011, p. 962). Nos versos 30 e 31 temos a orientação a respeito do que sobrava e como deveria ser usado pelos levitas, ou seja, após entregar a Deus a parte devida, o restante poderia ser utilizado pelos oficiais e suas famílias e servos “em todo lugar”, pois esse restante (do todo no verso 21) era a parte deles como recompensa pelos serviços prestados. “Todo lugar”, para Gordon J. Wenhan, não significa como quiser, mas significava quando e onde eles quisessem (1985, p. 152). John Gill (2013)¹¹ coloca que não precisava ser no tabernáculo como acontecia com os sacerdotes e algumas de suas porções (18:10) e com o segundo dízimo relatado de Deuteronômio 14. E ao final do capítulo, no verso 32, Deus faz um alerta aos sacerdotes que, em hipótese alguma deveriam tratar ou usar de forma irreverente ou inadequada as coisas sagradas, pois isso significaria para eles a morte.

Não deveria faltar sustento aos oficiais sagrados, pois tinham direito ainda ao pagamento em dinheiro referente ao resgate dos primogênitos e aos primeiros frutos da colheita entre outras. Isto é o que deveria ocorrer caso houvesse fidelidade por parte do povo na entrega do dízimo (WENHAN, 1985, p. 152). Mas o povo veio a descumprir esse mandamento, e isso trouxe sérias consequências para o ministério e para a Casa do Senhor, inclusive o abandono de levitas e sacerdotes dos seus ofícios sagrados para buscarem sustento através do trabalho no campo (WIERSBE, vol. 1, 2006, p. 449). Confrontando essa última informação com o relato de Flavio Josefo (2009, p. 203), a desobediência não ocorreu rapidamente, mas depois de algum tempo, pois ele afirma que quando Moisés passa ao povo a legislação do dízimo, o povo cumpre o mandamento “inviolavelmente”.

É nesta ocorrência de números que pela primeira vez o dízimo é detalhado como sendo a forma de sustento dos oficiais do templo devido à realização do seu trabalho sagrado e ao não recebimento de herança de terras como aconteceu com as demais tribos de Israel (CARSON, 2009, p. 328). Enquanto Gênesis (14:20; 28:22) introduz o assunto, e Levítico (27:30-33) apresenta uma regulamentação prévia sem

¹⁰ Eram muitos os levitas (Nm 4:47-49; I Cr 23:1-4), por isso nem todos exerciam função sacerdotal. Às vezes ocupavam outros cargos e “trabalhavam 25 anos, mas recebiam dos dízimos durante toda a vida”. O ministério durava dos 25 aos 50 anos de idade, quando vinha então a aposentadoria e a função de conselheiro (Nm 8:24-26) (Silva, 2008, p. 73).

¹¹ Comentário de Números 18:31. Disponível em: <http://www.studydrive.org/commentaries/geb/view.cgi?bk=3&ch=18>>. Acesso em: 18 de Maio de 2013.

detalhes sobre seus beneficiários, Números trás essa informação, dando à tribo de Levi o direito de recebê-los (WENHAN, 1985, p. 152).

No verso 24 deste capítulo, é onde acontece pela primeira vez também a ocorrência das palavras **ma'āsēr** e **ṭerûmâ** (dízimo e oferta) em um único versículo. Esse fato se repete nos versos 26 e 28. Ao falar sobre os dízimos dos filhos de Israel o texto os apresenta como uma oferta feita ao Senhor. Essa ordem de palavras é importante, pois significa que o dízimo, apesar de distinto da oferta, não deixa de ser também uma oferta ao Senhor, mas o inverso, pelo menos neste texto, não é verdadeiro, ou seja, uma oferta não é também um dízimo. Olhando isso com uma visão matemática talvez fique mais claro, afinal, um dízimo ou uma décima parte de algo pode ser considerado como uma oferta, mas uma oferta, que pode ser composta de outro percentual, maior ou menor que uma décima parte, não poderia ser considerada como um dízimo, ou a décima parte de alguma coisa.

Para Peter John Naylor (2009, p. 288) essa ordenança do dízimo para os oficiais é além de eterna, justa e prática. Justa porque era a retribuição por um trabalho e prática porque possibilitaria aos sacerdotes e levitas servirem em tempo integral sem ficarem aflitos por causa do sustento. Aos israelitas as terras não tiveram custo nenhum, foram recebidas de Deus, “e dessa forma pagavam o dízimo a partir daquilo que Deus lhes tinha dado primeiro”. O dízimo do povo que eram muitos (600 mil homens) para sustento dos levitas (22 mil levitas), e o dízimo dos levitas era para sustento da família de Arão. O estabelecimento da perpetuidade do dízimo (verso 19) fica por conta de que o sacerdócio de Arão encontra cumprimento em Cristo, e por conta disso o dízimo encontra continuidade no Novo Testamento como pode ser visto nas palavras de Paulo (I Co 9:3-14; I Tm 5:17, 18).

O caráter permanente desses mandamentos expressos neste capítulo 18 de Números é enfatizado no verso 19 com a expressão “aliança perpétua de sal perante o Senhor é esta, para ti e para a tua descendência contigo” (ARA). O sal era usado em algumas ofertas (Êx 30:35; Lv 2:13; Ez 43:24). Walton lembra que o sal era símbolo de preservação¹² e apropriadamente aplicado às ofertas porque mostrava o caráter da aliança entre Deus e o seu povo (2003, p. 159).

¹² Para Budd (2002, p. 202), a importância do sal como conservante para os antigos é claramente a relação com o texto e o aspecto irrevogável da aliança. Ryrie (2007, p. 103 e 152) destaca o significado “permanência e preservação” do sal e que tal aliança era um “pacto indissolúvel”.

Em Juízes 9:45 encontramos o sal sendo espalhado pelo chão após Abimeleque em batalha destruir uma cidade e matar seus moradores. Em Deuteronômio 29:23 o contexto é de aliança¹³, e novamente o sal cobre a terra, mas aqui é descrito que esta terra nada mais produziria como punição por quebra do pacto (e faz um paralelo desta terra com as cidades de Sodoma e Gomorra, que foram destruídas para sempre). Essa deve ter sido também a intenção de Abimeleque, tornar a cidade dos inimigos um lugar destruído para sempre.

Mas o texto mais importante para esclarecer sobre a perpetuidade da aliança de sal está em II Crônicas 13:5. Abias, filho de Roboão, neto de Salomão e descendente de Davi, está em uma batalha contra Jeroboão onde Deus lhe concede a vitória. Abias lembra ao seu inimigo que era uma afronta dele enfrentar a Casa de Davi, pois Deus havia prometido a esta linhagem soberania para sempre, e havia firmado isso através de uma aliança de sal. A expressão בְּרִית מֶלַח (*berîtmelaḥ*) que é traduzida pela ARA literalmente como aliança de sal, é traduzida pela BJ como aliança inviolável, e a NVI traduz a mesma expressão como aliança irrevogável. Podemos perceber que enquanto a ARA expressa a literalidade das palavras, a BJ e a NVI expressa melhor o sentido da expressão. A aliança de sal simbolizava um acordo sem prazo de validade, e Jesus Cristo, o filho de Davi, comprovou isso cumprindo a promessa de Deus firmada pela aliança, estabelecendo um reino que jamais terá fim (Mt 1:1; 9:27; 15:22; 21:9; 22:42; Mc 10:47; 11:10; Lc 1:27; 18:38; At 13:34; 15:16; 2 Tm 2:8; Ap 22:16).

2.1.4 O dízimo em Deuteronômio

As sete ocorrências da palavra dízimo (*ma'āsēr*) no livro de Deuteronômio aparecem nos capítulos 12, 14 e 26.

No primeiro deles, o assunto tratado é a adoração e a distinção exigida por Deus nessa adoração, de forma a não se assemelhar aos povos pagãos e suas adorações a outros deuses. Deveria haver um local específico¹⁴ (verso 5), e para lá o

¹³ Nos versos 9, 14 e 15 diz que a aliança deveria ser preservada, e que ela não estava sendo feito somente com aquele povo presente.

¹⁴ Além do tabernáculo, no período anterior a construção do templo na cidade de Jerusalém, Gilgal, Betel e Siló foram cidades que tiveram essa função temporária de centro escolhido. (RYRIE, 2007, p. 184).

dízimo seria levado (versos 6 e 11). As orientações também visavam mudar a situação do povo, que estava procedendo conforme lhes parecia ser o correto (verso 8) e trazer segurança com a promessa de proteção contra todos os inimigos em sua volta (verso 10). Deve-se ressaltar ainda que o levar do dízimo no verso 11 é descrito como uma ordem direta de Deus e não pode ser interpretada de outra forma, e o verso 19 fala ao povo para que não se esquecesse dessa obrigação.

O dízimo do verso 17 é mais bem compreendido no texto dos capítulos 14 e 26. Na tentativa de conciliar, surgem hipóteses como a de um texto ser um desenvolvimento do outro; um texto se referir ao Reino do Norte e outro ao Reino do Sul; ou serem dois dízimos diferentes (THOMPSON, 1985, p. 176).

Ainda nesse aspecto, as divergências entre estudiosos vão à crença da existência de: a) um único dízimo, que era usado de forma diferente conforme o ano¹⁵; b) dois dízimos, um básico (Levítico 27 e Números 18) e outro secundário, relacionado com a justiça a misericórdia e a fé (Mateus 23:23); e c) três dízimos, sendo um para os levitas, outro para a refeição e o terceiro para os carentes (HARRIS, 1998, p. 1183).

O dízimo referido nestes dois capítulos (14 e 26) claramente deve ser outro dízimo, visto que o dízimo em Números 18 era a herança dos levitas, pertencente a estes para vosso sustento e não dos ofertantes, ou seja, o ofertante não podia comer dele. Geralmente este dízimo é tido como o segundo dízimo (CBASD, 2011, p. 1093 e 1100). Essa evidência ganha ainda mais força à luz dos versos 25 e 26 do capítulo 14, onde está claro que este “outro” dízimo era para ser usufruído pelos próprios ofertantes, ressaltando assim essa diferença.

Em 12:19 o texto encerra a seção lembrando ao povo que eles não poderiam jamais negligenciar a entrega do dízimo porque isso acarretaria em desamparo aos levitas, e conseqüentemente à obra sagrada, pois o serviço destes era indispensável para o sistema religioso de Israel. Hoje, não temos mais levitas, mas quando buscamos extrair do texto o seu princípio, fica evidente que ainda há a mesma necessidade, visto a obra sagrada ainda existir e necessitar ser levada adiante pelos “levitas modernos”.

Os relatos em Deuteronômio 14:28 e 29 e 26:12 trazem informações muito importantes para o assunto. A cada três anos esse dízimo deveria ter outra utilidade.

¹⁵ Este é o caso, por exemplo, de Duane L. Christensen (2002, p. 303, 641), que afirma que o mesmo dízimo anual era no terceiro e sexto ano direcionado para outra finalidade.

Eles seriam retidos na cidade de origem e distribuídos aos levitas¹⁶ e a outros carentes como órfãos, viúvas e estrangeiros. Caso esse dízimo fosse o mesmo prometido aos sacerdotes, haveria um grande problema a ser solucionado, pois neste terceiro ano não haveria sustento no local de adoração, no santuário (THOMPSON, 1985, p. 177).

Outro fator importante é que os textos relatam que este dízimo deveria obter uma finalidade diferente a cada três anos, ou seja, trata-se do mesmo dízimo do primeiro e segundo ano utilizado na refeição sagrada¹⁷. Sendo assim, não teríamos um único dízimo, e nem três dízimos distintos, mas apenas dois¹⁸, um para uso do levita e outro para uso na refeição comunitária (nos anos 1, 2, 4 e 5) e distribuição aos necessitados, assim como também aos levitas (14:29; 26:12), - isso nos anos 3 e 6. Neste segundo caso, o dízimo dos anos 3 e 6 não eram comidos perante o Senhor (14:23), mas na própria cidade de origem (14:28 e 29). E segundo o CBASD, que concorda com os dois dízimos¹⁹ e a forma de distribuição do segundo dízimo descrita acima, no ano sétimo, o ano sabático, a terra recebia descanso, e não havendo cultivo e colheita, não havia exigência do dízimo²⁰. Lembra ainda que a entrega deste dízimo faria com que a pessoa aprendesse a temer o Senhor²¹ (verso 23) e que a lei tinha o seu aspecto prático ao permitir o adorador que morasse distante vender o produto e levar em dinheiro (versos 24 e 25), facilitando assim na questão do transporte (2011, p. 1100).

Outro fator quanto ao segundo dízimo é que “deveriam os israelitas trazer esse dízimo ou seu equivalente em dinheiro ao santuário. Ali ele seria utilizado para celebrar os festivais religiosos”, além de servir a outros (IASD, Nisto Cremos, 2009, p. 345). Ou seja, Deus havia provido todos os meios para que o povo pudesse realizar todas as atividades religiosas. Eles tinham uma parte dos recursos destinados a isso

¹⁶ Segundo Roland de Vaux (2004, p. 401), conforme Deuteronômio 14:27-29; 26:11-13, “o levita que habita em tuas portas” deviam ser lembrados, pois não tinham parte na herança da terra e “nem todos exerciam efetivamente” sua função, visto serem numerosos, e por não participarem do serviço sagrado, não usufruíam de seu pagamento.

¹⁷Ralph Gower (2002, p. 245) relata que nessa refeição sagrada “eles estavam literalmente fazendo uma refeição com Deus como um sinal de paz”. Quando vamos ao Novo Testamento (Apocalipse 3:20) encontramos Jesus querendo fazer uma refeição de paz com os que abrirem a porta.

¹⁸Josefo (2009, p. 223) também fala sobre as “duas décimas”, uma para os oficiais e outra para a festa sagrada.

¹⁹Joachim Jeremias (2010, p. 191) reconhece que, a despeito de outros entendimentos, a “literatura rabínica” está a favor de dois dízimos, onde o segundo sofria uma “transformação, no terceiro e no sexto ano”.

²⁰ “O sétimo ano era um Sábado para a terra, e então todas as coisas eram comuns” (Clarke, citado por Silva, 2008, p. 43).

²¹W. W. Wiersbe afirma que aprenderiam a temer ao Senhor, “pois se não fosse pela benção do Senhor, não teriam o que comer e nem o que ofertar” (2006, vol. 1, p. 543).

pelo próprio Deus. Caso seguissemos o mesmo princípio hoje, não faltariam condições para investir em materiais e atividades relacionadas à Igreja, pois esta era a finalidade do segundo dízimo (Zukowski, 2014).

Cronograma de entrega do dízimo

Dízimo / Local de entrega	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano
1º Dízimo/ Templo	X	X	X	X	X	X	
2º Dízimo/ Templo ²²	X	X		X	X		
3º Dízimo/ Própria Cidade ²³			X			X	

Dízimo / Beneficiários	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano
1º Dízimo/ Levitas ²⁴	X	X	X	X	X	X	
2º Dízimo/ Ofertantes, Pobres e Levitas ²⁵	X	X		X	X		
3º Dízimo/ Pobres e Levitas ²⁶			X			X	

Conforme o cronograma acima, podemos ver que o terceiro dízimo nada mais seria do que o mesmo segundo dízimo utilizado de forma diferente. E quanto ao dízimo no sétimo ano, ele também era diferente devido à lei do ano sabático (Levítico 25:1-7). Neste ano o que acontece não é que a pessoa não precisava entregar seus dízimos, mas neste ano não somente os dízimos, e sim tudo pertencia a Deus, e o Senhor determinava que devesse ser utilizado para o sustento próprio, de todo aquele que necessitasse e também dos animais. Ninguém era excluído desse benefício e nada deveria ser estocado ou vendido. Champlin (2008, vol. 1, p. 176) descreve que não havia cultivo da terra, ela precisava descansar, e conseqüentemente não havia colheita, os hebreus que eram escravos recebiam a liberdade (Ex 21:2; Dt 15:12-15), os endividados recebiam o perdão da dívida (o estrangeiro não tinha esse direito), e

²² Levando ao templo, mas não para o templo.

²³ Cidade onde residia o ofertante, conforme Dt 14:29.

²⁴ Exclusivo para os servos do templo. Este dízimo dava aos sacerdotes.

²⁵ Ofertantes, assim como "levitas, estrangeiros, órfãos e viúvas" (IASD, Nisto cremos, 2009, p. 345).

²⁶ O ofertante não participava, mas o entregava, conforme Dt 26:12-14.

o aviso de que isso não poderia ser motivo de não emprestar (Dt 15:1-11). O autor acredita que Israel abandonou a observação do ano sabático (II Cr 36:21²⁷) e como consequência foi para o cativeiro. Após esse período, eles voltaram a observar, conforme fontes extra bíblicas (I Macabeus e Flávio Josefo²⁸), mas o silêncio posterior evidencia um gradativo abandono.

Segundo Vaux (2004, p. 209 – 11), uma das finalidades do ano sabático, cujo ciclo deve ter começado a ser contado a partir da entrada na terra prometida, era combater a desigualdade social. As bênçãos divinas no sexto ano garantiam as provisões daquele ano, assim como para o sétimo e o oitavo ano até a época da colheita (Levítico 25:18-22). Havia a libertação do escravo e o cancelamento das dívidas. Este cancelamento era visto como um problema para os que emprestavam, então como forma de burlar a lei, criaram o *prosbo*²⁹, uma cláusula contratual inventada por Hillel em que o “devedor renunciava ao privilégio que o ano sabático lhe dava”. Outra finalidade do ano sabático, segundo J. B. Taylor (2006, p. 56) era de fazer com que o povo reconhecesse, e lembrasse, de que nada “possuíam por direito inerente”, mas suas posses lhes tinham sido confiadas pelo Senhor.

No texto de 14:27, assim como acontece no texto de 12:18, o levita é lembrado como tendo direito a participação desse segundo dízimo também, assim como do dízimo do ano 3 e 6 (14:29), ou terceiro dízimo. Isso não deve servir para confundir os dois dízimos, pois enquanto o primeiro pertencia exclusivamente aos oficiais, o segundo era participado também por órfãos, viúvas, familiares e servos, evidenciando mais uma vez a misericórdia de Deus³⁰. Ou seja, o segundo dízimo representava ao levita um adicional. O CBASD destaca que “Deus colocou de forma deliberada os levitas numa posição de dependência de seus irmãos, para estimular a liberalidade de Israel” (2011, vol. 1, p. 1149). Mas, além disso, na passagem de 14:29, o Senhor

²⁷ Segundo Hobart E. Freeman (2007, p. 790) esse texto de Crônicas mostra que por aproximadamente 500 anos houve desobediência quanto à legislação do Ano Sabático, e com o cativeiro, que durou setenta anos, a terra veio a desfrutar os sábados negligenciados ($70 \times 7 = 490$).

²⁸ Mencionando decretos romanos benevolentes com os judeus, Josefo (2009, p. 661) descreve um que isentava os habitantes de Jerusalém de pagarem tributo no ano sabático, pois neste não plantavam e nem colhiam.

²⁹ Jeremias (2010, p. 186 - 7) chama de *prosbole*, e a cláusula fora criada para “escapar” da obrigação referente o ano sabático. Além dessa, negligenciavam também o dízimo do terceiro e do sexto ano, o que segundo a Mishná, era a causa “crescente da peste cada quarto e sétimo ano da semana de anos”. Mas o mesmo autor lembra que havia “fiéis observadores da Lei” que “pagavam muito escrupulosamente”, só que este grupo era a minoria (p. 151, 155).

³⁰ Ver Tiago 1:27.

destaca que ocorrendo a observância do princípio, Deus abençoaria o doador, de forma individual.

Thompson informa que nesta passagem o povo é instruído a levar dízimos e ofertas ao local escolhido por Deus. O dízimo é especificado no verso 22 e discorrido nos demais, mas esse texto não tem o propósito de ser um tratado sobre o dízimo, e sim de assegurar que este fosse sempre utilizado da forma estabelecida por Deus. Para ele, há consenso entre judeus e cristãos de que após o dízimo ser oferecido conforme descrito em Números 18, um segundo dízimo era apresentado. Quando comentando a passagem do capítulo 26 o autor menciona a liturgia (versos 11 – 15) de consagração do dízimo do terceiro (e consequentemente do sexto) ano. Como este dízimo não era levado ao santuário, para que não houvesse irregularidades o ofertante tinha que, quando comparecesse ao santuário, declarar que cumprira todas as exigências da lei, ou seja, tinha usado todo o dízimo ou, “o dízimo de tudo” (verso 12, NVI) exatamente como era determinado. Quando isso ocorria não é dito, mas a sugestão é de que fosse na festa dos tabernáculos (1982, p. 172 – 7 e 246). Ao final da declaração, o ofertante fazia uma oração clamando pelas bênçãos divinas (verso 15). Para Ryrie (2007, p. 195) cabia ao ofertante provar que não usara este dízimo de uma forma irregular (Dt 26:12-15).

O CBASD relata que o ofertante fazia a afirmação de que havia cumprido toda a legislação³¹, e que, “enquanto o dízimo permanecesse em alguma casa, esta casa estava em dívida com Deus. Ele não podia abençoar aquela família até que o débito tivesse sido saldado em sua totalidade” (2011, vol. 1, p. 1149).

A passagem começa no versículo 22 falando sobre “os dízimos de todo o fruto”, e que este deveria ser comido (verso 23), logo, não pode se referir ao primeiro dízimo que pertencia somente ao serviço do templo. No versículo 28, quando passa a tratar

³¹Vaux (2004, p. 419) afirma que “a apresentação desse dízimo trienal ao santuário é substituído pela declaração de que ele foi empregado segundo a lei” (Deuteronômio 26:13). Ele pensa se tratar de três dízimos diferentes (p. 443) e menciona como evidência o fiel Tobit (Tobias 1:6-8). Neste livro apócrifo encontra-se o apoio de sua afirmação, pois no relato Tobit afirma entregar o dízimo aos sacerdotes (versos 6 e 7), o segundo dízimo, durante seis anos o levava a Jerusalém, e o “terceiro dízimo” usava com fins caritativos, segundo ele, tudo conforme a Lei de Moisés. É verdade que a BJ na nota de rodapé “e” (p. 664) coloca outra possibilidade de tradução, podendo ser “do terceiro ano”, o que falaria a favor de somente dois dízimos, mas ainda assim teríamos a afirmação de que o segundo dízimo era levado a Jerusalém a cada ano “pelo espaço de seis anos”, logo, no terceiro e no sexto ano teríamos dois dízimos aos carentes, ideia que não encontra apoio no relato bíblico canônico. Se a tradução “do terceiro ano” estivesse correta, ele deveria então mencionar que entregava aos carentes o dízimo “do terceiro e do sexto ano”, ou então ele não estaria cumprindo rigorosamente a Lei de Moisés. Para Christensen (2002, p. 305) a origem do texto de Tobias é uma tentativa de harmonizar as leis de Deuteronômio 14 e Números 18 por parte de uma incorreta interpretação judaica pós-exílica.

sobre o dízimo do terceiro e sexto ano, diz que seria “todos os dízimos do fruto”, mostrando que ambos viriam da mesma fonte, e que teriam finalidades diferentes, mas não faz nenhuma menção de que deveriam acontecer ao mesmo tempo. Isso é uma evidência a favor da opinião que defende a existência de somente dois dízimos, pois não faria muito sentido dar uma ordem se ela não fosse clara o suficiente para ser compreendida pelos seus destinatários. Comentando esse texto (14:22-29), Ryrie (2007, p. 186) informa que “os intérpretes judeus consideravam tratar-se da ordem para um segundo dízimo”, e que este “a cada três anos” devia ser “deixado em casa, onde seria dedicado aos levitas e aos pobres”. Mas, apesar do texto falar de pessoas menos favorecidas financeiramente, como órfãos, viúvas e peregrinos, além dos levitas, não fala de pobres. Quando chegamos ao texto de 15:4 e 5, Deus declara que na terra que havia preparado para o Seu povo não deveria haver pobres entre eles, e bastava para isso que eles obedecessem as legislações divinas. Portanto, perdão de dívidas, anos sabáticos, jubileus, dízimos do terceiro e sexto ano, na verdade não eram para atender o pobre, mas justamente para que não houvesse pobres (apesar de que isso poderia ocorrer devido infortúnios, mas não como normalidade).

Willian Coleman (1991, p. 164) reconhece a existência de pobres em Israel, mas isso aconteceu por não terem obedecido a Deus, que criou leis onde uns cuidavam dos outros, os “mais abastados ajudando os menos favorecidos”. Tivessem obedecido e “não teria havido pobres entre eles”. Quando relacionamos isso com a declaração de Jesus no Novo Testamento (Mt 26:11; Mc 14:7; Jo 12:8), de que os pobres sempre estariam presentes, poderíamos concluir que Ele não estava afirmando que a existência deles era algo inevitável, o que traria conforto para as nossas consciências egoístas, mas sim, os pobres eram uma consequência certa devida (novamente) a desobediência humana às leis divinas de amor ao próximo. Ainda Jesus poderia estar se referindo aos pobres em outros povos.

2.1.5 O dízimo em II Crônicas

As quatro vezes em que aparece a palavra dízimo (*ma'āšēr*) neste livro acontecem no capítulo 31. Nele está relatada uma grande reforma religiosa organizada pelo rei Ezequias. No relato de Paul Gardner (2005, p. 207 – 8) a situação de Judá na época era tensa, a nação era pagadora de tributos à poderosa e temida

Assíria, e é claro, estavam insatisfeitos com essa posição. Mesmo assim, ele conseguiu realizar reformas internas sem despertar a ira dos assírios.

No capítulo 29 é descrito que o povo havia chegado a essa situação por causa da infidelidade ao Senhor e seu abandono para com a Casa de Deus (versos 6-8). Encontramos no início da reforma de Ezequias, a convocação dos levitas, abertura e purificação do templo e restauração do sistema sacrificial. O povo reagiu positivamente e trouxeram sacrifícios e ofertas.

Logo após, o capítulo 30 trás o relato da comemoração da páscoa com uma convocação real a todo o povo a se voltarem para Deus e não serem infiéis como outrora. Uma grande comemoração acontece, com o trabalho dos sacerdotes, o oferecimento de sacrifícios e o perdão de Deus ao povo. Então, o capítulo 31 continua com informações sobre a reforma religiosa derrubando altares pagãos e a organização dos sacerdotes e levitas nos serviços do templo. Aos moradores foi ordenado que trouxessem suas ofertas, e estes atenderam pronta e abundantemente, de forma que depósitos no templo foram necessários para armazenagem.

Alguns destaques neste capítulo estão, no verso 5, onde diz que o povo trouxe o dízimo de tudo, e no verso 10, a consequência disso foi que havia abundância na Casa do Senhor a ponto de sobrar. Neste último verso ainda é enfatizado que tal atitude do povo acontecia por causa da benção do Senhor.

O capítulo 32 comprova isso. Ao relatar a invasão do rei Assírio e suas constantes provocações e afrontas ao povo e ao Senhor Deus, informa que devido à demonstração de fidelidade de Judá, e em resposta a oração do rei Ezequias e do profeta Isaías, Deus enviou um anjo que desbaratou o exercito assírio, matando seus oficiais e fazendo com que o presunçoso rei recuasse envergonhado.

A fidelidade do povo é descrita em 31:7 onde relata que o povo trouxe seu dízimo no terceiro mês (maio/junho), quando terminava a colheita dos grãos, até sétimo mês (setembro/outubro), ao findar a colheita das vinhas. Também é descrita a fidelidade do rei (verso 20), e que a prosperidade veio como um resultado tanto para ele (verso 21) quanto para a nação (CBASD, 2012, vol. 3, p. 316).

Martin J. Selman (2006, p. 403 – 8) destaca pontos interessantes neste relato. Os líderes diante da grandeza das ofertas, louvaram ao Senhor e abençoaram ao povo (verso 8), que foi então duplamente abençoado, e o sacerdote viu na abundância a atuação direta de Deus (verso 10). Ele destaca ainda a decência e a ordem do culto e seus trabalhos, e que o apoio para o serviço sagrado regular, iniciado pelo rei,

precisava também da participação do povo. E quanto à prosperidade do rei, ela foi um resultado dele ter buscado o Senhor de todo o coração (verso 21), pois as bênçãos divinas não são concedidas na forma de “toma lá dá cá”, como recompensa ou direito, pois isso limitaria Deus a uma ação humana. Lembra ainda que, “o caminho para a prosperidade” do rei envolveu decepção (30:10), crise (32:1-23) e reconhecimento dos próprios pecados (32:25 e 26).

2.1.6 O dízimo em Neemias

Em três capítulos do livro de Neemias aparecem seis vezes a palavra dízimo (*ma'āsēr*). O livro apresenta um contexto de restauração, com a reconstrução dos muros da cidade de Jerusalém e a reinstalação dos serviços religiosos.

O capítulo 8 relata o momento onde Esdras lê perante o povo o livro da lei e o povo humildemente adora a Deus. Há jejum, arrependimento, mudança, leitura da palavra, oração, confissão e adoração (9:1-6), que culmina num compromisso firmado por escrito e assinado por toda a liderança (9:38-10:27), e que foi aceito pelo restante do povo (10:28 e 29). Samuel J. Schultz (2009, p. 319) escreve que neste pacto, “o povo reconheceu sua obrigação de pagar os dízimos, as primícias do campo, os primogênitos dos animais e outras contribuições prescritas por lei”, e que uns eles deveriam trazer ao templo, como primogênitos e primícias, e no caso do dízimo, os levitas poderiam coletar por toda a região, e então eles os trazia ao depósito do templo.

A síntese do acordo era a promessa por parte do povo de obediência aos mandamentos de Deus (verso 29). Não se misturariam com os outros povos pelo casamento (verso 30), observariam o sábado semanal (verso 31a) e o ano sabático (verso 31b) e contribuiriam financeiramente para a manutenção do templo com as ofertas e os dízimos (10:32-39).

No capítulo 12 há uma enorme comemoração comandada pelo próprio Neemias, dia em que acontece a escolha dos encarregados pelos depósitos do templo onde eram guardadas as ofertas e os dízimos. A liderança estava comprometida e o povo estava contente com o trabalho dos oficiais do templo (versos 44 e 45). A urgência dita às regras das atividades, pois acontece a dedicação dos muros (verso 27), “no mesmo dia” são oferecidos sacrifícios (verso 43), e “ainda no mesmo dia” são

nomeadas pessoas para cuidar dos dízimos e ofertas (verso 44). Para H. G. M. Williamson (2009, p. 670) isso quer deixar claro que júbilos momentâneos não trarão resultados sem uma rotina, e que “embora geralmente sejam os pontos altos do sucesso que deixam marcas na memória, a verdadeira medida do progresso espiritual tanto do indivíduo quanto da comunidade é até que ponto houve transformação naquilo que pode ser visto como “normal””.

Neemias, o governador líder das reformas, por um período se ausenta de Jerusalém³² e então acontece uma vertiginosa decadência espiritual (13:6). Um fato em especial causa indignação a Neemias. Até mesmo um depósito do templo que era usado para armazenar ofertas e dízimos estava vazio e servia de habitação para Tobias, um parente do sacerdote (13:4, 7 e 8) e antigo opositor dos planos de reconstrução (2:10 e 19; 4:7). Enquanto isso faltava recursos para os oficiais do santuário a ponto de estes abandonarem seus postos em busca de sustento (13:10). Neemias quando retorna acusa as autoridades de abandonarem a Casa de Deus (13:11 e 17). O povo também rompera o acordo com relação ao sábado e a união com outros povos (13:15 e 23), além do acordo financeiro. Ele corrige erros, e quanto a Tobias, joga para fora seus móveis e manda purificar o lugar (13:8 e 9), além de também trazer os oficiais de volta ao templo, o que é seguido por uma volta do povo a contribuir (13:11 e 12).

Alguns pormenores desse acontecimento são descritos no CBASD (2012, vol. 3, p. 481 – 2 e 494), como por exemplo, a presença de um sacerdote entre os levitas quando estes recebessem o dízimo e realizassem o seu transporte até Jerusalém, com o objetivo, entre outros, de garantir o manuseio correto de algo sagrado assim como também sua correta administração (10:37 e 38). Atenção também é voltada para as atitudes administrativas imediatas tomadas para a captação e o armazenamento dos recursos, afinal o povo havia prometido ser fiel na entrega dos dízimos e ofertas e isso culminaria na necessidade de pessoas e instalações adequadas (12:44). O povo além de fidelidade financeira ainda prometeu observar os mandamentos (10:29), não se misturarem com o povo pagão (10:30) e observar o sábado, inclusive à legislação do ano sabático com relação a não usufruir de sua colheita (10:31).

³² O CBASD coloca como sendo um período de aproximadamente 9 anos a ausência de Neemias (432 – 423 a.C.) quando esteve de volta às suas atividades junto a Ataxerxes, Rei da Pérsia. Isso entre um primeiro governo de 12 anos (5:14) e um segundo (13:6) de período não conhecido (2012, vol. 3, p. 351, 497).

2.1.7 O dízimo em Ezequiel

O capítulo 45 trás as duas únicas vezes em que aparece a palavra dízimo (*ma'āsēr*) no livro de Ezequiel. Este relato começa com orientações sobre coisas separadas a Deus, no caso, uma porção de terra para o templo e para moradia dos sacerdotes e dos levitas. Depois passa a tratar sobre assuntos civis, a delimitação de terras reais que teriam a finalidade de evitar a exploração do povo por parte da realeza. O fato de haver uma terra real servia justamente para que este príncipe não tivesse nenhum motivo ou justificativa para violar a terra de outras pessoas (46:16-18), o que estava proibido a ele (KLEIN, 2012, p. 156). Há uma informação importante pouco antes (Capítulo 42), onde se tem o relato específico do terreno designado ao templo. Este deveria ser rodeado por uma faixa de terra que teria uma função específica, separar o santo do profano (verso 20). Para Vaux (2004, p. 314) isso fala da santidade do local de culto, que é diferente dos demais, fato este também revelado no episódio do Sinai (Êxodo 19:10-25) quando da entrega dos dez mandamentos onde o povo não deveria chegar ao monte, pois senão morreriam.

Deveria ser evitado o uso de pesos enganosos e as unidades de peso e medida, o efa e o bato, que eram utilizados para secos e líquidos respectivamente, deveriam ser iguais e corresponderem ao dízimo do ômer, que era equivalente a carga de um asno (TAYLOR, 1985, p. 246). Em seguida, o texto se volta novamente para a questão religiosa, a partir do verso 13, e no verso 14 é estipulado que a porção de azeite a ser apresentada deveria corresponder ao dízimo de um bato. Allen (2002, p. 265) destaca a relação entre as coisas religiosas e as civis, e que as de caráter religioso são colocadas acima das de ordem civil, assim como destaca também uma boa disposição de ambas as lideranças, religiosa e civil, no estabelecimento do culto correto.

Como se pode perceber, o uso da palavra dízimo no livro de Ezequiel acontece de uma forma que não esclarece muito sobre o tema, mas está dentro de uma seção que trata de coisas separadas ao Senhor e da prática da justiça (45:1, 9). A referência é ao dízimo como meio de calculo somente, ou seja, a décima parte de algo.

2.1.8 O dízimo em Amós

No livro de Amós o aparecimento da palavra dízimo (*ma'āšēr*) se dá num contexto totalmente diferente do comum. O texto trata de repreensão e juízo que no capítulo 3 vem em forma de perguntas retóricas voltadas contra a opressão e idolatria praticada por Israel.

No capítulo 4 o profeta fala diretamente às mulheres de Samaria, que se mostravam insaciáveis e detentoras de uma falsa religiosidade, além de resistentes às advertências (RYRIE, 1994, p. 1116), e o anúncio do juízo acontece na forma de juramento e sarcasmo (HUBBARD, 1985, p. 173), assim como ironicamente, pois era completamente falsa a busca que realizavam a Deus. O povo na verdade não queria compromisso com o Senhor mesmo diante das tentativas Dele, (fome, seca, pragas, peste e morte). A expressão “mas não vos convertestes a mim” aparece cinco vezes somente em Amós 4:6-11 (SICRE, 2011, p. 156).

No relato de J. Keir Howard ele afirma que no Antigo Oriente as mulheres não seriam ofendidas simplesmente por serem chamadas de vacas³³ (algo inadmissível em nossa sociedade), mas Amós estaria indo muito mais fundo que isso. Ele estaria comparando a sensibilidade delas à do gado. Afinal, somente para suprirem seus gostos luxuosos, faziam exigências aos seus maridos e conseqüentemente causavam a opressão do pobre. Citando J. L. Mays (1969), ele concorda que a transgressão não estava somente no luxo em si, mas na opressão ao pobre para financiar esse luxo, e no contraste desses dois mundos, dos ricos e dos pobres (2009, p. 1253). Walton complementa dizendo que, semelhantemente, “nem as vacas, nem aquelas mulheres, eram capazes de enxergar além das suas próprias necessidades”, e tais mulheres não enxergavam um povo sofrendo com a fome para custear os seus caprichos (2003, p. 793).

O povo usava os recursos de forma abusiva e oprimiam os pobres. A eles o Senhor promete castigo, e diz para que transgridam, que ofereçam sacrifícios, dízimos e ofertas, no altar em Betel. Essa ironia pode ser mais bem entendida quando lemos

³³ Segundo José Luiz Sicre (2011, p. 154 – 5), vacas de Basã era um título que evidenciava sua posição social, de que “eram bem alimentadas, formosas, lindas e vaidosas”, pois Basã era uma região conhecida por sua fertilidade e seu gado por ser bom (Mq 7:14; Jr 50:19; Dt 32:14; Ez 39:18; Sl 22:13). Para Amós elas eram também responsáveis pela injustiça, apesar de aparentemente só estarem interessadas em viver uma boa vida, são culpadas de “injustiça indireta”, assunto “que Jesus trata de modo magistral na parábola do rico e Lázaro”, em Lucas 16:19-31.

no verso 6 que o Senhor havia tomado medidas contra o povo, mas mesmo assim eles não se arrependeram. Para Paul R. House (2005, p. 459) essa indiferença era característica de um Israel que havia se tornado “uma nação de opressores viciados em opulência e de sincretistas religiosos (4:1-5; 6:1-7)”.

Segundo o CBASD (2013, vol. 4, p. 1066 – 69), essa opressão ao pobre poderia estar ocorrendo devido à violência e a fraude que os maridos praticavam forçados pelas mulheres que queriam desfrutar do luxo, como ocorreu com Acabe e Jezabel (I Rs 21:1-16). Então Deus jura pela Sua própria santidade punir a impiedade deste povo que, parecendo ignorar seus erros, mantinham ainda uma forma de culto (4:4 e 5). Daí a ironia do profeta, mandando que levassem seus dízimos a cada três dias, querendo dizer que isso não adiantaria se não houvesse um verdadeiro arrependimento. “Disso gostais” (4:5, ARA), uma religião falsa que colocava a aparência acima da obediência, que mesmo diante das seguidas repreensões de Deus (fome, seca, pragas, doenças) não se arrependia (4:11). Então, o Senhor declara: “prepara-te, ó Israel, para te encontrares com o teu Deus” (4:12, ARA), ou seja, arrependam-se ou arquem com as consequências.

Para J. A. Motyer (2009, p. 1202 – 03), a coisa mais séria não era os erros cometidos pelo povo, mas a negação diante das oportunidades de arrependimento, e ainda que várias circunstâncias da vida, até mesmo aflições, têm como causa Deus, tudo com a finalidade de salvar os seus filhos. Comentando Amós, Douglas Stuart (2002, p. 336 - 340) chama a atenção para a relação das maldições descritas nos versos 6 a 11 com as descritas na aliança em Levítico 26 e Deuteronômio 28, e que a punição a ser realizada por Deus é anunciada já no verso 12. Para ele, os sacrifícios e dízimos frequentes (4:4) era uma forma exagerada de o profeta dizer que todos os seus rituais de nada valiam, e que a intensidade com que faziam (4:5) só intensificava os seus pecados, pois todo o sistema acabou se tornando para o povo uma forma de almejem recompensas, além de uma justificativa para cometerem seus pecados. Tal situação era tão dramática que mesmo diante de todas as advertências divinas, não houve arrependimento e a punição anunciada no verso 12 viria ampliar as maldições, não na forma de aviso limitado, mas de forma mais ampla e de atingimento mais geral, pois a obstinação deles não os deixava perceber que as coisas ruins que estavam acontecendo era por causa da sua desobediência.

Quanto ao dízimo, neste texto de Amós, o princípio que parece estar evidente aqui é que a simples entrega deles não livrará do castigo divino o pecador rebelde, ou

seja, cumprir parte da lei divina não adianta. Entregar dízimos e negligenciar outros preceitos (4:1; Mt 23:23) não os tornou aceitáveis diante de Deus, a não ser de castigos (4:6-12). Outro fator é que os bens materiais devem ser utilizados de maneira adequada e não de forma a financiar a vaidade. A mera busca pela satisfação dos desejos egoístas os levou à opressão do pobre, algo considerado abominável por Deus (Ez 22:29-31), assim como também pode levar qualquer um a infringir outros preceitos divinos, como a própria fidelidade na entrega dos dízimos e ofertas.

2.1.9 O dízimo em Malaquias

O contexto do livro do profeta Malaquias ajuda a compreender melhor a forma como é apresentado o tema do dízimo (*ma'āšēr*). Neste livro se dá uma apresentação muito clara e repreensora. Não fazia muito tempo que o Templo havia sido reconstruído após o cativeiro e que a reforma liderada por Neemias tinha sido instaurada³⁴. Na ocasião houve um acordo com Neemias, e o povo se comprometeu a obedecerem aos preceitos divinos, inclusive o dízimo.

Infelizmente, parece que o tempo causou na nação um distanciamento gradativo das obrigações sagradas, e mais uma vez eles estavam a negligenciar dentre outras coisas, a prática do dízimo, mesmo diante do amor declarado de Deus (1:2). A mensagem enviada por meio do profeta Malaquias relembra ao povo que pode proceder do Senhor não somente bênçãos, mas também maldições, sendo estas últimas reservadas aos rebeldes que insistem em não seguir o caminho estabelecido por Ele.

A condenação divina atinge logo de início a liderança religiosa (1:6) e depois chega até o povo (2:10). Os sacerdotes que eram os responsáveis de guiar o povo espiritualmente estavam tratando as coisas sagradas de forma comum, oferecendo sacrifícios defeituosos e dessa forma desonrando a Deus (1:7, 8). A sua função de ensinar o povo estava sendo deixada de lado e com isso desviavam as pessoas do caminho (2:7, 8), mas mesmo assim ainda suplicavam a benção de Deus (1:9). A resposta de Deus a esse pedido de bênçãos é um sonoro não (1:10). Tais sacrifícios defeituosos não seriam aceitos, e aos que se comprometiam com Deus e

³⁴ A construção do templo foi concluída em 515 a.C. Malaquias deve ter profetizado cerca de 425 a.C. e Neemias teve seu primeiro governo entre 444 – 432 a.C. (CBASD, vol. 4, p. 1233).

negligenciava o compromisso, o Senhor profere uma maldição³⁵ (1:14), também estendida aos sacerdotes, de forma a se realizar não só no futuro, mas que já estaria sendo aplicada a eles no presente. Os sacerdotes seriam considerados indignos pelo próprio povo (2:9) e só seriam aliviadas as maldições caso houvesse arrependimento (2:1, 2). Harrison (2010, p. 308) escreve que “o mundanismo” veio a corromper esta classe, tornando-os materialistas e abusadores de sua posição a fim de angariarem vantagens.

Depois de reprovar o povo em aspectos como os casamentos mistos, divórcios, formalidade religiosa e impiedade, o profeta entra de forma específica no assunto do dízimo no capítulo 3, que se inicia com o tema do juízo divino. Algumas classes na mira da ira de Deus são mencionadas, tais como feiticeiros, adúlteros, mentirosos, opressores e ladrões.

As palavras são extremamente fortes e a finalidade delas com certeza é chamar a atenção dos envolvidos para a seriedade das suas faltas. Aos ladrões o Senhor acusa de desfaçatez, de cinismo (3:8), pois ainda agiam como se nada tivessem fazendo de errado. A estes é lançada uma maldição direta, ou melhor, na verdade já estavam sendo amaldiçoados (Dt 28:23,24,38,39,42) ³⁶, por causa do roubo que acontecia de forma coletiva, que era praticado por toda a nação (3:9). Esta declaração deve ser entendida como uma expressão de grande maioria, afinal, o texto reconhece haver dentre eles alguns que permaneciam fiéis ao Senhor (3:16). Para estes, as promessas do Senhor estavam em pleno vigor (4:2).

Ainda no capítulo 3 (verso 10) o Senhor revela mais uma vez o equilíbrio do seu caráter, composto de justiça e amor. Ele apela ao povo que pratiquem a fidelidade, que obedeçam ao mandamento estabelecido, que tragam o dízimo ao local designado, à Casa do Tesouro³⁷, e que confiem Nele e em Sua capacidade de abençoar e de prover segurança e sustento. E que eles assim fazendo, desfrutariam das bênçãos divinas, tanto materiais (3:11) quanto nos demais aspectos (3:12).

O contexto da maldição (3:9) se refere às colheitas e aos produtos do campo (seca e pragas), e eram devido à desobediência, enquanto para a obediência estava

³⁵ Conforme Harris (1998, p. 126), a palavra usada aqui para maldição, מָלָא (m^e’ērā), aparece somente cinco vezes na BH, duas em Malaquias (2:2; 3:9), duas em Provérbios (3:33; 28:27) e uma em Deuteronômio (28:20).

³⁶ Assim como a obediência resultava em bênçãos, o descumprimento da aliança trazia maldições, conforme descrito em Levíticos 26 e Deuteronômio 28.

³⁷ No templo havia um depósito (I Cr 9:26), local específico para a guarda dos dízimos (GASQUE, 2009, p. 1378).

reservada a benção (chuva). Deveriam trazer todos os dízimos, ou seja, “os dízimos completos”, o dízimo todo³⁸, indicando assim que poderia até haver entrega de dízimo por parte dos infiéis, mas não em sua proporcionalidade correta, não de forma honesta, não da forma estipulada por Deus, e isso era um roubo. Quanto à benção, apesar de ser material (3:11), não era somente material (3:12) (CBASD, 2013, vol. 4, p. 1244). Smith (2002, p. 331 – 4) escreve que a passagem começa com uma repreensão àqueles que alegavam que Deus havia mudado e não estava cumprindo com suas promessas feitas por Ageu. A estes Ele diz: “Porque eu, o Senhor não mudo” (3:6, ARA), e vocês também não mudaram (3:7), continuam desobedientes e por isso acontece o atraso das promessas. Respondendo a pergunta deles de como se voltar para Deus, o Senhor diz: parem de Me roubar. Sem arrependimento não há perdão. Mas o triste era que o povo não tinha consciência de seus pecados (3:7, 8).

Continuando a análise, Ralph L. Smith acredita que a pergunta “roubará o homem a Deus?” (3:8, ARA) deve ter surpreendido o povo, afinal eles tinham clara a noção do mandamento de não roubar e relacionavam isso a outras pessoas, mas talvez nunca imaginassem que a sua retenção do dízimo e da oferta constituía um roubo contra Deus³⁹. As reformas religiosas (Ezequias e Neemias) mostram a importância da questão financeira para o culto, mas servem também para evidenciar que o povo nem sempre era fiel. Sobre o verbo roubar, ele explica que a forma no particípio do verbo (3:8b e 9) se refere a uma ação contínua⁴⁰ e pode estar relacionado a Jacó, e também ter o sentido de enganar (usado na BJ), mas no texto de Malaquias a tradução roubar se mostra a melhor devido à gravidade de um ato contra Deus. Sobre o provar (3:10), é comum Deus provar o homem⁴¹ (Gn 22:1; Sl 11:5; 26:2; 66:10, etc.), mas é algo incomum o homem provar a Deus (Is 7:11, 12; Jz 6:36-40; I Rs 18:24), e quando ocorreu tiveram a intenção de reavivar a fé em tempos de indiferença, algo necessário nos tempos de Malaquias (e hoje). O povo não atendeu ao apelo divino, “e as janelas do céu continuaram fechadas”⁴². Ryrie (2007, p. 895) lembra que “nem

³⁸ Em Números 18:21 Deus afirma que deu aos levitas o dízimo todo, portanto, Ele espera que o povo faça exatamente isso.

³⁹ Estariam muitos hoje cometendo o mesmo erro devido à mesma linha de raciocínio?

⁴⁰ O Site Bible.hub dá o significado como *are robbing* (estão roubando, tradução nossa). Disponível em: <http://biblehub.com/hebrew/koeim_6906.htm>. Acesso em: 03 Jul. 2014. A NVI diz: “estão me roubando; a nação toda está me roubando”, ou seja, mais que um ato pecaminoso, era uma atitude rebelde corriqueira.

⁴¹ Enquanto no dízimo se prova a fidelidade, pois o percentual já está previamente determinado, a oferta prova não somente a fidelidade, mas também a generosidade (Silva, 2011, p. 17).

⁴² Tradução nossa da frase de Smith “*and the windows of heaven remained closed*”. Sobre “as janelas do céu”, deve ser uma referência ao local como origem das chuvas, ou seja, se houvesse

todos haviam apostatado” (3:16), e diante do grave e tentador problema financeiro, afirma que “o uso que o indivíduo faz do seu dinheiro é, com frequência, um termômetro de sua espiritualidade”, conforme I João 3:17.

No comentário de Willian Macdonald (2010, p. 797), ele lembra que trazer dízimos e ofertas servia como forma de reconhecimento de que todas as coisas pertenciam a Deus. Tal prática ainda é válida para o cristão, cuja contribuição deve ser sistemática e proporcional à sua prosperidade. Mesmo com uma visão equivocada sobre lei e graça, ele faz uma afirmação interessante, que se ao judeu estava estipulado o dízimo, contribuir com 10%, “com muito mais pode contribuir o cristão”, pois este último tem desfrutado de maiores favores da parte de Deus.

Segundo Lopes (2006, p. 93 – 106), a mensagem de Malaquias revela no povo algo pior que o pecado de roubar nos dízimos e ofertas, que é a insensibilidade, a falta de consciência da transgressão, pois eles insistiam em afirmar não estarem cometendo erro algum (3:7), “sonegavam o dízimo e julgavam que essa prática não os afetava espiritualmente”. Sobre o dízimo o autor acredita na sua perpetuidade, pois ele fazia parte do culto, da sua liturgia (Deuteronômio 12:6), e que não se trata de dar dinheiro à igreja, mas de um ato de adoração, “não é opcional, é mandamento; não é oferta, é dívida; não é sobra, são primícias; não é um peso, é uma benção”. Para ele, a falha na obediência acontece mediante “desculpas descabidas”, sendo algumas delas: a) desculpa teológica, que alega o dízimo fazer parte da lei e não da graça, mas, se estamos isentos do dízimo, também estamos da justiça, da misericórdia e da fé (Mt 23:23); b) desculpa financeira, alegando não sobrar, mas dízimo são primícias e não sobra; c) desculpa matemática, que diz ter dizimista pobre, enquanto há não dizimistas ricos, mas bênçãos não são somente coisas materiais, visto que “um homem nunca é tão pobre como quando ele só possui dinheiro”; d) desculpa sentimental, que não entrega porque não sente que deva fazer, mas dízimo não se refere a sentimento e sim a obediência; e) desculpa da consciência, que afirma que não entrega o dízimo, no entanto faz outras coisas, mas uma coisa não isenta a outra; f) desculpa política, esta diz que a igreja não administra bem o recurso, mas Deus manda trazer o dízimo, Ele não constitui a pessoa um fiscal do mesmo; g) desculpa mesquinha, esta alega que uma igreja rica não precisa de meu dízimo, mas o dono do dízimo é Deus, não a pessoa; e por fim h) desculpa da discordância, aqui a pessoa

arrendimento, não haveria seca (maldição) e sim chuva e abundância (benção) (SMITH, 2002, p. 334).

afirma não concordar com o dízimo, e este direito ela realmente tem, mas ela não tem “direito de escolher as consequências” das escolhas (Romanos 6:23). Moore (p. 162, citado por Lopes, 2006, p. 100) afirma que se quisermos ter abertos os tesouros de Deus, “devemos abrir os nossos próprios tesouros (3:10, 11)”, e Ellisen (2007, p. 403) diz que o Senhor lembra o povo que eles estavam, ao roubar Deus, roubando eles mesmos, pois como resultado do roubo obtinham colheitas fracassadas, além do risco de se acostumarem, cauterizando a mente devido à repetição do pecado. A mensagem de Malaquias visava despertar o povo da sua paralisia espiritual.

Outro detalhe importante na mensagem de Malaquias tem a ver com teônimo “O Senhor dos Exércitos” (*YHWH šěbā’ôt*). Em um estudo de Tryggve N. D. Mettinger (2008, p. 183 –226) são apresentadas informações importantes, como por exemplo, que tal expressão, das 284 vezes em que acontece no Antigo Testamento, 24 delas está em Malaquias, e que este profeta a usa menos somente do que Jeremias (82 vezes), Isaías (56 vezes) e Zacarias (53 vezes). Se levarmos em conta o tamanho destes livros em quantidade de capítulos, proporcionalmente o livro de Malaquias é onde mais a expressão aparece. Isso se torna mais interessante diante da conclusão de Mettinger, de que se trata de Deus como “Iahweh dos exércitos celestiais”, que atua na história, “a majestade que determina os destinos do mundo” e não de simples exércitos terrenos como Baal, que “era representado como o jovem guerreiro” e a expressão está estatisticamente relacionada ao templo, “uma expressão de invocação divina comum entre os sacerdotes”. Ou seja, parece que o Senhor está querendo dizer que o Deus a quem eles tanto se referiam, este mesmo Deus não estava nem um pouco satisfeito com eles, também que o mesmo Deus que eles alegavam estar servindo, os reprova dizendo que não basta fazer algo, é preciso fazer da forma ordenada, e ainda que o mesmo Deus poderoso a quem eles clamavam, usaria deste poder contra eles caso não houvesse arrependimento. Desta forma, quanto ao dízimo, não basta fazer, é preciso fazer da forma correta, e caso não seja assim haverá consequências ruins.

2.1.10 Conclusão Parcial

Por muitas vezes o tema do dízimo é tratado no Antigo Testamento e como vimos, as informações são bastante esclarecedores. Logo de início vimos no relato de

Abraão e Melquisedeque que, na entrega do dízimo, o reconhecimento de que Deus é Senhor de tudo e a gratidão são motivos corretos. Ainda vemos que a atitude desprendida de Abraão quanto aos despojos da batalha os quais ele não se interessou (assim como também na hora da escolha de terras com seu sobrinho) são atitudes de alguém não governado pelo egoísmo e uma evidencia que sua fidelidade a Deus nas questões materiais. E por último o relato joga por terra a base da teologia da prosperidade. Enquanto no relato bíblico Abraão é primeiramente abençoado e depois realiza a entrega do dízimo, nas pregações da prosperidade a iniciativa deve ser do ofertante, que deve entregar o dízimo para depois receber as multiplicadas bênçãos.

No livro de Levíticos podemos perceber a seriedade do tema, que é chamado de santo ao Senhor e por isso o fiel deveria ser cuidadoso, não permitindo de forma alguma qualquer tipo de engano no momento de separar seu dízimo. Além disso, qualquer coisa que fosse dedicada a Deus não poderia ser reavida. Números fala sobre o direito dos levitas quanto aos dízimos devido não terem recebido herança de terras, ou seja, o dízimo financiaria a permanência do levita no serviço religioso do templo de forma integral e que esse plano teria caráter perpétuo. Isso poderia ser visto no Novo Testamento sendo representado por Jesus, o grande sumo sacerdote, e Sua igreja. Temos neste livro também um alerta para os sacerdotes que jamais poderiam nem lidar e nem usar o que era sagrado de forma inadequada ou irreverente, e caso o fizessem pagariam com a vida⁴³.

Em Deuteronômio podemos distinguir os dízimos, que são dois. Deus pensou em tudo. Um primeiro dízimo para o templo, um segundo para as atividades religiosas e um redirecionamento deste (chamado às vezes de terceiro dízimo) para atividades de caridade. A pobreza não estava nos planos de Deus, mas ela é uma evidência da existência do egoísmo. No relato de Crônicas temos um povo submisso a um governo pagão por causa da infidelidade, inclusive nos dízimos, e uma reforma acontece com Ezequias. Reforma também é o que faz Neemias, com um compromisso escrito que tem a fidelidade financeira a Deus como uma das cláusulas. O relato ainda mostra que diante de uma liderança comprometida o povo prometeu fidelidade alegremente e também que o manuseio dos recursos dos dízimos e ofertas deveria ser feito pelos levitas e sacerdotes.

⁴³ Tratar o sagrado de forma inadequada e irreverente foi o problema de Nadabe e Abiú, e de fato colheram como consequência a morte.

No livro de Amós há o relato de um povo servindo a Deus somente em parte e completamente insensível às necessidades alheias (agindo como animais). Havia uma grande busca por recursos visando satisfazer desejos egoístas e os pobres eram deixados de lado, algo que por toda a Bíblia provoca o desagrado de Deus. Este relato de Amós parece encontrar paralelo em nossos dias, de uma sociedade consumista, com uma jornada intensa de atividades e tão insensível ao próximo. Por causa da transgressão daquele povo eles foram castigados por Deus com maldições. Será que isso poderia acontecer ou estar acontecendo hoje?

Quanto ao profeta Malaquias, uma das grandes mensagens de seu escrito é que ninguém, nem mesmos os líderes religiosos podem tratar as coisas sagradas como se fossem comuns. Fazendo isso seriam mal vistos pelo próprio povo. Outro fator agravante é que agiam como se nada estivesse fazendo de errado e por conta disso colhiam maldições. Deus manda uma mensagem clara ao povo dizendo que o roubo não pode ser tolerado, nem mesmo em parte. Ele sabe fazer contas e não adiantava entregar, mas não entregar o valor correto. Roubar a Ele era incompreensível porque não precisavam fazer isso, poderiam confiar Nele para prover todas as suas necessidades, além do que esse roubo trazia somente prejuízo (maldições) e não benefícios.

2.2 Oferta no Antigo Testamento

Quando o assunto é oferta, o Antigo Testamento possui diversas palavras hebraicas com este significado, tais como **הָבִיב** (*habhab* = presente, dádiva, oferta), **מִנְחָה** (*minḥâ* = oferta, presente, oferta de cereais, oferta de manjares, oblação, sacrifício), **קֶרְבָּן** (*qorbān* = oferta), entre outras (HARRIS, 1998, p. 600, 853, 1367 e 1776).⁴⁴ Para efeito desse estudo, a palavra analisada é **תְּרוּמָה** (*t'rûmâ*), que significa

⁴⁴ **אֶשְׁחָה** (*'isheh*) = oferta queimada; **הַטָּאָה / הַטָּאָת** (*hăṭā'â / haṭṭā't*) = oferta pelo pecado; **מִמְסָךְ** (*mimsāk*) = oferta de libação; **נְדָבָה** (*nēdābâ*) = oferta voluntária; **נֶדֶר** (*neder*) = oferta votiva; **תְּנוּפָה** (*t'ēnûpâ*) = oferta movida; **נֶסֶךְ / מִסְכָּה** (*nēsek / massēkā*) = oferta de bebidas; **שְׁלָם** (*shelem*) = oferta pacífica (HARRIS, 1998, p. 128, 450, 857, 922, 927, 941, 970, 1572). Silva (2011, p. 66 – 7) trás um quadro com uma lista com um total de 20 palavras usadas para oferta no texto hebraico, assim como seus significados e uma “lição espiritual”.

contribuição, oferta, oferta alçada, e é derivada de רומ (rûm) cujo significado é estar no alto, ser exaltado, erguer-se, altura. (lb., p. 1410 - 2).

A intenção central de **רִמָּא** é de algo levantado, oferecido, e é usada para atender várias necessidades (BAKER, 2003, p. 1246). Parece desta forma que a diferença entre **רִמָּא** e **מַאֲסֵר** não seria quanto à santidade ou destino, mas sim quanto ao seu uso, sendo ela menos restrita. Ela e suas variações ocorrem 76 vezes no decorrer da Bíblia Hebraica (EVEN-SHOSHAN, 1990, p. 1.239), sendo que 3 vezes aparece num contexto não religioso (Pv 29:4), ou não sagrado/cúltico (Is 40:20 e 2 Sm 1:21), deixando de tratar do assunto em questão, restando dessa forma 73 vezes, que são as seguintes:

- I. Êxodo 25:2^(2x), 3; 29:27, 28^(3x); 30:13, 14, 15; 35:5^(2x), 21, 24^(2x); 36:3, 6;
- II. Levítico 7:14, 32, 34; 10:14, 15; 22:12;
- III. Números 5:9; 6:20; 15:19, 20^(2x), 21; 18:8, 11, 19, 24, 26, 27, 28^(2x), 29; 31:29, 41, 52;
- IV. Deuteronômio 12:6, 11, 17;
- V. 2 Crônicas 31:10, 12, 14;
- VI. Esdras 8:25;
- VII. Neemias 10:38, 40; 12:44; 13:5;
- VIII. Ezequiel 20:40; 44:30^(2x); 45:1, 6, 7^(2x), 13, 16; 48:8, 9, 10, 12, 18^(2x), 20^(2x), 21^(3x);
- IX. Malaquias 3:8;

Apesar da quantidade considerável de vezes em que a palavra aparece no texto, há uma concentração delas em apenas 9 livros.

A seleção da palavra **רִמָּא** entre as demais palavras usadas para oferta ocorre pelo fato de ser esta a palavra que aparece em Malaquias 3:8 (BH), texto este que provavelmente seja o mais utilizado para abordar o assunto da oferta no Antigo Testamento.

O mesmo critério foi utilizado para **מַאֲסֵר**, que é a palavra encontrada no texto de Malaquias (3:8 e 10). Portanto, passagens bíblicas que tenham textos onde a tradução no português, ou a ideia de dizimar e ofertar esteja presente, mas no texto original hebraico não conste as palavras acima não estão entre as passagens

relacionadas, como por exemplo, Gênesis 28:22 e I Samuel 8:15 e 17.⁴⁵ Mas mesmo diante desse critério, outras passagens são lembradas e utilizadas (mesmo que não analisadas em detalhes) com a finalidade de esclarecer ainda mais os conceitos sobre o assunto.

2.2.1 Oferta em Êxodo

No livro do Êxodo são diversas as passagens onde ocorre a palavra **ʾrûmâ** (17 vezes) e em cinco capítulos diferentes. A primeira vez ocorre no capítulo 25 e o contexto é o da construção do tabernáculo. Deus orienta a Moisés para o fato de que as ofertas aceitas deveriam vir de todo àquele que voluntariamente se dispusesse a entregar. O CBASD (2011, p. 684) lembra que esse mesmo espírito voluntarioso é encontrado nas passagens onde Davi prepara recursos para a construção do templo por Salomão (I Cr 29:1-9) e onde o templo é reconstruído após o cativeiro babilônico (Ed 2:68, 69; Ag 1:12-14).

O segundo grupo de passagens acontece no capítulo 29 que trata da consagração dos sacerdotes. A oferta praticada aqui deveria ser consagrada a Deus, conforme o verso 28, e seria porção destinada ao sacerdócio. O período de realização da mesma também é estipulado no mesmo verso por meio da palavra **עולם** (*ʾôlām*), que significa: para sempre, sempre, eterno, para todo o sempre, perpétuo (Harris, 1998, p. 1126). Segundo Champlin (2001, vol. 1, p. 437) há aqui uma obrigação perpétua que é: “os sacerdotes deveriam viver do altar”.

No terceiro grupo as passagens estão no capítulo 30, onde a oferta tem um valor fixo estipulado, meio siclo, igual para todos os homens que no momento do recenseamento tivessem a idade de vinte anos ou mais. Esse pagamento tinha um valor acessível a todos se levarmos em consideração que no Novo Testamento um siclo era o pagamento para um dia de trabalho (Harris, 1998, p. 1614).

⁴⁵ Nestes dois versos, a palavra que aparece é o verbo *ʾāšār*. No texto de Gênesis 28:22, o verbo está no Piel, e significa dar dízimo, enquanto no texto de I Samuel o verbo está no Qal, e significa pagar dízimo. Este último era requerido pelas autoridades como se fosse um imposto (SWANSON, 1997, vocábulo 6923), e desta forma, não se referindo ao dízimo religioso, sagrado. Gower (2002, p. 177 – 8) lembra que tal imposto só aparece por causa da instituição de uma casa real, mas antes disso, havia somente o tributo religioso.

O quarto bloco está no capítulo 35, onde aparece o relato semelhante ao do capítulo 25, e com uma resposta do povo ao pedido de contribuição para a construção do tabernáculo. Após ouvirem as palavras de Deus por meio de Moisés o povo saiu da sua presença, depois retornaram trazendo as ofertas solicitadas para a construção em geral. Homens e mulheres, todos traziam conforme o produto que tinham disponíveis.

As ofertas não paravam de chegar, dia a dia, e a quinta passagem, que está no capítulo 36 (5-7) relata este fato. A liberalidade do povo chegou ao ponto de terem que ser impedidos por Moisés de continuarem a trazer ofertas para aquela finalidade.

Percebe-se que no livro do Êxodo temos a oferta em três grupos: oferta relacionada ao sacerdócio; ao imposto em caso de censo; e à construção do tabernáculo.

Quanto à oferta relacionada ao sacerdócio no capítulo 29, trata-se da instituição da mesma quando da consagração dos sacerdotes, e que a partir dali faria parte do sistema de ofertas para manutenção do templo, onde o peito e a coxa eram entregues aos sacerdotes (ALEXANDER, 2009, p. 183). É muito justo que o estabelecimento dessa oferta apareça justamente no contexto da construção do tabernáculo, ou seja, na instituição oficial de um sacerdócio organizado. Como os oficiais do templo não teriam parte na herança da terra, e deveriam se dedicar de forma exclusiva ao serviço sagrado, precisaria haver uma forma de manter o sustento desse ministério. (Walton, 2003, p. 112).

No capítulo 30 aparece à oferta (*terûmâ*) relacionada a um tributo com valor fixo e para uma faixa etária específica, vinte anos para cima. Ela tinha caráter voluntário, pois somente deveria ocorrer quando houvesse realização de um censo, mas se tornava obrigatória na medida em que ele acontecesse, pois serviria para fazer expiação pela vida da pessoa. O CBASD afirma que a desobediência implicava em castigo (verso 12), e que tal imposto, devido somente aos homens⁴⁶, tinha um valor mínimo (tanto que muitos davam mais do que o valor estipulado) e era acessível até mesmo aos pobres (2011, vol. 1, p. 710). Para R. Alan Cole (1980, p. 200) “a natureza simbólica do resgate é evidente à luz da pequena e invariável quantia exigida de cada pessoa”. Ele lembra ainda do evento ocorrido na época de Davi (II Sm 24; I Cr 21) quando ele promoveu um censo que trouxe o desagrado e o castigo divino, e que tal

⁴⁶ Ver Números 1:2.

castigo pode ter vindo pelo fato de não ter havido o recolhimento dessa oferta. Mas esse motivo não é defendido pelo CBASD (2012, vol. 2, p. 779), que vê a ira de Deus como resultado dos motivos orgulhosos que determinaram o censo.

O último grupo no livro de Êxodo (capítulo 36) refere-se também às ofertas para a construção do tabernáculo. Esse tema começa a partir do capítulo 25 e vai até o capítulo 31. Nos capítulos 32-34 acontece o pecado do bezerro de ouro, o arrependimento do povo e o recebimento pela segunda vez das tábuas da lei. No capítulo 35 o tema do tabernáculo é novamente retomado e vai até o final do livro de Êxodo.

A construção do tabernáculo foi uma situação pontual, uma oferta diferente das que faziam parte do cotidiano e envolveu ofertas completamente voluntárias⁴⁷, no mesmo espírito que aconteceu na construção do primeiro templo e na sua reconstrução após cativeiro em Babilônia (I Cr 29:1-9; Ed 2:68, 69; 8:24-34). O apelo de Moisés foi respondido de forma tão surpreendente (assim como o do rei Ezequias em II Cr 31:4-10) que as ofertas excederam o necessário (CBASD, vol. 1, p. 684 e 734). O povo então teve que ser literalmente proibido de trazer mais ofertas (36:6).

No verso 2 do capítulo 25 a voluntariedade é descrita na expressão “todo homem cujo coração o mover para isso” (ARA), e para Cole (1980, p. 182 – 3 e 227) essa era a maneira hebraica de dizer “todo homem que desejar”. Ele acredita que tantos recursos proviam dos despojos que conseguiram quando partiram do Egito junto com bens que conseguiram acumular (12:32-36). Enfatiza ainda o caráter não monetário de algumas ofertas que envolvia o serviço de homens e mulheres habilidosos (versos 10 e 26), de forma a possibilitar que todos realizassem uma parte na construção do tabernáculo.

No texto de 35:29 parece dar uma evidência de que nem todos atenderam ao apelo. O verso começa dizendo que “os filhos de Israel trouxeram oferta voluntária ao Senhor” (ARA), “a saber” (ARA, BJ), “todo homem e mulher cujo coração os dispôs para trazerem uma oferta” (ARA) ou “cujo coração os movia a trazerem uma oferta” (BJ). Na tradução NVI a ideia fica ainda mais evidente, pois no seu texto consta que “todos os israelitas que se dispuseram, tanto homens como mulheres, trouxeram ao Senhor ofertas voluntárias”. Se aplicássemos aqui a tradução de Cole mencionada acima, teríamos o seguinte verso: “todo aquele que desejou, trouxe uma oferta”

⁴⁷ Hugenberger Gordon (2009, p. 257) mostra que esse caráter voluntário é ressaltado no capítulo 35 em diversas oportunidades (versos 21, 22, 26 e 29).

(Tradução Livre) ⁴⁸, ou seja, só não trouxe quem não quis, e, por conseguinte, poderia ter tido quem não quis. Para Champlin, o verso “dá a entender que houve alguns que não se sentiram impelidos a agir, os quais também não prestaram sua cooperação”, mas que no geral quase todos cooperaram (2001, vol. 1, p. 463). Isso se encaixa com o conceito bíblico de que o Espírito apela, mas que mesmo assim muitos acabam resistindo.

Mas o fato de o texto dizer que ofertaram aqueles que se dispuseram ou que tiveram o coração movido para isso não significa que somente alguns ou muitos ofertaram (e uma parte não), mas sim que todos os que participaram (e podem ter sido todos), só o fizeram porquanto tiveram o coração movido por Deus para isso. Conforme John I. Durham (2002, p. 477), o destaque não recai sobre a forma obediente (e rápida) com que reagiram diante da instrução, mas na maneira desprendida com que fizeram isso, a ponto de provocarem a necessidade de uma nova instrução, a de que teriam de parar. Portanto, não buscaram qual o mínimo a ser feito para Deus, mas qual é o máximo que pode ser feito para Ele, uma atitude evidente de uma atuação do Espírito de Deus.

2.2.2 Oferta em Levítico

Das seis vezes em que ocorre a palavra *ṭerûmâ* três delas estão registradas no capítulo 7, que trás uma legislação sobre algumas ofertas a serem apresentadas pelo povo de Deus. Uma das ofertas apresentadas deveria ser destinada ao sacerdote oficiante em se tratando de oferta de bolo (14) ou parte para o sacerdote oficiante (a coxa, verso 33) e parte para a família sumo sacerdotal (o peito, verso 31) em se tratando de oferta de animal.⁴⁹ Aqui novamente é ressaltado o caráter perpétuo da oferta (verso 34).

Sobre o sistema de sacrifícios de Israel, diferente do que se possa pensar, Christopher J. W. Wright lembra que quando comparado com os ritos sacrificais de outras antigas culturas, o sistema de Israel se revela “simples e objetivo” além de

⁴⁸ Uma tradução literal do texto original parece confirmar a ideia, ela seria: “todo homem e mulher que incitou o coração deles” (FRANCISCO, 2012, vol. 1, p. 319).

⁴⁹ Segundo Vaux (2004, p. 456), o uso de *ṭenupah* (balançado, o peito) e *ṭerumah* (elevado, a coxa) acontece de forma indistinta em muitos casos, tendo “o sentido comum de “contribuição””, e fazem parte do sacrifício de comunhão.

destituídos de sacrifícios humanos, sexualidade, automutilação ou ideias de se conseguir favores divinos devido à apresentação dos sacrifícios, ou seja, eles eram respostas às bênçãos e não uma compra delas. Outra distinção é que no sistema israelita não havia favorecimento dos mais ricos e as normas ajustavam o sacrifício à capacidade da pessoa, favorecendo a todos o recebimento do perdão (2009, p. 207). Sabemos que as pessoas mais pobres ofereciam sacrifícios de aves ao invés de gado (5:7, 11; 12:8), fato relatado também no Novo Testamento na apresentação do menino Jesus no templo (Lc 2:24).

Segundo House (2005, p. 162 e 164) os leitores da atualidade ficam muito confundidos com os textos que tratam de sacrifícios, chegando a terem aversão por causa da matança de animais, ainda mais que isso se referia a uma exigência divina. Mas é preciso compreender que era um sistema estabelecido para um povo que estava familiarizado com tais práticas. A respeito dos sacrifícios em que as pessoas podiam comer da carne, citando Martens, ele concorda que o sacrifício em Israel não envolvia a obtenção de benefícios, mas estabelecer uma “comunhão com a divindade” (1981, p. 56). Precisamos também levar em consideração que, conforme o Manual Bíblico SBB (MBS), as ofertas envolviam animais e produtos da terra, e isso representava “o que de mais precioso tinha a pessoa que trazia o sacrifício”, e ao trazê-las, significava uma entrega das coisas mais preciosas recebidas de Deus (2008, p. 183).

Ainda sobre o sacrifício religioso, Vaux (2004, p. 485-494) fala sobre a compreensão do sacrifício como uma oferta a “uma divindade má e interesseira”, onde a pessoa acreditava ser a forma de acalmar e conseguir favores dos deuses, conceito divulgado de forma grosseira como sendo “para qualquer povo”, o que estudos atuais mostram não ser verdade e a Bíblia revela que o sacrifício em Israel era diferente. Deus é dono de tudo e não carece de posses humanas. “O sacrifício é o ato essencial do culto exterior. É uma oração em ação. O homem deve tudo a Deus, é, pois, justo que lhe pague um tributo, como um súdito a seu rei”. Mas, “o sacrifício é mais que um tributo, é um dom”. Sacrificando, “ele se priva para dar, ele perde, mas ele ganha, pois essa dádiva é uma garantia que ele recebe de Deus” (afinal, ninguém pode dar se não tiver). Para muitos, os profetas condenaram a prática do sacrifício, quando na verdade o que eles condenaram foram sua forma e seus motivos, prova disso é que “Jesus não condenou o sacrifício, ele se ofereceu em sacrifício” (Ef 5:2).

De acordo com David S. Dockery (2001, p. 185), o propósito para Israel era a separação, ser uma “nação santa”, chamada para realizar uma tarefa específica designada por Deus, e ao entrar em aliança com Ele se torna Seu vassalo⁵⁰. No sistema com as ofertas o povo mostraria que compreendia os benefícios recebidos na aliança e por isso agradecia.

No capítulo 7 a partir do verso 11 está a lei das ofertas pacíficas (ver também 3:1-17) ou “oferta de comunhão” (tradução NVI). A שְׁלֵמִים (*shelem*), oferta pacífica, era apresentada como ação de graças, em cumprimento a um voto ou simplesmente de forma voluntária⁵¹ (7:12, 16). Constava de animal limpo e sem defeito e a carne deveria ser comida⁵² por ofertantes e sacerdote no mesmo dia, no caso de oferta de ação de graça (15), ou até no dia seguinte quando se tratava de oferta voluntária ou voto (16), mas após encerramento do prazo, no segundo ou terceiro dia conforme o caso, ainda havendo carne da oferta esta deveria ser totalmente queimada. Para Walton, esse era um cuidado para se evitar qualquer contaminação (2003, p. 126). Champlin acredita que, além disso, existiam outros dois motivos para esses prazos de consumo da oferta: o primeiro, lembrar as pessoas de que se tratava de algo sagrado, aquela refeição não era algo comum; e segundo e muito importante, forçar uma distribuição do alimento a outras pessoas, a familiares e indivíduos pobres⁵³ (2001, vol. 1, p. 500).

Para todos os casos, o não cumprimento dessa exigência relacionada aos prazos de consumo da oferta era abominação e acarretava em rejeição da oferta e do ofertante por parte de Deus (17, 18), significando a sua eliminação do meio do povo (19:8). A palavra utilizada é כָּרַת (*kārat*) que tem vários significados como eliminar, matar, fazer aliança, cortar fora (parte do corpo, Ex: cabeça, prepúcio, mão), e Harris afirma que em alguns casos é difícil dizer se a pessoa na verdade era morta ou expulsa (1998, p. 751), mas Wright entende que nesse caso, a eliminação deveria se referir a “uma forma de maldição divina” (2009, p. 206). Seja como for, em qualquer

⁵⁰ O vassalo era a parte submissa de um tratado com um senhor, o suserano. Ele prometia fidelidade e recebia proteção e benefícios (disponível em: <<http://www.significados.com.br/vassalo/>>. Acesso em: 30 Jul. 2013).

⁵¹ Essas são as três ofertas pacíficas, שְׁלֵמִים (*shelem*), oferta pacífica; נְדִיבָה (*nēdābā*), oferta voluntária; e תּוֹדָה (*tódā*), confissão, louvor. Nesta última, ao ofertar a pessoa pronunciava declarações louvando a Deus (HARRIS, 1998, p. 1574, 922 e 596).

⁵² Caso a carne tocasse em alguma coisa imunda ela deveria ser rejeitada, não sendo mais apropriada para o consumo e seria queimada (verso 19).

⁵³ Se fosse a pessoa que estava imunda, ela não poderia participar comendo da oferta, e caso isso ocorresse ela seria eliminada do povo (versos 20 e 21).

das hipóteses fica evidente uma punição dura em caso de desobediência. Para Harrison (1983, p. 72 – 7) essa força na linguagem revela a seriedade do processo. Ainda afirma que a *shelem* diferia de outras ofertas porque era a única onde o sacrifício poderia ser comido pelo ofertante. Era compreendida por Israel a oferta voluntária como uma resposta concreta de gratidão e não apenas verbal, representando o amar de fato e não somente de palavra (I Jo 3:18), pois a profissão de fé somente verbal poderia ser feita sinceramente ou não, enquanto a oferta de gratidão levava o relacionamento do nível puramente espiritual para o nível prático também. Sobre a coxa e o peito (a **ṭrûmâ** dos versos 32, 34), estas partes representavam o que havia de melhor no animal, eram elas as separadas para um convidado especial. Quanto à vigência do princípio (35, 36), sua perpetuidade estaria garantida devido a sua finalidade (e não a sua forma) e hoje as atividades religiosas e a ministração de coisas sagradas ainda requerem a sua retribuição (Lc 10:7).

Na oferta pacífica de ação de graças havia ofertas acessórias⁵⁴ acompanhando, e dentre essas a **ṭrûmâ**, que seria a oferta ao Senhor, que por sua vez a transferia para o sacerdote oficiante da cerimônia (7:14). No procedimento, o bolo sem fermento (ou coxa ou peito em caso de oferta animal) era entregue ao sacerdote que o movia, levantando e abaixando ou movendo-o para frente e para trás, perante o altar, simbolizando assim que o bolo era ofertado a Deus e depois passado ao sacerdote. Do versículo 28 até o final do capítulo Deus volta a recomendar: “fala aos filhos de Israel”, para que não se esqueçam da parte a ser ofertada ao Senhor para o sacerdote. Essa recomendação parece ser a ênfase de todo o capítulo, lembrando ao povo sua responsabilidade em manter o ministério sagrado (CBASD, 2011, vol. 1, p. 801 - 2).

Um detalhe importante a ser ressaltado é com relação ao bolo, a parte pertencente ao sacerdote. Ele representava a décima parte do total de bolos oferecidos. Para Maimônides, quatro de um total de quarenta (Masseh Hakorbanot, c. 9, sec. 17, 18, 21, citado em CHAMPLIN, 2001, vol. 1, p. 500) ou, segundo o CBASD, um do total de dez (2011, vol. 1, p. 801).

No capítulo 10 também há um relato, e assim como no capítulo 22, onde novamente encontramos a palavra oferta (**ṭrûmâ**) referindo-se a oferta dedicada ao sacerdote. O que ocorre de novo nessas passagens é a menção de que a oferta do

⁵⁴ Para mais informações sobre ofertas, ofertas acessórias e procedimentos ver CBASD, vol.1, p. 752-760 .

sacerdote poderia ser usufruída não somente por ele, mas também por sua família (10:14), não toda ela, mas aquela parte que se encontrava dependente na casa dos sacerdotes, inclusive um escravo. Não poderia ser desfrutada por um estrangeiro, por hóspede seu, ou até mesmo por uma filha que fosse casada com um estrangeiro, a não ser que ela não tendo filhos, por viuvez ou repudio, retornasse para a casa do pai. Caso isso não fosse observado, não por rebeldia, mas por engano, deveria ser feita uma restituição com um acréscimo de um quinto (22:10-14; 5:15, 16).

Esse estrangeiro (זָרָא/ *zûr*) é traduzido pela Bíblia de Jerusalém (BJ, 2002, p. 191) como leigo, e faz referência em nota que se trata de pessoa de outra família que não a do sacerdote. O uso da palavra em Deuteronômio 25:5 parece apoiar essa ideia ao se referir a alguém estranho, não pertencente a uma determinada família. Harrison vê aqui uma menção a alguém que não era um sacerdote (1983, p. 196).

A oferta deveria ser comida em local apropriado, santo, limpo cerimonialmente (10:13, 14), e essa possibilidade de comer da oferta colocava sobre as ofertas uma distinção, entre coisas santas, a oferta aqui em questão, que poderia ser partilhada pelo sacerdote e sua família, e as coisas santíssimas, que somente seria comida pelo sacerdote (CHAMPLIN, 2001, vol. 1, p. 485 – 6; CBASD, 2011, vol. 1, p. 811)⁵⁵.

O capítulo 10 é onde encontramos o incrível relato da morte dos filhos de Arão, Nadabe e Abiú, que por causa de sua negligência no trato das coisas sagradas receberam o juízo executivo de Deus. Esse contexto colabora para uma compreensão mais apurada sobre coisas consideradas santas por Deus. É logo após este acontecimento que surgem as orientações dos versos seguintes (8-15), relacionadas às ofertas.

O estatuto perpétuo (10:15) ordenado por Deus era algo muito sério para os sacerdotes, conforme podemos ver nesse relato (CBASD, 2011, vol. 1, p. 811):

O teste supremo ocorreu no final do cerco e na destruição do templo pelos romanos, no ano 70 d.C. Era a hora do sacrifício da tarde. Jerusalém já havia sido capturada, mas o templo ainda resistia. De forma solene e imperturbável, os sacerdotes conduziam o ritual enquanto os romanos escalavam os muros e entravam nos recintos do templo. Os edifícios

⁵⁵ Temos na Bíblia o dízimo para o sacerdote, temos também a oferta para o sacerdote, fatos estes que parecem indicar, no sentido de princípio, não uma pessoa, mas uma direção para onde ambos deviam ser levados. E fora isso, temos ainda ofertas comunitárias, mostrando que os dois casos anteriores não esgotavam as oportunidades de entrega.

incendiavam e as chamas se espalhavam por todos os lados, mas com calma e equilíbrio os sacerdotes continuavam seu trabalho. Nada devia interferir na obra de Deus.

O texto do capítulo 22, nos versos 15 e 16, segundo Gordon (2009, p. 286) coloca que a responsabilidade de que as exigências de Deus fossem cumpridas estava sobre os sacerdotes, e a tradução da NVI representa essa ideia claramente ao dizer que os sacerdotes não poderiam permitir que as pessoas comessem além do que era permitido, pois se assim fizessem, estas mesmas pessoas estariam debaixo de culpa e carentes de reconciliação.

A responsabilidade colocada sobre os sacerdotes, a organização dos serviços e o ensino das coisas sagradas, é algo que podemos ver nos versos seguintes (17-33) onde os sacerdotes recebem todas as orientações para o exercício das suas funções relacionadas às ofertas, e dentre estas orientações uma é lembrada com frequência: as ofertas deveriam ser sem defeito. A observância significava santificação, enquanto a desobediência significava profanar o nome de Deus.

2.2.3 Oferta em Números

O livro de Números é o segundo em quantidade de vezes onde aparece a palavra em questão para oferta (**ṭrûmâ**). São dezoito ocorrências e elas estão presentes em cinco capítulos diferentes, mas em somente um deles, o capítulo 18, ocorre juntamente com a palavra dízimo.

No capítulo 5, (versos 5-10) onde está tratando dos deveres daqueles que causassem algum tipo de prejuízo (Carson diz se tratar de uma complementação de Lv 6:1-7, acrescentando a informação sobre o direito de recebimento por parte de um parente (2009, p. 306)), o procedimento deveria ser o de restituição à parte prejudicada acrescida de um quinto. Caso a parte ofendida já não pudesse receber a restituição, e se não houvesse parentes que pudessem o fazer, a mesma ainda assim deveria ser feita, mas ela pertenceria ao sacerdócio e o proprietário era o sacerdote oficiante (verso 9). O verso 5 diz que o pecado era tido como uma ofensa ao Senhor (I Co 8:12), e o verso 8 relata que a restituição era feita ao Senhor, dessa forma, em caso de não haver pessoas com o direito legítimo de receber, a oferta era de

propriedade do sacerdote, o representante do Senhor, que é quem realmente tinha direitos.

O CBASD enfatiza aqui um princípio interessante de que “embora seja possível pecar contra Deus sem prejudicar o próximo, é impossível pecar contra o ser humano sem cometer, ao mesmo tempo, um pecado contra Deus” (2011, vol. 1, p. 914).

Walton relata que nas leis de Hamurabi o acréscimo era de somente um sexto do valor da restituição (2003, p. 148), o que coloca a lei de Deus como sendo menos tolerante para o assunto. Isso pode se dever ao fato de que o pecado envolve mais do que simplesmente uma questão material. Como escreve Peter John Naylor, existe a natureza espiritual do erro (no caso de fraude, a cobiça), há a desconfiança do cuidado de Deus, o amor às coisas materiais. Portanto, a propriedade roubada precisa ser restituída e um acréscimo deve ser trazido como forma de recompensa (2009, p. 272). Para Wenhan (1985, p. 85) fica evidente o lado prático da lei que, por meio da restituição fortaleceria a unidade e a harmonia entre a nação, tanto no relacionamento com o semelhante como no relacionamento do Deus (Mt 5:23).

No capítulo 6 existem as instruções quanto à lei para o voto do nazireu, que poderia ser feito por homem ou mulher (6:2) e significava uma pessoa consagrada a Deus. Havia uma série de cuidados a serem observados pela pessoa que realizasse tal tipo de voto, como não usar de bebidas fortes, não cortar o cabelo e não tocar em cadáveres, e o seu descumprimento contaminava a pessoa e requeria o oferecimento de ofertas. O voto, considerado especial⁵⁶ (verso 2), poderia ter um prazo determinado para acabar (verso 13), e quando chegasse ao fim também exigia a apresentação de diversas ofertas, inclusive o próprio cabelo que era queimado no altar, e uma delas era a oferta movida destinada ao sacerdote (verso 20). O caráter voluntário da oferta, assim como no caso do censo, estava somente até a pessoa assumir o compromisso, mas uma vez assumido, ele deveria cumprir todas as exigências da lei (6:2, 13-21).

O capítulo 15 de números trás diversas leis sobre as ofertas. Para algumas ofertas envolvendo animais, uma oferta de cereais faria também parte, e isso era requerido da mesma forma do estrangeiro. A partir do verso 17 as orientações ao povo eram para que, ao entrarem na terra prometida e realizarem suas colheitas, uma parte

⁵⁶Wenhan (1985, p. 93 – 4) destaca a santidade excepcional desse voto pelas ofertas que precisavam ser oferecidas ao término do prazo, que era igual às oferecidas por Arão quando de sua ordenação (13-20; Levítico 8). Além disso, caso houvesse uma quebra do voto, deveria haver uma reconsagração e a contagem do tempo do voto começava de novo, e os dias anteriores eram perdidos (verso 12). Ainda a sua oferta movida era maior do que a oferta movida comumente realizada (verso 19).

das mesmas deveria ser trazida como oferta ao Senhor. E a transgressão dessas ordens era vista de forma diferenciada⁵⁷. Para o que errasse por ignorância, a apresentação de ofertas traria perdão (24-29), mas para o que transgredisse de forma rebelde, este insultava ao Senhor (30-31), e a pena era severa, a pessoa deveria ser eliminada do meio do povo. Importante destacar que nos versos seguintes (32-36) já consta um relato de transgressão rebelde, parece ser uma apresentação clara de um exemplo. Era alguém que estava trabalhando no sábado. Ele foi condenado e recebeu a pena dada a Moisés pelo próprio Deus. Deveria ser levado para fora do acampamento e apedrejado até a morte, o que aconteceu. Este relato é muito importante para compreendermos as consequências das transgressões das ordens de Deus e o significado da expressão “eliminado do meio povo”. Êxodo 31:12-14 trás a ordem sobre a guarda do sábado, e a pena para aquele que profanasse o dia sagrado seria a morte. Paralelo a essa declaração, como forma de sinônimo, consta que a pessoa seria eliminada do meio do povo, ou seja, a eliminação do meio do povo significava a morte.

Com respeito à oferta (19-21), o relato fala que ela deve ser composta das primícias da produção. A palavra hebraica ראשית (*rē'shîṭ*) significa primeiro, princípio, escolhido, melhor de um grupo (HARRIS, 1998, p. 1388), e seu significado deixa evidente a forma como deveria ser tratada a oferta quanto ao zelo e a santidade. É dessa primeira e melhor parte que deveria ser trazida uma oferta ao Senhor. Com certeza isso visava ensinar o povo de que as coisas de Deus deveriam ocupar o primeiro lugar na vida deles.

Era uma orientação de forma antecipada, pois o povo ainda estava no deserto, mas deveriam praticar assim que tomassem posse da terra de Canaã, ofertar como forma de adoração e demonstração de gratidão a Deus (CHAMPLIN, 2001, vol. 1, p. 663). Wenhan vê essa orientação como uma garantia ao povo de que as promessas de herança da terra se cumpririam. Também coloca que as primícias faziam parte, assim como o dízimo, das obrigações do povo, assim como a criança primogênita, o primogênito dos animais e as primícias da produção, tudo pertencendo ao Senhor. Ainda lembra que esse princípio fora destacado por Paulo (Rm 11:16), que “se forem santas as primícias ..., igualmente o será a sua totalidade”. Ele também relata que, mesmo após a destruição do segundo templo, judeus continuavam a observar a

⁵⁷ Hebreus 6:4-8; 10:26; I João 5:14-16.

prática lançando ao fogo uma parte da massa como uma espécie de sacrifício (1985, p. 133 – 6). Segundo Walton, havia as ofertas obrigatórias e as ofertas voluntárias. As ofertas voluntárias oferecidas por motivos particulares de alegria, como casamento ou nascimento de uma criança. As ofertas obrigatórias eram levadas ao santuário e queimadas ou designadas para a manutenção do serviço sagrado, como era o caso da oferta de rebanhos ou partes da colheita (2003, p. 155 – 6), as primícias.

Este é um fato novo, pois a oferta **ṭerûmâ** até aqui estava sempre relacionada à oferta pacífica, de caráter voluntário, mas aqui ela aparece relacionada às primícias (Êx 23:19; 34:26; Nm 18:12; Dt 18:4; 26), que faziam parte das ofertas obrigatórias. Ou seja, daquilo que seria oferecido como oferta das primícias, de uma parte desta era feita uma **ṭerûmâ** (15:20), e se a primeira obrigatoriamente deveria ocorrer, a segunda conseqüentemente também. Comentando sobre as primícias, Luck (2007, p. 1594) diz que a quantia nunca é dita na Bíblia, mas acredita que ocorriam em abundância conforme II Crônicas 31:5. Ele lembra ainda a promessa de bênçãos e prosperidade registrada em Provérbios 3:9, 10 para os que entregassem a Deus as suas primícias. Na festa das primícias o primeiro molho da colheita era apresentado como oferta movida ao Senhor em forma de reconhecimento de que a origem e a propriedade de todas as coisas era Deus. O CBASD (2011, vol. 1, p. 871) diz que uma parte do campo era demarcada, três pessoas diante de testemunhas cortavam um molho da plantação, e os três molhos unidos eram apresentados, e somente após isso feito “é que Israel podia fazer uso dos frutos do campo para si mesmo”.

Quanto ao capítulo 18, nele temos nove ocorrências da palavra oferta⁵⁸, e é onde ocorre pela primeira vez juntas as palavras **ma’âšêr** e **ṭerûmâ** (dízimo e oferta). Conforme vimos anteriormente, o dízimo é chamado de uma oferta ao Senhor. Encontramos novamente a oferta ao sacerdócio (verso 8, 11 e 19), o dízimo do povo e o dízimo dos dízimos dos levitas, denominados como ofertas ao Senhor. O verso 8 diz que a **ṭerûmâ**, que os filhos de Israel trouxessem a Deus, Ele mesmo as entrega ao sacerdócio como sua porção. No verso 11 então Deus afirma que essa entrega seria direito do sacerdócio “por decreto perpétuo” (NVI).

No capítulo 31 aparece mais algumas vezes a palavra **ṭerûmâ**. Neste consta o relato da batalha contra os midianitas. Estes haviam seduzido o povo à idolatria (25:16-18) e Deus manda que sejam destruídos. Como resultado desta batalha houve

⁵⁸Ryrie (2007, p. 151) destaca nesse capítulo as muitas ofertas que deveriam compor o “sustento dos sacerdotes e de suas famílias”.

despojos, tanto de prisioneiros quanto de animais, os quais deveriam ser divididos em duas partes iguais, uma para os soldados e outra para o povo em geral (Uma parte para os saíram ao combate e outra para os que ficaram, conforme I Sm 30:24, 25. (RYRIE, 2007, p. 164)). Uma parte disso, da parte dos soldados, deveria ser entregue como oferta ao sacerdote, uma a cada quinhentas (verso 28), e da parte que pertencia ao povo, um percentual maior, uma a cada cinquenta, ser entregue aos levitas⁵⁹.

Para alguns comentaristas, esse percentual de divisão evidencia o princípio do dízimo. Por exemplo, suponhamos o número 500, onde $500/500 = 1$ (um a cada quinhentos para os sacerdotes, versos 28 e 29) e $500/50 = 10$ (um a cada cinquenta para os levitas, verso 30), ou seja, a décima parte dos levitas ($10/10 = 1$) era a parte do sacerdote, conforme Números 18:26 (Wenhan, 1985, p. 221; Walton, 2003, p. 171).

Os versos 36 a 47 trás o relato das quantidades adquiridas e o cálculo do percentual estipulado para ser entregue como oferta. O destaque aqui fica por conta do cuidado em se contar todos esses animais e pessoas, e da separação exata com relação à proporção exigida que fosse de um a cada quinhentos ou de um a cada cinquenta. Após isso, a ordem é obedecida e a parte devida é entregue ao sacerdote e aos levitas.

Dos que saíram a Guerra	Dos que ficaram
50% do despojo	50% do despojo
1 a cada 500 para oferta	1 a cada 50 para oferta
Para o sacerdote	Para os levitas

Total	50%	Aos levitas	Ao sacerdote
675.000 ovelhas	337.500	$\div 50 = 6750$	$\div 500 = 675$
72.000 bois	36.000	$\div 50 = 720$	$\div 500 = 72$
61.000 jumentos	30.500	$\div 50 = 610$	$\div 500 = 61$
32.000 pessoas	16.000	$\div 50 = 320$	$\div 500 = 32$

⁵⁹ Apesar de receberem de forma igual, contribuíram de forma diferente. Aqueles que venceram mas nem sequer precisaram batalhar, teriam mais o que agradecer.

Ainda neste relato os comandantes após realizarem a contagem de seus soldados verificaram um fato maravilhoso, nenhum soldado havia sido morto, não tinham sofrido nenhuma baixa sequer. Logo em seguida, os homens trouxeram objetos preciosos que foram achados após a batalha como braceletes, colares e outros, uma grande quantidade⁶⁰ (verso 52), todos acharam (verso 53), e cada um trouxe o que achou como oferta ao Senhor, e Moisés e o sacerdote os receberam e os levaram para o santuário (verso 54).

Essa oferta é vista por Macdonald (2010, p. 130) como uma demonstração de gratidão por nenhum soldado ter morrido na batalha. O CBASD (2011, vol. 1, p. 1022) concorda afirmando que todos queriam demonstrar gratidão a Deus pela vitória. Mas da oferta é dita ser para fazer expiação (verso 50), “talvez em relação do problema do verso 14”, onde mulheres foram preservadas da morte de forma desobediente, ou por terem tocado em cadáveres e ficado impuros (CHAMPLIN, vol. 1, 2001, p. 724), ou ainda se referir ao recenseamento (verso 49), “pois sempre que se fizesse um recenseamento deveria ser pago um resgate pela vida de cada homem contado” conforme a lei de Êxodo 30:12 (Walton, 2003, p. 171). Na visão de Wiersbe (2006, vol. 1, p. 481) a oferta se refere ao “dinheiro das expiações” (Êxodo 30:16) como era conhecido o tributo do recenseamento, mas estava muito além do era exigido, meio siclo de prata por pessoa (Êxodo 30:13), de forma a demonstrar toda a gratidão pela vitória e livramento. Os soldados eram 12.000 (verso 5), meio siclo cada um, e teríamos 6.000 siclos de prata, mas ao invés disso foram entregues 16.750 siclos de ouro (verso 52).

2.2.4 Oferta em Deuteronômio

Neste livro, assim como acontece em outros momentos, o princípio da oferta *ṭērûmâ* aparece ligado ao dízimo dentro do mesmo contexto. Esse aparecimento conjunto numa mesma passagem trás benefícios para o estudo visto colaborarem para o esclarecimento da prática de ambos.

Fato a ser ressaltado é que o capítulo 12 tem na sua introdução a especificação de se tratarem de mandamentos ao povo, e que o dízimo e a oferta faziam parte desse contexto de ordenanças. As especificações vão ao ponto de não só determinar o que

⁶⁰ Segundo Ryrie, o total de ouro era de cerca de 190 quilos (2007, p. 165).

ser feito, mas até mesmo onde deveriam ser feitos, ou seja, no caso das ofertas, o local onde deveriam ser entregues, local este escolhido pelo próprio Deus, a Sua Casa (verso 11), e tais procedimentos não poderiam ser feitos como ao homem parecesse melhor (verso 8). Afirma ainda que tal entrega seria para o ofertante um motivo de grande alegria (verso 12). Christensen (2002, p. 247, 249) destaca que a liberdade do povo para fazer a sua própria vontade, que acontecia até então, teria fim com a entrada deles na terra prometida (versos 8 e 9) e que isso se reflete na vida da igreja da atualidade e no serviço a ser praticado a Deus. Para Peter E. Cousins, a adoração a Deus deve ser distinta da adoração a outros deuses tanto ao rito quanto ao local (2009, p. 369). Champlin comenta que Deus escolheu não somente a terra prometida, mas o lugar específico de adoração e também as formas de culto (2001, vol. 2, p. 807) e para House (2005, p. 230 – 1), a escolha do local visava impedir o povo de adorar em templos cananeus, desta forma, resguardando o povo de “cada um fazer o que bem entende” (12:8), afinal, eles tinham uma aliança com Deus.

Neste texto de Deuteronômio, no verso 6, encontramos uma longa lista de ofertas que deveriam ser levadas ao local especificado por Deus, o local de Sua habitação. Thompson é enfático e afirma que todas deveriam ser trazidas ao santuário e nos casos em que eram comidas nas festas, eram comidas perante o Senhor, fazendo destes momentos um tempo de muita alegria. Para ele, do verso 8 em diante há uma repetição para dar maior ênfase às exigências que foram apresentadas nos versos anteriores. O autor ainda lembra-nos do imperativo forte ocorrido no verso 13 que também coloca ênfase com o intuito de evitar que a oferta fosse levada para outro lugar que não aquele designado (1982, p. 161 - 3). O verso 19 também é munido desse mesmo imperativo, só que desta vez, a ordem para que se evite negligenciar o princípio, está relacionada não ao local de entrega das ofertas, mas a finalidade das mesmas, sustentar o ministério dos levitas.

A palavra usada para alegria é da raiz **שמח** (*śāmah*) e significa regozijar-se. Ela aparece nos versos 7 e 12, e caracterizava o ofertante. Na Bíblia muitas coisas alegram as pessoas. Os pagãos se alegram ao se oporem a Deus (Jz 16:23), os tolos se alegram pela falta de conhecimento (Pv 15:21), e o justo por estar junto com Deus (Is 51:11), e que “deixar de adorar o Senhor com alegria trará juízo divino”, conforme descrito nas maldições de Deuteronômio 28, no verso 47 (HARRIS, 1998, p. 1482 – 3). Notemos que em ambos os versos (7 e 12), a alegria é descrita como algo surgindo da atitude de adoração representada na entrega das ofertas. Nos versos que

antecedem (6 e 11) é dito que as pessoas deveriam levar as ofertas ao lugar estabelecido por Deus, e uma vez perante o Senhor, se alegrariam. No texto de Deuteronômio 26:11, tratando sobre o segundo dízimo, a mesma palavra aparece descrevendo que a atitude de alegrar-se acontece quando a pessoa reconhece todo o bem que Deus tem feito à pessoa e aos seus.

2.2.5 Oferta em II Crônicas

A palavra **תרומה** aparece três vezes neste livro e todas no capítulo 31. Nele esta relatada uma parte da reforma religiosa implantada pelo rei Ezequias, conforme visto anteriormente no estudo do dízimo na mesma passagem.

As ofertas fluíram em quantidade suficiente para a manutenção do templo, seus serviços e seus oficiais, a ponto de sobrarem. Raymond B. Dillard (2002, p. 250) lembra que acontece aqui o mesmo que já havia acontecido quando da construção do tabernáculo no Êxodo, e que a disposição do rei em contribuir é semelhante à de Davi. O povo não negligenciou nenhuma das suas obrigações, trazendo não somente o dízimo como também a oferta. O próprio rei dá o exemplo trazendo do tesouro a sua contribuição para a realização dos sacrifícios diários (verso 3) e então fala ao povo para que façam a sua parte, que seria para os sacerdotes e levitas, de forma que estes pudessem dedicar-se ao serviço sagrado (verso 4). A resposta do povo acontece de forma rápida, fiel e abundante (versos 5 e 6).

No verso 10 encontramos a declaração do sumo sacerdote de que, devido à fidelidade do povo em entregar, literalmente “as contribuições”, havia não somente sobra, mas sobra em abundância, os oficiais tinham o seu sustento e tudo isso porque o Senhor havia abençoado seu povo. A ordem dos fatores aqui apresentados novamente é benção/oferta⁶¹, assim como em Gênesis com Melquisedeque e Abraão, e não oferta/benção como prega a teologia da prosperidade. O verso não parece estar se referindo somente aos dízimos, mas a tudo que já havia sido trazido desde que se

⁶¹ Demóstenes Neves Silva (2008, p. 86) lembra que “Deus abençoa a pessoal fiel antes e depois de devolver o dízimo”, afinal, se não fosse abençoado anteriormente não teria como dizimar, mas ele prossegue dizendo que as bênçãos não significam riquezas materiais, até porque, “Jesus e os apóstolos não foram ricos e a riqueza não é a marca da espiritualidade de ninguém”.

começou. Isso fica mais evidente no verso 12 onde encontramos a referência de forma distinta, de que eram trazidos e armazenados ofertas e dízimos.

Walton escreve que a maior parte dos templos no antigo Oriente Próximo tinha cômodos para servirem como depósitos e alojamento. Para ele, a preparação de depósitos no templo devido à ordem de Ezequias se referia a novos cômodos, além daqueles já existentes. Sendo assim, a abundância das ofertas trazidas pelo povo fica ainda mais evidente. Para ele, o verso 14 descreve uma das tarefas mais solenes conferida a um oficial do templo, guardar o acesso ao templo e as ofertas e dízimos entregues ao Senhor (2003, p. 467). Michael J. Wilcock lembra que trabalhos administrativos como armazenagem e distribuição também fazem parte do serviço sagrado, e devem ser executados com extremo cuidado (2009, p. 634).

Na visão de Howard (2009, p. 659 – 60) houve por parte do povo uma reação além de generosa, também voluntária, mas ele parece contradizer-se ao afirmar que essa reação voluntária ocorreu devido à ordem do rei, descrita no verso 4. Afinal, foi uma reação voluntária ou a obediência a uma ordem expressa? No texto original, as palavras utilizadas são *אָמַר* e *דָּבָר* (*’āmar* e *dābār*), e elas têm diversos significados como dizer e palavra. As traduções da ARA, BJ e NVI concordam entre elas, e todas as traduzem como ordenou e ordem respectivamente, não deixando muita margem para a voluntariedade do povo. Essa tradução também está presente no verso 11 onde o rei ordenou a preparação de depósitos. Segundo Harris (1998, p. 91), *’āmar* pode ser traduzida por “ordenar”, quando provém de Deus ou de uma autoridade, que é o caso do relato de Crônicas, onde a origem é o rei Ezequias. Parece que a voluntariedade mais uma vez está relacionado à capacidade de escolha, a possibilidade de obedecer ou não, e conforme a decisão ocorreria a consequência cabível. Seja como for, o fato aqui é que o povo respondeu de forma fiel, abundante e rápida.

Esse “padrão de ofertas diárias, semanais, mensais e anuais”, (31:3) segundo Selman, que é repetido com frequência em Crônicas (I Cr 23:31; II Cr 2:4; 8:13; 13:11; 31:3) se mostra muito importante porque indica que a adoração a Deus deve acontecer sempre, e que o culto, o serviço sagrado, “não deve estar sujeito aos caprichos de circunstâncias e emoções humanas”. Mesmo com o incentivo do rei por meio de suas contribuições, um efetivo sistema religioso seria impossível sem o comprometimento popular (2006, p. 403 – 5).

2.2.6 Oferta em Esdras

Apenas uma ocorrência da palavra *terûmâ* acontece no livro de Esdras. O capítulo 8 começa com uma lista de nomes dos que regressaram do cativeiro babilônico. Esdras percebe que entre as pessoas havia falta de oficiais para o serviço do templo e então envia líderes em busca de pessoas aptas para a realização desse sagrado serviço e alguns atenderam ao chamado.

Esdras realiza antes da viagem de volta um momento solene de consagração. Houve um jejum coletivo e as orações buscavam especialmente proteção para a jornada que estavam prestes a empreender.

É nesse contexto de consagração que Esdras então pega as ofertas que tinham sido reunidas (8:25) para uso sagrado e as entrega nas mãos das pessoas específicas, os sacerdotes, que deveriam cuidar das ofertas no transporte até o seu destino, o templo do Senhor. As ofertas juntadas seriam utilizadas no serviço religioso e tiveram como origem também aqueles que ficaram em Babilônia (FOHRER, 2012, p. 430).

Para Stephen S. Short (2009, p. 677), Esdras poderia ter pedido escolta ao rei devido ao prestígio que tinha junto a ele, mas não o fez pensando que isso prejudicaria o testemunho dado anteriormente sobre a fidelidade de Deus. Isso parece ser o que revela o texto de 8:22. Short então lembra que os quatro meses de viagem (7:9) sem a incidência de problemas (8:31) coroou a sua fé na proteção divina, e que ao final da viagem, os recursos antes pesados, passaram novamente pelo mesmo procedimento como forma de garantir que nada havia se perdido dos tesouros.

Com certeza, essa atitude de pesar as ofertas no início da viagem, e fazer o mesmo procedimento ao final da mesma, mostra não só um ato administrativo de conferencia de valores como também o cuidado e o zelo para com aquilo que era considerado sagrado. Como o próprio Esdras faz questão de enfatizar ao início da jornada, tratavam-se de objetos, prata e ouro, “santos ao Senhor” (8:28, ARA) e que ao final da viagem foram entregues nas mãos dos sacerdotes e levitas, e depositados nas dependências da “Casa do Senhor” (8:29, ARA). O olhar homilético de Wiersbe (2006, vol. 2, p. 604) enxerga nesse relato um paralelo com a vida cristã onde o discípulo de Jesus está em uma jornada cheia de perigos rumo ao céu, carregando

pertences dados por Deus que devem ser não só protegidos, mas também postos a render (Mt 25:14-30; I Tm 1:11), e dos quais teremos que prestar contas.

A demonstração de fé de Esdras levou o povo à oração, mas o relato de Neemias (2:9), que optou por uma escolta real, somente mostra que Deus atua não somente através de forma milagrosa, mas também por meios naturais. Se não houver tal percepção o cristão pode se enganar e ficar esperando que Deus somente opere de forma milagrosa e com isso perca oportunidades de crescimento (WILLIAMSON, 2009, p. 656).

2.2.7 Oferta em Neemias

São quatro ocorrências da *terûmâ* no livro de Neemias e elas estão intimamente relacionadas com o contexto já estudo sobre o dízimo. A reforma implantada por Neemias trouxe reavivamento ao povo e uma das suas expressões foi através da entrega das ofertas, assim como tinha acontecido com o dízimo.

Um acordo de fidelidade é firmado pelo povo e um dos quesitos em questão era a obediência ao princípio do dízimo e da oferta para a manutenção dos serviços sagrados. Como vimos anteriormente, esse acordo foi rompido pelo povo diante da ausência de Neemias e reatado novamente no regresso do mesmo, mediante uma nova reforma.

Há no relato a menção de ofertas diversas as quais o povo assumiu entregarem com fidelidade (10:32-37). No verso 32 é descrito que o povo impôs a si mesmo preceitos dando entender que eles foram além do exigido. A terça parte do siclo a ser pago anualmente é considerada pelo CBASD como uma restauração da lei mosaica que exigia meio siclo (Êx 30:13 e Mt 17:24), e que fora reduzida devido à pobreza na ocasião, enquanto outro entendimento é de que este era um valor a ser pago além do meio siclo. Ainda há a referência a finalidade dos recursos, os serviços cotidianos da Casa de Deus, e não para as obras de restauração (2012, vol. 3, p. 480). No verso 34 é tratado sobre a lenha a ser utilizada no santuário⁶², algo já previsto em legislação anterior (Lv 6:12 e 13), apesar de aqui o relato trazer detalhes e obrigações não mencionados anteriormente. Isso pode falar a favor das duas opiniões acima, desde uma alteração circunstancial como defende a primeira, até uma ampliação, como

⁶² Havia necessidade de lenha para manter o fogo do altar (RYRIE, 2007, p. 471).

defende a segunda. Seja como for, o certo é que deveria acontecer a manutenção dos serviços religiosos. Um fator interessante a se destacar com relação a essa oferta da lenha é que, não só o povo, mas os levitas e sacerdotes também deveriam contribuir (10:1 e 34).

Para Short (2009, p. 690 e 692) é muito triste o relato do capítulo 13 onde Neemias verifica que os compromissos assumidos pelo povo estavam sendo descumpridos a ponto de o local a ser utilizado como depósito estava desocupado e disponível para habitação humana. Isso tudo depois de declararem enfaticamente: “não desampararíamos a casa do nosso Deus” (10:39). Este desamparo da Casa do Senhor lembra Ryrie (2007, p. 471), ocorria devido à prioridade dos recursos serem a construção de suas próprias casas, conforme informado pelo profeta Ageu (1:1-4). Acontece então um desvio do recurso sagrado para utilização de maneira egoísta (como em Amós). É uma representação da luta do dízimo e da oferta contra o egoísmo, do Espírito contra a carne. Essa vitória é justamente o que Deus quer conceder com o Seu plano de dízimo e oferta.

Segundo Derek Kidner (1985, p. 143), a atitude do povo quanto ao dízimo e a oferta, que antes do exílio podia ser usado numa tentativa de suborno junto a Senhor (conforme Am 4:4 e 5; 5:22), agora era negligenciada com o intuito de roubar a Deus (conforme descrito em Malaquias) numa demonstração de rancor. Ele ainda diz que Neemias coloca a culpa da ausência dos levitas nas pessoas certas, a liderança (13:11), e que tal repreensão não teria efeito não fosse uma boa administração.

Quanto a Neemias, ele realizou grandes coisas para Deus e Sua causa, e ele tinha essa compreensão a ponto de mencionar isso em suas orações, pedindo que Deus não esquecesse as boas obras por ele realizadas (5:19; 13:14, 31) apesar de reconhecer que tudo era fruto primariamente divino (2:8).

Comentando o livro de Neemias, Wiersbe (2006, vol. 2, p. 671) alega que a entrega do dízimo além de ser uma grande benção, pode conter também três perigos; a) motivos errados ao dar; b) achar que o restante pode ser usado de qualquer forma; e c) entregar o dízimo somente, deixando de lado as ofertas ao Senhor.

2.2.8 Oferta em Ezequiel

A maior quantidade de vezes em que a palavra **ṭrûmâ** aparece é no livro de Ezequiel. São vinte vezes, mas apesar disso, são somente quatro os capítulos onde ocorrem.

Na primeira vez, no capítulo 20, Deus está fazendo promessas ao povo de Israel e dentre elas a de que chegaria o dia em que não mais ofereceriam ofertas aos ídolos, mas somente ao verdadeiro Deus e isto no local especificado por Ele (verso 40). Isso implica que havia um oferecimento de ofertas por parte do povo, mas com destino totalmente errado, como podemos ver em 20:28, 31. O Senhor diz que iria separar aqueles que transgrediam de forma rebelde (verso 38) dos que servissem fielmente, e desses, Ele se agradaria. Quanto a esse servir fielmente, isso envolvia a entrega de ofertas (verso 40) e que o povo ao lembrar os erros outrora cometidos teria de si mesmo nojo (verso 43) tamanha era a transgressão.

As próximas ocorrências aparecem dentro dos capítulos onde o profeta recebe uma visão de restauração para as pessoas e de um novo templo, uma profecia condicional para cumprimento caso houvesse resposta positiva por parte do povo aos planos divinos.

No capítulo 44, o verso 30 trata novamente da oferta destinada ao sacerdote, como ocorria no serviço sagrado. Nada menos do que o melhor seria exigido. Na última parte do verso encontramos a promessa da bênção divina como resultado dessa fidelidade. Walton (2003, p. 748) entende que aqui se trata de mais do que sustento físico dos oficiais, mas “os sacerdotes eram literalmente convidados a comer da comida de Yahweh”.

O capítulo 45 trás um fato diferente, tratando de uma oferta de terra, uma parte deveria ser dedicada a Deus como oferta, como vimos no estudo sobre o dízimo no mesmo capítulo. Os versos 6 e 7 trazem a informação de outras porções de terra além daquela separada para uma finalidade sagrada, templo e sacerdotes. Elas seriam destinadas aos levitas e também a realeza. E os versos 13 a 16 trazem mais informações sobre a oferta que deveria ser feita de forma justa e que seria uma obrigação para todo o povo.

A parte de terra dada como oferta era tida como santa, assim como os sacrifícios. Os príncipes receberiam uma parte da terra para terem de onde tirar seus recursos, o que os tornariam indesculpáveis se extorquissem o povo. Eles estariam encarregados ainda de receber ofertas que seriam utilizadas nos serviços do templo (CHAMPLIN, 2001, vol. 5, p. 3348 – 9) para sacrifícios e oferendas “de caráter público”

(VAUX, 2004, p. 173). Todos deveriam contribuir (verso 16), do cereal a sexta parte de um efa, do azeite, a sexta parte de um bato⁶³, (versos 13 e 14) e um cordeiro de cada duzentos do rebanho (verso 15). Nessas especificações, o princípio que claramente se sobressai é o da proporcionalidade. As ofertas deveriam ser apresentadas conforme a produção. Segundo Bruce, ao povo é determinado entregarem como oferta “uma sexagésima parte da colheita e uma de cada grupo de ovelhas” (2009, p. 1170).

O capítulo 48, onde está o restante das ocorrências da palavra oferta, trata novamente da divisão de terras: a parte sagrada; a parte do povo; e também a parte do príncipe.

2.2.9 Oferta em Malaquias

Há somente uma ocorrência da palavra **תרומה** neste livro, e assim como já aconteceu em outros, ela aparece juntamente com a palavra dízimo. Mas a passagem no livro do profeta Malaquias talvez seja a mais esclarecedora de todas quando o assunto é a oferta.

O motivo de toda essa importância é o fato de o texto ser muito claro ao afirmar a obrigatoriedade da prática da oferta, pois para os que a negligenciavam a acusação é de serem roubadores das coisas sagradas e, portanto, estarem em aberta negligência a um dos mandamentos do decálogo, “não roubarás” (Êxodo 20:15).

Além disso, as mesmas consequências relacionadas à negligência do dízimo, a maldição divina, o enfrentamento como juízo do Senhor, tudo estava reservado também para aqueles que eram infiéis no quesito oferta. Wiersbe (2006, vol. 4, p. 602) lembra que o povo descumpria com a aliança (Levítico 26), o que impedia Deus de abençoá-los, e ainda faz uma maravilhosa declaração sobre isso, afirmando que “sempre que roubamos a Deus, roubamos a nós mesmos”, pois nos privamos das bênçãos Dele.

⁶³ “O efa, uma medida de grãos, equivalia a um décimo de um ômer. Era igual ao volume de um bato, uma medida de líquidos” (MARE, 2007, p. 1524). O efa “é o nome de um vaso”, “usado apenas para medir cereais, e contava com subdivisões de um sexto”, “ou de um décimo”. O efa e o bato eram iguais, “um décimo de um ômer” (WEATHON e WISEMAN, 2006, p. 1063). Ver Ezequiel 45:11. Segundo Ryrie (2007, p. 812), a medida era cerca de 22 litros.

Para W. Ward Gasque (2009, p. 1373 - 8) o centro da mensagem do profeta é a fidelidade do Senhor em oposição à infidelidade do povo. As ofertas defeituosas que ainda aconteciam eram entregues com o intuito de receber algum benefício futuro (1:9) e eles ainda clamam por aceitação das dádivas inferiores, mas isso não ficaria impune (1:14). As ofertas somente seriam aceitas após uma purificação (3:3), uma “transformação dos sacerdotes”.

Na visão de Hugenberg (2009, p. 1333), a menção de Jacó em 3:6 acontece como destaque ao tema do dízimo e ao pecado do povo, pois o patriarca havia feito um voto de fidelidade ao Senhor (Gn 28:20-22) e quando retornou para sua terra honrou esse compromisso (Genesis 35:1-7), mas o povo judeu, apesar de restaurar o altar do Senhor (a reconstrução do templo inaugurado em 515 a.C., p. 1325), fracassou quanto a entregar o dízimo e a oferta. O resultado da infidelidade já acontecia, eram colheitas ruins, seca e pragas (3:10, 11), que visavam na verdade trazer arrependimento ao povo. Essas desgraças não eram a causa da infidelidade, mas sim o resultado. Então o Senhor promete que assim que a fidelidade nos dízimos e ofertas fosse retomada, as maldições cessariam (3:10-12).

O texto de Malaquias 1:14 mostra que não havia falta do que entregar, mas sim a tentativa de enganar a Deus. Ofereciam sacrifícios defeituosos e guardavam para si aqueles que eram melhores, para serem utilizados ou vendidos (CAMPLIN, 2001, vol. 5, p. 3707). Segundo House (2005, p. 505), as pessoas faziam “pouco caso do nome de Deus”, e demonstravam isso por meio de arrogância e sacrifícios defeituosos, e a culpa disso Deus coloca sobre os sacerdotes (2:1), pois eles deviam “ensinar a lei e supervisionar a adoração devida”, mas não estavam fazendo isso (2:5-9), levando o povo a “sofrer as maldições da aliança expressas em Deuteronômio 27 e 28 (2:1-4).” Para Vaux (2004, p. 393 – 4), o sacerdote era o especialista na *torah*, confiada por Deus (Dt 31:9, 26), um mensageiro de Deus (Malaquias 2:7) e responsável por distinguir “entre o santo e o profano, entre o puro e o impuro, e instruir os fiéis” (Lv 10:10, 11; Ez 22:26; 44:23).

O que fica bem claro no texto de Malaquias é que a condição do povo e seus líderes era desprezível, e o profeta usa uma mensagem forte na tentativa de despertá-los. Baldwin (1982, p. 187- 9) destaca a coragem do profeta ao repreender até mesmo os sacerdotes, que ofereciam ao invés de sacrifícios de animais sem defeito, ofertas de animais defeituosos, o que era proibido (Êx 12:5; Lv 1:3, 10; 22:18-25; Dt 15:21). Tais ofertas não seriam dignas nem mesmo a autoridades humanas (1:8), muito

menos a Deus. O roubo traria maldição, que significa morte (Dt 28), enquanto a obediência traria bênção, que significa vida (Dt 30:19). Sobre o verbo roubar (קָבַע / *qāba'*), ele escreve que apesar de ser raro no texto do Antigo Testamento, é bem conhecido no Talmude, e tem o significado de “tomar a força”, e esse roubo de dízimos e ofertas significavam o sofrimento também das pessoas envolvidas, e para o infiel, significava perder a sua bênção divina, bênção esta “sem medida, não proporcional às ofertas da pessoa”. É Deus mais uma vez mostrando a sua misericórdia e o seu poder, exigindo uma entrega proporcional, Ele promete como contrapartida às pessoas, algo além da capacidade humana, “abrir as comportas dos céus e derramar sobre vocês tantas bênçãos que nem terão onde guardá-las”, e como garantia do pacto, empenha a sua palavra e desafia o homem a prová-lo (3:10).

Segundo o CBASD (2013, vol. 4, p. 1233 – 4), a mensagem de Malaquias deve ter ocorrido entre os dois governos de Neemias⁶⁴. A situação era tão crítica a ponto dos próprios sacerdotes desprezarem o culto sagrado, alegando até que “estavam cansados da religião” (1:13). Mas na verdade Deus é quem estava cansado deles⁶⁵, pois ofereciam ofertas defeituosas (1:13), e Deus claramente afirmou que não as aceitaria (2:13). Deus envia uma mensagem, por oito vezes repreende o povo e a liderança, mas também por oito vezes eles negam atrevidamente estarem cometendo qualquer erro (1:2, 6, 7; 2:13, 14, 17; 3:7, 8, 13, 14), e alegam que as acusações de Deus eram injustas. Esses relatos colocam a mensagem do profeta intimamente relacionada com a mensagem à Laodicéia (Ap 3:14-22), e, portanto própria para o Israel atual, afinal, os judeus, assim como os laodiceanos, estavam mergulhados no erro, mas não compreendiam sua real situação espiritual e acreditavam estarem ricos e abastados quando não passavam de pobres e miseráveis.

Quanto à oferta (3:8), o comentário (p. 1244) assim afirma:

Muitos não conseguem perceber que é possível “roubar” a Deus nas “ofertas”, assim como nos dízimos. Aquele que percebe suas obrigações como mordomo das generosidades de Deus, livremente doará ofertas ao Senhor de acordo com as bênçãos recebidas, “conforme a sua prosperidade” (I Co 16:2).

⁶⁴ Uma abordagem crítica coloca Malaquias antes de Neemias (SICRE, 2011, p. 557), isso porque acredita que as repreensões feitas por Malaquias foram corrigidas por Neemias (SELLIN e FOHRER, 2012, p. 663). Essa visão se esquece da infeliz e incrível capacidade humana de voltar a cometer os mesmos erros, até mesmo em um curto período de tempo.

⁶⁵ O Senhor chegar a afirmar que melhor seria que as portas do templo fossem fechadas, pois dessa forma aquelas oferendas inaceitáveis teriam que cessar (MALDONALD, 2010, p. 796).

Ainda tratando sobre a atualidade do texto de Malaquias, para alguns ele “é a melhor janela” por onde se podem ver os problemas (espiritual e social) em Judá, e é uma palavra do Senhor primeiramente para os judeus do passado, mas também para os fiéis do presente, apesar de alguns o usando de forma equivocada incentivam “a noção de que podemos negociar com Deus”. (LASOR et al. 1999). Essa visão errada de adoração já estava presente no povo repreendido pelo profeta, pois segundo G. Fohrer (2012, p. 460) o povo oferecia ofertas em desacordo à ordem divina e roubava no dízimo, mas ao mesmo tempo acreditavam em sua religião externa que entregava o mínimo, o qual para os sacerdotes compunha a sua renda, e dessa forma, ambos os lados pareciam satisfeitos.

Ainda a respeito do verbo “roubar” que aparece em Malaquias, três vezes no verso 8 e mais uma vez no verso 9, ele não é o mesmo que aparece no texto dos dez mandamentos de Êxodo 20 e Deuteronômio 5. No mandamento o verbo que aparece é גָּנַב (*gānab*) e ele ocorre dezenas de vezes no texto do Antigo Testamento e seu uso é mais amplo, podendo estar relacionada a um sentido figurado (Jr 23:30; Pv 9:17; 2 Sm 15:6; Jó 21:18; 27:20) e principalmente a relacionamentos entre seres humanos (Êx 21:16; Gn 31:30, 32; Dt 24:7; Pv 30:9, etc.), e segundo Harris (1998, p. 277) quer dizer “tirar aquilo que pertence a outrem sem o conhecimento ou consentimento deste”, estando restrito “aos atos de roubo feitos ocultamente”. Mas a palavra que aparece em Malaquias é o verbo קָבַע (*qābaʿ*) e ela aparece somente em duas passagens, sendo uma delas em Malaquias e a outra em Provérbios 22:23. O que existe de comum nestas passagens é que nos dois casos o roubo está relacionado a Deus. Em provérbios, apesar de o roubo ser praticado contra as pessoas oprimidas do versículo anterior, o Senhor avisa que isso acontecendo Ele tomará a causa como sendo Sua e intervirá em favor dos fracos, e retribuirá os opressores com os mesmos males que eles provocaram sobre os aparentemente indefesos.

Visto que o verbo “roubar” que aparece no mandamento tem um uso geral, e se refere a algo feito às escondidas de seu verdadeiro proprietário, nesse sentido não poderia ser utilizado por Malaquias visto que nada que o homem faça está oculto aos olhos divinos. Isso também pode significar que o roubo expresso pelo profeta Malaquias não seria uma infração limitada ao oitavo mandamento, mas também ao primeiro. Quando olhamos no novo testamento a história do jovem rico (Mt 19:16-24), ela parece aprovar esse entendimento, pois quando o rapaz questiona a Jesus sobre

o que fazer para herdar a vida eterna e Ele fala alguns dos mandamentos, e “não roubar” estava entre eles, e a estes o jovem afirmou que observava fielmente⁶⁶. O amor às muitas riquezas levou o jovem a rejeitar o chamado de Jesus, e parece que o amor aos bens estava fazendo o mesmo com o povo de Israel, eles rejeitavam frequentemente os apelos do Senhor dos Exércitos.

Quanto à palavra **ma'āsēr** (dízimo) ela aparece no singular tanto no verso 10 quanto no verso 8, assim como **terûmâ** (oferta) no verso 8 também está no singular, o que colabora com a interpretação de “o dízimo todo” ao invés de “todos os dízimos”. Isso também cria uma distinção interessante, a oferta mencionada em Malaquias não está no plural, ou seja, ela não se refere a todo o conjunto de ofertas de Israel, mas somente uma delas. Essa informação esclarece o motivo de ser legítimo ainda requerer a oferta na atualidade, esta de Malaquias, e ao mesmo tempo desconsiderar as outras, as ofertas sacrificais, que já não estão mais em vigor. O roubo então não seria então “nos dízimos e nas ofertas” (3:8, ARA, NVI, NTLH, ACF, ARC), mas no “dízimo e na oferta”, ou como traduz a Bíblia de Jerusalém, “em relação ao dízimo e à contribuição”. A BJ também traduz acertadamente no singular o verso 10, como “dízimo integral” e a NVI “o dízimo todo”. Por sinal, esse sentido de **terûmâ** como contribuição também faz com que esta oferta ultrapasse os limites no Antigo Testamento, pois diferente de derramamento de sangue de animais, contribuir é uma atitude encorajada por toda a Escritura. A palavra dízimo no singular também segue a mesma linha, pois a referência de Malaquias é a somente um dos dízimos, aquele que era usado para mantimento da “Casa do Tesouro” (primeiro dízimo), e não àquele que era usufruído pelo doador (segundo dízimo). Esse fato faz com que o texto de Malaquias transcenda os limites do Antigo Testamento, e o valida para ser utilizado atualmente. Isso de forma alguma significa que os pobres são deixados desamparados porque o Novo Testamento é claro com respeito à obrigação para com eles (Gl 2:10; Mt 19:21; Mc 14:7; Lc 4:18; 19:8).

A voluntariedade da oferta tão frequentemente comentada e defendida por Richard R. Deutsch (1987, p. 105) ao comentar o livro de Malaquias, quando confrontada com a acusação de roubo presente no mesmo texto, mostra claramente que a noção de uma oferta voluntária como acontece numa compreensão moderna é

⁶⁶ Mas também, o jovem, semelhantemente ao povo repreendido por Malaquias, poderia estar até mesmo praticando o roubo contra Deus, mas também à semelhança do povo, não reconhecer o pecado e diante disso Jesus o coloca em xeque mandando-o se desfazer dos seus bens.

algo totalmente alheio ao texto bíblico. Afinal, Deus não faria uma acusação dessa magnitude se a entrega da oferta não carregasse consigo o peso de um compromisso com Ele. No comentário *The Expositor's*, Robert L. Alden (1985, vol. 7, p. 720) escreve outro aspecto sobre a gravidade desse roubo, que não significava apenas tirar algo de alguém, mas significa pegar uma coisa que pertence à outra pessoa e usar para si próprio.

2.2.10 Conclusão Parcial

Os textos estudados revelam que a oferta é tão sagrada e obrigatória quanto o dízimo. No livro do Êxodo temos a oferta relacionada tanto a construção da Casa de Deus, a qual o povo alegre e abundantemente entregou (apesar de estarem saindo da escravidão e não possuírem uma boa situação) e quanto ao sacerdócio, que deveria ocorrer de forma perpétua, o que é lógico porque as necessidades que a oferta (e o dízimo) visava atender ainda existem hoje.

No livro de Levítico temos o relato de que a **terûmâ** seria para os oficiais do templo e era composta daquilo que o ofertante tinha de melhor, afinal tudo o que possuía vinha de Deus, ou seja, a oferta era uma demonstração prática de sua gratidão. Desta forma, adoração não era algo somente mental, mas sim uma ação. A oferta era entregue a Deus e Ele a dava para o sacerdócio, ela deveria ser entregue na Casa de Deus e havia regras quanto a sua utilização.

Em números a oferta também aparece em seu caráter obrigatório e relacionada com outra da mesma categoria, as primícias. Outro destaque é o relato da oferta dos despojos de guerra onde o povo de forma extremamente cuidadosa faz a contagem para o cálculo das ofertas. No texto de Esdras o cuidado também aparece na preocupação de colocar as coisas sagradas nas mãos somente dos responsáveis, os levitas. Neemias fala do compromisso de fidelidade que o povo assumiu que envolvia não somente o dízimo como já vimos, mas também a oferta, e quando o povo descumprir com o compromisso é sobre a liderança que Neemias coloca a culpa.

No livro de Malaquias a liderança também é acusada não só de não ensinar ao povo o que deveria ser feito como também de eles próprios estarem tratando de forma comum algo que era sagrado. O povo descumpria a aliança, oferecia sacrifícios defeituosos e dízimos incompletos, e quando por oito vezes Deus os repreende eles negam em todas elas alegando não estarem em erro. Nada está oculto a Deus e o

roubo do que é sagrado é punido com maldições da aliança, ou seja, em Malaquias fica claro que não somente o dízimo como também a oferta é apresentada como requisito obrigatório para o servo de Deus.

3. Dízimo e oferta no Novo Testamento

Mesmo que em menor quantidade do que acontece no Antigo Testamento o tema do dízimo e oferta está presente em diversas passagens do Novo Testamento, mas para muitos elas deixam a desejar.

De acordo com Colin Brown & Lothar Coenen (2000, vol.1, p. 595 – 601), grande parte das referências ao dízimo está ligada ao seu descumprimento por parte do povo de Israel, e diante disso, diversos movimentos de reforma se faziam necessários, pois enquanto dá-los significaria bênçãos, retê-los resultaria em maldições. No Novo Testamento Jesus teria sido econômico sobre o assunto⁶⁷ (Mt 23:23; Lc 11:42; 18:12), e o apóstolo Paulo quando trata sobre a questão financeira da igreja por meio das coletas para manter o ministério (I Co 9; 16:1-3; II Co 8:4; 9:1, 12), referia-se ao “sustento dos socialmente pobres de Jerusalém” (Rm 15:26) demonstrando “que, para o cristão, a contribuição é voluntária, um ato da livre vontade”⁶⁸. Mas precisamos ponderar que o fato de Paulo citar em Romanos 15:26 que a κοινωμία (*koinōnia*)⁶⁹ (traduzida por coleta pela ARA) seria para o “benefício dos pobres entre os santos” (ARA), não significa que todos os recursos arrecadados eram para ajudas caritativas, afinal, qual maior benefício pode ser levado a uma pessoa senão o benefício espiritual? E como ele próprio disse, os gentios deveriam servir “com bens materiais”, pois eram “participantes de valores espirituais” (15:27, ARA). E ainda, nada poderia ser mais religioso naquele momento do que ajudar as pessoas

⁶⁷ Silva (2008, p. 33) lembra que o problema está na divisão que se realiza na Bíblia como sendo composta de duas partes distintas, mas se a Bíblia ensina que “toda a Escritura é inspirada por Deus” (II Tm 3:16), “exigir a repetição de “todas as doutrinas” do AT no NT para que sejam válidas ou validadas é impróprio e desnecessário”.

⁶⁸ O egoísmo pode ser a base do argumento que nega a validade do dízimo para os dias atuais. É como se o dízimo fosse um fardo para o doador. Quando comenta o texto de 2 Co 9:6, o CBASD (2014, vol. 6, p. 988) lembra que a imagem de semeadura e colheita na bíblia não acontece com um agricultor triste, mas sim alegre, afinal o resultado envolve fartura e “a doação do cristão não é um sacrifício, mas o preparo para uma colheita”.

⁶⁹ Comunhão, relação, colaboração, cooperação, participação, são os significados dessa palavra (RUSCONI, 2011, p. 269).

que estavam em dificuldade (Mt 25:34-46). Paroschi (2014) lembra que Paulo legitima o princípio (I Tm 5:17; I Co 9:14; II Ts 2:9) e que aqueles que usam o texto onde Paulo fala de seu trabalho com tendas (At 18:3) se esquecem da outra parte da história, aquela que Paulo fala que recebeu recursos da igreja (At 18:5; 2 Co 11:8, 9; Fl 4:15-18), ou seja, Paulo trabalhava sim, quando a necessidade exigia, mas isso limitava seu trabalho e quando as ajudas financeiras chegavam ele passava a se dedicar exclusivamente à pregação do evangelho.

É verdade que, conforme relata o CBASD (2014, Vol. 6, p. 896), “as condições econômicas e os encargos na Palestina oprimiam”, afinal, “os impostos civis e religiosos combinados alcançavam um total de 40 por cento da renda de um indivíduo”. E somado a isso “a igreja de Jerusalém sofria perseguição” o que deve ter produzido muitos pobres. Como “Paulo tinha assumido a responsabilidade de pedir ajuda em nome deles para outras igrejas que visitava”, fez tal pedido também à igreja de Corinto, assim como tinha feito a outras (Rm 15:15, 26; 2 Co 8:1-7). Mas o fato é que isso não significa que quando a situação financeira das pessoas melhorasse o sistema de contribuição não mais ocorreria para outras finalidades. Até mesmo porque o próprio Paulo disse que “aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho” (I Co 9:14), e como isso poderia ocorrer se não houvesse um sistema para financiar tal atividade?

Brown & Coenen lembra que, no período dos Pais Apostólicos, para Irineu dizimar era uma instituição judaica que não era necessária aos cristãos e estes deveriam contribuir de forma livre. Mencionando Justino Mártir, ele lembra que “a contribuição ainda” acontecia. Há uma referência dele observando que aos domingos, “aqueles que prosperam e tem esta vontade, contribuem, cada um na quantidade que quiser”, ou seja, os que tinham condições, deveriam contribuir com a importância que quisessem (aqui podemos perceber que, apesar da semelhança com as palavras de Paulo em I Co 16 o princípio da proporcionalidade já não está presente nessa declaração). O dízimo voltaria a ser “reintroduzido como meio de sustentar a igreja” num momento posterior e por fim, imposto pelo “famoso decreto de Carlos Magno (785 d.C.)”⁷⁰. Com este o dízimo ganha status de tributo com vistas à manutenção da igreja e não era de forma alguma opcional.

⁷⁰ Jeremias (2010, p. 359) fala de outra “ordem sobre o dízimo” publicada por João Hircano (134-104 a.C.), onde buscava “impedir a negligência no pagamento do dízimo”.

O MBS (2008, p. 566 – 7) além de mencionar a importância do dinheiro “para os ouvintes de Jesus” (evidenciada na grande quantidade de vezes que Jesus se refere ao tema, aproximadamente metade de Suas parábolas), trás importantes informações financeiras sobre os “gastos de uma família de trabalhadores na Palestina do Novo Testamento” e os dados apresentados falam fortemente a favor de uma prática efetiva do dízimo e da oferta. Segundo o MBS a renda da família era gasta da seguinte forma⁷¹:

- 30% com vestuário;
- 20% com alimentação;
- 11% com dízimo e imposto do Templo;
- 10% com caridade;
- 10% com as festividades religiosas;
- 05% com taxas diversas
- 04% com impostos;
- 10% Outros.

Falando sobre o segundo Templo e sua importância para o povo de Israel Oskar Skarsaune (2004, p. 84 – 6) menciona sobre as viagens realizadas até Jerusalém⁷² (Êx 23:17) pelos peregrinos por ocasião das festas (Páscoa, Pentecostes e Tabernáculos) e como eram zelosos, pois antes de partirem reuniam dos parentes o imposto anual obrigatório para a manutenção do Templo (Mt 17:24-27) além de levarem recursos para os sacrifícios. Tudo isso financiava diversas despesas como vestes para os sacerdotes, cortinas, confecção de rolos das Escrituras, manutenção do prédio e reparos em geral além do sustento “de cerca de 18.000 sacerdotes e levitas”. Ou seja, diante de “dezenas de milhares” de peregrinos, gerando tantas atividades e transformando Jerusalém num “centro sem paralelo”, os recursos financeiros eram indispensáveis para a manutenção de todo esse serviço religioso. Bo Reicke (2012, p. 178) chama de “altos custos” a demanda financeira para custear o templo, e por isso as ofertas recebidas, assim como o imposto do templo devido aos

⁷¹ Quanto aos valores referentes especificamente aos dízimos, Keener (2004, p. 248) também concorda, pois afirma que os “diferentes dízimos, juntos, constituíam mais do que vinte por cento da renda da pessoa”.

⁷² Jeremias (2010, p. 43) escreve que a décima parte da renda do israelita fiel deveria ser gasta em Jerusalém, era o segundo dízimo.

homens acima de vinte anos, que chegavam dos judeus de todas as partes, eram de suma importância.

Portanto, precisamos lembrar também que a prática do dízimo e da oferta proporcional⁷³ não acontecendo em um período posterior ao período apostólico não significa que o Novo Testamento não firma posição sobre o assunto. Pode significar sim uma degradação da igreja ao longo do tempo em observar os preceitos divinos, uma progressividade rumo à desobediência, algo que no decorrer da história do povo de Deus, infelizmente, aconteceu com certa frequência.

Ainda não deve ser esquecido o fato de que a igreja cristã estava durante todo o relato do Novo Testamento em estado de formação e não tinha um sistema organizacional previamente definido como vemos hoje. O dízimo e a oferta continuavam como princípios a serem observados, mas a forma de recolhimento assim como a destinação dos mesmos acontecia de maneira diferente, até porque o templo havia perdido sua glória e não era visto pelos cristãos da mesma forma que o era pelos judeus que insistiam em não aceitar o Messias. Os recursos agora continuariam a financiar a obra de Deus, mas de uma forma diferente. Ao invés de uma administração dos sacerdotes se passa a ter um gerenciamento executado pelos próprios discípulos de Jesus, ao invés de cortinas, madeiras e animais, os gastos principais seriam viagens, materiais, caridade, etc.

3.1 Dízimo no Novo Testamento

No texto grego do Novo Testamento a palavra para dízimo é δεκάτη (*dekātē*) e suas variações. Segundo Brown & Coenen (Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento (DITNT) 2000, v.1, p. 595), a palavra surge da raiz δέκα (*deka*) que significa dez. Ela ocorre ao longo do Novo Testamento 10 vezes e em apenas 3 dos 27 livros (conforme Concordância Fiel do Novo Testamento (CFNT), 1997, v.2, p. 201 e 1994, v.1, p. 74 e 141) nos seguintes textos:

- I. Mateus 23:23;
- II. Lucas 11:42; 18:12;

⁷³ Silva (2011, p. 56) lembra que “não há dízimo de menos de dez por cento e nem oferta generosa e sistemática de sobras ocasionais”

III. Hebreus 7:2, 4, 5, 6, 8, 9^(2x).

De acordo com Henri Daniel Rops (2008, p. 188 – 9) os impostos a serem pagos a Roma eram pesados, mas as contribuições religiosas também eram muitas, cerca de “vinte e quatro taxas devidas às autoridades religiosas” (entre elas o dízimo, as ofertas e o imposto do templo), as quais os rabinos exigiam fidelidade e sua cobrança era reconhecida pelo Império. E apesar de nem sempre estarem contentes com essas taxas o povo as pagava “com mais boa vontade do que” os impostos requeridos por Roma.

Nos tempos do Novo Testamento encontramos mudanças na condução dos serviços religiosos. O povo judeu estava sob o domínio romano, além disso, o silêncio intertestamentário parece acentuar ainda mais os desmandos denunciados pelo último profeta do Antigo Testamento e presentes nas repreensões de Jesus. O ofício de sumo sacerdote designado à família de Arão, de acordo com Joachim Jeremias (2010, p. 141 – 2, 155) era agora comprado, e estes chegaram até mesmo a roubar os produtos que constituía os dízimos dos sacerdotes ainda na eira (mesmo sendo abastados) enquanto a maioria dos sacerdotes se encontrava em péssima situação financeira. Tudo para financiar suas altas despesas.

Ainda não pode ser esquecido que a igreja no Novo Testamento deve ser vista como uma igreja em desenvolvimento. Apesar das semelhanças com o judaísmo havia também as diferenças. “A igreja primitiva não possuía nenhum sistema de dízimos, como o que se conhecia entre os judeus” (BRADFORD, 2011, p. 734). E isso é obvio visto que para os judeus havia todo o sistema organizado há séculos envolvendo o templo. Já quanto aos cristãos o centro era a Igreja. Isso não deve ser visto como um abandono do princípio financeiro do Antigo Testamento, mas sim como uma reestruturação para atender as novas necessidades e o novo modelo de povo de Deus. No decorrer da história, após Constantino, “a igreja se tornou estatal [...] ficou praticamente impossível se estabelecer distinção entre dízimos eclesiásticos e dízimos e impostos estatais”. Quando Carlos Magno (742-814) impõe o dízimo por força de lei, o mesmo era dividido “em três partes: para o clero, para os pobres e para o sustento da igreja” (p. 735). Agora, o fato de a igreja por um período, ou por muitos, ter perdido a compreensão correta sobre os dízimos e as ofertas não significa que os princípios não teriam mais validade.

3.1.1 Dízimo em Mateus

No livro de Mateus ocorre uma única passagem que trata do dízimo e está presente num diálogo do próprio Jesus Cristo, o que faz dela para muitos a passagem mais importante sobre o assunto no Novo Testamento.

O capítulo 23 refere-se especialmente aos escribas⁷⁴ e fariseus e nele Jesus faz diversas repreensões a eles devido a práticas erradas e que ainda eram tidas como religiosas. No início acontece uma declaração de Jesus em que Ele diz ao povo que, no que dizia respeito à Lei de Moises, eles deveriam observar os seus ensinamentos, mas de forma nenhuma deveriam imitá-los (23:3), afinal, eles mesmos não praticavam aquilo que ensinavam e essa hipocrisia vai ficar evidente diante dos “ais” proferidos contra eles (HAGNER, 2002, p. 664). Ellison (2009, p. 1586) escreve que “Jesus não estava atacando o ensino deles em geral, mas a forma em que eles o aplicavam à vida”. Essa compreensão inicial é importante, pois ajuda a compreender o texto do verso 23 onde aparece o tema do dízimo.

No decorrer do capítulo acontece uma série de repreensões de Jesus iniciadas com a expressão “Ai de vós”⁷⁵. E então no verso 23 Jesus repreende a seus críticos escribas e fariseus por eles negligenciarem os preceitos mais importantes da lei que seriam a justiça, a misericórdia e a fé, apesar de serem extremamente corretos e detalhistas quanto à separação do dízimo. Lopes (2006, p. 92) escreve que os fariseus deram ao dízimo um valor que ele não tinha e pensavam que sendo fiel na entrega do mesmo podiam negligenciar princípios relacionais (justiça, misericórdia e a fé). Mas, “o princípio bíblico é que o coração precisa vir primeiro para Deus, depois o bolso virá naturalmente”.

⁷⁴ Os chamados “conhecedores da Lei” participaram na organização da Escritura, e nos dias de Jesus se tornaram os “doutores da Lei”. Muitos procuravam estudar em suas escolas e também eram consultados quanto a dúvidas religiosas. Nem todo escriba era um fariseu (ROPS, 2008, p. 177 – 8).

⁷⁵ “Para R.V.G. Tasker (1980, p. 172) a expressão “Ai de vós” não é uma maldição e deveria ser entendida como “Ah! Vós” (Assim também pensa Macdonald (2008, p. 85), mas o contexto de juízo especialmente do final do capítulo (23:32-39) não fala a favor do seu argumento. Segundo Viviano (2011, p. 202) Mateus 23 é “uma terrível seção de sete ais” e “estas maldições também são dirigidas à sua igreja [de Jesus] para adverti-la contra a complacência”. Para Craig S. Keener (2004, p. 111) os “ais” devem ser maldições e representariam o contraste entre as fórmulas “maldito seja” com “bem-aventurado seja”. Carson (2010, p. 546) afirma que os “ais” na verdade são “judiciais e explicam até determinado ponto a destruição de Jerusalém profetizada” logo a seguir em Mateus 24 e 25. As palavras de Jesus são provém de irritação, mas de “advertência e condenação divinas”.

Mas a parte mais importante para o assunto do dízimo neste versículo é a declaração de Cristo onde Ele afirma que eles deveriam sim fazer isso, seguir o princípio do dízimo de forma zelosa, e aqui se encaixa o contexto mencionado do início do capítulo, ou seja, “fazei e guardai” (23:3, ARA) essas coisas. Mas Jesus lembra que tal prática não os eximiria de uma vida cristã autêntica marcada pela prática também da justiça, da misericórdia e da fé. Jesus não os repreende por coar o mosquito, mas sim por engolir o camelo, afinal, os dois eram animais imundos (CHAMPLIN, 2002, vol. 1, p. 548).

O que vemos aqui mais uma vez embutido no pensamento judeu farisaico era uma compreensão errada em relação à salvação, que para eles era dependente da prática de obras. Jesus mais uma vez esclarece a eles que as obras religiosas mesmo sendo corretas e verdadeiras não carregam consigo poderes salvíficos. Eles, assim como fizeram em outros temas conforme Harris (1998, p. 1183), perverteram a legislação do dízimo passando a considerá-lo como “um meio de alcançar misericórdia divina”. Parece que não compreendiam que a prática do dízimo revela o favor divino no passado e não somente no futuro, afinal, para que pudessem entregar, teriam que antes terem recebido.

Outra coisa que está evidente no texto é a aprovação de Jesus à prática do dízimo e não o contrário como alguns conseguem enxergar. Eles argumentam que a condenação de Jesus também se aplicava aos detalhes mínimos observados pelos escribas e fariseus quanto ao dízimo, o que para os contrários do princípio significa que na era cristã ele não estaria mais em vigor. O zelo e a forma detalhista na contabilidade do dízimo não era o que Jesus reprovava ali, muito pelo contrário, isso era justamente o que Ele estava aprovando neles naquele contexto, “deveis, porém, fazer estas coisas” (23:23, ARA) foi o que Cristo disse. O erro estava em negligenciar outras coisas, a justiça, a misericórdia e a fé, e ainda acharem que somente a prática da primeira satisfaria a Deus. Segundo Veloso (2006, p. 297) “o engano dos fariseus não estava em devolver o dízimo. Estava em esquecer o mais importante: a lei moral”, eles “tinham que dizimar tudo, e também tinham que obedecer a lei”. Para ele, os fariseus não se esqueceram da prática do dízimo, pois com essa fidelidade eles visavam às promessas materiais de Deus relacionadas à sua entrega, ao passo que não buscavam as bênçãos espirituais relacionadas a prática da justiça, misericórdia e fé.

Na visão de Tasker (1980, p. 175) os fariseus interpretavam de forma errada a lei do dízimo, ampliando as suas exigências com detalhes de coisas “diminutas”, mas os textos de Levítico 27:30 e Deuteronômio 14 são claros em afirmar que de “tudo” eles deveriam dizimar. Não é de admirar que para este autor as palavras “deveis, porém, fazer estas cousas, sem omitir aquelas” não devem ter sido ditas por Jesus, por causa do “ritmo da passagem”, ainda que ele mesmo reconheça que os manuscritos originais estão a favor de que elas são verdadeiras. Isso parece representar bem a incoerência de muitos que usam este texto para afirmar que Jesus repreendeu os fariseus quanto à prática do dízimo. Os cuidados dos fariseus nos detalhes na verdade são aprovados por Cristo até porque, como lembra Champlin (2002, vol. 1, p. 548), mesmo as plantas usadas como condimentos “tinham valor comercial”.⁷⁶ O problema dos fariseus era a hipocrisia “porque enquanto alegavam doar, eles realmente tinha a intenção de receber, ou seja, desejavam receber honra dos homens” (HENDRIKSEN, 1982, apud HOVESTOL, 2009, pg. 101).

Ainda a ser compreendido é que ao Jesus se referir aos preceitos da justiça, da misericórdia e da fé como mais importantes, de forma nenhuma Ele está eximindo as pessoas de praticarem aquele que em comparação aos outros três teria uma importância ou um peso inferior, numa tradução literal⁷⁷. Até porque Jesus afirma que deveriam fazer estas coisas, “era preciso”⁷⁸ serem feitas. A menor importância deve ser entendida no sentido de que uma vida na prática da justiça, misericórdia e fé, pelo poder do Espírito, trás como fruto a fidelidade no princípio do dízimo, e não o contrário. Pensar no dízimo como algo de pouca importância seria desconsiderar o restante da Escritura que afirma ser ele “santo ao Senhor” (Lv 27:30, 32), assim como a oferta (Lv 19:24; 23:20; 27:23; Ed 8:28), e o sábado (Êx 16:23; 31:15).

No seu Comentário Judaico do Novo Testamento (2007, p. 97), o judeu messiânico David H. Stern ao tratar sobre o texto de Mateus 23:23 escreve que o povo devia entregar o dízimo “de toda a produção”, conforme Levítico 27, além de um segundo a “ser consumido pelo proprietário em Jerusalém”, conforme Deuteronômio 14, e que este segundo dízimo no terceiro e sexto ano seria o dízimo dos pobres, conforme os “tratados do Talmude Ma’aserot e Ma’aser Sheni”. Para ele, Jesus

⁷⁶ Havia um debate entre as escolas de Hillel e Shammai sobre o assunto (VIVIANO, 2011, p. 202), mas no primeiro século havia certo consenso (CARSON, 2010, p. 558).

⁷⁷ A palavra original é βαρύς (*barys*) e seu significado é grave, pesado (RUSCONI, 2011, p. 95).

⁷⁸ Tradução de Novo Testamento Interlinear (2004, p. 96). No original, ἔδει (*edei*), segundo Rusconi, significa “é necessário, é preciso, deve-se” (2011, p. 116).

“claramente sustenta que se deve respeitar até os pequenos detalhes da Lei”. D. A. Carson (2010, p. 558) escreve que “Jesus não condena a observância escrupulosa” dos preceitos da lei do dízimo. Havia consenso de que no primeiro século, até mesmo as “ervas verdes da horta” deveriam ser incluídas nos preceitos da lei do dízimo. a questão é que mesmo que houvesse disputa quanto ao dever de se dizimar sobre estas ervas, as palavras de Jesus serviriam então para solucionar a discussão, ou seja, Ele estaria afirmando: deveis sim dizimar dessas coisas (paráfrase de Mt 23:23 u.p.).

Quanto aos “ais”, enquanto que para France (2009, p. 1405) os sete⁷⁹ “ais” se desenvolvem “num crescendo até atingir um poderoso clímax de repúdio à liderança”, onde o sétimo “ai” é uma declaração devastadora contra Israel e sua rebeldia, Carson (2010, p. 554 – 563) defende uma estrutura de quiasmo.

A: primeiro ai (verso 13) – “falha em reconhecer o Messias”

B: segundo ai (verso 15)–causar “mais dano que bem”

C: terceiro ai (versos 16 – 22) – “mal uso da Escritura”

D: quarto ai (versos 23 e 24) – “falha fundamental”

C1: quinto ai (versos 25 e 26) - “mal uso da Escritura”

B1: sexto ai (versos 27 e 28) - causar “mais dano que bem”

A1: sétimo ai (versos 29-32) – falha “em reconhecer os profetas”

Se essa estrutura estiver correta, o quarto “ai”, onde Jesus fala sobre o dízimo estaria no centro do quiasmo, que é o lugar para que o autor quer chamar maior atenção quando tal estrutura ocorre. Aqui, segundo Carson, “a falha básica dos mestres farisaicos é revelada”, porque “falharam em focar a força propulsora da Escritura” (Os 6:6; Mq 6:8; Mt 9:9-13), distorcendo assim a “vontade de Deus como revelada na Escritura”.

Se usarmos uma tradução literal do texto leríamos “a justiça, a misericórdia e a *πίστις*” (a fidelidade⁸⁰). Desta forma os fariseus eram fiéis, mas não eram fiéis, exerciam fidelidade numa coisa, mas não exerciam fidelidade em outras, e Jesus

⁷⁹ São sete e não oito. O verso 14 da ARA encontra-se em colchetes. Ele não consta nos manuscritos principais de Mateus (CARSON, 2010, p. 555). A BJ não trás o verso no seu texto principal, e faz referencia em nota que se trata de uma de interpolação, um acréscimo de Marcos 12:40 e Lucas 20:47.

⁸⁰ Segundo Carlo Rusconi (2011, p. 375) e Carson (2010, p. 558).

assim os alerta que uma vida religiosa correta requer que se exerça fidelidade em tudo, e não somente naquilo que nos é mais conveniente ou é de nosso interesse (Tg 2:10). Não agir assim realmente seria uma “falha fundamental”. É notório que havia por parte dos fariseus uma má compreensão sobre a salvação colocando sobre as obras uma função que ela não tinha (At 15:1). A Bíblia afirma sim a importância das obras (Tg 2:20-24), afinal, será por elas que todos serão julgados (Ap 20:12), mas a observância das leis não tem poder para salvar (Ef 2:8 e 9), apesar de a desobediência às mesmas ter poder de condenar (Mt 25:33-46; II Co 5:10; Rm 3:31).

3.1.2 Dízimo em Lucas

No evangelho de Lucas encontramos duas referências ao dízimo. Uma delas (11:42) é o relato, de forma mais concisa, que também é encontrado em Mateus 23. Para Carson (2010, p. 554) tanto as semelhanças quanto às diferenças são significativas despertando até mesmo a possibilidade destes “ais” contra os fariseus terem sido pronunciados mais de uma vez, conforme Isaías 5:8-23 e Habacuque 2:6-20. Dentre as diferenças está a mudança dos produtos que eram contabilizados para efeito do dízimo, mas a semelhança talvez mais importante seja o fato de que as palavras “deveis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas” aparecem da mesma forma como acontece em Mateus. O verbo omitir (*ἀφίημι*) nesta frase está no infinitivo presente ativo, que “implica em uma ação contínua ou repetida” (GUSSO, 2010, p. 194). De acordo com Roger L. Omanson (2010, p. 41), esse tempo verbal coloca ênfase no “caráter contínuo da ação que está sendo descrita”, e isso coopera com a visão de continuidade para o princípio do dízimo.

Segundo informa Champlin (2002, vol. 2, p. 121), estas palavras do evangelho de Lucas são omitidas por Marcião, pois ele as considerava “totalmente inaceitáveis”. Conforme relata Emilson dos Reis (2007, p. 98), esse líder cristão do segundo século por causa de suas compreensões gnósticas equivocadas foi banido da fé (144 d.C.), e conseqüentemente “iniciou uma comunidade religiosa que rivalizou com o cristianismo”⁸¹. Ele via dois deuses na Bíblia, um irado e inferior no Antigo Testamento

⁸¹ F. F. Bruce (1987 p. 20) relata que Marcião forma a “igreja marcionita” e a aceitação parcial de Lucas era pelo fato de ser próximo de Paulo, que em sua opinião, “era o único apóstolo que preservava a mensagem pura de Jesus”.

e outro amável e superior no Novo Testamento. Diante desse pressuposto, ele aceitava somente onze livros da bíblia, sendo dez cartas paulinas e o evangelho de Lucas, e como pudemos ver acima, ainda com ressalvas. Omanson (2010, p. 115) esclarece que a rejeição de Marcião desta frase se deu por que ele entendeu “que a mesma confirmava a autoridade” do Antigo Testamento (e confirma mesmo). Portanto, nos dias atuais, quando muitos religiosos dão ênfase em partes da Escritura em detrimento de outras e até mesmo fundando novas religiões, não estão fazendo nada de novo, mas simplesmente imitando Marcião.

De acordo com Hendriksen (2003, vol. 2, p. 149 – 50) esta frase de fato não deve ser descartada, mas para ele há um conflito entre ela e a liberdade do crente que pode ser compreendido porque quando Jesus falou essas palavras ele ainda estava no período de vigência das leis cerimoniais, pois, “enquanto Jesus ainda não fosse morto na cruz, a lei com respeito ao dízimo ainda era válida”. Ele ainda afirma que como a lei de Moisés não dizia nada a respeito do dízimo daquelas ervas, os fariseus estariam “ampliando ou estendendo” de forma irregular as exigências da lei. Mas se fosse assim a lei não deveria dar uma lista relativamente grande de todas as coisas das quais deveriam ser dizimadas? Essa não seria justamente uma característica farisaica? Parece que a lei estava mais preocupada com o princípio do dízimo, e de forma simples ordenava que fosse entregue “todos os dízimos da terra” (Lv 27:30, NVI).

A outra passagem está relatada em Lucas 18:12 e faz parte de uma explicação de Jesus sobre o tema da oração e a justiça própria, explicação essa que Ele faz usando uma parábola, a do fariseu e do publicano⁸². Jesus queria ensinar aos discípulos que mesmo obras dignas de elogio (como dízimo e jejum⁸³) não significam habilitação para a vida eterna (KARRIS, 2011, p. 286).

⁸² Os publicanos eram odiados, pois seu trabalho consistia na cobrança de impostos para a nação dominadora, logo, eram vistos como traidores. Além desse aspecto ainda tinha o fato de que eles estavam em constante contato com gentios, o que segundo a tradição os fazia impuros (HIEBERT, 2006, p. 1623). Fora isso, as evidências ainda indicam (Lc 3:13; 19:2,8) que os publicanos também cometiam abusos em suas cobranças (HARROP, 2006, p. 1117). Caso um fariseu viesse a se tornar um publicano, era expulso da comunidade (RODOR, 2011, p. 102).

⁸³ Quanto ao jejum, eles o realizavam “duas vezes por semana” (18:12) nas segundas e quintas-feiras (PORTER, 2009, p. 1687). Segundo Marshall e Tolbert (2009, p. 1518; 1987, vol. 9, p. 171), o fariseu ia além do exigido que era uma vez ao ano na ocasião do dia da expiação (Lv 16:29-31), mas encontramos não um, e sim cinco jejuns, o do dia da expiação e outros quatro (Zacarias 8:19), conforme Belden e Rodor (2006, p. 657; 2011, p. 101). Para Nolland (2002, p. 876) o fato de o dízimo ser mencionado aqui mostra que provavelmente eles também nisso estavam indo além do exigido, mas o texto não diz isso, como diz no caso do jejum, duas vezes por semana, além de que na passagem de Mateus 23:23 Jesus aprovar a prática.

Os dois homens vão ao templo para fazerem suas orações e enquanto o publicano em sua oração reconhece sua pecaminosidade e clama pela misericórdia divina, o fariseu orgulhava-se pela realização de práticas religiosas as quais considerava imprescindíveis, e que o colocava numa situação privilegiada, onde caberia a Deus nada mais nada menos que efetuar uma retribuição na forma de salvação. “O que este fariseu dizia a cerca de si mesmo era rigorosamente verdadeiro, mas o espírito de sua oração era totalmente errado” e por pouco ele não dá a Deus os parabéns por possuir um discípulo tão fiel. (MORRIS, 1983, p. 249).

Novamente a má compreensão por parte dos fariseus com relação à salvação é destacada aqui assim como aconteceu na passagem de Mateus. E é a esta má compreensão que Jesus quer reprovar. Ele diz claramente que “todo o que se exalta será humilhado” (18:14) e esse era o motivo da condenação ao fariseu e não a sua prática correta de dizimar.

De acordo com Stern (2007, p. 162 – 3) o orgulho sentido pelo fariseu da parábola não era correto afinal ele não estava fazendo nada mais que o seu dever, pois a *Mishnah* afirma que “uma pessoa que pretende ser confiável deve dizimar o que ela come, o que ela vende e o que ela compra”⁸⁴ e o Talmude estabelece que “somente o produto dizimado pode ser comido”⁸⁵. Ele ainda lembra que o sentimento do fariseu de achar que fazia “algo especial e único para Deus” e por isso merecia agradecimentos e recompensas divinas, não é algo “exclusivo ao fariseu nem aos incrédulos”, e que os cristãos se mostram muitos aptos a cair nessa mesma armadilha.

Outro detalhe importante é que o texto deixa claro que a prática do dízimo era algo real na vida religiosa do povo judeu nos dias de Jesus e que tinha lugar de destaque a ponto de ser por eles mencionada como motivo de causar orgulho. Isso colabora com a explicação de que a falta de um tratado sobre o dízimo no Novo Testamento se deve pelo fato de ser um ponto em que havia consenso entre todos com respeito a sua legitimidade e ainda necessária aplicabilidade. Com tantos

⁸⁴ Segundo Lawrence Richards (2012, p. 182) o fariseu, para não correr nenhum risco de se utilizar de um alimento não dizimado, recolhia o dízimo até mesmo “daquilo que comprava”, e aqui iam além das exigências da lei. Mas ao olharmos o fariseu da parábola (Lc 18:10-14), ele se orgulha de dizimar de tudo o quanto ganhava (ARA, NVI) ou de toda a sua renda (BJ).

⁸⁵ Champlin (2002, vol. 2, p. 176) relata que no Talmude consta a história de um rabino que treinou o seu jumento de forma a recusar comer de um alimento que não tivesse sido dizimado. Histórias assim são usadas para colocar o judeu piedoso numa situação de extremo ridículo, mas o absurdo da história pode acabar colaborando para a compreensão de que eles podem muitas vezes ser acusados hoje de coisas que o próprio Jesus nunca os acusou. Ellison (2006, p. 496) lembra que os fariseus “eticamente estavam acima da maioria de seus contemporâneos”. E “para o fariseu sincero a lei” representava “a sua própria vida” (MICHAELS, 2006, p. 778).

problemas a serem corrigidos não seria prudente que os autores do Novo Testamento gastassem tempo tratando sobre um assunto em que as partes não discordavam. Ainda há o fato de que a prática nunca foi em si mesma reprovada no Novo Testamento, como aconteceu com outros enganos, e este é outro fator que acaba por contribuir também para essa compreensão.

3.1.3 Dízimo em Hebreus

Sete das dez vezes em que ocorre a palavra dízimo no Novo Testamento acontece no capítulo 7 do livro de Hebreus. Os textos fazem parte da explicação do autor sobre o sacerdócio de Jesus Cristo e a superioridade do mesmo com relação ao sacerdócio humano. Para evidenciar essa superioridade o autor lembra o episódio relatado em Gênesis 14 onde encontramos Abraão entregando o dízimo a Melquisedeque. Este sacerdote, sem genealogia conhecida (7:3), é tomado como um tipo do sumo sacerdote Jesus Cristo.

Talvez dois sejam os fatos mais importantes desse texto com relação ao princípio do dízimo: a) que a prática é usada no contexto para evidenciar o fato de que a entrega do dízimo realizada por Abraão evidenciava a sua submissão ao sacerdócio de Melquisedeque e b) que em nenhum momento há uma menção negativa ou até mesmo uma correção na prática do dízimo.

Isso é de extrema importância porque como o tema do dízimo é pouco frequente no Novo Testamento⁸⁶, e se houvesse tido alguma mudança nas exigências de Deus sobre o tema, numa oportunidade onde o tema é tratado o autor poderia

⁸⁶Geraldo E. Hawthorne (2009, p. 2110) comentando sobre a pouca informação sobre Melquisedeque lembra um princípio exegético muito importante que é o do silêncio. Segundo este “os silêncios das Escrituras são tão significativos quanto as suas afirmações”. Isso significa que se houver qualquer mudança a Bíblia irá tratar da mesma, e quando ela não o faz implica numa continuidade. Esse é o caso, por exemplo, do mandamento do sábado que se houvesse sido alterado para o domingo jamais as Escrituras deixariam de registrar tal orientação. Hawthorne ao comentar o texto de Hebreus 7 menciona que Abraão deu a Melquisedeque o dízimo (7:4) “e em troca recebeu sua bênção sacerdotal” (7:6), mas não é isso que o texto diz. A passagem está relembando um fato ocorrido anteriormente (Gênesis 14:18-20) onde está claramente especificado que a ordem ocorreu de forma que a bênção foi concedida primeiro. Além disso o texto de Hebreus simplesmente relata que Melquisedeque recebeu dízimo e abençoou Abraão, mas não coloca uma ordem para tais acontecimentos, obviamente porque estava se tratando de um fato que continha seus detalhes no relato anterior e até porque pouco antes (7:1,2) a ordem correta é mencionada. Ainda sobre o versículo 4 a ARA traduz a palavra *ἔδωκεν*, do verbo *δίδωμι*, como pagou, mas o significado principal do verbo é dar, doar, confiar (RUSCONI, 2003, p. 130), por isso a NVI é mais feliz ao traduzir como “deu o dízimo”.

trazer evidências dessa mudança assim como também as novas orientações (Hebreus é escrito mais de 30 anos após a morte de Jesus). Mas tal correção ou mudança nunca ocorreu, não só nesta passagem, mas em nenhum outro lugar no Novo Testamento. Pelo contrário, a passagem vem a colaborar, pois o texto de exortação (13:22) era dirigido a uma igreja que havia aceitado o cristianismo, mas dava sinais de retorno às antigas práticas judaicas (3:12-14; 6:4-6; 10:25, 38) ou que pelo menos, como escreve David Peterson (2009, p. 1985), estavam “relutantes em cortar os últimos laços”⁸⁷. O autor de Hebreus passa então a descrever a esses fiéis a “superioridade da fé cristã”, como lembra S. J. Schwantes (2003, p. 7), uma revelação melhor, um sacerdócio e um sacrifício melhor, assim como também um santuário melhor. Diante dessa exposição, caso a prática do dízimo fosse algo não pertencente à era do melhor, muito provavelmente o autor não deixaria passar em branco a oportunidade de advertir o seu público quanto ao erro da continuidade de tal doutrina como realizou com outras práticas judaicas que ele fez questão de demonstrar sua inferioridade, como por exemplo, os sacrifícios⁸⁸ (9:23; 10:4).

Para Myles M. Bourke (2011, p. 713) o relato sobre o episódio de Melquisedeque e Abraão em Gênesis não deixa claro que o sacerdote tivesse o dízimo como um direito, mas quando é narrado em Hebreus e colocado em paralelo com a obrigação do povo para com os sacerdotes levitas mostra que Abraão estava também “cumprindo uma obrigação” ao entregar o dízimo ao sacerdote Melquisedeque. Sobre a expressão “melhores despojos” (7:4, ARA), uma ênfase não descrita na narrativa de Gênesis, Lane (2002, p. 167) coloca como uma forma de mostrar a superioridade de Melquisedeque, mas podemos capitalizar a mesma expressão como servindo para demonstrar a seriedade e o zelo com que deve ser tratado aquilo que é entregue ao Senhor.

3.1.4 Conclusão Parcial

⁸⁷ Apesar das inúmeras divergências entre os estudiosos envolvendo Hebreus, “todos concordam que o livro é escrito para cristãos, que são instados a manterem-se firmes em sua confissão” (CARSON, 1997, p. 446).

⁸⁸ O texto de Daniel 9:27 fala da vinda e morte do Messias e do fim do sacrifício e da oferta, no caso a oferta de manjares, no hebraico מִנְחָה (*minhāh*).

No texto de Mateus 23:23 Jesus deixa muito claro que o princípio do dízimo não foi abolido e os fariseus acertavam em ser escrupulosos quanto ao dízimo, apesar de errarem ao crer que isso lhes conferia direito de negligenciar outros pontos da vida cristã. Jesus os repreende porque a vida religiosa não consiste em aceitar dos ensinamentos de Deus somente aqueles que agradam deixando de lado os demais. Essa prática já aconteceu com Marcião no passado e parece ainda muito atual.

Para o argumento de que ele aceitava essa exigência porque vivia ainda sob a dispensação da lei e que após a sua morte o dízimo não seria mais exigido, o apóstolo Paulo deixa claro com vários textos que isso é um equívoco, afinal era lícito que o ministro vivesse da pregação do evangelho e como isso ocorreria senão por meio de um sistema de contribuição? Ainda vemos que a igreja do Novo Testamento estava em desenvolvimento e não poderíamos esperar dela um sistema organizado como temos no Antigo Testamento dentro de tão pouco tempo.

Por não ser um assunto tão abordado no Novo Testamento como ocorre no Antigo é considerado por muitos como tema em desuso, mas esse silêncio fala justamente o contrário. Um tema em que haja consenso não necessitaria de ser tratado com frequência até porque muitas outras questões tomavam a atenção da igreja como a realização de sacrifícios ou a prática da circuncisão. E o livro de Hebreus com sua passagem sobre o dízimo, escrito tanto tempo depois da morte de Jesus, seria uma ótima oportunidade para que a Escritura falasse sobre uma eventual mudança, mas isso não ocorre, o que acaba com certeza pesando a favor do princípio do dízimo.

3.2 Oferta no Novo Testamento

Para ofertas, as palavras no Novo testamento são *δῶρον* (**dōron**), *κορβάν* (**korban**) e *προσφορά* (**prosphora**) e as variações das mesmas. De acordo com a CFNT, elas ocorrem no texto do Novo Testamento 30 vezes (1997, v.2, p. 461 e 1994, v.1, p. 177, 444 e 692), mas devido ao significado variado das palavras os textos de utilidade para o assunto das ofertas no Novo Testamento são de quantidade inferior.

A palavra **dōron** significa, além de oferta, também dom e presente (RUSCONI, 2011, p. 139), e com isso das 19 vezes em que aparece temos 2 passagens que não se enquadram no assunto das ofertas. Uma delas se refere a um dom de Deus (Ef 2:8) e a outra a presentes, mas em um contexto completamente simbólico (Ap 11:10). Conforme BROWN & COENEN (2000, v.1, p. 506 - 10), **dōron** (diferente de *didōmi*,

cuja característica é a ação de dar) tem como aspecto dar, mas com uma “intenção por detrás dela”. Ajustando isso aos textos teríamos em Efésios 2:8, onde Deus dá ao homem com uma intenção da parte Dele, a de salvar, como o próprio texto mostra, e nos outros textos onde o homem dá a Deus, uma intenção de adorar. Para os autores, a intenção pode ser a “de cumprir uma obrigação ou de cancelar uma dívida”. No texto bíblico ela não tem o sentido de “presente de cortesia”, como aqueles oferecidos entre pessoas. Já a septuaginta (LXX), que é a tradução grega da BH, usa **dōron** com esse sentido (por exemplo, Gênesis 24:53; 32:13, 18, 19), mas ela nunca é usada para traduzir תְּרוּמָה (**t'rûmâ**), que é a oferta descrita em Malaquias 3:8. Nesse texto a LXX usa para oferta a palavra ἀπαρχή (**aparchē**), que significa simplesmente, primícias (RUSCONI, 2011, p. 60).

Korban nada mais é do que uma transliteração do hebraico e significa uma oferta dedicada a Deus (BROWN & COENEN, 2000, v.1, p. 509). Ela ocorre 2 vezes, uma no texto de Marcos 7:11 onde também está presente a palavra **dōron** e outra em Mateus 27:6.

Ainda temos a palavra **prosphora** que aparece 9 vezes no texto grego (CFNT, 1994, v.1, p. 692) e seu significado é oferta ou sacrifício (RUSCONI, 2011, p. 399). Nas passagens onde a palavra ocorre (At 21:26; 24:17; Rm 15:16; Ef 5:2; Hb 10:5, 8, 10, 14, 18), seu contexto está relacionado à prática do sacrifício, a citações envolvendo o Antigo Testamento ou ainda ao uso de forma simbólica. Portanto, nenhuma delas se refere à oferta como entrega de recursos financeiros.

Sendo assim, sobram 19 ocorrências para o tema da oferta no Novo Testamento distribuídas em apenas 4 livros, e as passagens bíblicas são as seguintes:

- I. Mateus 2:11; 5:23, 24^(2x); 8:4; 15:5; 23:18, 19^(2x); 27:6;
- II. Marcos 7:11^(2x);
- III. Lucas 21:1, 4;
- IV. Hebreus 5:1; 8:3, 4; 9:9; 11:4.

Da mesma forma que no estudo do tema no Antigo Testamento, no Novo Testamento também passagens que não tenham exatamente as palavras em questão, mais que o princípio esteja incluso, são utilizadas no objetivo de melhor explicar sobre

tais princípios. É o caso do texto de I Coríntios 16:1 e 2, muito importante no estudo do tema.

A palavra usada nos dois versículos para coleta é *λογεία* (*logeia*). Ela só aparece aqui no texto bíblico, e de acordo com BROWN & COENEN (2000, v.1, p. 600, 1011) significa coleta ou imposto, e ela poderia ser usada tanto como uma contribuição voluntária quanto como uma cobrança. Relatam ainda que uma vez por semana “cada crente devia, particularmente, separar e armazenar uma soma de dinheiro, em proporção com aquilo que ganhara na semana anterior”, que seria destinado para a “igreja-mãe em Jerusalém”. Ainda mencionam autores que explicam o uso feito por Paulo de *logeia*, uma palavra tão incomum. Para estes, ela seria um “imposto oficial pago pelas igrejas paulinas” em favor da igreja de Jerusalém, que funcionaria como uma espécie de matriz, e com um conceito semelhante do dízimo.

No verso 1, Paulo usa os verbos *διατασσω* (*diatasso*), que significa ordenar e *ποιέω* (*poieō*), fazer, preparar (RUSCONI, 2011, p. 128, 379), este último colocado no imperativo (FRIBERG, 1987, p. 547), que quer dizer uma ordem ou mandamento (GUSSO, 2010, p. 181), ou seja, a prática da coleta deveria acontecer, isso era o que esperava o apóstolo, se assim não fosse, ele teria usado outra forma qualquer para expressar o assunto. Além disso, isso deveria ocorrer de forma sistemática, o verso 2 diz que semanalmente. O mesmo verso também trata sobre outro aspecto dessa coleta, ela deveria ser “conforme a sua prosperidade”⁸⁹, o que sugere uma proporcionalidade entre o valor da oferta e o valor dos ganhos, um conceito já expresso no Antigo Testamento em Deuteronômio 16:17 e posteriormente pelo próprio apóstolo (II Co 8:11, 12), que segundo Joachim Jeremias (2010, p. 184 - 6), foi o responsável pela organização de um sistema de contribuição na igreja primitiva que tinha como centro Jerusalém (Gl 2:10; I Co 16:1-4; II Co 8, 9; Rm 15:25-32; At 24:17; Fl 4:10-19).

Merril C. Tenney (2010, p. 213) lembra que uma instituição precisa de dinheiro, seja para expandir ou simplesmente para sua manutenção. No caso da igreja, para as duas coisas. Por isso Paulo teria ordenado que a igreja fizesse “suas doações de modo sistemático e proporcional a sua renda”. É verdade que não há um estabelecimento nominal como acontece no caso do dízimo (um décimo), mas também é verdade que há sim uma norma a ser seguida. Ou seja, o cristão deveria

⁸⁹ Morris (1981, p. 191) usa a tradução “conforme Deus o prosperou”, pertinente para indicar quem é a fonte da prosperidade.

contribuir, e fazer isso de forma sistemática e proporcional⁹⁰, mas sem uma estipulação específica, ficando a cargo deste o tal estabelecimento de um percentual, “segundo tiver proposto no coração” (II Co 9:7).

Em relação a essa expressão, “contribua segundo tiver proposto no coração”, ela sempre é lembrada para realçar a voluntariedade da oferta, mas devemos analisar qual o tipo de voluntariedade que o texto estaria tratando. Se for uma voluntariedade do tipo “dê o que quiser e quando quiser”, haveria contradição com o aspecto sistemático e proporcional destacado em I Coríntios 16:1 e 2, o que não pode ser aceito. Porém, se levarmos em conta o conjunto do relato bíblico, a voluntariedade poderia ser entendida como uma liberdade para seguir ou não à ordem de Paulo, e “segundo tiver proposto no coração” (9:7), não significaria “dê o que quiser e quando quiser”, mas sim, entregue conforme o planejado (9:5), conforme o compromisso, não por um sentimento de impulso.

Entender que a Bíblia usa a palavra coração para falar sobre a mente⁹¹ ajuda nessa compreensão. Provérbios 16:9 diz que “o coração do homem planeja o seu caminho” (BJ), mas como bem sabemos, a função de planejar é uma prerrogativa do nosso cérebro, uma atividade do intelecto. Então, o contribuir aqui não trata de uma atividade sujeita ao sentimento, mas sim, ao planejamento. Diante disso teríamos que “cada um contribua segundo tiver planejado” (tradução livre), dentro das orientações anteriormente recebidas (I Co 16:2).

Diante disso, contribuir voluntariamente “segundo tiver proposto no coração”, não significa que se trata de algo que não é obrigatório. Voluntário na Bíblia não significa opcional, voluntário significa que a pessoa é livre para escolher, livre para fazer ou não (isso é livre arbítrio). Agora, conforme a sua escolha será o resultado colhido (isso é aliança). A oferta é opcional para a pessoa somente até ela aceitar entrar em aliança com Cristo, mas a partir do momento que ela se torna uma serva de Deus deve andar conforme as leis por Ele estabelecidas⁹². Assim acontecia com a **ṭērûmâ** e o estrangeiro que resolvia fazer parte do povo de Deus. Passava ele a ter as mesmas obrigações, e a ordem para o povo de Deus era que “se algum estrangeiro

⁹⁰ Muitos comentaristas abordam esse aspecto do regular e da proporção. (MARSH, 2009, p. 1924; WINTER, 2009, p. 1783; MORRIS, 1981, p. 191)

⁹¹ Para um estudo mais amplo sobre o uso da palavra coração, consulte WOLFF (2007, p. 79-107).

⁹² “Na mordomia bíblica não é o homem que define os princípios e as normas de seu procedimento ao administrar as dádivas divinas, embora tenha o poder de agir como lhe parece melhor. É Deus quem determina os princípios e a ética da mordomia” (Silva, 2011, p. 10)

residir convosco” ele “oferecerá”, “como fizerdes, assim fará” porque “haverá somente um estatuto” para ambos (Nm 15:14 e 15, BJ), isto é, “para o estrangeiro que habita no meio de vós” (verso 16) e para o próprio hebreu. O estrangeiro “se quisesse” (era opcional) poderia celebrar a páscoa, mas, uma vez que decidisse celebrar, teria que ser circuncidado (Êx 12:48). A observância dessas leis não era algo opcional, pois a sua negligência geraria as consequências previstas pela legislação. Para o fiel cristão, oferta não é um presente que ele leva a Deus. Oferta é o cumprimento de uma obrigação estabelecida por meio de uma aliança, um pacto entre duas partes constituído por privilégios e também por deveres. Cursar grego e hebraico é algo opcional para as pessoas, mas se elas se matriculam num curso de teologia não é mais algo opcional, é obrigatório, desde que ela queira ser aprovada é claro.

Em II Coríntios 8:3 e 17 a palavra traduzida como voluntário pela ARA é *αὐθαίρετος* (authairetos), que só aparecem essas duas vezes (CFT, vol. 1, p. 98), e significa espontâneo (RUSCONI, 2011, p. 85), o que num contexto bíblico também não expressa uma voluntariedade ao modo “faça se quiser”. É dito que os macedônios “se mostraram voluntários” (8:3, ARA) e que Tito “partiu voluntariamente” (8:17, ARA). A BJ acertadamente coloca “com toda a espontaneidade” (8:3) e que Tito “espontaneamente” foi. Mas nos é relatado que “a graça de Deus” fora concedida aos macedônios (8:1), assim como “Deus pôs no coração de Tito” grande interesse (8:16). E como a natureza humana é voluntariosa, mas para o pecado (Rm 7:18, 19), e toda boa dádiva procede de Deus (Tg 1:17), poderíamos deduzir que a espontaneidade dos macedônios e de Tito não tem o sentido voluntário do tipo “faça de quiser”, mas sim um sentido espontâneo de uma produção de frutos por ligação à videira verdadeira (Jo 15:5). Somente ligado a essa fonte a pessoa poderia realmente dar “não com tristeza”, mas “com alegria” (II Co 9:7)⁹³.

Quando vamos a II Coríntios 8 haveria uma aparente dificuldade, pois como vimos, em I Coríntios 16 ele ordena a oferta e faz isso no modo imperativo, como um mandamento. Já em II Coríntios ele faz questão de deixar claro que não estava falando “na forma de mandamento” (8:8). Mas isso poderia ser resolvido simplesmente se compreendermos que Paulo está se referindo aqui à segunda milha percorrida

⁹³Colin Kruse (1994, p. 176) lembra que a oferta não poderia ser uma “compulsão”. Isso reforça a necessidade de planejamento. A palavra grega usada para alegria nesse texto é *ἡλάρων* (*hilaron*) que significa alegre, repleto de alegria, contente (RUSCONI, 2011, p. 234), diferente da palavra *χαρά* (*chara*) que aparece em Gálatas 5:22 que trata do fruto do Espírito e que também é traduzida por alegria (ARA, NVI).

pelos macedônios, que deram mais que o esperado (8:3 e 5), e não estaria tratando da oferta em si.

Neste capítulo, assim como também no seguinte, Paulo procura enfatizar (provavelmente como forma não somente de informação, mas também de motivação) a respeito “da graça de Deus concedida às igrejas da Macedônia” (8:1), que mesmo em meio a dificuldades, “na medida de suas posses e mesmo acima delas, se mostraram voluntários” (8:3) em contribuir para que houvesse igualdade (8:13). Depois ele continua afirmando que a prática da generosidade é bem vista por Deus, o qual não deixará de retribuir, abençoando e suprimindo as necessidades dos doadores (9:6-9), de forma material e espiritual (9:10), para que os mesmos continuem a dar (9:11).

Sobre a expressão “cada um de vós”, Jerome Murphy-O’Connor (2011, p. 485) entende que nela está implícito a ideia de que os fiéis de Corinto não passavam por pobreza extrema, afinal, todos deveriam contribuir. Mas não podemos ter certeza que não havia penúria entre eles. De outro lado de uma coisa poderíamos estar seguros, que é o que o texto diz: cada um deveria ofertar⁹⁴, mesmo os mais pobres (II Co 8:2).

3.2.1 Oferta em Mateus

O livro de Mateus é onde está concentrada a maioria das passagens relacionadas à oferta no Novo Testamento, são dez as ocorrências. A primeira delas aparece no capítulo 2 e refere-se à oferta entregue pelos magos no nascimento de Jesus. O relato trás uma informação muito importante relacionada a esta entrega onde o texto diz que eles a fizeram como um ato de adoração diante do reconhecimento de estarem na presença de alguém superior. E ainda a especificação do que fora oferecido como oferta, ouro, incenso e mirra, produtos considerados realmente como um presente real (RYRIE, 2007, p. 915), afinal, “eram preciosidades características do Oriente” que eram exportadas (KEENER, 2004, p. 49). Segundo H. L. Ellison (2009, p. 1555), assim com aconteceu com o povo no passado, Jesus deveria ir ao Egito (2:15) e as ofertas recebidas eram uma providência de Deus para o custeio desta viagem e futura estadia. Carson (2010, p. 117) lembra que a prática de levar presentes

⁹⁴ Macdonald (2008, p. 532) entende que tanto de ricos quanto pobres era esperado a contribuição.

quando em visita a alguém superior era comum no Oriente⁹⁵, e que os valores simbólicos dados por alguns comentaristas ao ouro, ao incenso e a mirra não procedem. O destaque dos referidos presentes estava somente no seu alto valor, e que elas provavelmente acabaram por “financiar a viagem para o Egito”.

No capítulo 5 temos mais um relato de oferta. Desta vez Jesus no Seu sermão do monte, dentre muitas orientações faz uma relacionada à reconciliação. Ele lembra a prática de trazer a oferta até o altar, mas contra o que poderia pensar alguém que devotasse sua salvação na realização de boas obras, Jesus afirma que o oferecimento da oferta a Deus não resolveria o problema da discórdia. Keener (2004, p. 59) diz que no judaísmo havia uma ênfase na reconciliação de pessoas, e segundo Stern (2007, p. 53) a *Mishná* expressa isso com o pensamento de que no *Yom Kippur* havia perdão para pecados contra Deus, mas o benefício não tinha efeito para os pecados cometidos contra o próximo. Sendo assim, Jesus mais uma vez trás novidade aos judeus ao afirmar que não havia perdão nem mesmo para os pecados relacionados a Deus enquanto problemas com o próximo não fossem resolvidos. Para Tasker (1980, p. 55), Deus não aceita essas ofertas porque a “conduta é mais importante do que culto formal”.

O capítulo 8 trás a informação de um dos milagres de Jesus. Não foi uma cura qualquer, era um leproso que fora tornado limpo. Em resposta a cura Jesus ordena que a pessoa fosse até o sacerdote e apresentasse uma oferta conforme estava descrito em Levítico (14:1-32), o que para France (2009, p. 1374) testemunha “do respeito de Jesus pela lei”, e na visão de Benedict T. Viviano (2011, p. 165), não somente à lei, mas como também aos sacerdotes. Para Carson (2010, p. 242), aqui se vê uma demonstração de submissão de Jesus à lei, pois esta acabaria confirmando o poder de Cristo quando levasse o homem curado ao templo e aos sacerdotes.

Outra passagem aparece no capítulo 15, onde Jesus tem um encontro com escribas e fariseus, os quais O questionam com relação ao procedimento de Seus discípulos no que se referia aos rituais de purificação. A resposta de Jesus é enfática, enquanto Seus discípulos transgrediam tradições humanas, que não passavam de invenções infundadas, eles, escribas e fariseus, negligenciavam mandamentos

⁹⁵ O CBASD (2013, vol. 5, p. 296) lembra que esse tipo de reverência se dava não só a Deus, mas também a pessoas e ídolos (Et 8:3; Jó 1:20; Is 46:6; Dn 3:7, entre outros). E sobre os presentes, diz que “ninguém visitava um príncipe ou um alto oficial sem levar um presente” (Gn 43:11; I Sm 9:7,8; I Rs 10:2; Sl 96:8).

divinos através da Corbã (Sobre esta passagem, trataremos melhor no texto paralelo de Marcos 7:11).

No capítulo 23, entre os “ais” proferidos por Jesus contra escribas e fariseus existe uma menção à oferta. Novamente as práticas farisaicas distorcidas, neste caso, colocando distinção entre juramentos, sua obrigatoriedade ou não (TASKER, 1980, p. 172), são repreendidas por Cristo, pois, segundo Carson (2010, p. 557), qualquer juramento estaria relacionado de alguma forma a Deus, e consequentemente, seriam obrigatórios. O texto de Êxodo 29:37 mostrava claramente que o altar era santíssimo, e o que nele tocasse seria santo, ou seja, o altar era mais importante do que a oferta. Mas os fariseus estavam considerando a oferta mais importante que o próprio altar e no terceiro dos “ais” Jesus mostra isso.

A última passagem no livro de Mateus está no capítulo 27 no contexto do julgamento de Jesus perante o sinédrio. A oferta aqui se refere às moedas recebidas por Judas como forma de pagamento pela traição a Jesus. Diante da devolução do pagamento feita por Judas os sacerdotes concluem não ser adequado colocá-las junto com as ofertas do templo e então compram um campo para ser usado como cemitério. Keener (2004, p. 129) acredita que o texto é uma ironia ao erro dos sacerdotes, que eram capazes de conspirar para a morte de alguém e ao mesmo tempo demonstrar preocupação com detalhes quanto ao uso das ofertas⁹⁶. Jeremias (2010, p. 195 – 7) trás uma informação muito interessante sobre essa passagem. Um relato da Mishná descreve um costume vigente na época de Cristo segundo o qual se alguém quisesse desfazer um negócio, dentro do prazo de um ano, era possível, porém se a outra parte se escondesse para evitar receber o dinheiro de volta a pessoa poderia então ir ao templo e “lançar o dinheiro na sala do tesouro”. Ou seja, Judas teria trazido as moedas no sinédrio aos sacerdotes com o intuito de anular o negócio e diante da recusa deles, ele as lança no santuário (Mt 27:3-5). E então, conforme o Talmude⁹⁷, recursos ilegais ou sem dono conhecido não deveriam somar no recurso do templo e sim serem utilizados com fins de utilidade pública, daí a compra de um cemitério (27:7).

⁹⁶ O CBASD lembra que o escrúpulo religioso aqui é parecido com o ocorrido diante de Pilatos (Jo 18:28), quando não entraram em sua sala para não ficarem contaminados para a Páscoa (2013, vol. 5, p. 587).

⁹⁷ O Comentário menciona que a restrição de receber tal recurso para uso do templo estaria baseada em Dt 23:18 (Ibidem).

3.2.2 Oferta em Marcos

Há somente uma ocorrência para oferta em todo o livro de Marcos (7:11) e que encontra um paralelo no evangelho de Mateus. Num encontro entre Jesus e os fariseus acontece uma polêmica envolvendo a observância de tradições judaicas relacionadas com a lavagem obrigatória das mãos antes de uma refeição. Tal tradição seria algo muito positivo se o motivo fosse a busca de manter a higiene, mas não era o caso. Para eles isso deveria ocorrer por uma questão de impureza religiosa. Segundo Champlin (2002, vol. 1, p. 429), primeiramente era exigido que as mãos fossem lavadas antes das refeições, depois passou a se requer a lavagem também após as refeições até que por fim alguns as lavavam até mesmo durante as refeições, e tudo isso para livrá-los “das imundícias do mundo, tornando-os dignos de adorar a Deus e de receber bênçãos divinas”. Quando Jesus os reprova coloca “a tradição dos homens” (7:8, ARA) em oposição aos verdadeiros mandamentos Deus. Eles guardavam as tradições e violavam os mandamentos. Esse contraste apresentado aqui não ocorre em Mateus 23:23. Lá Jesus os reprova por negligenciar princípios, mas aprova pela prática do dízimo, até porque este não era uma tradição humana e sim também um mandamento de Deus.

O mandamento que estava desobedecendo no caso era o quinto, que trata sobre a honra devida aos pais (7:10; Êx 20:12; 21:17). O amparo aos pais era uma obrigação que eles encontraram uma forma de negligenciar através da Corbã. Ela consistia “que quando uma pessoa dissesse ao seu pai ou à sua mãe a respeito das posses, “aquilo que poderias aproveitar de mim é corbã” (7:11), as posses eram consagradas a Deus” e a pessoa estava livre (para eles, legalmente) da obrigação de ajudar aos pais (RENGSTORF, 2007, p. 453). E de acordo com Dewey M. Mulholland (1999, p. 118), “os escribas não permitiam que o filho renegasse seu voto, ainda que seus pais estivessem desesperadamente necessitados”. Era realmente um contrassenso a Corbã, pois Richards (2012, p. 51) lembra que o Talmude, comentando o quinto mandamento, deixava claro que ao filho cabia manter com alimentos, roupas e cuidados pessoais os seus pais.

Segundo Coenen & Brown (2000, vol. 1, p. 509), do voto o filho somente estaria desobrigado caso efetuasse o pagamento de um determinado valor. Ele lembra ainda que no texto paralelo de Mateus a palavra usava fora *dōron* (dádiva, oferta) e não *korban*, que é uma transliteração do hebraico cujo significado é “uma oferta dedicada

a Deus”. Para Cole (2009, p. 1447) a corbã era uma “artifício legalista, feito em nome da religião” e não passava de “pura hipocrisia, como Jesus mostrou”, afinal, como lembra Short (2009, p. 1614), essa conduta tinha “aparência exterior de piedade”, mas seus praticantes de fato estavam desobedecendo a Deus. Era a criação de uma obrigação humana que como afirma Harrington (2011, p. 96) tinha o simples intuito de “fugir da obrigação” para com Deus, algo que até mesmo mestres judeus vieram a não concordar. Eles acusavam Jesus, mas eram eles que eram os transgressores.

3.2.3 Oferta em Lucas

No evangelho de Lucas encontramos somente dois versículos onde está presente a oferta, e ambos no mesmo relato, a oferta da viúva pobre. Esta provavelmente seja uma das passagens mais conhecidas das escrituras e fala de fidelidade, de compromisso, de abnegação e é claro, de amor.

Ela evidencia o contraste entre a percepção humana e a percepção divina de um mesmo ato. Também rompe com a barreira das leis matemáticas, fazendo do menos, mais. Para alguns, as “duas pequenas moedas” (21:2, ARA) estaria querendo dizer que não importa o quanto seja entregue, pois até mesmo uma quantia insignificante entregue pela viúva foi aprovada por Deus. Porém essa é uma visão equivocada do texto, talvez com o intuito de usa-lo para justificar um sentimento de avareza.

Para a expressão “deu mais do que todos” (21:3, ARA), Morris (1983, p. 277) esclarece que não significa que a viúva havia dado mais que qualquer um deles e sim que ela havia dado “mais do que todos eles juntos”. Quanto ao comentário de que as duas moedas era o mínimo que podia ser ofertado ele afirma ser uma má compreensão, pois o Talmude diz simplesmente que uma única moeda não poderia ser entregue sem uma devida supervisão. Sobre a palavra *λεπτόν* (*lepton*) Champlin (2002, vol. 2, p. 199) comenta que o *lepton*⁹⁸ era a “moeda judaica” de menor valor na época (é traduzida como centavo pela ARA em 12:59). Ele nos diz ainda que havia uma declaração da quantia por parte do ofertante e quem estivesse próximo saberia

⁹⁸Rusconi (2011, p. 286) coloca seu valor como 1/28 de um denário, meio quadrante (Mc 12:42). Sendo que um denário equivalia ao pagamento de um dia de trabalho (Mt 20:2), podemos mensurar a pequenez da oferta.

o valor das ofertas, o que deve ter causado ainda mais constrangimento àquela viúva. Quanto à palavra *πτωχός* (*ptōchos*), Rusconi (2011, p. 403) coloca como significando mendigo, pedinte ou pobre. Esta palavra é usada no texto de Marcos. Lucas usa a palavra *πενιχρός* (*penichros*) “que indica aquele que vive apenas com o essencial e que precisa trabalhar cada dia a fim de ter alimento para o dia seguinte” (CBASD, vol. 5, p. 710). Tais significados ajudam a compreender ainda melhor a situação daquela viúva. O Mesmo comentário ainda lembra de que “a pobreza dela poderia ser devida, em parte, à avareza de escribas e fariseus presentes nessa ocasião”, afinal, “Cristo disse que eles “devoraram as casas das viúvas”” (Mt 23:14; Mc 12:40).

No texto de 21:3 é descrito que as duas moedas da viúva representava mais do que altas somas apresentadas por pessoas ricas, mas no verso seguinte a passagem faz questão de explicar porque o menos valia mais. As ofertas volumosas (conforme paralelo em Marcos 12:41) na verdade não passavam de sobras, não representavam nenhum sacrifício por parte dos ofertantes, enquanto a pequena oferta da viúva representava “tudo o que possuía, todo o seu sustento” (21:4, ARA). Ou seja, o louvor da pequena oferta não estava é claro no seu valor monetário, mas sim no seu valor percentual. Tivesse aquela viúva condições financeiras mais favoráveis, e as mesmas duas moedinhas entregues por ela não seria mais um ato digno de elogio. Portanto, a lição clara é que deve haver uma coerência entre as condições financeiras do ofertante com o valor ofertado, e pelo fato da viúva exceder essa relação, percorrer a segunda milha, a sua atitude se tornou digna de inspirado registro. Segundo I. Howard Marshall (2009, p. 1524) a grandeza da oferta da viúva consiste no fato de que “Deus mede o tamanho da oferta pelo que restou a seu doador, depois da oferta dada”.

3.2.4 Oferta em Hebreus

Em Hebreus temos as últimas cinco passagens relacionadas à oferta no Novo Testamento. Quatro delas são usadas pelo autor dentro do contexto de comparação do santuário e sacerdócio do Antigo e Novo Testamento (Hb 5:1; 8:3, 4; 9:9), tema que já exploramos anteriormente. Segundo BROWN & COENEN (2000, v.1, p. 508), essa comparação ressalta o ensino “que Deus é um Deus que dá” e a Sua oferta é

superior, a saber, Deu o seu filho Jesus Cristo (João 3:16), o qual por Sua vez, também Se deu (Gálatas 1:4).

A última delas (11:4), também faz referência a um episódio do Antigo Testamento, mais precisamente, a oferta aceitável apresentada por Abel em contraste com a oferta de Caim, que não fora aceita por Deus. Esta contém algumas informações necessárias de serem ressaltadas para melhor compreensão do tema.

Sabemos pelo relato bíblico que havia orientações que deveriam ser observadas nos assuntos sagrados de forma atenta e criteriosa. Os irmãos Caim e Abel também tinham essa informação. No caso deles, a apresentação de suas ofertas deveria ser de um animal, visto que sem o derramamento de sangue não poderia haver perdão (Hb 9:22). Abel “trouxe das primícias do seu rebanho” e “agradou-se o Senhor”, enquanto Caim como oferta trouxe “do fruto da terra” e desta o Senhor “não se agradou”. (Gn 4:3-5). Ainda para completar Deus faz uma pergunta e uma declaração a Caim muito esclarecedora: “se procederes bem, não é certo que serás aceito? Se, todavia, procederes mal, eis que o pecado jaz à porta”. Ou seja, fazer o certo resulta em aceitação, ao passo que fazer o errado resulta em rejeição. O Senhor ainda, com todo Seu amor, informa a Caim que não deveria seguir os seus próprios desejos, pois a sua natureza pecaminosa o trairia, muito pelo contrário, ele deveria lutar para manter os mesmos sob domínio (Gn 3:7).

Segundo Donald Guthrie (1984, p. 214), não há evidências de que Deus tenha pedido ou orientado um “sacrifício de sangue”, mas seria injusto da parte de Deus não aceitar a oferta de Caim se Ele não o tivesse orientado quanto a isso. Além disso, a passagem de Gênesis 3:21 que fala da roupa de peles sugere que o sacrifício já era algo conhecido. Na sequência, o autor lembra que “talvez pareça que Abel recebeu uma miserável recompensa pela sua aceitação por Deus”, afinal, ele foi morto pelo seu irmão. Mas o texto de Hebreus vem trazer esclarecimento afirmando que embora a aparente recompensa ruim, o que coube mesmo a Abel foi a figuração na galeria de exemplos de fé⁹⁹, e que ele, “mesmo depois de morto” (Hb 11:4), ainda dá bom testemunho a todos, enquanto aspira “uma pátria superior, isto é, celestial”, uma cidade preparada por Deus (Hb 11:16), o que mostra a maravilhosa recompensa à fidelidade de Abel.

⁹⁹ Segundo Morris, Hebreus 11 é “uma das joias no Novo Testamento” e louva os heróis da antiguidade (2003, p. 374). Nessa categoria Abel é colocado, mostrando os benefícios da obediência.

Esse relato tem uma importância extrema para o princípio da oferta. Ele revela que esta deve ser feita de acordo a orientação de Deus, e nunca de nenhuma outra forma, mesmo que aparentemente seja algo muito bom, afinal, a oferta “mais excelente de Abel” (Hb 11:4) acaba por revelar a excelência da oferta de Caim, mas que não preenchia o requisito realmente importante, ser a que Deus havia pedido. O resultado de Caim ter trazido uma oferta diferente da ordenada por Deus foi que a mesma não fora aceita pelo Senhor, e isso quer dizer no mínimo que, ofertas podem não ser aceitas, e por isso, o ofertante deve ter cuidado ao fazer.

3.2.5 Conclusão Parcial

A orientação do Novo testamento quanto à oferta é de que a mesma deve ser proporcional aos ganhos e sistemática, conforme o que fora planejado. Quando o apóstolo Paulo falou sobre isso aos Coríntios colocou sob a forma de ordem e não de uma simples recomendação. Desta forma, ofertar não deve ser um ato de impulso, feito quando e como quiser, mas sim uma atitude de adoração realizada de maneira racional e coerente com as possibilidades. Também vimos que as pessoas fiéis são honradas por Deus com bênçãos espirituais e materiais, mas estas com o objetivo de que a pessoas as utilizem da maneira esperada por Deus e não simplesmente para satisfazer desejos.

A reprovação de Jesus quanto a Corbã revela que as ordenanças divinas estão acima de quaisquer tradições humanas. A atitude daqueles judeus que usavam do artifício da Corbã para fugir das suas responsabilidades com os pais pode ser repetida hoje por muitos que alegam entregar ofertas a Deus, mas não às levam conforme as orientações Dele, talvez para que possa as usar com fins egoístas, exatamente como fazia aqueles judeus.

O famoso episódio da viúva pobre e sua oferta vêm para evidenciar que as ofertas a Deus não podem ser constituídas de sobras, até porque nos tempos modernos o que temos visto é que a maioria das pessoas está de alguma forma envolvida em dívidas e nem sequer tem sobrado algo. Na história de Caim e Abel aprendemos que a oferta não ocorrendo da maneira ordenada por Deus, e desde que se tenha o conhecimento da maneira correta de fazê-la, resultará em reprovação divina, ou seja, a oferta não será aceita.

4. Dízimo e Oferta nos escritos de Ellen G. White

Os adventistas do sétimo dia creem na manifestação do espírito profético nos tempos modernos por meio de Ellen G. White. Quanto aos seus escritos, sempre houve muitos descrentes e até mesmos acusadores. Ela própria alertou sobre o ataque aos Testemunhos (seus escritos), que são compostos de advertência, repreensão, reprovação, animação e instrução, dadas por Deus para o seu povo. Alertou que a desconfiança dos mesmos acarretaria em decadência espiritual, desagrado do Senhor e por fim na destruição.

Milhares de páginas¹⁰⁰ foram escritas com uma mensagem de Deus para o seu povo para livrá-los das artimanhas do inimigo no tempo do fim. É no mínimo pouco inteligente não usufruir desse privilégio. Por isso Ellen White disse que os Testemunhos deveriam estar em cada casa, serem sempre lidos, e as reprovações serem aceitas e os erros corrigidos.

“É plano de Satanás enfraquecer a fé do povo de Deus nos Testemunhos. Satanás sabe fazer seus ataques” Pois entende que “quando os Testemunhos são postos em dúvida e rejeitados... as pessoas enganadas não param por aí.... e termina em destruição”. Alguns ficam “dando sua opinião acerca deles e criticando ora isto ora aquilo, quando fariam melhor em pôr a mão sobre os lábios e prostrar-se no pó”. Para os que alegam ser muito duros (os Testemunhos), ela diz: “se eu errei de alguma forma, foi em não repreender mais firme e decididamente o pecado”. Outros “nestes últimos dias me clamarão: Dize-nos coisas aprazíveis, profetiza-nos ilusões (Isaias 30:10). Este porém não é o meu trabalho. Deus me colocou como reprovadora do Seu povo”. E quando há menosprezo pelos escritos, ela diz: “Não é ao instrumento a quem vocês menosprezam e insultam, mas a Deus” e “é quase impossível às pessoas oferecer maior insulto a Deus” do que fazendo isto.

Os Testemunhos “devem estar na biblioteca de cada família, e serem lidos vez após vez”, e “que os pastores e todo o povo se lembrem de que a verdade do evangelho condena, quando ela não salva”. A luz não deve ser rejeitada, pois “coloca as pessoas num cativeiro, prendendo-as com as cadeias das trevas e da descrença”.

¹⁰⁰ Quando da sua morte, Ellen White tinha “escrito mais de 100 mil páginas” (RICE, 2011, p. 705)

Pelo contrário, devem ser bem recebidas, pois “se estais sem correção, de que todos se tem tornado participantes, logo, sois bastardos e não filhos (Hebreus 12:8). Nosso Senhor disse: Eu repreendo e disciplino a quantos amo (Apocalipse 3:19)”. Não podem ser considerados com igual “importância que conselhos e advertências provenientes de outras fontes”. Portanto, “humilhem o coração diante de Deus”. (WHITE, 2009, T.I., Vol. 5, p. 672 – 91).

Diante dessas informações fica evidente que Ellen White deve ser considerada como ela mesma se denominou: “Cedo, em minha juventude, foi-me perguntado várias vezes: Sois uma profetisa? Tenho respondido sempre: Sou a mensageira do Senhor”. Para aqueles que acreditam ser isso uma diminuição da sua obra, ela explica: “Alguns ficaram surpreendidos ante a esta declaração [não reivindico ser profetisa], e como tanto se está falando sobre isto, darei uma explicação”. A “minha obra inclui muito mais do que esse nome significa”. A “minha comissão abrange a obra de um profeta, mas não finda aí. Compreende muito mais do que pode entender a mente dos que têm estado a semear as sementes da incredulidade” (WHITE, 1985, ME, vol. 1, p. 32 – 6).

Os seus escritos devem ser recebidos como “uma contínua e autoritativa fonte de verdade”, conforme descrito no Manual da Igreja (IASD, 2011, p. 169). E de acordo as Crenças Fundamentais, eles “não constituem um substituto para a Bíblia. Não podem ser colocados no mesmo nível. As Escrituras Sagradas ocupam posição única, pois são o único padrão pelo qual os seus escritos – ou quaisquer outros – devem ser julgados e ao qual devem estar subordinados” (IASD, 2009, p. 289). Como ela mesma afirmou: “ela [a Escritura] declara explicitamente ser ela mesma a norma pela qual todo ensino e experiência devem ser aferidos” (1988, GC, p. 09). “Ela [Ellen] aponta para a Bíblia como a única regra de fé e prática e como a luz maior para a qual seus ensinamentos, “a luz menor” conduzem” (2007, C.I., p. 28).

Por sinal, estas últimas citações ajudam a compreender a expressão “luz maior” e “luz menor” dita por Ellen White sobre a Bíblia e seus escritos respectivamente. No livro Mensageira do Senhor (DOUGLASS, 2009, p. 408 – 11), estudo patrocinado nos anos 90 pelo Patrimônio Literário White e pela Associação Geral da IASD, encontramos informações muito importantes, tais como: “Tanto a luz maior quanto a luz menor têm igual autoridade em apresentar a verdade”, mas “cada um tem uma função específica”. Um é “o instrumento de prova”, enquanto o outro é “aquilo que é provado”. Não há “nenhuma diferença em graus de inspiração” e “Nenhuma diferença

de autoridade entre profetas canônicos e não canônicos”¹⁰¹. Natã (profeta não canônico, não deixou escritos na Bíblia) foi enviado por Deus a Davi, ele repreende o rei, profere juízo e perdão divinos (II Sm 12:1, 7, 10,13). Gade falou a Davi da parte de Deus e este atendeu a sua mensagem (I Crônicas 21:11, 18,19). Considerando que o Testemunho de Jesus é o Espírito de Profecia (Ap 19:10), o livro faz uma pergunta reveladora: podemos “traçar uma distinção e dizer que o que Jesus disse num período tem maior ou menor autoridade do que aquilo que ele disse em outro período?”, logicamente que não. Tal distinção reduziria o profeta “a um papel ou uma função meramente inspirativa e pastoral, destituído de autoridade divina”. Além disso, em um contexto geral, ela “parece estar se referindo à forma como todos os profetas bíblicos são luzes menores conduzindo seu povo “ao Salvador – a Luz do mundo” (João 8:12; 9:5; 12:46)”, como foi com João Batista (João 1:7, 8)¹⁰².

É com esse entendimento, de que os escritos de Ellen G. White são inspirados por Deus e, portanto, autoritativos. De que a diferença para com a Escritura ocorre no âmbito da “função e objetivo” de cada um, e não por causa de níveis de autoridade (DOUGLASS, 2009, p. 416). Enquanto a Bíblia julga se os escritos de Ellen White são verdadeiros, os escritos dela não possuem essa mesma capacidade, enquanto a primeira é universal, muito do material de Ellen White é exclusivo para os adventistas do sétimo dia, enquanto a primeira é fonte de toda doutrina¹⁰³, o outro visa “explicar e esclarecer a Escritura”, além de “reprovar e advertir a Igreja” (RICE, 2011, p. 696). É assim que este estudo passará a analisar o que neles é dito sobre os dízimo e ofertas. Não será exaustivo, devido a grande quantidade de vezes que ela aborda o tema. Serão vistos comentários sobre os textos bíblicos já anteriormente estudados, ou pelo menos aquelas passagens que são comentadas (visto nem todas serem), de forma a clarificar ainda mais os princípios por eles apresentados. Além destes, outros textos serão vistos, selecionados conforme a contribuição que possam trazer.

4.1 Ellen White e o dízimo e a oferta no Antigo Testamento

¹⁰¹ “Ellen G. White explica que seu ministério profético é semelhante ao dos escritores não canônicos dos tempos bíblicos” (FORTIN, 2012, p. 55 - 6).

¹⁰² Ellen White no Desejado de Todas as Nações chega a afirmar de João Batista isso, que ele “era a luz menor, que havia de ser seguida por outra maior” (2009b, D.T.N., p. 220).

¹⁰³ Ver Jerry Moon em “O Papel de Ellen G. White no desenvolvimento das doutrinas da IASD” (2012, p. 111 – 133), onde entre muitas informações é dito que “as doutrinas dos adventistas do sétimo dia não foram baseadas nas visões de Ellen G. White, mas nas Escrituras”.

Quando comentando ou simplesmente fazendo referências às passagens bíblicas que estudamos anteriormente sobre o dízimo e a oferta no Antigo Testamento, Ellen White faz afirmações muito esclarecedoras sobre estes princípios e a seguir traremos várias delas. Um exemplo da grande importância de suas declarações para a compreensão dos textos pode ser visto quando, se referindo a quão sagrados são os votos¹⁰⁴ feitos a Deus, ela trata do episódio de Jacó (Gn 28:20-22). Para alguns Jacó teria proposto uma barganha com Deus demonstrada pelo uso da conjunção condicional “se”, mas Ellen White é taxativa ao afirmar que “Jacó não estava aqui a fazer um contrato com Deus¹⁰⁵. O Senhor já lhe havia prometido prosperidade, e este voto era o transbordar de um coração cheio de gratidão pela certeza do amor e misericórdia de Deus”. Continua dizendo que “devemos reconhecer a bondade de Deus não simplesmente exprimindo nossa gratidão com palavras, mas, como Jacó, por meio de dádivas e ofertas à Sua causa” (1997, P.P., p. 187 – 8). Ele havia passado por momentos muito angustiosos, mas não fora nessa situação que fizera o voto. “Jacó fez seu voto enquanto se achava refrigerado pelos orvalhos da graça e revigorado pela presença e promessa de Deus” tão explicitamente expressa no texto bíblico (Gn 28:12-15). A iniciativa é divina. “O Senhor adiantou o capital” (2009c, C.S.M., p. 85). A pessoa dá por que já recebeu, ao invés de dar para receber, como divulgam os pregadores da prosperidade.

Ainda sobre a passagem ela complementa (2009d, T.I. vol. 4, p. 466 – 7) que Jacó, depois da impressão daquele momento, sofreu a tentação de não manter seu voto e argumentos vieram à sua mente que proveriam a racionalização, mas ele resistiu. “Longos foram os anos transcorridos até que Jacó ousasse voltar a seu país; ao fazê-lo, porém, quitou fielmente sua dívida para com o Senhor. Tornara-se rico, e

¹⁰⁴ “Todo aquele que se liga à igreja, faz por esse ato um voto solene de trabalhar pelos interesses da igreja, e de manter esse interesse acima de toda consideração mundana”. Ellen White segue ainda dizendo que “todo crente deve ter todo o coração em sua ligação com a igreja. A prosperidade desta deve constituir-lhe o primeiro interesse e a menos que se sinta sob sagradas obrigações de tornar sua ligação com a igreja mais um benefício para ela do que para si mesmo, ela passará muito melhor sem ele”. Segundo ela, “Deus ficaria mais satisfeito com seis pessoas inteiramente convertidas à verdade, do que com sessenta fazendo profissão de fé, mas não estando de fato convertidas” (2009c, C.S.M., p. 43, 105). Porque, “fosse nosso número metade do que é, e fôssemos todos obreiros consagrados, e teríamos um poder que faria tremer o mundo”. É para estes a promessa de Mateus 28:20 (WHITE, 1984, T.S. vol. 1, p. 386).

¹⁰⁵ Wiersbe (2006, vol. 1, p. 161) afirma que o “se” em Genesis 28:20 “também pode ser entendido como “uma vez que”, e desta forma “Jacó não estava negociando com Deus” mas sim “afirmando sua fé em Deus. Uma vez que Deus havia prometido cuidar dele”.

grande soma de seus bens passou ao tesouro do Senhor”. Nesse ponto, “Muitos falham hoje no ponto em que Jacó teve êxito. Aqueles a quem Deus tem dado mais têm mais forte inclinação de reter o que possuem, visto deverem dar importância proporcional¹⁰⁶ a seus bens”. Impressionante ainda foi que “Jacó deu o dízimo de tudo quanto possuía, e depois calculou o dízimo que usara, e deu ao Senhor o benefício daquilo que estivera usando para o próprio proveito durante o tempo em que estivera em terra pagã, e não pudera pagar seu voto”, a mesmo isso representando “uma grande soma; no entanto, ele não hesitou; o que votara ao Senhor, não considerava como seu, mas do Senhor”.

Outra relação importante que Ellen White faz é colocar o dízimo e a oferta no contexto da aliança. “Fez [o Senhor] uma aliança com Seu povo para que Lhe devolvam os dízimos e as ofertas, segundo a ordem que ele deu. Isso Lhe pertence. Não pertence a nenhum de nós. Deus fez esse acordo com você [...]. Ao fazer isso, a benção divina será derramada sobre você”. Então, “que Deus não permita que alguém de nós fracasse em ganhar a preciosa benção da vida eterna. Não roube a Deus” (2013, M.M., p. 179).

4.1.1 Ellen White e o dízimo em Gênesis

Sobre um episódio envolvendo o dízimo neste livro, o encontro de Melquisedeque e Abraão, Ellen White trás algumas informações muito importantes. Ela confirma a ordem benção/oferta, ou seja, Melquisedeque “pronunciou uma bênção sobre Abraão, e deu graças ao Senhor que operara um tão grande livramento por meio de Seu servo” e só então Abraão lhe deu o dízimo (1997, PP, p. 136). Ela também esclarece a origem do dízimo, que ele era requerido “antes mesmo que o sistema definido fosse dado a Moisés, já desde os dias de Adão” e “continuou através das sucessivas gerações” (2009c, C.S.M., p. 69).

Ainda menciona a respeito do propósito, no qual “o sistema dos dízimos e ofertas destinava-se a impressionar a mente dos homens com uma grande verdade - verdade de que Deus é a fonte de toda bênção a Suas criaturas, e de que a Ele é

¹⁰⁶ Mas devem se lembrar de que “a recompensa que [Deus] nos dará será proporcional às nossas dadas a Ele. “O que semeia em abundância, em abundância também ceifará” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 91).

devida a gratidão do homem pelas boas dádivas” (1997, PP, p. 525) e ainda “neutralizar o egoísmo e fortalecer lhe o amor para com Deus e o ser humano. O plano de haver método na beneficência foi designado por Deus para o bem do homem, inclinado a ser egoísta, a cerrar o coração a atos generosos”, por isso “o Senhor requer que se deem dádivas em tempos determinados, de tal modo que o dar se torne um hábito” e desta forma “o coração, aberto por um ato de beneficência, não deve ter tempo de tornar-se egoísta, frio e fechar-se antes do próximo ato. A corrente deve estar continuamente fluindo, mantendo assim aberto o canal por atos de beneficência” (2009e, T.I., vol. 3, p. 393).

E ao comentar o texto de Gênesis 14 ela acaba esclarecendo outros pontos, como por exemplo, quanto à geografia, ela afirma que:

Logo que Davi se estabeleceu no trono de Israel, começou a procurar um lugar mais apropriado para a capital de seu reino. A trinta quilômetros de Hebrom, foi escolhido um lugar para a futura metrópole do reino. Antes que Josué tivesse guiado os exércitos de Israel pelo Jordão, chamava-se ele Salém. Perto deste lugar, Abraão tinha provado sua fidelidade a Deus. Oitocentos anos antes da coroação de Davi, fora a residência de Melquisedeque, o sacerdote do Deus Altíssimo (1997, PP, p. 703).

Ou seja, o patriarca e o sacerdote eram “vizinhos”. Também afirma que explicitamente “o Novo Testamento não dá novamente a lei do dízimo, como também não dá a do sábado; pois pressupõe a validade de ambos” e que “retê-lo, é roubar a Deus. Deve todo homem trazer livre, voluntária e alegremente os dízimos e ofertas à casa do tesouro do Senhor¹⁰⁷, pois, em fazê-lo, há uma bênção” (2009c, C.S.M., p. 66 – 7). Esse texto ainda esclarece o que é voluntário. Ofertas são voluntárias? Sim. Mas os dízimos também são. Posso deixar de trazer o dízimo? Jamais. A oferta também não. “Deus não obriga os homens a dar. Tudo quanto derem deve ser voluntario. Não quer ter o Seu tesouro cheio de ofertas dadas de má vontade” (1984, T.S., vol. 1, p.

¹⁰⁷ Esse texto é muito interessante, pois ajuda a explicar o conceito de liberdade. Todos concordam que o dízimo é obrigatório, mas aqui Ellen White diz que todos são livres para trazer. Ou seja, todos de fato são livres para obedecer a Deus, não somente nos dízimos, mas em tudo, agora isso não pode ser confundido com ser o dízimo uma questão opcional.

372). Voluntariedade para Deus significa que Ele não obriga, não significa que Ele não requer. Ele não obrigou Adão e Eva a não comerem do fruto, mas Ele requereu isso deles. E Ele faz isso porque não quer uma adoração forçada, mas uma adoração por amor.

E “se todos os professos cristãos trouxessem seus dízimos fielmente a Deus, Seu tesouro estaria cheio”. Talvez haja negligência porque as pessoas não compreendem que o “nosso Pai celeste não instituiu o plano da doação sistemática com o intuito de enriquecer-se, mas para que o mesmo fosse uma grande benção para o homem. Viu que o referido sistema era exatamente o que o homem necessitava” (2009c, C.S.M., p. 67 - 8). Ellen White ainda escreve que “todos, alegre, liberal e voluntariamente, devem trazer o dízimo e ofertas à tesouraria do Senhor. Em fazendo isto receberão uma bênção” (2009f, M.S., p. 216). Há a promessa do recebimento de benções pela fidelidade, não necessariamente material, mas uma benção. Esperar que a benção de Deus fosse sempre dinheiro seria limitar a Deus e os benefícios que Ele pode conceder ao ser humano. O texto ainda diz que não somente o dízimo, mas também a oferta deve ser trazida à Casa de Deus. Isso não significa que a pessoa não pode contribuir com projetos diversos, mas ela somente deveria fazer isso depois de já ter cumprido com a sua obrigação diante do Senhor. Até porque, usar a oferta que deveria ser entregue a Deus em projetos particulares (mesmo que evangelísticos) é dizer que se sabe administrar melhor os recursos do que o próprio Deus.

4.1.2 Ellen White e a oferta em Êxodo

Quanto às ofertas no livro do Êxodo Ellen White comenta especialmente a passagem sobre a construção do tabernáculo no deserto. Ela destaca o fato de que o povo não dispunha de muitos recursos, afinal, estavam saindo de um cativeiro. Talvez por isso ela afirme que “a liberalidade dos judeus na construção do tabernáculo e na construção do templo mostra um espírito de beneficência não igualado pelos cristãos de qualquer época posterior”. As ofertas vieram mais do que o suficientes, e “não foi preciso insistência”, e assim foi não só no deserto na construção do tabernáculo, mas também quando da construção do templo. Segundo ela, eles “regozijavam-se na perspectiva da construção de um edifício para adoração a Deus”. Afinal, sabiam que

tudo pertence a Deus, e Ele somente “emprestou a Suas criaturas”. Mas sobre a construção do templo um fato negativo foi que, no deserto, homens tinham recebido talentos de Deus para construírem, mas os descendentes destes, herdeiros dessas habilidades, quando na época da construção do templo por Salomão, agiram da seguinte forma:

Por algum tempo esses homens permaneceram humildes e desinteressados; pouco a pouco, porém, quase imperceptivelmente, perderam sua firmeza em Deus e Sua verdade. Começaram a pedir mais altas remunerações por causa de sua habilidade superior. Em alguns casos essas solicitações foram concedidas, mas na maioria das vezes aqueles que pediam pagas maiores procuraram emprego nas nações vizinhas. Em lugar do nobre espírito de sacrifício que enchera o coração de seus ilustres ancestrais, nutriram o espírito de cobiça, de avidez de mais e mais. Serviram reis pagãos com a habilidade que por Deus lhes fora dada, e desonraram a seu Criador (2008, ME, Vol. 2, p. 174 – 5).

Então, são feitos alguns alertas: Cuidado, pois, “quando pobres, alguns são generosos com o pouco que possuem; ao adquirirem propriedades, porém, tornam-se mesquinhos”. Muito facilmente esquecesse de que “há elevados e santos objetivos que exigem recursos”, e uma oferta a Deus é depositada no céu em favor do doador.

“Podem os cristãos, que se gabam de ter mais luz que os hebreus, dar menos que eles?” Ainda mais vivendo no tempo do fim, podem “ficar satisfeitos com suas ofertas, quando não são a metade do que eram as dos judeus?”. A resposta é não. Até porque, enquanto eles precisavam atingir a nação, hoje é preciso atingir toda a Terra (2009d, T.I., vol. 4, p. 77 – 9).

Essa oferta para a construção tinha um caráter diferente. Deus não pediu nesse caso uma oferta proporcional¹⁰⁸ e sistemática. Apesar disso, “não retiveram nada. Todos deram com espírito voluntário, não determinada porção de suas posses, mas grande quantidade do que tinham” (1984, T.S., Vol. 1, p. 466). Na verdade ela tinha uma finalidade específica que era a construção e o período da mesma envolvia somente o período enquanto se dava a obra. As ofertas muitas vezes eram compostas dos próprios materiais a serem utilizados na construção. “Para a edificação do

¹⁰⁸ “Ao determinar a proporção da oferta a dar para a causa de Deus, deveis de preferência exceder às exigências do dever a não cumpri-las. Considerai a quem a oferta é destinada. Essa reflexão banirá a cobiça” (WHITE, 1984, T.S. vol. 1, p. 546).

santuário, grandes e dispendiosos preparativos eram necessários; grande quantidade dos materiais mais preciosos e caros era exigida; todavia o Senhor apenas aceitava ofertas voluntárias”. Impressionante é que “todo o povo correspondeu unanimemente”. Não deveria ser diferente hoje, “todos os que amam o culto a Deus, e prezam as bênçãos de Sua santa presença, manifestarão o mesmo espírito de sacrifício ao preparar-se uma casa onde Ele possa encontrar-Se com eles. Desejarão trazer ao Senhor uma oferta do melhor que possuem”. (1997, PP, p. 343 – 4).

A respeito da oferta referente ao ciclo para a manutenção do templo, no capítulo 30, ela era uma dentre as várias ofertas trazidas pelo povo de Israel, e tinha a finalidade de “prover [recursos] para os necessários reparos e outras despesas”. Conforme dito por Moisés, devia ocorrer quando houvesse recenseamento do povo e “no tempo de Neemias fazia-se anualmente uma contribuição para esse fim” (1997. PP, p. 526).

4.1.3 Ellen White e o dízimo e a oferta em Levítico

Não são muitas as referências que Ellen White faz a esse texto, mas é o suficiente para trazer informações muito importantes, como por exemplo, a lembrança de que “Aquele que dá ao homem a capacidade de adquirir riqueza, deu juntamente com este dom, uma obrigação”, esta é que “de tudo que adquirimos Ele exige determinada porção”, neste caso o dízimo. Há ainda uma referência ao voto feito por Jacó (Gênesis 28:22) como evidência da amplitude desta obrigação, que é “de tudo”. Essa obrigação não é questão de “gratidão ou generosidade. É questão de simples honestidade”, ainda mais que “os bens que manuseamos não são nossos propriamente”. Ainda sobre esta obrigação, ela afirma ser “para com Deus e o homem”. Do cumprimento dela dependem muitos, assim como está em questão também o “nosso próprio destino nesta vida e na vindoura” (2010, Ed., p. 138 – 9). Nesta última declaração há uma expressa relação entre fidelidade no dízimo e vida eterna. “Aquele que sonega os bens do Senhor não somente perde o talento que lhe foi emprestado por Deus, mas perde a própria vida eterna”.¹⁰⁹

¹⁰⁹ “O dízimo pertence ao Senhor, e todos aqueles que tocam nele serão punidos com a perda de seu tesouro celestial, a menos que se arrependam” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 102).

Continuando, ela lembra que o dízimo é santo, assim como o sábado, e que não há um prazo de validade para ele como aconteceu com as ofertas sacrificais que apontavam para Cristo. E “a negligência ou adiamento desse dever provocará o desagrado divino”. Aos fiéis existe a promessa de que “uma benção especial sobrevirá a todo aquele que honrar” esse pedido de Deus por fidelidade. Ele prova em sua matemática exclusiva “que nove décimos valem mais do que dez”¹¹⁰. O Senhor diz que esses recursos dos dízimos, juntamente com as ofertas, “devem ser trazidas à casa do Meu tesouro”, pois é “a provisão que Deus fez para levar avante a obra do evangelho”.

Quanto ao autor desse plano sistemático, instituído como dito anteriormente por “nosso Pai celeste”, ela afirma também que foi elaborado “pelo próprio Senhor Jesus Cristo”, pois Ele é “Aquele que por amor de nós se fez pobre para que pela Sua pobreza enriquecêssemos” (2009c, C.S.M., p. 66 – 8). Isso não deve ser entendido como uma contradição, mas como uma informação complementar que evidencia a unidade de propósito da divindade em busca da salvação humana. Pois, como ela mesma afirma, o plano visa conservar a visão de que todas as coisas são de Deus e assim “extirpar toda estreiteza egoísta, e cultivar largueza e nobreza de caráter” (2009c, C.S.M., p. 44). Afinal, “o egoísmo é um mal mortal”, ele faz como que o ser humano se recuse a agir com fidelidade, e como consequência, “naquele dia em que todo homem for julgado segundo os atos praticados nesta vida”, muitos que alegremente desejariam rever suas atitudes verão que será tarde demais “para mudar o registro dos que, semanal, mensal e anualmente têm roubado a Deus”. Por isso, é preferível “ver-nos em quaisquer dificuldades, enfrentar quaisquer precárias condições”, do que roubar Deus (2009g, M.J., p. 307 – 8). Não esqueçamos que muitas vezes “é sofrendo que nossas virtudes são experimentadas, e provada a nossa fé. É no dia da angústia que sentimos quão precioso é Jesus” (1985, M.E., Vol. 1, p. 117).

Outra vez (2009h, T.I., vol. 6, p. 384 – 91) a relação do dízimo e a eternidade é apresentada, assim como a necessidade de tais recursos, que somados às ofertas devem financiar a obra de pregação do evangelho, que vem a carecer de recursos devido à desobediência deste princípio, chegando até mesmo a ser retardada. Roubar a Deus significa também roubar “das pessoas a luz que a elas destinei [Deus]”, o que

¹¹⁰ “Na matemática da incredulidade, quem dá mais fica com menos. Na matemática da fé, os que são fiéis sabem, quem dá mais fica com mais” (CAMPANHÃ, 2011, p. 71).

amplia em muito as consequências do erro de ser infiel. Infidelidade esta que ela afirma ser incompreensível diante das promessas de bênçãos. Desobedecerá o ser humano “um dever tão positivo?”, afinal, a obediência neste caso resulta em bênçãos “tanto nas coisas materiais como nas espirituais” enquanto a desobediência “equivale à maldição divina”. Ao negligente um alerta: “infidelidade para com Deus”, este é o registro “que se acha escrito junto ao seu nome nos livros do céu”.

Por fim, Ellen White (1997, P.P., p. 527) lembra que “as contribuições exigidas dos hebreus para fins religiosos e caritativos, montavam a uma quarta parte¹¹¹ completa de suas rendas”, mas diferente do que poderia se esperar, que isso os tornassem pobres, era justamente isso uma condição de prosperidade. Como exemplo lembra Ageu 1 e o relato de que o povo empobrecia e sofria diversas consequências por sua “retenção egoística”, negligenciando dedicar a Deus aquilo que Lhe pertencia. Cuidavam das suas casas e deixavam de lado a Casa de Deus e como resultado havia seca, pouca colheita, e por fim, necessidade. O pouco que conseguiam colocavam como que “num saco furado”. Ou seja, “não é o devolver a Deus aquilo que Lhe pertence o que torna pobres os homens; ao contrário, é a retenção que tende a resultar em pobreza” (2009h, T.I. vol. 6, p. 449). Ao povo “quando roubavam a Deus em dízimos e ofertas, era-lhes feito compreender que não O estavam roubando a Ele simplesmente, mas a si mesmos; pois Ele lhes limitava as bênçãos exatamente em proporção ao que lhes limitavam as ofertas que Lhe faziam” (1984, T.S. Vol. 1, p. 375).

4.1.4 Ellen White e o dízimo e a oferta em Números

A respeito da oferta dos primogênitos de Israel Ellen White (P.P., 1997, p. 274 – 7) mostra sua relação com o acontecimento da páscoa no Egito e, assim como Deus salvou todo o primogênito, de homens e animais (Ex 11:5-7), que confiou no sangue

¹¹¹ Noutra citação ela diz que “Uma conscienciosa minoria devolvia a Deus cerca de um terço de toda a sua renda para benefício dos interesses religiosos e dos pobres. Essas exigências não se limitavam a uma classe particular do povo, tocavam a todos, sendo proporcionais às posses da pessoa”. Ainda afirma que “além de todos esses donativos sistemáticos e regulares, havia objetivos especiais que pediam ofertas voluntárias, como para o tabernáculo construído no deserto, e o templo erigido em Jerusalém” (WHITE, 1984, T.S. vol. 1, p. 546). As citações parecem não pretender exatidão, mas sim que as contribuições do povo somavam de uma quarta parte completa (25%) a cerca de um terço de suas rendas (33%). E segundo White deveríamos hoje contribuir com mais, afinal o desafio é bem maior (2007b, A.A., p. 336-7).

do cordeiro nas portas, no fim os tempos salvará seu povo do “cativeiro do pecado”. Como memorial, a festa devia acontecer anualmente e os primogênitos serem dedicados ao Senhor. “Os primogênitos tanto de homens como de animais deviam ser do Senhor, podendo ser reavidos apenas por meio de resgate”, pagando um determinado valor em reconhecimento de que teriam perecido junto com os do Egito não fosse Deus. Ela ainda explica uma alteração que ocorre quando Deus estabelece o serviço do santuário, onde Ele “escolheu para Si a tribo de Levi para a obra do santuário, em lugar dos primogênitos do povo” (Nm 3:13; 8:16; 18:15, 16).

Sobre o dízimo (Nm 18:20-24) ela declara (Op. Cit., p. 525 – 9) que o sistema “destinava-se a impressionar a mente dos homens com uma grande verdade”, Deus merece nossa gratidão, pois Ele “é a fonte de toda benção”. Explica ainda que, apesar do dízimo ser exclusivo aos levitas, “não era de nenhuma maneira o limite das contribuições”. Foram as ofertas voluntárias que construíram o tabernáculo e o meio sico quando ocorria recenseamento cobriria as despesas de manutenção do mesmo.

4.1.5 Ellen White e o dízimo e a oferta em Deuteronômio

Quando o tema é o segundo dízimo há revelação muito clara sobre a diferença existente entre este e o primeiro dízimo. No capítulo 51 do livro Patriarca e Profetas, intitulado “O cuidado de Deus para com os pobres” (1997, p. 530 – 6), Ellen White afirma que o segundo dízimo, além “de promover a reunião do povo para o serviço religioso”¹¹², também tinha a finalidade de “se fazerem provisões aos pobres”¹¹³, enquanto o primeiro dízimo pertencia unicamente à tribo e Levi (Nm 18:21).

Ela continua dizendo que o segundo dízimo,

...ou o seu equivalente em dinheiro, deviam por dois anos trazer ao lugar em que estava estabelecido o santuário. Depois de apresentarem uma oferta de agradecimento a Deus, e uma especificada porção ao sacerdote, os ofertantes deviam fazer uso do que restava para uma festa religiosa, da qual deviam participar os levitas, os estrangeiros, os órfãos e as viúvas. Assim, tomavam-se providências para as ações de graças e festas, nas solenidades

¹¹² Anos 1, 2, 4 e 5.

¹¹³ Anos 3 e 6.

anuais, e o povo era trazido à associação com os sacerdotes e levitas, para que pudesse receber instrução e animação no serviço de Deus. Em cada terceiro ano, entretanto, este segundo dízimo devia ser usado em casa, hospedando os levitas e os pobres, conforme Moisés dissera: “Para que comam dentro das tuas portas, e se fartem”. Deuteronômio 26:12. Este dízimo proveria um fundo para fins de caridade e hospitalidade. Outra providência, ainda, se tomou em favor dos pobres. Nada há, depois do reconhecimento dos direitos de Deus, que mais caracterize as leis dadas por Moisés do que o espírito liberal, afetuoso e hospitaleiro ordenado para com os pobres. Embora Deus houvesse prometido abençoar grandemente Seu povo, não era Seu desígnio que a pobreza fosse inteiramente desconhecida entre eles. Ele declarou que os pobres nunca se acabariam na Terra. Sempre haveria entre Seu povo os que poriam em ação a simpatia, ternura e benevolência deles¹¹⁴. Então, como agora, as pessoas estavam sujeitas a contratempos¹¹⁵, enfermidade e perda de propriedade; todavia, enquanto seguiram as instruções dadas por Deus, não houve mendigos entre eles, nem qualquer que sofresse fome.

Quanto à provisão aos pobres, além disso, Deus ainda havia destinado a parte dos produtos que ficavam no campo após a colheita (Lv 19:9, 10; Dt 24:19-22) e o ano sabático¹¹⁶, “que começava no fim da ceifa. Na ocasião da sementeira, que se seguia a colheita, o povo não devia semear” e “não deviam podar a vinha na primavera”. Ainda,

Daquilo que a terra produzisse espontaneamente podiam comer enquanto novo; mas não deviam armazenar qualquer porção do mesmo em seus depósitos. A produção deste ano devia estar franqueada ao estrangeiro, ao órfão e à viúva, e mesmo aos animais do campo. Êxodo 23:10, 11; Levítico 25:5. Mas, se a terra produzia comumente apenas o bastante para suprir as

¹¹⁴ Outra ordem dada aos hebreus dizia que aos seus irmãos, quando precisassem, deveriam emprestar, e fazê-lo sem a cobrança de juros (Lv 25:35-37; Dt 15:7-11). E quanto ao pagamento do salário, este deveria ser feito no mesmo dia (Dt 24:14,15). Sobre a orientação de não cobrar juros, segundo Meeks (2002, p. 29), o intuito era evitar a dívida, algo que conduz a escravidão, e como Deus já havia libertado o povo dessa situação não era sua vontade que eles regressassem ao mesmo estado jamais.

¹¹⁵ Podemos notar que aqui White não está tratado de uma pobreza estabelecida como pode ser vista hoje em sertões ou favelas, mas uma pobreza eventual ocasionada por imprevistos e que, no caso de Israel, quando da chegada do ano sabático e do jubileu podia ser solucionada.

¹¹⁶ “Para os pobres, o sétimo ano era um ano de livramento de dívidas” (WHITE, Op. Cit., p. 532).

necessidades do povo, como deveriam subsistir durante o ano em que nada colhessem? Para tal fim a promessa de Deus oferecia amplas provisões. “Mandarei Minha bênção sobre vós no sexto ano”, disse Ele, “para que dê fruto por três anos. E no oitavo ano semeareis, e comereis da colheita velha até ao ano nono; até que venha a sua novidade comereis a velha. Levítico 25:21, 22.” A observância do ano sabático devia ser um benefício tanto para a terra como para o povo. O solo, ficando sem ser cultivado durante um ano, produzia mais abundantemente depois. O povo estava livre dos trabalhos apertados do campo; e, conquanto houvesse vários ramos de trabalhos que podiam ser efetuados durante este tempo, todos podiam se dedicar a maior lazer, o qual oferecia oportunidade para a restauração de suas capacidades físicas para os esforços dos anos seguintes. Tinham mais tempo para a meditação e oração, para se familiarizarem com os ensinamentos e mandados do Senhor, e para a instrução de sua casa. No ano sabático, os escravos hebreus deviam ser postos em liberdade, e não deviam ser despedidos de mãos vazias.

Fora isso o povo ainda dispunha de outra orientação, era o jubileu (Lv 25:9, 10), que era semelhante ao ano sabático no que dizia respeito ao plantar, ao colher, e a produção espontânea destinada aos pobres. “Certas classes de escravos hebreus – todos os que não recebiam liberdade no ano sabático – ficavam agora livres”. E uma distinção do jubileu era “a reversão de toda a propriedade territorial à família original”.

Todas essas providências visavam “minorar o sofrimento” dos necessitados, além de se tornar um “obstáculo ao amor desordenado à propriedade e ao poderio”, pois “grandes males resultariam da acumulação continua de riqueza por uma classe e da pobreza e degradação por outra”. Um deles seria que “a consciência desta opressão despertaria as paixões das classes mais pobres” e “um sentimento de aflição e desespero” abriria “as portas aos crimes de toda espécie”. O que Deus queria era “promover a igualdade social”. Isso acontecendo, os ricos seriam tão abençoados quanto os pobres, pois combateria “a avareza e a disposição para a exaltação própria”, além de que “cultivariam um espírito nobre e de beneficência”. Essa igualdade social, porém não significaria igualdade de posses, “isto não foi o propósito do Criador. A diversidade de condições é um dos meios pelos quais é desígnio de Deus provar e desenvolver o caráter”. Para muitos, “melhor é o pouco com o temor do Senhor, do que um grande tesouro, e com ele a inquietação” (Pv 15:16).

Diante disso, percebemos que nos planos de Deus estava não somente utilizar todo o sistema de dízimos e ofertas para o bem dos beneficiários, como também para o combate ao egoísmo existente em todo ser humano. Ellen White (2010, Educ., p. 44) declara que os dízimos eram “um ensino adaptado a extirpar toda a estreiteza egoísta, e cultivar largueza e nobreza de caráter”.

4.1.6 Ellen White e o dízimo e a oferta em Neemias

Após o arrependimento do povo e sua consagração a Deus, onde afirmaram num documento por escrito que observariam todos os preceitos divinos, o culto foi restaurado e mantido pelo dízimo. Além desse, “a congregação se comprometeu a contribuir anualmente com uma soma estabelecida para o serviço do santuário”, e disseram ainda: traremos “as primeiras novidades da nossa terra, e todos os primeiros frutos de todas as árvores, de ano em ano, à casa do Senhor”, juntamente com “os primogênitos dos nossos filhos, e do nosso gado” (WHITE, 1996, P.R., p. 667).

Quanto ao triste episódio que ocorrera na ausência de Neemias (que voltou para a Pérsia) quando o sumo sacerdote cedeu um lugar no templo (que servia para armazenar ofertas e dízimos) ao amonita Tobias, desobedecendo à ordem divina (Dt 23:3-6), Ellen White (Op. Cit., p. 670 - 1) afirma:

Não somente havia o templo sido profanado, mas as ofertas tinham sido mal empregadas. Isto estava desencorajando a liberalidade do povo. Havia perdido seu zelo e fervor, e relutavam em pagar o dízimo. A tesouraria da casa do Senhor estava pobremente suprida; muitos dos cantores e outros empregados nos serviços do templo, não recebendo sustento suficiente, haviam deixado a obra de Deus para trabalharem em outras partes. Neemias pôs mãos à obra para corrigir esses abusos. Reuniu todos os que tinham deixado a obra da casa do Senhor, e os restaurou "no seu posto". Isto inspirou confiança ao povo, e todo o Judá "trouxe os dízimos do grão, e do mosto, e do azeite aos celeiros". Homens "que se tinham achado fiéis" foram feitos "tesoureiros... sobre os celeiros", "e se lhes encarregou a eles a distribuição para seus irmãos". Neemias 13:11-13.

Neste caso, ela na continuação acredita que esse desvio do povo, assim como outros que haviam cometido enquanto Neemias estava longe, como a desobediência do mandamento do sábado, “era resultado do intercambio com os idólatras”. Outra lição que fica evidente aqui é a responsabilidade da liderança. Diante do erro do sacerdote o povo desanimou em manter a fidelidade, e o resultado foi o roubo dos bens sagrados e a derrocada dos serviços do templo.

4.1.7 Ellen White e o dízimo e a oferta em Malaquias

O texto sobre dízimo e oferta no livro do profeta Malaquias, como já mencionamos, é um dos mais importantes além de ser também dos mais utilizados. Ellen White faz diversas menções do mesmo e estas esclarecem sobremaneira o assunto do dízimo e da oferta. Ela afirma (2009i, P.J., p. 144 – 5) que a infidelidade a Deus nesse ponto é frequente, e que “como podemos, pois, reclamar” as bênçãos de Deus “se retemos o que Lhe pertence?”. Esse recurso “é uma providência para sustentar a pregação do evangelho” e sobre o roubo dele ela faz uma afirmação muitíssimo importante, dizendo que “pode ser que nisso esteja o segredo das orações não atendidas”.

O texto do profeta Malaquias contém também uma enorme promessa de bênçãos divinas (3:10-12) e esta é sempre muito lembrada, mas Ellen White também não quer que esqueçamos de que “todas as dádivas são prometidas sob a condição de obediência. Deus tem um céu cheio de bênçãos para aqueles que com Ele cooperarem”.

Quanto ao egoísmo que ataca o homem Ellen White (2007b, A.A., p. 74 – 6) cita a história de Ananias e Safira como exemplo para mostrar que “aquele que fez voto não tem mais direito sobre a porção consagrada¹¹⁷”. Neste caso, “o pecado da fraude contra Deus foi rapidamente punido¹¹⁸” revelando a desaprovação divina, e à

¹¹⁷ Ela ainda diz que “ao fazerem o voto, foram grandemente abençoados” (White, 2009c, C.S.M., p. 313). Isso pode indicar que a própria venda da propriedade e até mesmo o valor conseguido devem ter contado com os favores divinos. É Deus novamente se antecipando.

¹¹⁸ “Esse exemplo do juízo de Deus visava ser um sinal de perigo a todas as gerações futuras”. Inicialmente, “o coração de Ananias e o da esposa foram movidos pelo Espírito Santo a dedicar suas posses a Deus, como seus irmãos o tinham feito. Mas depois de terem feito o voto, recuaram, e determinaram não cumpri-lo”. Muitos hoje cometem o mesmo erro, e “ainda que não seja visitado com a visível manifestação do desagrado de Deus, não é ele menos nefando agora, à Sua vista” (WHITE,

semelhança daqueles dois, que “perderam essa vida e a futura”, Deus revela que “todos os que se dão a hipocrisia e à cobiça¹¹⁹, podem estar certos de que estão destruindo a própria vida”. Ela ainda diz que “se o dinheiro entrasse para a tesouraria de acordo com este plano divinamente recomendado – a décima parte do que ganhamos e as ofertas liberais¹²⁰ – haveria abundância para o avanço do trabalho do Senhor”. Nesta última declaração é evidente a autoria do plano e a importância de ambos, do dízimo e também da oferta. Afinal, (WHITE, 2007b, A.A., p. 336 – 7) “reter o dízimo era considerado por Ele [Deus] um roubo”, mas “a devolução do dízimo era apenas uma parte do plano de Deus para o sustento de Seu trabalho”, ainda “numerosas dádivas e ofertas foram divinamente especificadas” ao povo judeu. E quanto aos cristãos atualmente? “Não é o propósito de Deus que os cristãos, cujos privilégios excedem em muito aos da nação judaica, deem menos abundantemente do que deram eles”.

Aquilo que é conhecido para uns, não o é para outros, e “é parte da obra do ministro ensinar os que aceitam a verdade mediante seus esforços, a trazerem os dízimos ao tesouro, como testemunho de que reconhecem sua dependência de Deus”. Eles “devem ser plenamente esclarecidos com relação ao seu dever de devolver ao Senhor o que Lhe pertence. O mandamento de pagar o dízimo é tão claro,

2009c, C.S.M., p. 312). É necessário compreender que “de nada aproveitam as riquezas no dia da ira, mas a justiça livra da morte” (Pv 11:4).

¹¹⁹ “A cobiça é um mal de desenvolvimento gradual. Acã havia acariciado a avidez ao ganho até que isto se tornou um hábito” e o pecado dele “trouxe revés a toda a nação. Pelo pecado de um homem, o desprazer de Deus repousará sobre Sua igreja até que a transgressão seja descoberta e removida”. Infelizmente, “este mal não existe somente no mundo, mas na igreja também. Quão comum é achar mesmo ali o egoísmo, a avareza, a ganância, a negligência da caridade, e o roubo a Deus “nos dízimos e ofertas!” Até mesmo “entre membros da igreja, considerados idôneos e cumpridores do dever existem, triste é dizer, muitos Acãs!”. Ellen White faz uma advertência impressionante ao dizer que “a influência que mais temida deve ser pela igreja não é a dos francos oponentes, incrédulos e blasfemos, mas dos que incoerentemente professam a Cristo. Estes são os que impedem as bênçãos de Deus de virem a Israel, e acarretam fraqueza ao Seu povo”. Por isso, “quando a igreja se acha em dificuldade, quando existem a frieza e o declínio espiritual, dando ocasião a que os inimigos de Deus triunfem, então, em vez de cruzar os braços e lamentar sua infeliz condição, investiguem os membros se não há um Acã no acampamento”. Mas essa investigação é individual, feita “com humilhação e exame de coração”, onde cada um procura “descobrir os pecados ocultos que excluem a presença de Deus”. (WHITE, 1997, P.P., p. 496 – 7). “É o espírito de cobiça que leva os homens a guardar para a satisfação do eu, o que por inteira justiça pertence a Deus, e este espírito é-Lhe tão aborrecível agora como quando, por intermédio do Seu profeta, severamente repreendeu Seu povo, dizendo: “Roubará o homem a Deus?”. Ela coloca a diferença da seguinte forma: “o espírito de egoísmo é o espírito de Satanás. O princípio ilustrado na vida dos mundanos é receber, receber. Assim esperam eles conseguir felicidade e conforto, mas o fruto do que semeiam é miséria e morte”, enquanto “o espírito de liberalidade é o espírito do Céu. Este espírito encontra sua mais alta manifestação no sacrifício de Cristo sobre a cruz”. (WHITE, 2007b, A.A., p. 339).

¹²⁰ Ellen White aqui faz uma divisão sobre as ofertas como ofertas de ação de graças, ofertas pelo pecado e ofertas voluntárias, esta última “para ocasiões especiais”. (2007b, A.A., p. 75 e 337).

que não há sombra de desculpa para desatendê-lo”. E quanto ao ministro, “aquele que negligencia dar instruções a esse respeito, deixa por fazer uma parte importantíssima de sua obra”. O profeta, ela diz: (2008b, T.M., p. 305 – 7) “especificou que a condição de prosperidade depende de levar à tesouraria do Senhor aquilo que é Seu”, e “esse princípio precisa ser frequentemente apresentado aos homens relaxados em seu dever para com Deus, e que são negligentes e descuidados em levar-Lhe seus dízimos, dádivas e ofertas”. As instruções são claras, e “se homens apresentam qualquer desculpa¹²¹ quanto ao motivo de não cumprirem esse dever, é porque são egoístas e não tem nem o amor e nem o temor de Deus em seu coração”. É claro que “os pastores não devem ser severos ao aproximar-se de alguém, forçando-o a dar ofertas”. Caso uma “pessoa não dá justamente quanto se pensa que deveria, eles não devem censurá-la e marginalizá-la”. É preciso ter paciência, pois “o Senhor lida pacientemente com Seu povo errante. A verdade penetrará mais e mais profundamente no coração e abaterá um ídolo após outro, até que Deus reine supremo no coração de Seu consagrado povo” (2009k, T.I. vol. 1, p. 237).

O problema é que

...alguns deixam de educar o povo a cumprir com todo o seu dever. Pregam a parte de nossa fé que não cria oposição ou desagrade os ouvintes, mas não declaram toda a verdade, o povo aprecia-lhes a pregação, mas há falta de espiritualidade porque as exigências do Senhor não são atendidas. Seu povo não Lhe dá em dízimos e ofertas o que Lhe pertence [...]; e o pastor que com elas trabalha, e não lhes mostra a vontade de Deus claramente revelada, é condenado com o povo, por negligenciar o seu dever (2009c, C.S.M., p. 87).

Continuando com o tema do dever, White declara: “anciãos de igreja, cumpri vosso dever. Trabalhai de casa em casa a fim de que o rebanho de Deus não seja remisso neste magno assunto, o qual envolve tão grande benção ou maldição”. Adverte que “não terá o Senhor por inocente os que são deficientes na realização do trabalho que Ele requer de suas mãos – cuidar de que a igreja seja conservada sã e

¹²¹ White escreve que, “ainda que os recursos assim consagrados sejam mal aplicados”, a pessoa deve ser fiel, até porque, “aqueles que fizeram sacrifício em sinceridade de coração, com a única finalidade de glorificar a Deus, não perderão sua recompensa” (2009j, C.E.S. p. 147).

sadia espiritualmente”. Em sua época¹²² ela já alegava que “muitas de nossas igrejas estão roubando a Deus nos dízimos e nas ofertas”, mas “Deus sobre eles executará justamente o que declarou. Ao obediente, dará ricas bênçãos; ao transgressor, maldição”, pois “ninguém se pode escusar de dar seus dízimos e ofertas ao Senhor”. Ainda afirmou: “Hoje, o pecado predominante na igreja é a cobiça. Deus Se desagrada com Seu povo por seu egoísmo”. (2009k, T.I., vol. 1, p. 192). Ele “tem sido roubado nos dízimos e nas ofertas. É uma coisa terrível ser culpado de reter da tesouraria ou de roubar a Deus” e a consequência de não seguir “o plano de doação sistemática [...] tem sido um empobrecimento da tesouraria e uma igreja apostatada” (2009e, T.I. vol. 3, p. 409). Afirma ainda que “o egoísmo tem penetrado e se tem apoderado do que pertence a Deus. Isso é cobiça, que é idolatria” (2009c, C.S.M., p. 84). Ela ensina ainda na página 106 da mesma obra que ninguém deve permanecer na liderança caso negligencie este seu dever, portanto,

Nomeie a igreja pastores ou anciãos que sejam dedicados ao Senhor Jesus, e cuidem esses homens de que se escolham oficiais que se encarreguem fielmente do trabalho de recolher o dízimo. Se os pastores não se demonstrarem aptos para o cargo, se deixarem de apresentar à igreja a importância de devolver ao Senhor o que Lhe pertence, se não cuidarem de que os oficiais que estão sob suas ordens sejam fiéis, e que o dízimo seja trazido, estão em perigo. Estão negligenciando uma questão que envolve uma bênção ou maldição para a igreja. Devem ser afastados de sua responsabilidade, e outros homens devem ser experimentados e provados.

Em um capítulo intitulado “Dar a Deus o que Lhe pertence” (1985b, T.S. vol. 3, p. 35 – 42) Ellen White afirma que “o Senhor deu a Seu povo uma mensagem para o tempo presente” e esta consta “no terceiro capítulo de Malaquias”. Tal mensagem não poderia ser melhor e mais claramente expressa, o que torna as pessoas indesculpáveis diante da negligência do mesmo. “Afora o dízimo, o Senhor requer de nós as primícias de todas as nossas rendas, e isto para que a Sua obra na terra possa

¹²² Ellen White afirmou: “Muito recentemente tive luz direta do Senhor sobre essa questão, a de que muitos adventistas do sétimo dia estavam roubando a Deus nos dízimos e ofertas, e me foi claramente revelado que Malaquias apresentou o caso como ele realmente é” (2000, I.R., p. 56). Ainda segue afirmando que “o Senhor tornou esse dever tão claro que se negligenciarmos cumprir suas reivindicações não seremos desculpados” (2013, M.M., p. 54). Um problema é “que há uma grande classe de pessoas que roubam a Deus do pequeno dízimo e outros que apenas dão o dízimo” (WHITE, 2009d, T.I., vol. 4, p. 474).

ser amplamente custeada”, pois “os servos do Senhor não devem estar limitados a suprimentos escassos”. Infelizmente, vemos isso acontecer muito em nossos dias. Muitos campos com recursos escassos ao ponto de terem que escolher quais os locais que vão receber a luz do evangelho e quais que terão de esperar mais um pouco. Isso é muito triste e não aconteceria se os recursos devidos entrassem para a tesouraria de Deus, como ela mesma afirma. Deus diz que “empregando o Meu fundo de reserva para satisfazer vossos próprios desejos, roubastes às almas a luz que Eu lhes destinei”. As pessoas ainda possuem a coragem de

...depois de haverem despendido no interesse próprio os meios que Deus reservara para a obra da salvação, a fim de enviar às almas que perecem a mensagem da graça de um amante Salvador, e por seu egoísmo haverem impedido que essa obra se fizesse como deveria ser feita, ainda perguntam: "Em que Te roubamos?". Deus responde: "Nos dízimos e nas ofertas alçadas. Com maldição sois amaldiçoados, porque Me roubais a Mim, vós, toda a nação".

Para Ellen White reter o que pertence a Deus é algo difícil de compreender, pois “como se atreverá a desobedecer, se a obediência a essa ordem implica a bênção de Deus tanto nas coisas temporais como nas espirituais, e se a desobediência equivale à maldição divina?”, perdendo algo precioso, pois “Deus não pode abençoar quem se recusa a ser mordomo fiel”. Perde “a recompensa da sincera liberalidade [que] é a mais íntima comunhão do espírito e do coração com o Espírito Santo”¹²³. Aquele “que fracassou nos negócios e está endividado, não deve servir-se da parte que pertence ao Senhor a fim de liquidar seus compromissos. Deve considerar que nisso é provado e que retendo a parte do Senhor para fins próprios está roubando a Deus”, portanto, dívidas não o isentam das obrigações para com Deus. Se errar nisso, ““infidelidade para com Deus”, é o que se acha escrito junto ao seu nome nos livros do Céu. Por se haver apropriado dos recursos do Senhor para seu próprio interesse, tem lá uma conta para saldar com Deus”. Ela ainda adverte, com uma declaração impressionante, que “o homem que rouba a Deus cultiva traços de caráter que o não

¹²³ “A liberalidade é uma das indicações do Espírito Santo”, e “todos quantos possuem o espírito de Cristo terão [...] mão aberta e generosa (WHITE, 2013, M.M., p. 79, 94)

de excluir de ser admitido na família celestial”, e que “o uso egoísta da riqueza prova infidelidade para com Deus e torna o mordomo inapto para gerir bens celestiais”¹²⁴.

Ela ainda continua dizendo que “naquele dia em que todo homem for julgado segundo os atos praticados no corpo, toda desculpa que o egoísmo agora apresenta para reter o dízimo, as dádivas e ofertas do Senhor, há de derreter-se como orvalho diante do sol”. Nisso percebe-se claramente a importância do dízimo e da oferta para combater o egoísmo, chamado de “um mal de morte”¹²⁵. É preciso estar ciente de que

O dinheiro não nos foi dado para honrarmos e glorificarmos a nós mesmos. Como mordomos fiéis devemos usá-lo para a honra e glória de Deus. Alguns pensam que apenas parte de seus meios é do Senhor. Ao porem de parte uma cota para fins religiosos e caritativos, consideram o restante como sua propriedade, que podem usar como julgarem conveniente¹²⁶. Erram nisso¹²⁷, porém. Tudo quanto possuímos é do Senhor, e Lhe somos responsáveis pelo uso que fazemos. No uso de cada centavo deve ser visto se amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos. .

Portanto “devemos, como indivíduos, preferir ver-nos em quaisquer incômodos, ser levados a quaisquer precárias condições, de preferência a roubar a Deus, na parte que deve entrar para Sua casa”. (2009g, M.J., p. 307 – 10). Ellen White é categórica ao afirmar que “o dízimo pertence ao Senhor, e todos aqueles que tocam nele serão punidos com a perda de seu tesouro celestial, a menos que se arrependam” e voltando ao tema das responsabilidades do ministro, diz que “os que saem como pastores, têm uma solene responsabilidade pesando sobre eles, a qual é estranhamente negligenciada” esta diz respeito a “grande necessidade de instruções relativamente a obrigações e deveres para com Deus”. Aquele que é “superintendente do rebanho de Deus, deve-se desempenhar fielmente de seu dever. Se, porque isso Lhe é

¹²⁴ Conforme parábola dos talentos.

¹²⁵ Sobre Ananias e Zafira ela afirma que o “egoísmo foi o grande pecado que deformou o caráter desse culpado casal” (WHITE, 2009d, T.I., vol. 4, p. 462). E sobre quem acariciar “o egoísmo e a cobiça [...] recairá o desagrado do Senhor” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 145). “Aquele que confia nas suas riquezas, cairá; mas os justos reverdecem como a folhagem” (Pv 11:28)

¹²⁶ Ela não está afirmando que não podemos usar o restante, mas sim que não podemos o usar de forma errada. “Se dermos a Deus o que Ele pede, o restante será santificado e abençoado em proveito nosso” (WHITE, 2009j, C.E.S., P. 144). A questão não é que Deus exige a totalidade dos recursos. Ele exige dízimos e ofertas. O que acontece é que mesmo após cumprir as exigências religiosas, o restante do recurso que Deus misericordiosamente concede ao ser humano para sustento de suas necessidades, devem ser gastos com critério. Não é porque uma pessoa dizimou e ofertou que ela pode usar o restante do seu dinheiro em coisas ilícitas ou em artigos condenados pelos princípios divinos.

desagradável, ele toma a atitude de deixar que qualquer outro o faça, não é um obreiro fiel” (2009I, O.E., p. 227 – 8).

Ela ainda menciona (2009j, C.E.S., p. 138 - 147) sobre o tema uma questão de ordem pedagógica. “Não são os homens por natureza inclinados à benevolência, mas à mesquinhez e avareza, e a viverem para o eu”. Então, desde cedo isso deve ser atacado, e “uma das mais eficazes barreiras contra a onda do mal é o cultivo de hábitos de abnegação e benevolência. As crianças devem ser educadas¹²⁸ a olhar com desgosto os hábitos de egoísmo e ambição”. Mas infelizmente, “tem havido grande negligência por parte dos pais em procurar interessar os filhos no desenvolvimento da causa de Deus”. Caso as pessoas “fossem hoje em dia simples em seus hábitos” o consumismo poderia ser posto de lado, pois “haveria menos necessidades imaginárias”. Mas o que ocorre é que “o egoísmo e a condescendência com os gostos naturais têm trazido pecado e miséria ao mundo”. É preciso ter consciência de que “o espírito de liberalidade cristã se fortalecerá à medida que for exercitado”, mas ao invés dessas práticas,

Eles [os pais] os têm educado em hábitos de egoísmo. Têm-lhes ensinado a considerar seus aniversários e festas¹²⁹ como ocasiões em que esperam receber presentes e seguir os hábitos e costumes do mundo. Tais oportunidades, que deveriam servir para incrementar o conhecimento de Deus e despertar a gratidão do coração por Sua misericórdia e amor em preservar-lhes a vida por mais um ano, são transformadas em ocasiões para agradar-se a si mesmos, para adulação e glorificação dos filhos” ... “Na dispensação judaica, por ocasião do nascimento dos filhos, era feita uma oferta a Deus, por indicação dEle próprio. Agora vemos os pais tendo o especial cuidado de dar presentes aos filhos por ocasião de seus aniversários. Fazem disto uma ocasião para honrar a criança, como se a honra fosse devida ao ser humano. Satanás tem nisto encontrado seu próprio objetivo; tem desviado a mente e as ofertas para seres humanos; assim os pensamentos dos filhos concentram-se em si mesmos, como se devessem eles ser feitos objeto de especial favor” ... “Por ocasião de aniversários, os filhos devem ser ensinados que têm motivos

¹²⁸ Que as crianças e jovens “aprendam o devido uso do dinheiro, usando-o” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 294). Hoje, especialistas no assunto concordam que a educação financeira deve estar presente na vida das crianças, inclusive nas escolas (CERBAZI, 2011, p. 34, 38, 93).

¹²⁹ Na mesma obra ela afirma que “nossos aniversários, Natal e festas do Dia de Ações de Graças, são não raro devotados a satisfações egoístas” (p. 143).

de gratidão para com Deus por Sua terna benignidade em lhes conservar a vida por mais um ano. Podem assim ser dadas preciosas lições” ... “apresentar nossas ofertas de gratidão a nosso Benfeitor. Essas ofertas natalícias são reconhecidas no Céu” ... “Foi-me mostrado que o anjo relator faz um fiel registro de cada oferta dedicada a Deus, e levada ao tesouro, e também do resultado final dos meios assim oferecidos. Os olhos de Deus tomam conhecimento de cada moeda dedicada a Sua causa, e a voluntariedade ou relutância do doador. O motivo em dar é anotado.

Ellen White ainda adverte que “o fim está-se aproximando rapidamente e muitos em nossas igrejas se acham adormecidos”. Portanto, “examinem todos meticulosamente suas relações comerciais com o seu Criador”, e segundo ela, “os que não hesitam em lidar fraudulentamente com o seu Criador certamente não hesitarão em lidar fraudulentamente com os seus semelhantes”, ou seja, não seriam confiáveis. O que ela queria era “impressionar a todo o nosso povo com o fato de que Deus considera como roubo a retenção dos dízimos e das ofertas. Somos simplesmente mordomos de Deus; não somos donos do dinheiro que passa por nossas mãos” (1986, M.M., p. 347). A advertência é que “defraudar o Senhor [nos dízimos e ofertas] é o maior crime que um homem pode ser culpado; e ainda assim é esse pecado profunda e amplamente difundido” (2009c, C.S.M., p. 86).

4.1.8 Conclusão Parcial

A história de Jacó e o cumprimento do voto que havia feito mostra a seriedade dos votos e do espírito de gratidão como fonte de motivação para o mesmo ao invés de uma barganha. A autora fala da tentação sofrida por Jacó para que não cumprisse o voto, ainda mais que os valores eram altos. Ela ainda coloca o dízimo e a oferta como parte da aliança que Deus fez com Seu povo e que a origem é desde os dias de Adão.

Sobre o propósito, White diz que é para impressionar a todos de que Deus é a fonte das bênçãos, além de combater o egoísmo humano, e por isso deveria ser sistemático para se constituir em um hábito. Coloca tanto o dízimo quanto a oferta como sendo voluntários, o que deixa bem claro o que os profetas entendiam por

voluntariedade, ou seja, todo ato para Deus é voluntário devido ao livre arbítrio, mas conforme as escolhas serão as consequências, e estas já estão determinadas. Obediência resulta em aceitação e desobediência trás consigo a reprovação divina, a perda da vida eterna, pois roubando a Deus o homem cultiva um caráter que não pode entrar no céu.

Há benções especiais para a fidelidade nesse assunto de dízimo e oferta, tanto para o ofertante quanto para os alcançados pelos recursos por meio da pregação do evangelho (o destino dos recursos) que pode ser retardada pela não observância. Ser fiel nesse aspecto não produz pessoas pobres e a nação judaica era exemplo disso. Ela afirma que eles investiam de 25 a 33% de suas rendas em questões religiosas e que atualmente deveríamos fazer mais que isso. Eles deveriam destinar recursos para a manutenção do templo, para custear as suas próprias atividades religiosas e ainda ajudar aos carentes. Essa era uma forma de evitar que as pessoas acumulassem grandes riquezas e corrompessem sua fé.

Ellen White ainda diz que quando as ofertas eram mal empregadas o povo era desmotivado a permanecer fiel, o que coloca uma imensa responsabilidade sobre a liderança responsável em gerir tais recursos. Para ela roubar a Deus pode ser a causa de que orações não sejam atendidas e que bênçãos para o povo não sejam entregues, e o pastor que não ensina o povo sobre esse assunto não deve permanecer no ministério (Quanto ao início do ensino ela diz que deve começar com as crianças e os pais são os responsáveis por ele). E para os que recebem seu salário dos dízimos ela afirma que não podem gastá-lo de qualquer forma, especialmente na compra de alimentos não recomendados como a carne.

4.2 Ellen White e o dízimo e a oferta no Novo Testamento

Assim como ocorreu no estudo do Antigo Testamento, serão apresentadas a seguir considerações de Ellen White relacionadas aos textos estudados do Novo Testamento que se referem a dízimos e ofertas. Semelhante ao anterior, aqui também os escritos dela contribuem enormemente para uma segura retirada de significados dos textos bíblicos em questão. Por exemplo, falando sobre a igreja primitiva ela lembra que no socorro à igreja de Jerusalém (cidade que enfrentava a fome), por parte das igrejas dos gentios, a igreja da Macedônia, que apesar de compostas de pobres

foi extremamente liberal, e por esse ato “foi exaltada como um exemplo para as outras igrejas” com relação ao correto uso das posses materiais (II Cor 8:1-12). Ela afirma que “a prosperidade espiritual está intimamente ligada à liberalidade cristã” (2007b, A.A., p. 343 – 4) e isso tanto no âmbito individual¹³⁰, quanto no coletivo.¹³¹

Outra declaração que ela faz sobre II Coríntios 9:7, onde afirma que “Deus ama a quem dá com alegria e aqueles que O amam darão voluntária e alegremente” (2009, T.I. vol. 5, p. 269) nos ajuda a compreender que não é que a pessoa deve esperar estar alegre, estar com vontade para então poder contribuir, o que seria uma adoração humanista, centralizada no eu¹³² e contrariaria o princípio da sistematicidade. A verdade é que essa alegria sempre estará presente naquele que ama o seu Senhor. Esse resultado não acontecendo só demonstra que a condição, amar a Deus, não foi satisfeita. Então, “seria melhor não dar absolutamente nada do que dar de má vontade¹³³; pois se dermos de nossos meios quando não temos o espírito de dar liberalmente, zombamos de Deus” (2009c, C.S.M., p. 199). E onde conseguir esse amor? Onde adquirir esse “espírito de dar liberalmente”? A necessidade evidente é a de buscar comunhão com Deus para obter isso em sua fonte. Eis aí o grande combate da fé. “Se estiverdes em íntima ligação com Deus, estareis dispostos a fazer qualquer sacrifício para colocar a vida eterna ao alcance dos que perecem” (Op. Cit., p. 49). “Aqueles cujo coração está unido ao coração de Cristo se alegrarão em fazer o que puderem a fim de ajudar a causa de Deus. Eles se alegrarão na contínua expansão e avanço, o que requer ofertas maiores e mais frequentes” (2013, M.M., p. 94).

Em relação a I Coríntios 16:1 e 2, Ellen White ao fazer uso do texto aborda o duplo princípio. Ela escreve que “a questão das ofertas não foi deixada por conta dos

¹³⁰ “A prosperidade espiritual de cada membro da igreja depende do esforço pessoal e da estrita fidelidade a Deus” (WHITE, 2009, T.I. vol. 5, p. 382). “O temor do Senhor é o fundamento de toda verdadeira prosperidade” (WHITE, 2013, M.M., p. 148). Na primeira citação, ela coloca a prosperidade como fruto de um dueto de acontecimentos: a fidelidade a Deus, obviamente, mas também o esforço pessoal, ou seja, uma correta administração dos recursos, uma abordagem inexistente na mensagem das religiões da prosperidade.

¹³¹ “As igrejas que mais sistemáticas e liberais são em sustentar a causa de Deus, são espiritualmente as mais prósperas” (WHITE, 1984, T.S. vol. 1, p. 385).

¹³² “Se todos os que professam a verdade dessem ao Senhor o que Lhe pertence em dízimos, e dádivas e ofertas, haveria mantimento na casa do Senhor. Não dependeria a causa da beneficência da incerteza de dádivas resultantes de impulso, e que variam segundo os mutáveis sentimentos do homem” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 199 – 200) .

¹³³ Ellul (2008, p. 118) concorda, e adverte: “mas é preciso saber, então, claramente o que isso significa: quer dizer que estamos ainda sob a potência de Mamon, que amamos nosso dinheiro mais que a Deus, que não compreendemos nada do que é o perdão e a graça”.

impulsos¹³⁴. Deus nos tem dado instruções definidas a esse respeito. Ele especificou dízimos e ofertas como a medida de nossa obrigação. E deseja que demos regular e sistematicamente”. O dever é de conferir “cada um regularmente sua renda, a qual é toda uma bênção de Deus, e ponha de parte o dízimo como um fundo separado, para ser sagradamente do Senhor”. Após isso, “depois de separado o dízimo, sejam tirados donativos e ofertas, segundo a prosperidade que Deus lhe deu¹³⁵” (2009j, C.E.S., p. 129). Segue ainda afirmando que “as instruções dadas pelo Espírito Santo por meio do apóstolo Paulo quanto às dádivas, apresentam um princípio que também se aplica ao dizimar” (Op. Cit., p. 80). E sobre a voluntariedade não só da oferta, mas até mesmo do dízimo, Ellen White explica que “Deus não obriga os homens a dar. Tudo quanto derem deve ser voluntário” (2009e, T.I., vol. 3, p. 393). Isso significa que, todos são livres para dar ou não a sua oferta e também o seu dízimo, mas os resultados serão diferentes para os dois grupos. Para os que querem uma herança eterna, dar é a única opção.

4.2.1 Ellen White e o dízimo e a oferta em Mateus

Na passagem como a visita dos três reis magos, Ellen White (1986, M.M., p. 365) esclarece que “eles vieram com presentes”, mas que estes eram na verdade “preciosas dádivas de incenso e mirra a fim de fazerem sua oferenda ao Rei menino predito na profecia”, ou seja, era um ato de adoração ao Messias predito nas Escrituras as quais eles leram e aceitaram. Oferecer presentes para homenagear alguém era algo comum, mas essa ocasião era especial, pois “entrando na casa, acharam o Menino com Maria, Sua mãe, e, prostrando-se, O adoraram (Mt. 2:11).” Através da humilde aparência exterior de Jesus, reconheceram a presença da Divindade”. (WHITE, 2009b, D.T.N., p. 60 e 63).

¹³⁴ “A doação sistemática não se deveria tornar compulsão sistemática”, dessa forma “não se precisam fazer apelos comovedores para lhes vencer o egoísmo [...] a fim de atrair ofertas de beneficência para a preciosa causa da verdade” (1984, T.S. vol. 1, p. 375 - 6).

¹³⁵ Com esse texto podemos compreender melhor a sua declaração de que “cada um tem de decidir suas próprias contribuições, sendo na liberdade de dar segundo se propôs no coração” (White, 2009d, T.I., vol. 4, p. 469), ou seja, a pessoa é livre para escolher a proporção que entregará de suas rendas. E ainda, “quanto mais ansioso deveria estar cada fiel mordomo quanto a aumentar a proporção das dádivas a serem colocadas no tesouro do Senhor (White, 2009c, C.S.M. p. 200).

Com relação ao texto de Mateus 5:23 e 24, ela faz um comentário que reflete o centro da questão. “Se, ao chegarmos à presença de Deus, nos lembramos de que outro tem qualquer coisa contra nós, cumpre-nos deixar a nossa oferta [...], e ir ter com o irmão [...], confessando em humildade nosso próprio pecado e pedindo para ser perdoado”. (WHITE, 2000b, M.D.C., p. 58 – 9). Quando há “diferenças, as quais poderiam harmonizar. Deus exige que façam tudo ao seu alcance para restaurar a concórdia. Antes que isso façam, não lhes pode aceitar a adoração.” (WHITE, 2009b, D.T.N., p. 311).

Com respeito ao verso de Mateus 15:5, que tem paralelo em Marcos 7:11 e trata da Corbã, Ellen White comentando mostra que o erro deles era colocarem as tradições humanas acima dos preceitos divinos, e ainda fazendo com um ar de religiosidade, um erro que “era o produto do egoísmo”. Os fariseus

Ensinavam ao povo que a dedicação de sua propriedade ao templo era um dever mais sagrado que o próprio sustento dos pais; e que, por maior que fossem a necessidade, seria sacrilégio dar ao pai ou à mãe qualquer parte do que fora assim consagrado. Um filho desobediente só tinha que proferir a palavra "Corbã" acerca de seus bens, dedicando-os assim a Deus, e podê-los ia conservar enquanto vivesse, e por sua morte ficariam pertencendo ao serviço do templo. Estava assim, tanto em vida como na morte, na liberdade de desonrar e prejudicar os pais, sob a capa de pretendida devoção a Deus” (Op. Cit., p. 409 e 396 - 7).

Quanto aos textos de Mateus 23 especialmente o versículo 23, com paralelo em Lucas 11:42, Ellen White tece alguns comentários, e não poderia ser diferente afinal, esta é uma importante passagem que trata do assunto do dízimo no Novo Testamento. Os fariseus haviam tirado da lei o evangelho, apesar de aparentemente ser mais comum atualmente os que fazem o oposto, tiram do evangelho a lei. “Tem havido homens em todas as gerações que têm afirmado ser filhos de Deus, pagando o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, mas levando uma vida iníqua, por negligenciarem os preceitos mais importantes da lei — a misericórdia, a justiça e o amor de Deus.” Mas de outro lado “há muitos hoje em dia que se encontram num engano similar; pois, embora tenham uma aparência de grande santidade, não são

praticantes da Palavra de Deus.” Essas pessoas estão se iludindo. (1996b, F.O., p. 104).

Ela esclarece (2009b, D.T.N., p. 616 – 7) que Jesus condena “o abuso das obrigações sagradas”, mas “não põe de lado a própria obrigação”. Afinal, “o sistema do dízimo foi ordenado por Deus e havia sido observado desde os primitivos tempos”. Os líderes judeus “por considerações monetárias desculpavam pessoas de seus votos. E por grandes somas de dinheiro passavam por alto graves crimes. Ao mesmo tempo esses sacerdotes e príncipes, em outros casos, proferiam severo juízo por ofensas triviais”. Eles “reconheciam a obrigação de dizimar, e isso era justo”. O que acontecia então? O problema era que eles “não deixavam o povo manter suas próprias convicções do dever”. Estavam sempre impondo regras e obrigações que Deus nunca requerera e dessa forma pervertiam as leis. A religião se tornara um emaranhado de normas complicadas impossíveis de serem cumpridas chegando ao ponto de que “ninguém sabia quando havia satisfeito suas obrigações”. O ato de dizimar ganhou um status que Deus nunca havia dado e por isso Cristo “mostrou que isso [dar o dízimo] não podia desculpar a negligência de outros deveres”. Parece que criam que o ato de dizimar os liberava de outras obrigações, e com a frequente tendência de uma salvação pelas obras, procuravam ser exatos ao máximo na sua obrigação, o que era correto, afinal, “cada dólar [roubado] é escriturado contra vós nos livros do céu” e não somente grandes quantias¹³⁶. “O Senhor não nos contemplará com prazer se retivermos qualquer coisa, seja pequena ou grande, que Lhe deva ser devolvida” (2009c, C.S.M., p. 86, 111). Talvez o centro da reprovação de Jesus no texto era que, até essa exatidão estava corrompida pelo egoísmo. Ellen White diz que “os fariseus eram muito exatos em dizimar ervas da horta, tais como hortelã, endro e cominho”, mas “isso pouco lhes custava” e o interesse deles em fazê-lo não era a fidelidade a Deus, e sim que isso lhe dava uma “reputação de exatidão e santidade.”

Com certeza, custava menos que praticar a justiça nos negócios, a misericórdia com o oprimido e a fé por meio da abnegação. O motivo dos fariseus para as suas práticas estavam tão corrompidos como os de Saul e o povo quando do episódio das ovelhas dos Amalequitas que Deus havia mandado destruir (I Sm 15). Eles reservaram “para si o melhor que havia dos rebanhos, das vacas e das bestas de

¹³⁶ “Cada centavo deve ser cuidadosamente entesourado. Um centavo parece uma ninharia, mas cem centavos formam um dólar, e devidamente gastos podem ser o meio de salvar da morte uma alma” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 291).

carga, desculpando o seu pecado sob o fundamento de que o gado era reservado para ser oferecido como sacrifício ao Senhor”. Mas tal oferta do rebanho na verdade não tinha a intenção de adorar a Deus, “era, entretanto, seu propósito fazer uso do mesmo meramente como substituto, a fim de poupar o seu próprio gado” (2009, P.P., p. 629). Os fariseus na verdade estavam oferecendo a Deus somente aquilo que menos sacrifício deles exigia, a semelhança de muitos hoje que preferem entregar ao Senhor uma porção de dinheiro o invés de todo o coração. Enquanto Jesus esteve aqui, “O amor do dinheiro [...] era a paixão dominante na época dos judeus”. Aqui reside o problema. “A Bíblia não condena o rico porque é rico; não declara que a aquisição de riqueza é pecado, tampouco diz que o dinheiro é a raiz de todos os males. Pelo contrário, declaram as escrituras que é Deus quem dá poder para adquirir riquezas”. Precisa ficar claro que “é o amor do dinheiro¹³⁷ que a palavra de Deus denuncia como sendo a raiz de todos os males¹³⁸, afinal, alguns, nessa cobiça, se desviaram da fé, e a si mesmos se atormentaram com muitas dores” (I Tm 6:10). “O dinheiro, em si, é o dom¹³⁹ de Deus aos homens, para ser usado com fidelidade em Seu serviço” e muitos nas Escrituras foram abençoados por Deus com riqueza, como Abraão¹⁴⁰, Davi e Salomão. Ellen White ainda faz uma declaração onde afirma que “o desejo de

¹³⁷ “A influência do amor ao dinheiro sobre o espírito humano é quase paralisador. As riquezas transtornam muitos dos que as possuem a agirem como se tivessem perdido a razão”. “O amor de Jesus e o amor ao dinheiro não podem habitar no mesmo coração” (WHITE, 2009c, C.S.M., p. 150 e 157). Eclesiastes 5:10 diz: “Quem ama o dinheiro não se fartará de dinheiro; nem o que ama a riqueza se fartará do ganho; também isso é vaidade” (ARA). Lopes (2009, p. 26) dá exemplos bíblicos de amor ao dinheiro (Mc 10:22; Lc 16:19-21; Mt 26:14-16; At 5:1-11; Tg 5:4)

¹³⁸ Ellen White ainda declara que “o amor ao dinheiro é a raiz de quase todos os crimes cometidos no mundo”. E para aqueles que deixam de prover a obra de Deus, mas que “retêm seus recursos para enriquecer os filhos [...] a quem pensam abençoar [...] são [os filhos] com isso amaldiçoados” (2009c, C.S.M., p. 330 – 1). Provérbios 13:22 diz: “O homem de bem deixa uma herança aos filhos de seus filhos”, mas a questão é se para isso a pessoa rouba Deus. Ellen White (2009c, C.S.M., p. 323, 331) também coloca outro ponto, o de que “muitas vezes uma fortuna legada aos filhos ou netos redundava somente em mal para seus herdeiros”, porque “o dinheiro deixado para os filhos, frequentemente se torna raiz de amargura”. Eles questionam a distribuição, murmuram, sentem inveja ao invés de gratidão. Aqui a questão está relacionada ao montante. Pode nos ajudar a declaração de Warren Buffet, um dos homens mais ricos do mundo que anunciou a doação de 80% de sua fortuna, dizendo: “vou deixar aos meus filhos o suficiente para que eles possam fazer qualquer coisa, mas não tanto que eles não queiram fazer nada” (CERBAZI, 2011, p. 52).

¹³⁹ “A riqueza é uma grande benção quando utilizada de acordo com a vontade de Deus. Entretanto, o coração orgulhoso pode tornar a posse da riqueza uma pesada maldição” (WHITE, 2013, M.M., p. 69). “E quanto ao homem a quem Deus deu riquezas e bens, e poder para desfrutá-los, receber o seu quinhão, e se regozijar no seu trabalho, isso é dom de Deus” (Ec 5:19, ARA, Ver também Pv 10:22; 22:4). Mas a riqueza não é a coisa mais importante. “Mais digno de ser escolhido é o bom nome do que as muitas riquezas” (Pv 22:1). Conceder bens “é uma das maneiras em que Deus exalta o homem”, para que ele possa levar avante a obra (White, 2009c, C.S.M. p. 15).

¹⁴⁰ Apesar de abençoado por Deus com bens materiais, Abraão passou a maior parte da sua vida desejoso de ter um filho, e este veio, mas por meio de um milagre de Deus. “Os bens materiais, nesse caso, não podem ajudar, porque filhos não podem ser comprados” (SBB, 2008, p. 17)

acumular riquezas é um sentimento inato de nossa natureza, nela implantado pelo nosso Pai celestial, para fins nobres”, mas o que acontece é que no ser humano que não está ligado a Deus, há uma “perversão de suas faculdades para um fim errado” (2009c, C.S.M., p. 142, 138 - 9, 148 - 9).

4.2.2 Ellen White e o dízimo e a oferta em Lucas

Em Lucas 18 é apresentado mais uma vez o erro dos fariseus. Quanto ao jejum ele era realizado “como ato meritório”. Jesus mesmo aprovou a prática do jejum (ao passo que desaprovava a forma como ele que era praticado como descrito em Mt 6:16-18), mas eles “procuravam exaltar-se pela rigorosa observância de formas, ao passo que tinham o coração cheio de inveja e contenda” (WHITE, 2009b, D.T.N., p. 276 e 278). Davam muito valor as regras que criavam e pouco aos reclamos de Deus quanto ao verdadeiro jejum descrito em Isaías 58. Isso ajuda a compreender o equívoco que cometiam também com respeito ao dízimo (algo divino, mas que apesar disso não tornava o homem merecedor de mérito diante de Deus) e ainda quanto às esmolas (Mt 6:1-4).

Ela ainda diz aos pastores e obreiros que “a vaidade e a presunção estão matando a vida espiritual”. Uma atitude assim é “a razão por que o Senhor pode fazer tão pouco por nós”. Porque, “cooperasse Ele com os nossos esforços, e o instrumento atribuiria toda a glória à própria esperteza, sabedoria, habilidade, e a pessoa se felicitaria a si mesma como fez o fariseu” (1985b, T.S. vol. 3, p. 210 – 1). Precisamos estar cientes sempre de que nem dízimos, nem ofertas, nem qualquer outra obra que possa o homem realizar poderá dar a ele o selo divino de aprovação habilitando-o para a vida eterna. A obra maior e única que garante ao ser humano a salvação é de autoria de Cristo. Mas isso não exime o homem de uma religião prática, “a religião que faz do pecado coisa leve, confiando no amor de Deus para com o pecador a despeito de suas ações, só anima o pecador a crer que Deus o receberá mesmo continuando naquilo que sabe ser pecado”. É ir ao extremo oposto, e infelizmente “é o que estão fazendo alguns que professam crer na verdade presente. A verdade é mantida à parte da vida, e essa é a razão por que ela não tem poder para convencer e converter pessoas” (2009, T.I. Vol. 5, p. 540).

Uma religião prática era a que exercia a viúva descrita por Lucas. No relato em questão ela demonstrou isso por meio da prática da oferta. Ellen White ressalta que “quando Jesus disse da viúva: ‘lançou mais do que todos’ (Luc. 21:3), Suas palavras eram reais, não somente quanto aos motivos da doadora, como também aos resultados da oferta”. Isso porque “as duas pequenas moedas, que valiam cinco réis” (Mar. 12:42), têm levado ao tesouro de Deus uma soma de dinheiro muito maior do que as contribuições dos ricos judeus”. Ela continua dizendo que:

O exemplo de abnegação dado pela viúva pobre tem agido e reagido sobre milhares de corações em todas as terras e em todos os séculos. Ele tem levado ao tesouro do Senhor dádivas de elevados e humildes, de ricos e pobres. Tem ajudado a manter missões, a estabelecer hospitais, a alimentar os famintos e a pregar o evangelho aos pobres. Multidões têm sido beneficiadas por seu ato de desprendimento. E da mesma maneira toda dádiva feita, todo ato praticado com um sincero desejo de que sirva para a glória de Deus. acha-se vinculado aos desígnios da Onipotência. Homem algum pode avaliar seus resultados para o bem (2009l, O.E., p. 467).

O Salvador chamou a Si os discípulos, e convidou-os a notar a pobreza da viúva. Então soaram aos ouvidos dela Suas palavras de louvor: "Em verdade vos digo que lançou mais do que todos esta pobre viúva." Luc. 21:3. Lágrimas de alegria lhe encheram os olhos, ao ver que seu ato era compreendido e apreciado. Muitos tê-la-iam aconselhado a guardar seu escasso recurso para o próprio uso; dado às mãos dos bem nutridos sacerdotes, perder-se-ia de vista entre os muitos custosos dons levados ao tesouro. Mas Jesus entendeu-lhe o motivo. Ela cria que o serviço do templo era indicado por Deus, e estava ansiosa por fazer tudo que lhe era possível para sua manutenção. Fez o que pôde e sua ação serviria de monumento a sua memória, através dos tempos, e alegria na eternidade. O coração acompanhou-lhe a dádiva; seu valor foi estimado, não pela importância da moeda, mas pelo amor para com Deus e o interesse para com Sua obra, que a motivaram. Jesus disse da viúva pobre: Ela "lançou mais do que todos". Luc. 21:3. Os ricos deram de sua abundância, muitos deles para serem vistos e honrados pelos homens. Seus grandes donativos não os privaram de nenhum conforto, nem mesmo do luxo; não tinham exigido nenhum sacrifício que pudesse ser comparado, em valor, com as moedas da viúva (2009m, B.S., p. 203 – 4).

Quanto isso deveria estimular os doadores da atualidade. O louvor de Deus, a multiplicação dos benefícios feitos pelo Senhor utilizando algo entregue pelo ser humano para a sua obra. A oferta da viúva jamais deveria servir para justificar a entrega de míseras moedas ao Senhor como fazem alguns com condições financeiras de oferecer muito mais. Ela serve sim para mostrar que mesmo uma pequenina importância, ofertada pelo mais humilde, se representa o seu “tudo o que possuía” (Lc 21:4) para ser entregue na ocasião, não somente será aceita por Deus como também será elogiada por Ele.

4.2.3 Ellen White e o dízimo e a oferta em Hebreus

Sobre o episódio relatado em Gênesis e que volta a ser tema em Hebreus, envolvendo Abraão e Melquisedeque onde este recebe o dízimo daquele, Ellen White (1987, P.P., p. 135 – 6) afirma que o sacerdote viera “dar as boas-vindas ao patriarca vitorioso” e “trouxo pão e vinho para alimento de seu exército”. Abraão que voltava de um vitorioso confronto trazia consigo Ló e sua família, todos os prisioneiros e seus bens recuperados, também “um rico despojo caiu nas mãos dos vitoriosos”. O costume era de que “o despojo pertencia aos vencedores; mas Abraão não empreendera esta expedição com o intuito de lucros, e recusou-se a tirar vantagem daquele que fora infeliz”. Segundo ela, “poucos, sendo submetidos a tal prova, ter-se-iam mostrado tão nobres como Abraão. Poucos teriam resistido à tentação de adquirir um despojo tão rico. Seu exemplo é uma reprovação aos espíritos egoístas e mercenários”. Isso colabora com a ideia de que o dízimo para Abraão não fora um ato isolado, mas uma atitude costumeira.

Na lei, “a tribo de Levi fora escolhida pelo Senhor para os sagrados ofícios relacionados com o templo e o sacerdócio. [...] Um décimo de toda a renda era reclamada pelo Senhor como Lhe pertencendo, e reter o dízimo era por Ele considerado como roubo” (2007b, A.A., p. 336). E sobre a lei do dízimo tão estabelecida no Antigo Testamento, ela coloca que isso não acontece no Novo Testamento, pois este, assim como faz com o sábado, “pressupõe a validade de ambos, e explica sua profunda importância espiritual” (2009c, C.S.M., p. 66).

4.2.4 Conclusão Parcial

Alegria para dar não é algo de momentos, mas constante em quem ama a Deus e isso vem de um sólido relacionamento com Ele, dessa forma a entrega não deveria depender de apelos emotivos. Ellen White continua dizendo que assim como o dízimo, a oferta é uma obrigação para o cristão, e não um presente que é algo que se faz quando quer/pode ou demonstração de gratidão feita esporadicamente. Os fariseus acertavam em sua meticulosidade no cálculo do dízimo porque Deus não aceita negligência em qualquer quantidade, mesmo que pequena. O erro deles era fazer dessa meticulosidade um ato meritório, e a autora deixa claro que obra nenhuma pode conquistar a salvação, mas também avisa que as obras devem acompanhar aqueles que serão salvos, e uma religião que não dá valor as obras nutre o pecador.

Para ela a maioria dos crimes que acontecem tem relações com o apego ao dinheiro e, portanto, ele não deve ser acumulado nem mesmo para deixar fortuna para os filhos, que podem brigar e acabar recebendo uma maldição e não uma herança. Como exemplo de desprendimento cita a viúva pobre que com seu ato tem levado recursos até hoje aos cofres do Senhor. Isso destaca o aspecto do testemunho relacionado com a oferta e que sendo fieis nesse aspecto podemos impressionar e motivar outros a fazerem o mesmo.

4.3 Ellen White e outras declarações sobre o dízimo e a oferta

Por diversas vezes Ellen White aborda o assunto dos dízimos e das ofertas. Já muitas declarações foram mencionadas até aqui, especialmente aquelas relacionadas aos textos bíblicos que compõe o foco principal deste estudo. Mas além destas, ela ainda tem diversas afirmações sobre o assunto, tão importante quanto às primeiras. Há livros com capítulos inteiros sobre o tema, além do livro Conselhos sobre Mordomia, onde o princípio dos dízimos e das ofertas são frequentemente abordados.

É nesta obra onde ela fala do motivo de Deus ter estabelecido o plano dos dízimos e ofertas. Ela afirma que “Deus planejou o sistema de beneficência, a fim de que o homem se pudesse tornar com o seu Criador: de índole benevolente e abnegada, e ser finalmente co-participante de Cristo, da eterna, gloriosa recompensa”

(2009c, C.S.M., p. 15)¹⁴¹. Ainda há outra declaração, tratando exclusivamente das ofertas, onde ela faz uma afirmação impressionante dizendo que “o Senhor não precisa de nossas ofertas. Não O podemos enriquecer com as nossas dádivas¹⁴²”, mas “no entanto Deus nos permite demonstrar nossa apreciação de Suas misericórdias pelos esforços abnegados para passa-las a outros. É essa a única maneira em que nos é possível manifestar nossa gratidão e amor a Deus. E não proveu outro”¹⁴³. Ela ainda diz: “demonstre cada qual sua fé pelas obras”, pois “a fé se aperfeiçoa pelas obras”. No julgamento “jamais se perguntará: O que professavam? Mas: O que fizeram? Foram praticantes da Palavra?” (Op. Cit., p. 18 – 9, 29, 263, 129). Para os que têm dúvidas com relação à justificação pela fé, Ellen White não poderia ser mais clara ao afirmar que “não há para nós salvação, exceto em Jesus, pois é pela fé Nele que recebemos poder [...]; porém, não é essa simples fé passageira, é uma fé que realiza as obras de Cristo”. Agora ela adverte para um grande engano que pode custar à vida eterna, “o erro fatal é pensar que não é preciso fazer nada para alcançar a salvação. Vocês precisam cooperar com os agentes celestiais” (2013, M.M., p. 52). Devemos lembrar que “seremos justificados pela fé e julgados por nossas obras” (Op. Cit., p. 356).

Quanto a I Coríntios 8:8, tratando sobre a contribuição, onde ele diz: “não vos falo na forma de mandamento, mas para provar¹⁴⁴”, ela escreve: “eis o poderoso

¹⁴¹ Angel Manuel Rodriguez (2011, p. 67 – 95) em seu artigo que trata do dízimo nos escritos de Ellen White, usa de textos dela para mostrar cinco motivos para o dízimo, e todos eles afetando de forma benéfica diretamente a vida do ofertante (p. 71 – 3). Ainda lembra que pelo fato do dízimo ter precedido o Sinai, ele “não deve ser identificado com a lei cerimonial” e portanto não terminaria junto com os sacrifícios cerimoniais. Lembra ainda que para Ellen White, entregar o dízimo não envolvia gratidão mais sim honestidade (p. 74) e que esse recurso, por ser sagrado, os pastores não poderiam utilizar dele “para comprar alimentos nocivos, especialmente alimentos cárneos” (p. 75). Também mostra que Ellen White rejeita justificativas como dívida, pobreza ou desconfiança na liderança da igreja para não se devolver o dízimo (p. 80). No artigo ainda há a declaração de White que “egoísmo constitui a base do pecado” (p. 72). As cerimônias que foram encerradas pela morte de Jesus foram tratadas nos debates que aconteceram, mas o dízimo e a oferta para a obra de Deus em nenhum momento é tratada como fazendo parte dos ritos extintos. Até porque, as finalidades as quais eles atendiam ainda continuavam e continuam a existir.

¹⁴² Essa mensagem é bem diferente daquela pregada por muitos atualmente, onde a impressão que se tem é de que Deus parece passar por uma crise em suas finanças particulares e ao homem cabe socorrê-lo. Ela claramente diz que “Deus não depende do homem para o avanço de Sua causa” (Op. Cit., p. 20).

¹⁴³ “Nossa dívida para com Deus e nossa total dependência dEle devem nos levar a reconhecê-Lo como o doador de todas as bênçãos. Devemos reconhecer isso por meio de nossas ofertas” (WHITE, 2013, M.M., p. 81). Talvez o dízimo e a oferta possa encontrar uma semelhança com a advertência de Jesus em Mateus 5:46,47 onde Ele diz que fazer somente uma parte do todo não merece recompensa.

¹⁴⁴ “Muito poucas pessoas reconhecem a força de seu amor ao dinheiro, até que sobrevenha a prova. Muitos dos que professam serem seguidores de Cristo, mostram, então, não estarem preparados para o céu” (Op. Cit., p. 150). Ellul (2008, p. 86 – 9) coloca que para o ser humano “é impossível dominar o amor pelo dinheiro [...]”. “Não está ao nosso alcance nos livrarmos desse amor. [...] É preciso uma

argumento do apóstolo. Não é mandamento de Paulo, mas do Senhor Jesus Cristo”. Ela pede para que por meio de nossas ofertas demonstremos que nada é mais importante do que Jesus Cristo. “O espírito de liberalidade é o espírito do céu¹⁴⁵. O espírito egoísta é o espírito de Satanás”. Portanto, “não temos exteriormente inimigos que precisamos temer. Nosso grande conflito é contra o eu não consagrado”. Não podemos esquecer de que “Deus nos prova aqui, concedendo-nos posses temporais, para que o uso que disso fizermos possa revelar se nos poderão ser confiadas riquezas eternas” (Op. Cit., p. 19, 21 - 2). Para o texto de I Coríntios 9:7-14, Ellen White afirma que “o apóstolo aqui se refere ao plano do Senhor [do dízimo] para a manutenção dos sacerdotes no templo” assim como também quando escreveu a Timóteo (I Tm 5:18) (Op. Cit., p. 70 – 1).

O avanço da pregação do evangelho “requer dinheiro e consagração”. Onde estão as pessoas depositando seus recursos? Precisam todos estar cientes de que “há apenas dois lugares no Universo onde poderemos colocar nossos tesouros – no celeiro de Deus ou no de Satanás”, ou seja, não há uma posição neutra (Mt 6:24¹⁴⁶). Quando nos tesouros divinos forem colocados os “dízimos e ofertas, abrir-se-á o caminho para o mundo ouvir a mensagem que o Senhor determina que ouça”, desta forma “muitas almas serão ganhas para a verdade e o dia da vinda de Cristo será apressado”. Agora, “se apenas a metade do povo cumprir o seu dever, não serão supridos os meios necessários”. Ainda sobre o tempo do fim, ela afirma que a chuva serôdia “não virá enquanto não tivermos um povo iluminado, que conheça por experiência própria o que significa ser colaboradores de Deus [...] não acontecerá enquanto a maior parte da igreja não se transformar em coobreiros de Deus¹⁴⁷”. Porque “Deus não pode derramar Seu Espírito quando o egoísmo e a condescendência própria são tão manifestos”, portanto, “é agora que nossos irmãos deveriam estar reduzindo suas posses, em vez de aumentá-las”, isso porque “no

intervenção de Deus”. Para o homem, “amar o dinheiro é se condenar”. Já “Jesus foi apenas objeto da potência do dinheiro. Ele nunca porém foi possuído por ela”. Veja Mt 4:8-10.

¹⁴⁵ “Sempre que o homem alimenta esse espírito, o amor da verdade e a santificação que receberá pela verdade, banirão a avareza, a fraude e toda espécie de desonestidade” (Op. Cit., p. 83).

¹⁴⁶ Com base nessa passagem, Ellul (2008, p. 10, 79) acredita “que o dinheiro é um poder” e “o poder não é jamais neutro”. De fato ele não é neutro, mas isso porque ele sempre estará de um lado ou de outro, e não porque ele tenha em si mesmo “valor intrínseco”. O problema não é o dinheiro em si, mas sim o que ele pode nos oferecer. “Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando esta o atrai e seduz” (Tg 1:14).

¹⁴⁷ “A igreja cristã, em geral, está-se negando aos reclamos de Deus quanto a darem ofertas do que possuem para sustentar a luta [...]. A obra de Deus nunca poderá progredir como deve enquanto os seguidores de Cristo não se tornarem obreiros ativos e zelosos” (WHITE, T.S. vol. 1, p. 368).

tempo da angústia isto [as propriedades] virá sobre eles como uma montanha para esmagá-los”. Não significa vender tudo, ainda não. Haverá o momento para isso, e aqueles que pedirem de Deus orientação, Ele ensinará “quando vender e quanto vender”.

Ellen é clara ao dizer: “Foi-me mostrado que não há falta de recursos entre os adventistas observadores do sábado. Seu maior perigo atualmente é o acúmulo de propriedades” e “a riqueza acumulada não é simplesmente inútil: é uma maldição. Nesta vida, é uma cilada para a alma, desviando as afeições do tesouro celestial”¹⁴⁸. Entretanto, se os mordomos “cumprirem o seu dever, não haverá perigo de que as riquezas aumentem tão depressa que se demonstrem uma cilada”. Ela explica que “Deus não condena a prudência e a previsão no uso das coisas desta vida, mas o cuidado febril, a ansiedade indébita, com relação às coisas do mundo não estão de acordo com Sua vontade”, até porque, “mostra a experiência que, entre os de recursos limitados, com maior frequência se encontram o espírito de beneficência do que entre os abastados”. Ellen White chega a dizer que são liberais alguns, enquanto pobres, mas estes mesmos ao adquirirem riqueza “tornam-se mesquinhos”. Por isso, alguns recebem muito nesta vida, ao passo que outros não, pois caso isso ocorresse, tornar-se-iam mordomos insensatos. “O Senhor o retém para o bem deles; mas o seu tesouro no céu está seguro”. (Op. Cit., p. 35 – 7, 45, 47, 52, 59, 60, 153, 157 – 9, 178, 222, 233). Muitos alegam que se fossem ricos contribuiriam mais, e o Senhor experimenta alguns, mas eles de posse dos bens acabaram por diminuir suas contribuições (1984, T.S. Vol. 1, p. 383).

Quanto à fidelidade a Deus no dízimo e na oferta e sua relação com as bênçãos de Deus, é verdade que “uma benção especial sobrevirá a todo aquele que honrar esse pedido”. Ellen White ainda diz: “Dai o que puderdes agora, e ao cooperardes com Cristo, vossa mão se abrirá para conceder ainda mais. E Deus vos tornará a encher a mão, para que o tesouro da verdade possa ser levado a muitas almas. Ele vos dará, para que possais dar aos outros”. (Op. Cit. 65, 50). Mas notemos que não se trata de bênçãos para fins egoístas, mas primeiramente para o avanço da causa

¹⁴⁸ Deus havia dado uma ordem sobre acúmulo de riquezas (Dt 17:14-20) e parece que Salomão não a seguiu e isso justamente por isso pode ter trazido o declínio de seu reino. Bens materiais não é sinal de fidelidade, assim como fidelidade nem sempre trás bênçãos materiais (Jesus, Paulo, etc.). Prosperidade não precisa ser vista somente como o ter, mas também como o não faltar (Sl 37:16, 25), e ela também pode ser concedida por Satanás (Mt 4:8,9) apesar de que esta tem final triste (Sl 73). O alerta de Jesus aos ricos (Mt 19:23,24) deveria os lançar imediatamente na prática do dízimo e da oferta, se ainda não praticar.

de Deus, e também para benefício do doador. Nessa última afirmação vemos também que a prática de dar combaterá o egoísmo¹⁴⁹ de forma que mais ainda “a mão se abrirá”. De outro lado, a infidelidade “acha-se registrada nos livros do Céu como roubo a Deus” e infelizmente, “o mundo está roubando a Deus por atacado”, inclusive “muitos adventistas do sétimo dia”, e “é a negligência desses deveres claramente revelados que traz trevas sobre a igreja”. Outra coisa ainda sobre as bênçãos de Deus relacionadas a bens materiais é que o manuseio das posses requer correta administração, ou seja, não é Deus dando e a pessoa desperdiçando. Tanto que “os que não têm bom juízo no uso do tempo e do dinheiro, devem aconselhar-se com os que têm experiência” (Op. Cit., 77 – 8, 83, 293).

Quanto àquilo que pertence a Deus, mas que fora retido, Ellen White (Op. Cit., p. 87, 96 – 7, 99) afirma que “muitos há que não serão abençoados enquanto não restituírem o dízimo que retiveram. O Senhor espera que redimais o passado. [...]. Fazei restituição, e levai ao senhor ofertas pacíficas”. Então, “se reconhecerdes que fizestes mal em vos apropriardes indevidamente de Seus bens, arrependendo-vos franca e completamente, Ele vos perdoará a transgressão”. Ela ainda conta sobre um episódio onde orientou pessoa sobre essa questão e que prontamente receberam o ensino e alegaram não terem conhecimento do assunto, e isso acontece porque ele “não tem sido apresentado às igrejas como deveria”. Segundo ela, muitos “têm retido seus dízimos e ofertas até sua dívida para com o Senhor Deus dos exércitos se ter tornado tão grande que eles empalideceram ao pensar em dar ao Senhor o que Lhe pertence – dízimo justo”. A estes ela diz: “Apressai-vos, irmãos, tendes agora a oportunidade de ser honestos para com Deus; não demoreis”. Precisamos lembrar que os reclamos de Deus “são imperativos no sentido de dar, não somente a proporção relativa ao sistema dizimal, mas de apresentar-lhes as ofertas pelo pecado e as ofertas de gratidão” e que “orações feitas jamais serão aceitas por Deus em lugar de nosso dízimo”, pois “a oração não paga nossas dívidas para com o Senhor”.

Ainda sobre atrasos, agora nos votos, ela (Op. Cit., p. 310, 100) adverte que “a igreja é responsável pelos compromissos de seus membros individuais” e caso percebam “que um irmão está negligenciando cumprir seus votos, devem trabalhar bondosa e claramente com ele”. É preciso “que todos passem em revista sua vida

¹⁴⁹ “É com o objetivo de cultivar em nós um Espírito de bondade que o Senhor pede nossos donativos e ofertas. Ele não depende de homens para obter recursos para manter Sua casa” (WHITE, 2013, M.M., p. 27).

passada, e vejam se não há quaisquer compromissos por pagar e redimir, os quais foram negligenciados, fazendo então especiais esforços para pagar até “ao último ceitel”¹⁵⁰. Também faz uma declaração extremamente importante, e confortadora para certo grupo.

Quanto deves a meu Senhor? Se tiverdes recusado lidar honestamente com Deus, eu vos suplico que penseis em vossa deficiência, e sendo possível, façais a restituição. Caso não seja possível fazê-lo, com humildade e arrependimento orai para que Deus vos perdoe, por amor de Cristo, a grande dívida. Começai agora a agir como cristãos.

Nesta declaração enxergamos mais uma vez o amor de Deus pelo ser humano e sua disposição em perdoar, tanto pecados, quanto dívidas. Quem são os beneficiários dessa promessa? Aqueles que estão arrependidos por terem retido o que pertencia a Deus, mas não possuem condições de demonstrar os frutos desse arrependimento (Mt 3:8; At 26:20), ou seja, realmente não dispõem de recursos para pagar sua dívida com Deus¹⁵⁰. A estes ela orienta que orem e peçam perdão a Deus, demonstrando a Ele este arrependimento, e que a partir desse momento estarão perdoados, mas devem estar cientes de que devem começar a praticar aquilo que outrora negligenciavam.

“O plano de Deus no sistema do dízimo é belo em sua simplicidade e equidade. Todos podem dele lançar mão com fé e ânimo, pois é divino em sua origem. [...]. Todos podem sentir que lhes é possível ter parte em promover a preciosa obra de salvação” (1999b, M.M., p. 245). Belo em sua simplicidade porque basta à pessoa recolher a Deus a décima parte de suas rendas como seu dízimo ao Senhor. E belo em sua equidade porque no terreno do dízimo todos os que ali se encontram são completamente iguais, pois a fidelidade não será medida pelo valor do dízimo, mas pela observância do percentual exigido por Deus. Dessa forma, o dízimo é um instrumento que coloca todo cristão fiel em pé de igualdade, independente de sua classe social, raça ou nível cultural e profissional. “Todos podem sentir que lhes é possível ter parte em promover a preciosa obra da salvação”. Já no campo da oferta

¹⁵⁰ Lembrando que realmente não devem ter condições, afinal, se tiverem, Deus saberá, e portanto, não estaria ocorrendo um verdadeiro arrependimento e conseqüentemente não se alcançaria o perdão.

é diferente, Ellen White afirma que “há, portanto, na oferta do pobre, uma santidade que não se encontra na do rico; pois este dá de sua fartura” (1984, T.S. Vol. 1, p. 367, 379).

Jesus disse: “Mais bem-aventurado é dar que receber” (At 20:35). Por que o ser humano, apesar de tantos séculos de comprovação destas palavras divinas ainda resiste tanto em seguir esse princípio e usufruir das bênçãos que lhe são consequentes?

4.3.1 Conclusão Parcial

Ellen White afirma que as ofertas são o único meio de demonstrar gratidão a Deus e que os recursos que nos são concedidos servem de ferramenta divina para provar o homem se ele está habilitado para receber tesouros celestiais. Os dízimos e ofertas uma vez colocados na Casa de Deus abrirá o caminho para a pregação do evangelho, mas se a maioria não fizer isso os meios não serão suficientes e a chuva serôdia não virá.

Aquele que não seguir o plano divino de doação pode ver seu dinheiro crescer de forma que o domine e por isso para alguns a riqueza não é concedida. Para o fiel há reservada uma benção, mas não para fins egoístas e sim para que possa ajudar ainda mais, e para o infiel há o aviso de que a infidelidade trás trevas para a igreja, que deve se arrepender e pedir perdão pelo pecado não se esquecendo de ressarcir o montante roubado caso seja possível.

5. O dízimo e a oferta no mundo religioso

O problema envolvendo dinheiro e religião remonta de longa data. Já no ano de 1.789, John Wesley expõe um sermão que buscava responder a seguinte questão: “Qual é a razão pela qual os metodistas têm tropeçado no reavivamento?”. A resposta é que “eles não doam”. M. Douglas Meeks (2002, p. 42 – 3) continua informando que:

Por duas gerações, os metodistas haviam seguido a disciplina do “ganhar tudo o que puder” e “guardar tudo o que puder” e “dar tudo o que

puder”. Porém, agora, tornaram-se proprietários e já não podem mais doar. Estas são palavras muito duras que Wesley dirige aos metodistas que não doam: “E ainda nada pode ser mais claro do que isto: todos os que guardam as duas primeiras regras, sem a terceira, serão duas vezes considerados filhos do inferno”.

Talvez estivesse surgindo os primeiros sinais do que aconteceria com o estabelecimento do capitalismo e a revolução industrial. De acordo com Silva (2010, p. 18 – 21, 28), a partir daí, o consumo que antes “levava as pessoas a adquirirem apenas aquilo que lhes fosse necessário para a sobrevivência” passa para a forma de consumismo¹⁵¹, onde “o indivíduo é compelido a gastar tudo o que tem”. Com base nessa nova ênfase as igrejas também são atingidas, e de forma dupla. Ora como um filão de mercado cheio de potenciais consumidores, ora tornando Deus um papai Noel pronto para satisfazer todos os desejos dos fiéis, ou talvez fosse melhor manter, dos consumidores, deixando a situação da seguinte forma: “enquanto alguns entregam seus dízimos, pactos e ofertas como fruto da fidelidade cristã, outros o fazem como “investidores” em um negócio”. Quanto à oferta, ele dá uma acertada orientação ao dizer: “Não dê ofertas como se fossem esmolas ou campanhas de natal”. Aqui ele vai ao âmago da questão, pois parece ser justamente essa a compreensão que se tem atualmente sobre as ofertas, ou seja, “quando sobrar ou quando tiver eu dou”.

O teólogo e filósofo Jacques Ellul em sua obra *O Homem e o Dinheiro* (2008, p. 19, 26 – 7, 52) entende “que o marxismo nos promete uma mudança da vida moral do homem pela mudança de sua condição” e que Marx “atribui a alienação do homem ao dinheiro, como consequência do sistema capitalista”. Acontece “o desaparecimento do ser em favor do ter”. Mas tanto no capitalismo como no socialismo, “o papel do dinheiro não é tão diferente”. Para Ellul, “o único debate entre capitalistas e comunistas é saber a quem pertencerá esta riqueza. Mas ninguém se pergunta se ela é justa; pois aos olhos de todos, o homem que trabalhou é justo”. Essas são realidades completamente diferentes dos princípios bíblicos, que presam pela justiça (Pv 13:11) e coloca como sendo interno, e não externo, o fator de transformação do homem.

¹⁵¹ Martin Kuhn (2012, p. 6, 7) afirma que enquanto a revolução industrial teve importância para o aumento da produção, “a revolução das comunicações de massa e a publicidade” foi que motivou a distribuição dessa produção. “O apelo da urgência” mudou a vida das pessoas, que priorizam o trabalho como forma de obter mais recursos para poderem satisfazer seus desejos de consumo.

O manuseio do dinheiro parece que sempre foi uma questão difícil para o homem, “dinheiro e bens devem ser administrados com sabedoria”, mas apesar disso, como lembra o psicólogo cristão e renomado autor Gary Collins (2004, p. 619 – 31) “os livros sobre aconselhamento¹⁵² quase nunca mencionam a questão do dinheiro” apesar de problemas relacionados à administração dele “gerar tensão, conflitos familiares¹⁵³, brigas, raiva, frustração, ambição desmedida, preocupações, ansiedade e um monte de outros problemas”.

Collins se posiciona contra ao “que muitos crentes apregoam por aí, [...] a ideia de que Deus sempre recompensa a fidelidade e a generosidade do crente com riqueza e abundância”. Dar conforme ordenado por Deus não significa que a pessoa receberá prosperidade financeira, mas o não dar significa que a pessoa “com certeza está procurando problemas financeiros”. Afirmar ainda que “o dinheiro tem um poder de sedução”¹⁵⁴ capaz de provocar afirmações do tipo: tendo mais dinheiro poderei ajudar mais, afirmação esta que segundo Collins “serve como um véu para esconder nosso materialismo” e a pessoa acaba por se tornar um adorador do dinheiro. Apesar disso, quando passa à parte prática do aconselhamento sobre o assunto, o autor trás um modelo de orçamento que acaba por revelar uma compreensão equivocada sobre o requerimento de Deus. Na planilha, acertadamente Collins coloca em primeiro lugar o item do dízimo. Este é o primeiro compromisso financeiro. Mas ele não coloca em segundo lugar, ou melhor, nem sequer menciona a também obrigatória oferta¹⁵⁵.

¹⁵² Aqui o autor se refere a aconselhamento cristão, afinal, livros que tratam do tema do dinheiro e da sua administração de uma perspectiva puramente capitalista existem aos montes, mas suas orientações muitas vezes conflitam com a orientação bíblica. Por exemplo, apesar da boa afirmação de que deve haver ensino sobre dinheiro em casa e na escola, e que o mesmo nunca deve ter as rédeas da vida (2000, p. 22, 52, 21), Robert T. Kiyosaki, que vendeu mais de nove milhões de exemplares do seu livro “Pai Rico, Pai Pobre”, apresenta que o pensamento de que para um [o pobre] “o amor do dinheiro é a raiz de todo mal”, enquanto para o outro [o rico] “a falta de dinheiro é a raiz de todo o mal”. Em seu outro livro, O Guia do Pai Rico, ele faz uma boa observação ao dizer que as emoções devem estar sob controle, caso contrário haverá problemas financeiros, mas reconhece que os motivos que o impulsionam com relação ao dinheiro são gananciosos (2011, p. 191, 41). Clason (2005, p. 44) também adverte quanto aos desejos colocados acima da real necessidade dizendo que “todos os homens têm mais desejos do que seus ganhos podem satisfazer” e por isso devem ser cuidadosos.

¹⁵³ T. Harv Eker (2006, p. 41, 18) afirma que “as estatísticas mostram que a causa mais frequente das separações e divórcios é o dinheiro”. E para mostrar a importância da administração financeira ele cita pesquisas que revelam que a maioria dos ganhadores de prêmios de loteria “acaba voltando ao seu estado financeiro original, isto é, a ter a quantidade de dinheiro com o qual conseguem lidar com mais facilidade”.

¹⁵⁴ Balaão, Geazi, Acã, são exemplos de pessoas que caíram vítimas dessa sedução.

¹⁵⁵ Tratando de administração das finanças domésticas, Tostes (2003, p. 23) coloca acertadamente no campo das saídas o dízimo e a oferta como os dois primeiros itens. Nesse livro ele ainda escreve que, após o pecado e fora do jardim do Éden, o homem precisaria de algo “em substituição à árvore do conhecimento do bem e do mal, para que fossem cumpridos os mesmos objetivos”. O dízimo serviria

5.1 O dízimo e a oferta e os evangélicos

Entre o grupo conhecido como evangélicos há divergências com relação aos dízimos e ofertas. Temos de um lado uma visão moderna e apelativa financeiramente, conhecida como teologia da prosperidade. Kenneth E. Hagin é visto como um dos precursores desse seguimento. Em seu livro *Chaves Bíblicas para a Prosperidade Financeira* (2000) ele menciona algumas pérolas do seu pensamento. Segundo ele, a experiência da prosperidade foi pessoalmente desfrutada (p. 8). Também crê que “miséria é uma maldição, prosperidade é uma benção” (p. 19). Se isso fosse verdade, todas as pessoas que se encontrassem numa difícil situação financeira estariam na verdade sendo amaldiçoados. Hagin conta ainda histórias de pessoas que deram mais do que podiam e com isso resolveram seus problemas financeiros, como a de uma pessoa que deu a Deus seu carro ruim e recebeu Dele um novinho (p. 28, 127). A questão é que o crente deve exercer sua autoridade sobre Satanás e ordenar a ele que desapareça da vida suas finanças (p. 62, 67). Em um momento ele parece mais coerente ao dizer que Deus não retribui somente por causa da devolução de dízimos e ofertas, mas espera que haja fidelidade em tudo. Mas logo em seguida afirma que “em certo sentido, podemos contribuir pensando em receber” (p. 161, 3).

Marcus Gregório (2011) chega a dizer que para ser próspero “o primeiro princípio é dar com expectativa de receber” e arranja um bom motivo para esse sentimento, pois segundo ele, “quando estamos com poucos recursos, a primeira a sofrer é a casa de Deus” (p. 16 – 7). Para ele não adianta a pessoa reclamar das dificuldades, pois “o que resolve é a oferta voluntária” (p. 42). A prosperidade acontece quando se é perseverante na entrega (p. 78) e pobreza ou prosperidade é uma questão de escolha (p. 96). De acordo com Harris (2002, p. 14), Deus “se fez pobre para que pudéssemos ser ricos” materialmente falando. Essa interpretação do verso bíblico (II Co 8:9) não poderia ser pior.

para que o homem reconhecesse sua posição diante de Deus e poderia “demonstrar lealdade e obediência”. Ele continua dizendo que “alguns pensam que Deus instituiu o dízimo para a manutenção do evangelho”, mas “isto não é verdade”. A pregação da palavra não é o objetivo, mas sim a destinação que Deus deu aos recursos angariados (p. 54). E enquanto para o dízimo Deus estabeleceu um percentual, 10%, no caso da oferta a pessoa é quem deve determinar o percentual, desta forma ambos devem ser proporcionais (p. 57) e consequentemente sistemáticos.

De outro lado temos uma visão mais tradicional defendida por alguns autores, como por exemplo, a do reverendo presbiteriano Hernandes Dias Lopes (2009). Ele lembra que “o dinheiro é um bom servo, mas um péssimo patrão”, ou seja, “o problema não é ter dinheiro, mas o dinheiro nos ter”, e cita uma frase do bilionário Rockefeller¹⁵⁶ que disse: “o homem mais pobre que conheço é aquele que só possui dinheiro”. Essas palavras são para introduzir a sua crítica ao consumismo da atualidade (p. 7- 13). Ele também fala sobre a ganância de alguns que usam o dízimo bíblico como forma de extorsão dos fiéis (p. 89) e um erro oposto, cometido por algumas igrejas que é o de não falar “sobre dinheiro com medo de escandalizar as pessoas”, porque a Bíblia não apoia esse conceito. Parece que a forma como o dinheiro tem sido tratado em muitas igrejas é justamente uma artimanha, visando denegrir tanto o princípio do dízimo e da oferta que se torne até mesmo vergonhoso para alguns tratar sobre o tema. Mas se os pastores não falarem sobre isso estarão justamente causando prejuízos às suas ovelhas.

Para Lopes, a “contribuição cristã é um ato de amor, e “os que mais contribuem” são “os que amam mais” (p. 39), e deve ser proporcional (p. 45) e sistemática (p. 52). Com base em alguns textos bíblicos (Pv 11:24, 25; 19:7; 22:9; 28:27; Lc 6:38) entende que o doador pode receber bênçãos espirituais, mas que com certeza receberá bênção materiais¹⁵⁷, pois, “quando você semeia dinheiro, você colhe dinheiro” (p. 55). Essa declaração, se entendida como dinheiro para o sustento, encontra apoio bíblico no Salmo 37:25 que diz: “nunca vi o justo desamparado, nem seus filhos mendigando o pão”, mas muito facilmente pode pender para o lado da teologia da prosperidade. Sobre o dízimo, defende se tratar de um “ato de adoração ao Senhor” (p. 90), mas que os fariseus por o praticarem estavam infringindo aspectos centrais da fé cristã, ou seja, “o coração precisa vir primeiro para Deus, depois o bolso virá” (p. 88), pois o dízimo “não é barganha nem negócio com Deus” (p. 93).

Já quanto à oferta, Lopes (2006, p. 98), ao tratar deste princípio comete um erro muito comum na atualidade, afirmando que “dízimo é dívida, oferta é presente”. É verdade que o dízimo pode ser visto sim como uma dívida a uma ordem divina, que assim como outras, temos liberdade para obedecer ou não (apesar de não termos

¹⁵⁶ Lopes ainda conta uma história envolvendo o bilionário que, após morrer, seu contador foi questionado de quanto ele havia deixado, e a resposta foi: “Ele deixou tudo. Não levou um centavo” (p. 21).

¹⁵⁷ Até pode ser bênçãos materiais, mas isso não significa grande riqueza. Pode ser simplesmente recursos para sua manutenção.

liberdade com relação às consequências da desobediência, como o próprio autor lembra na página 99), mas oferta não é presente. Seguindo a mesma linha de raciocínio com respeito ao dízimo, a oferta também é uma dívida, só que uma dívida de uma espécie diferente. Enquanto no dízimo o valor da dívida tem estipulações mínimas, um percentual de 10%, na oferta a dívida será do percentual que o próprio ofertante estipular.

Outro autor presbiteriano, em seu livro *Dízimos e ofertas* (SOUZA, 2010), faz duras críticas aos métodos utilizados para o levantamento de fundos pela igreja, como os “cofres de bênçãos”¹⁵⁸ (p. 29), “bazares e cantinas” (p. 33), “carnês de pagamento”¹⁵⁹ (p. 39), “lances de ofertas” ou venda de “objetos ditos sagrados” (p. 172 – 3), pois “a arrecadação de dízimos e de ofertas não deve se basear em um trabalho de marketing” (p. 245). Reprova também as alegações de que “podemos exigir de Deus a prosperidade” como se Deus fosse servo¹⁶⁰ do homem (p. 174). É taxativo, e correto, ao dizer que “quem deposita dízimos¹⁶¹ esporadicamente não pode se considerar dizimista”, e que o dízimo “não é um favor que o crente presta a Deus, é um dever”, mas que mesmo ao fiel “Deus não promete transformar crentes pobres em crentes ricos, materialmente”¹⁶² (p. 60-65), e ainda que “o dízimo não pode ser substituído por ofertas” (p. 91). Para ele, o fato de Deus ter dado a lei do dízimo, e como a intenção de Deus é sempre beneficiar o ser humano, fica evidente que ele não deve ser visto como uma obrigação ruim (p. 73).

Samuel Junqueira de Souza ainda continua lembrando que, mesmo após ter dizimado, o restante da renda deve ser gasto conforme a vontade de Deus, conforme Isaías 55:2 (p. 85), algo que não ouvimos muito nas pregações da prosperidade. Ele também defende que pessoas podem receber maldições de Deus devido à infidelidade, mas na sua visão “é evidente” que Deus não destruirá a pessoa por causa disso (p. 91), “o crente não perde a salvação pelo fato de não ser dizimista” (Mas não é isso que temos visto até aqui em nosso estudo), pois, “a salvação não vem pelas obras” (p. 125), agora ele “perde aquela bênção especial prometida em Malaquias

¹⁵⁸ Nesta prática o autor explica que a pessoa realiza “uma espécie de transação comercial” com Deus, que dá uma bênção e recebe uma oferta.

¹⁵⁹ Esta modalidade, segundo o autor, o carnê tem até um canhoto para controle das entregas.

¹⁶⁰ José Gonçalves (2012, p. 129) chama isso de fórmula “da determinação”.

¹⁶¹ Segundo ele, “há referências do dízimo na história da Babilônia, Grécia, Cartago, e outras nações da antiguidade” (p. 69).

¹⁶² Elas podem ser material ou espiritual, ficando isso a cargo de Deus, pois, “nem sempre riqueza é o melhor para o crente” (p. 86 - 7).

3:10". Aqui vemos a compreensão equivocada sobre o papel das obras na vida da pessoa salva. É verdade que não se entra no céu por causa de obras, mas também é verdade que não se entra nele sem elas. E se o autor pensa isso sobre o dízimo, o que diria então da oferta? Ele mesmo responde a essa pergunta dizendo: "as ofertas são opcionais" (p. 249). Essa é a visão evangélica, mas que não reflete a verdade bíblica.

A visão do batista Alfinito Júnior (2008) também é contrária a teologia da prosperidade com sua ênfase nas bênçãos materiais e o mau uso que faz da Bíblia de forma que "impele e constrange as pessoas emocionalmente a dizimar e ofertar, sem ao menos terem disponibilidade financeira para tal", mas que o fazem pensando no retorno que terão. Essa teologia coloca a prosperidade financeira como "o termômetro de uma vida abençoada por Deus" (p. 77 - 8). O autor defende que uma boa situação financeira depende das bênçãos divinas e também de uma vida administrada de acordo a vontade de Deus, conforme provérbios 21:20 (p. 80, 187). Também apoia o princípio do dízimo (p. 129) e da oferta proporcional (p. 135), mas não se aprofunda em nenhum dos dois temas, pois na maior parte do tempo destaca a importância de uma vida planejada.

João Falcão Sobrinho (2010)¹⁶³, outro autor batista, diz que "os dízimos que devolvemos revelam o cuidado de Deus por nós, não o nosso cuidado para com Deus" (p. 26), e isso é evidente, pois se entregamos é porque primeiro recebemos. Mas a questão é que para ele o dízimo cristão não está sujeito à lei dos dez por cento, não é "um percentual", mas sim "uma questão espiritual" (p. 3, 20). O dízimo cristão como ele chama não seria obrigatório como no Antigo Testamento, mas uma contribuição livre e dar um percentual abaixo dos dez por cento somente significa que as bênçãos também serão inferiores (p. 58, 87). Wayne Pohl (2003, p. 56) declara que "as pessoas não vão para o inferno porque doaram 8% em vez de 10%". Um pensamento tipicamente evangélico. Gary Fenton (2003, p. 62) chega a afirmar que o pastor é na verdade um angariador de recursos, o que talvez esteja realmente acontecendo devido à infidelidade.

¹⁶³ Esse autor faz uma observação quanto ao texto de Mateus 6:33 que diz: "buscai, pois, em primeiro lugar, o seu reino e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas". Para Sobrinho "Jesus diz 'estas coisas', as coisas que Ele está falando, como o alimento e o agasalho e não 'todas as coisas' como erradamente muitos entendem" (p. 28).

O pastor da assembleia de Deus José Gonçalves (2012) faz forte oposição à teologia da prosperidade e acredita que ela “produz ateísmo, pois como amar e crer em um deus que dá tanto a alguns, enquanto outros vivem em condições subumanas”, desta forma, “produz um deus que não é Todo-Poderoso” (p. 11), diferente do Soberano que é apresentado nas Escrituras “O Senhor é quem dá pobreza e riqueza; ele humilha e exalta” (I Sm 2:7, NVI), Ele faz prosperar, mas dá força para isso (Dt 8:18)¹⁶⁴, para que a pessoa trabalhe (p. 19, 22). Essa teologia da prosperidade é perversa porque coloca com sendo a posse de bens o que determina a proximidade com Deus, mas se esquece de que Nabal, apesar de não ser do bem, era uma homem próspero (I Sm 25:2 – 6, 25, Sl 73) (p. 9, 10, 20). É uma teologia que incentiva “o consumo e uma vida de acúmulo de bens” enquanto a Bíblia e as palavras do próprio Cristo defendem o oposto (Mt 6:19; I Tm 6:8-10) (p. 70). “Ao pregar que os cristãos não precisam sofrer, adoecer e que podem enriquecer a custa de sua fé” acaba por produzir “crentes materialistas” (p. 129).

Gonçalves ainda lembra que o Novo Testamento, assim como o Antigo “aponta para um ministério integral (At 6:1, 2)¹⁶⁵. Todavia aquilo que aparece como uma exceção no Novo Testamento, isto é, o ministro “fazedor de tendas”, é idealizado por muitos ensinadores como o modelo ideal de ministério” (p. 119). Ele defende a legitimidade atual do dízimo e da oferta (p. 142 – 7), mas por passar a maior parte do livro mostrando a incoerência do apelo equivocado de alguns por dízimos e ofertas, acaba por não tratar muito sobre o assunto no aspecto relacionado com a maneira correta de fazer.

Por fim, tratando da teologia da prosperidade Albert R. Timm (2000, p. 51-55) faz uma afirmação simples, mas extremamente verdadeira, com relação às declarações de que o crente, por meio da entrega de dízimos e ofertas, pode se ver livre de sofrimentos e desfrutar de uma situação financeira privilegiada. Ele afirma que “se tais declarações estão corretas, então tornar-se rico é muito fácil!” Lembra ainda que a situação dos pregadores que militam nessa causa é extremamente cômoda, afinal, caso os doadores não receberem as bênçãos esperadas, a culpa é dos

¹⁶⁴ Falando sobre esse versículo, Lima (1998, p. 43) destaca a primeira parte que diz: “antes te lembrarás do Senhor, teu Deus” como referendando o dízimo e a oferta. Além desse verso, ele usa também Mt 5:17, 18 para mostrar que no Novo Testamento, a lei dos dízimos ainda permaneceu (p. 90). No seu livro Lima defende que contribuir é um privilégio, mas muitos não sabem disso.

¹⁶⁵ Ver I Co 9:1-14. Gonçalves bem coloca que se Paulo “não reconhecesse a prática do dízimo em seus dias como legítima, jamais teria usado” os texto do Antigo Testamento (Lv 6:16, 26; Dt 18:1) “para provar a validade do seu argumento”. (Ver ainda Mt 10:10; Lc 10:7)

mesmos porque “não exerceram a “fé” necessária para obter essa “devolução”!”, e mostra que Jesus, que não tinha “onde reclinar a cabeça” (Mt 8:20, ARA) e os apóstolos que não possuíam “nem ouro nem outro” (At 3:6, ARA) deixa exposto o engano que é a teologia da prosperidade.

5.2 O dízimo e a oferta e os católicos

A igreja católica sofre duras críticas relacionadas à sua administração quantos aos dízimos e ofertas. Gonçalves (2012) escreve que um dos fatores motivadores da reforma aconteceu quando a igreja católica, para construir a basílica de São Pedro, “empreendeu uma campanha para arrecadar fundos. Foi uma barganha com a fé dos devotos”. Eles “eram instruídos a depositar suas ofertas com a promessa de terem em troca a libertação das almas de parentes que se encontravam no purgatório”. Para ele, a história parece estar acontecendo novamente por meio da teologia da prosperidade (p. 153, 154), o que parece ser verdadeiro tanto em seu apelo financeiro quanto em sua promessa extremamente ridícula. Gregório (2011, p. 13) escreve que as tradições católicas antigas davam tanta ênfase na pobreza de Jesus que acabaram por criar uma visão de que o cristão deveria ser pobre aqui na terra enquanto desfrutaria depois o céu. Parece que a ênfase na pobreza como ideal visava simplesmente tirar os recursos dos fiéis.

No livro de “estudos da CNBB¹⁶⁶” número 8, Pastoral do Dízimo (2010), o tema é abordado na perspectiva católica. O livro afirma que “do dízimo mosaico os cristãos estão desobrigados, pois já não estão sob o regime disciplinar da Antiga Lei”, mas ele “deve contribuir para que os que se dedicam ao Evangelho possam viver do Evangelho” (p. 24, 5, 7). Ainda trás uma abordagem histórica (p. 28 – 35), entendendo que numa primeira fase que vai da igreja primitiva ao século V, o dízimo não fazia parte da religião e que aos poucos foi ganhando força. No período seguinte, do século VI até a Revolução Francesa, a igreja passa a enfatizar o dever do dízimo e chega até a “impor a excomunhão a quem se furtasse a pagar”, isso acontece no Concílio de Mâcon, ano 585. Essas mudanças teriam ocorrido por causa “das difíceis condições em que se achava o povo cristão (clero e fiéis) na Europa do séc. VI: invasões

¹⁶⁶ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

bárbaras” e “a queda do Império Romano” trouxeram muitos problemas, “daí a necessidade de que os bispos despertassem mais vividamente os fiéis”.

Cerca de dois séculos após, “o poder civil havia de apoiar” a lei da igreja com Carlos Magno. Foi no ano de 779 que a lei “de Heristall” que ordenava, sob pena de multa, que os cidadãos franceses pagassem “o dízimo à Igreja, ficando o bispo encarregado de o administrar”. Essa atitude do Estado foi seguida em outros lugares da Europa, até que no contexto na Revolução Francesa, com o descontentamento das pessoas, pois “as quantias arrecadadas não eram devidamente aplicadas”, e impulsionadas pelo apelo de filósofos como Voltaire, a Assembleia Francesa extinguiu a “praxe dos dízimos”, atitude que novamente foi seguida pelos países europeus até que em 1.848 ela não mais existia no continente.

Quanto ao Brasil (p. 38, 39), em seu período colonial, havia a prática da coleta do dízimo pelos então unidos, Estado e Igreja. Mas com “o advento da República se deu a separação de Igreja e Estado” o que deixou a igreja sem recursos. Para resolver a questão, grande ênfase foi dada às coletas e à cobrança de taxas pela prestação de serviços religiosos como missas, batismos e casamentos. Só que isso acabou por gerar “em muitos a ideia de uma comercialização das coisas sagradas”.

Neste estudo da CNBB é defendido então o retorno da prática do dízimo, mas que este não deveria se ater ao “seu sentido aritmético (10% dos rendimentos)” nem mesmo “a fixação de uma outra porcentagem qualquer (centésimo ou 1%)”. O motivo desse argumento é intrigante. Segundo o documento católico, “isso importaria uma obrigação aritmeticamente igual a todos, mas realmente diferente a cada um” e colocar o dízimo como um dever é algo constrangedor para a liberdade do cristão (p. 51, 53), ou seja, na visão católica, o sistema de dízimos com um percentual, criado dessa forma justamente para que cada um contribuísse com valores conforme sua capacidade, sistema este criado por Deus, é falho. Então, sugerem três possibilidades de contribuição, para que cada um faça aquela que pensar ser a melhor e mais adequada. São elas: a) “cada qual paga o que deseja”; b) “Uma porcentagem sobre o salário – Por ex. – 1% da renda”; ou c) “um mínimo obrigatório para todos”. Também interessante é a proposta de como esses dízimos deveriam ser recolhidos, que podem ser entregues na igreja ou “um cobrador visita todas as famílias, recebendo 5 a 10% do que se recebe dos dizimistas” (p. 67).

De acordo com o artigo Dízimo, na enciclopédia Wikipédia¹⁶⁷, o Papa Bento XVI “extinguiu o termo “díizimos” do quinto Mandamento da igreja”¹⁶⁸. O artigo lembra que “até pouco tempo, o quinto Mandamento da Igreja Católica era: “Pagar díizimos conforme o costume””, mas isso mudou. O texto do quinto mandamento atualmente no Catecismo Católico (2014, parágrafo 2043)¹⁶⁹ passou dizer que cabe “aos fiéis a obrigação de prover, às necessidades materiais da Igreja consoante as possibilidades de cada um”.

5.3 O díizimo e a oferta e os Adventistas do Sétimo Dia (IASD)

Assim como ocorreu com as demais doutrinas, na igreja adventista a compreensão sobre assunto passou por um processo de desenvolvimento. Uma posição sobre finanças ocorreu de forma lenta. No início os pregadores trabalhavam parte do tempo para adquirir recursos para sobrevivência e noutra parte se dedicava à obra. Houve uma época onde as contribuições tinham crescido (1.854), mas logo depois elas caíram muito (1.857). Isso fez com que um grupo de pessoas lideradas por J. N. Andrews empreendessem ao estudo da Bíblia visando encontrar um princípio para a manutenção do trabalho ministerial. “O resultado foi a benevolência sistemática” que foi amplamente aceita (seria ofertas proporcionais às rendas) e mais tarde por sugestão de Tiago White começou-se a falar em um percentual, 10%.

Então, em 1.876, a Associação Geral formalmente recomendou que se adotasse o critério da décima parte. O díizimo teria uso específico, e “a manutenção da igreja [local] deveria ser financiada por ofertas voluntárias e de ação de graças” (SCHWARZ & GREENLEAF, 2009, p. 171 – 2). Mais tarde, em momentos de grande crise, como o período das guerras mundiais, as entradas da igreja caíram drasticamente. E “para evitar que se reduzisse o número de obreiros”, o concílio de 1.922 apelou aos próprios funcionários da igreja que fizessem “uma oferta equivalente ao salário de uma semana”, com isso surgiu a “Semana de Sacrifício”, um programa

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%ADzimo>>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

¹⁶⁸ Não confundir estes, os cinco mandamentos da igreja, com os dez mandamentos, que também se tornaram os dez mandamentos da igreja católica, visto que ela alterou os dez mandamentos encontrados na Bíblia. Os cinco mandamentos da igreja se encontram no catecismo católico, terceira parte, artigos 2041 a 2043.

¹⁶⁹ Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s1cap3_1949-2051_po.html>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

que se estendeu depois também para os membros. Junto a isso ainda havia o programa de recolta. Desde o seu início até hoje, a igreja tem passado por diversos desenvolvimentos com relação à arrecadação e distribuição dos recursos (p. 402 – 19), mas com uma sólida compreensão da autenticidade dos princípios bíblicos dos dízimos e ofertas e um entendimento mais detalhado sobre os mesmos graças ao escritos de Ellen G. White.

Ela tinha recebido orientações de Deus para que Andrews conduzisse os trabalhos da classe de estudos sobre um plano de manutenção dos trabalhos em prol do evangelho (1.859). No início, o plano da “doação sistemática”, como ficou sendo chamado, “não fez distinção entre dízimos e ofertas, e tudo foi dedicado ao sustento do ministério”. Algum tempo depois (1.861) é que Ellen White vai escrever sobre quais as finalidades que o dinheiro do dízimo deveria atender (DOUGLASS, 2009, p. 220), deixando as demais despesas por conta das ofertas.

Jean-Luc Lezeau (2012, p. 14 – 5) apresenta uma linha histórica das ofertas na Igreja Adventista, sendo: A oferta da Escola Sabatina (1.878); Fundo de Inversão (1.880); Ofertas Natalícias e Ofertas de Gratidão (1.905); Semana da Oferta de Sacrifício (1.911) e Oferta do Décimo Terceiro Sábado (1.912). Mas o foco do seu artigo é usar a história para mostrar que no ano de 1.930, comparado com o relatório de 2.010, as ofertas para as missões eram proporcionalmente maiores. Enquanto em 1.930 a composição das entradas era de 74% de dízimos e 26% de ofertas, em 2.010 é de 96% de dízimos e somente 4% de ofertas. Em sua perspectiva, como adventistas do sétimo dia, nossas preocupações com conforto em nossas igrejas não são semelhantes a dos pioneiros, cujo “objetivo principal era a missão” e “de alguma forma, perdemos o foco da razão de estarmos aqui, a razão de nossa existência”.

O livro de doutrinas da Igreja Adventista, Nisto Cremos (2009, p. 338 - 45) afirma que os adventistas “adotaram o modelo levítico” e acredita que no que diz respeito ao dízimo, ele pertence ao Senhor, e “Ele não apela a nossa gratidão ou generosidade”. Defende que esse princípio ainda vigora, e junto com ele também o das ofertas proporcionais, conforme Lucas 12:48. Como consequências da infidelidade cita o exemplo de Israel e a repreensão de Malaquias e quanto aos benefícios: trás para o ofertante, com o “auxílio na vitória contra a cobiça e o egoísmo”; trás para o próximo, que muitas vezes é o alvo da ajuda; e trás para a igreja, que “terá meios adequados para sustentar o ministério”.

No Tratado de Teologia Adventista, Charles E. Bradford (2011) escreve que na parábola das minas e dos talentos (Lc 19; Mt 25), “os servos que cumpriram suas responsabilidades [...] foram elogiados e recompensados”, mas também podemos ver que “a mordomia tem suas recompensas e punições. O senhor da casa é inflexível” quanto cumprir as exigências (p. 729). Ele ainda explica que, na organização da igreja atual, há um sistema onde a igreja local transfere o dízimo total para a sua associação. Esta transfere a décima parte desse valor recebido para a sua união, que faz a mesma coisa para com a sua divisão, e esta para com a conferência geral. Desta forma, “os membros da igreja, independente do lugar em que vivem, tomam parte da missão da igreja através do dízimo que devolvem à congregação local” (p. 738).

Uma recomendação oportuna é dada pelo atual líder da Igreja Adventista, o pastor Ted Wilson (2011, p. 7). Falando sobre dízimos e ofertas e a fidelidade dos membros da igreja, ele afirma que “educar os membros na mordomia bíblica é uma “questão-chave””. E que momento da vida seria melhor para fazer isso que desde a infância?¹⁷⁰ Em seu artigo, Hugo Quiroga (2013, p. 16) trata sobre a “necessidade de educação financeira para nossos filhos” e fala da mesada como meio para isso. Ela também seria a oportunidade de as crianças serem dizimistas e ofertantes. Com certeza, tal ensino devia ser difundido pelas igrejas, pois o que ocorre hoje na maioria das vezes é um incentivo para que as crianças levem à igreja uma oferta a cada sábado, mas apesar de isso ser positivo, não ensina corretamente o princípio da oferta e não insere a criança no sistema do dízimo.

Diante da grande variedade de atividades econômicas e formas de recebimento dos recursos, a Igreja Adventista (PAROUSIA, 2001, vol. 2, nº 2, p. 75-87 e GROGER & FOLLIS, 2011, p. 131 - 48) com base em estudos bíblicos e nos escritos inspirados de Ellen White redigiu um documento “aprovado pela Comissão Executiva da Associação Geral (1.984)” que busca esclarecer questões práticas quanto ao dízimo. No documento a Igreja reitera o entendimento da necessidade do dízimo e da oferta, trata da questão proporcional e sistemática e que eles são atos de adoração. O material também trás informações definindo sobre renda pessoal afirmando que: renda da pessoa física que serve para calculo é a renda bruta menos somente a contribuição previdenciária, ou seja, outros descontos que vierem a incidir na folha de pagamento não deveriam ser deduzidos, visto que eles proporcionam de alguma

¹⁷⁰ Ellen White, falando sobre dízimos e ofertas, afirma que “cada membro da família, do mais velho ao mais jovem, pode tomar parte nessa obra de beneficência” (2003, L. A., p. 368)

forma benefícios, como é o caso dos impostos. Além disso, a contribuição para a previdência trará renda futura da qual também será dizimada e ofertada. E quanto à renda da pessoa jurídica, o seu lucro líquido torna-se a renda pessoal. No caso do recebimento de valores para cobertura de despesas, o que algumas empresas depositam a seus funcionários, caso elas ocorram integralmente, desses valores não incidirá dízimos, mas caso a despesa não totalize o valor recebido, ou seja, fique a menor, e a empresa não requeira a devolução, tal valor passa a ser renda pessoal e dela a pessoa deve prestar contas a Deus. O documento ainda lembra que membros da igreja que estiverem em desacordo com o princípio bíblico não devem ocupar cargos na igreja¹⁷¹.

Vemos então que o desenvolvimento dessa doutrina na Igreja Adventista ocorreu por meio de muito estudo da Bíblia, mas não só dessa forma. Graças às orientações dadas por Deus por meio do ministério profético de Ellen White, os adventistas possuem uma clara compreensão não somente da obrigatoriedade da fidelidade a Deus nos dízimos e ofertas, como também quanto à correta utilização dos mesmos.

Apesar de tanto o dízimo quanto oferta deverem ser entregues, a Bíblia apresenta uma distinção entre eles quanto ao uso. Em os escritos de Ellen White não podia ser diferente, e ela com base nessa distinção discorre muitas vezes sobre quais seriam as necessidades que poderiam ser atendidas com o dízimo e quais não poderiam. No artigo de Roger W. Coor (2011, p. 100) temos uma série de referências dos escritos de Ellen White onde constam orientações quanto à destinação que não deve ser dada ao dízimo. É uma lista extensa de atividades em que, segundo Ellen White, não poderiam ser usados os recursos do dízimo, tais como: ajudas beneficentes, construções, gastos da igreja local, entre outros. Com isso, o que queremos ressaltar então é a grande necessidade das ofertas, pois todas as atividades que não podem ser financiadas com o dízimo devem ter suas despesas cobertas com os recursos das ofertas.

5.4 Conclusão Parcial

¹⁷¹ Isso serve para mostrar a seriedade do assunto, além de motivar as pessoas à fidelidade. Caso essa restrição não ocorra, a impressão que os membros terão é que o tema não é tão importante assim.

A visão evangélica apresenta divergências no tocante à devolução de dízimos e ofertas. Há os defensores da teologia da prosperidade com ênfase no dar para receber e os mais tradicionais, com uma visão que não reflete também a totalidade do ensino bíblico sobre o tema. Para uns o dízimo é uma obrigação para o cristão, o que é certo, porém ao definir o que seria o dízimo exclui a própria definição da palavra, dez por cento, dando ao doador a liberdade de escolher quanto ofertar. Quanto à oferta afirmam não passar de um presente, e sendo um presente é dado quando se quer ou quando se pode. Satanás é realmente muito astuto, pois ele sabe que não precisa levar a pessoa a errar em muitos pontos, basta induzi-lo a desobediência em apenas um (Tg 2:10).

De um lado tem-se a coerência ao afirmar que: prosperidade financeira requer uma boa administração dos recursos; dízimo é sistemático e fazer esporadicamente é errado; e que os recursos devem ser gastos de acordo a orientação divina. Só que de outro lado se defende que se a pessoa não for dizimista isso não compromete a sua salvação, e com relação à oferta muito menos.

A igreja católica durante a história tratou o dízimo conforme era conveniente, sendo ora obrigatório e ora não. Hoje defende que o dízimo como apresentado no Antigo Testamento não está mais em vigor e chega a afirmar que o sistema era falho. Para ela o fiel devem sim contribuir com a obra de Deus, mas deve fazer conforme a sua possibilidade (e não conforme a sua prosperidade como afirma a Bíblia), ou melhor, conforme desejar. Até mesmo a palavra dízimo que constava em um dos mandamentos da Igreja Católica foi tirada como forma de solidificar ainda mais essa posição atual.

Como em muitos outros pontos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia se distingue de todos os demais. Ela tem um sistema que está baseado no estudo da Bíblia e não nas circunstâncias. Defende que o princípio do modelo do Antigo Testamento de dizimar e ofertar ainda são válidos (apesar de claro, acontecerem de formas diferentes) e devem ocorrer de forma sistemática, e assim como o dízimo a oferta também deve ser proporcional às rendas.

Sobre a negligência nesses assuntos, a IASD entende que para a desobediência haverá consequências e que os membros devem ser instruídos sobre o tema. A igreja ainda tem um sistema organizado de forma que os recursos possam

ser distribuídos mundialmente visando o avanço da obra de Deus, e faz distinção com relação à maneira como devem ser utilizados os dízimos, que é diferente das ofertas.

6. Conclusão Final

Este trabalho se propôs analisar as consequências de negligenciar a prática do dízimo e da oferta na vida daquele que professa uma crença cristã e verificar a importância destes princípios para a salvação do indivíduo. No decorrer do estudo pode-se notar que a fidelidade no dízimo e na oferta trás bênçãos a todos, tanto ao ofertante quanto àquele que é objeto da oferta. As bênçãos podem ser materiais sim, mas não necessariamente materiais, afinal de contas muitas vezes o que mais o ser humano precisa não é de dinheiro. Esses preceitos fazem parte da fidelidade exigida por Deus em Sua aliança, e nesta Ele prometeu bênçãos para a obediência, assim como também maldições para a desobediência.

Se a infidelidade impede receber a benção de Deus, o resultado de uma igreja infiel hoje será o comprometimento dos trabalhos evangelísticos, visto que é Deus quem convence o pecador e não a igreja. Sem falar que em uma igreja fiel haverá muito mais recursos para realização do trabalho. Talvez uma das maiores necessidades hoje seja de evangelismo interno. Há muita preocupação por parte da liderança de igrejas hoje em se alcançar novas pessoas, mas não seria melhor ter um grande e fiel exército para nos ajudar nisso? Ellen White diz que o ensino sobre a mordomia aos membros pesa sobre a liderança, e chega a afirmar que aqueles pastores que não cumprem com esse dever não poderiam ser mantidos no ministério. Por trás dessas palavras duras é possível ouvir um grito de motivação de um Deus que quer ver Seus filhos fazendo a coisa certa.

O estudo também apresentou que devido à importância do tema, ele deveria ser ensinado a cada pessoa, de preferência ainda quando crianças. Há uma crescente onda de consumismo hoje e esta tende levar as pessoas à infidelidade. Hoje acontece nas igrejas um belo trabalho com as crianças e jovens, onde a cada semana todos são incentivados a trazerem ofertas, mas e quanto ao dízimo? Sem falar que até mesmo em relação às ofertas ela pode não estar acontecendo de forma proporcional. Deveria os pais ensinar seus filhos, de cerca de sete anos para cima, usando de uma mesada, para da mesma eles aplicarem o princípio bíblico retirando seu dízimo e sua

oferta. Desta forma estaria sendo aplicado corretamente o princípio da sistematicidade e da proporcionalidade. Na estatística apresentada anteriormente por Lezeau, o percentual das ofertas em relação ao dízimo nas últimas décadas caiu drasticamente e se as crianças e jovem de hoje não forem ensinados da forma correta como estará daqui alguns anos?

O dízimo e a oferta estão em plena vigência e devem acontecer de forma sistemática, e a oferta, assim como o dízimo, também deve ser proporcional, ficando o ofertante livre para estipular seu percentual, e não seu valor. Também à semelhança do dízimo, a oferta **terûmâ** é obrigatória e como tais a sua negligência implica em roubo contra Deus e consequentemente em perda da herança eterna. Muitos não aceitam talvez por não compreenderem o que está envolvido, não entenderem que não se trata de dinheiro e sim de adoração, gratidão e fidelidade, e não se lembrarem de que “nada podemos dar a Deus, exceto nossa lealdade”. Porque “todas as outras coisas na Terra já pertencem a Ele”. (Gibson, 2013, p. 82). Um salmo de ação de graças exprime muito a verdade com uma pergunta retórica: “Que darei ao Senhor por todos os seus benefícios para comigo?” (Sl 116:12).

Aqueles que não acreditam que a pessoa pode perder a vida eterna por causa da não devolução do dízimo e da oferta de forma correta podem se justificar alegando que para entrar no céu não é preciso dinheiro, e estão certos quanto a isso. De fato para entrar no céu não precisa de dinheiro, o que precisa é justamente o contrário, precisa deixá-lo. Pessoas perderão a vida eterna não porque Deus é um credor incompassivo (Mt 18:21-35) e sim porque a pessoa não se utilizou do sistema criado por Ele para combater seu próprio egoísmo.

Os críticos lançam um engano semelhante ao da serpente: “É certo que não morrereis” (Gn 3:4, ARA). O sistema criado por Deus para entrega de parte dos ganhos para a manutenção e o avanço da obra de Deus é um ato de um pai de amor que visa salvar Seus filhos, primeiramente aqueles que ofertam e consequentemente aqueles que são beneficiados por essas ofertas. Roubar a Deus portanto, significa além de prejuízo espiritual próprio, deixar de levar a luz do evangelho a outros. Quem pode achar que Deus não se importaria com isso? Lembremo-nos que Deus é pai deles também.

Para que Deus estabeleceu esse sistema? Na Bíblia temos a resposta de que foi estabelecido para manutenção e avanço da Sua obra. Eles deveriam ser entregues em Sua casa e para Seus representantes. São de Deus e Ele transfere à Sua Igreja.

O levar à Sua Igreja não é porque pertença a ela, mas porque Deus mandou entregar lá. Desta forma quando muitos usam esse recurso, mesmo para fazer o trabalho de Deus, estão dizendo que sabem administrar o dinheiro de Deus melhor do que Ele mesmo, um grande engano é claro.

Outra resposta para questão mencionada acima: porque Deus criou esse sistema? É sua relação ao plano da salvação dentro do grande conflito entre o bem o mal. O plano é um meio estabelecido por Deus para salvar o ofertante (Mt 3:10; Dt 12:11; Nm 18:21; Mt 3:9,10; I Co 6:10; Cl 3:5; Ap 21:8; Ex 20:3; I Tm 6:10)¹⁷². Entregar dízimos e ofertas antes de ser para a salvação de outros é para a própria salvação, o indivíduo é o primeiro beneficiado por causa do combate ao inerente egoísmo humano que esse sistema exerce. Esse mal precisa ser combatido “pois o amor ao dinheiro é raiz de todos os males” até que “algumas pessoas, por cobiçarem o dinheiro, desviaram-se da fé” (I Tm 6:10, NVI).

É também por meio desse sistema que é mostrado de que lado a pessoa se posiciona no grande conflito entre o bem e o mal, pois como disse Jesus: “onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração” (Mt 6:21, ARA).

Qual a importância do dízimo e da oferta para a salvação? A resposta é nenhuma. A obra de salvação é divina e não humana. Mas se perguntássemos qual a importância do dízimo e da oferta para a condenação? Com certeza podemos responder que todas. Ninguém será salvo por suas obras, mas todos serão julgados pelas mesmas, e se culpados, condenados por elas.

¹⁷² Esses são somente alguns dentre muitos versos bíblicos, sem contar a enorme quantidade de textos de Ellen White.

7. Referências Bibliográficas

Alden, Robert L. Malachi. In.: Daniel – Minor Prophets. The Expositor's Bible Commentary. Frank E. Gaebelein (ed. ger.). Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1985. 7v.

Alexander, T. D. Êxodo. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009

Allen, Leslie C. Ezekiel 20-48. In: Word Biblical Commentary 29. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1990.

Baker, Warren: The Complete Word Study Dictionary: Old Testament. Chattanooga, TN: AMG Publishers, 2003. Vocábulo 8461.

Baldwin, J.G. Ageu, Zacarias e Malaquias: introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1982.

Belden, H. A. G. Jejum. In.: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Bible.Hub. Disponível em: <http://biblehub.com/hebrew/koeim_6906.htm>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

Botterweck, G. Johannes (ed). Theological Dictionary of the Old Testament. 1ª ed. Grand Rapids, Michigan/Cambridge, UK: William B. Eerdmans Publishing Company, 2001. 15v.

Bourke, Myles M. Hebreus. In.: Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Bradford, Charles E. Mordomia. In: Tratado de Teologia. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

Bright, John. História de Israel. São Paulo, SP: Paulinas, 1978.

Brown, Colin; Coenen, Lothar (org.). Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento. 2. Ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 2000. 2v.

Bruce, F. F. Ezequiel. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Bruce, F. F. João – Introdução e Comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1987.

Budd, Philip J. Numbers. In.: Word Biblical Commentary 5. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1984

Campanhã, Josué. Administração da Vida: potencializando os recursos do seu dia a dia. São Paulo, SP: Hagnos. 2011.

Candlish, Robert Smith. *Studies in Genesis*. Oak Harbor, WA: Logos Research Systems, Inc., 1997.

Carson, D. A. *O Comentário de Mateus*. São Paulo, SP: Shedd Publicações, 2010.

Carson, D.A; Moo, Douglas J.; Morris, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo, SP: Vida Nova, 1997.

Carson, T.. Números. In: *Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento*. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Catecismo da Igreja Católica – Parágrafo 2043. Vatican.va. Disponível em < http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s1cap3_1949-2051_po.html>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

Cerbazi, Gustavo. *Pais inteligentes enriquecem seus filhos*. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2011.

Champlin, Russell Norman. *Enciclopédia de Bíblia teologia e filosofia*. 9.ed.São Paulo-SP: Hagnos, 2002. 6v.

Champlin, Russell Norman. *O antigo testamento interpretado versículo por versículo*. 2.ed. São Paulo-SP: Hagnos, 2001. 7v.

Champlin, Russell Norman. *O novo testamento interpretado versículo por versículo*. 1. ed. São Paulo-SP: Hagnos, 2002. 6v.

Christensen, Duane L. *Deuteronomy 1-21:9 Revised*. In.: *Word Biblical Commentary* 6A. Nashville, TN: Thomas Nelson, 2001.

Christensen, Duane L. *Deuteronomy 21:10-34:12*. In.: *Word Biblical Commentary* 6B. Nashville, TN: Thomas Nelson, 2002.

Clarke, Adam. The Holy Bible Containing the Old and New Testament with a Commentary and Critical Notes by Adam Clarke. New York, Nashville: Abingdon-Cokerbury press. Dt 14:22

Clason, George S. O homem mais rico da babilônia. Rio de Janeiro-RJ: Ediouro, 2005.

CNBB. Estudos da CNBB nº 8 Pastoral do Dízimo. 10 ed. São Paulo, SP: Paulus, 2010.

Cole, R. Alan. Êxodo - Introdução e Comentário: in Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1980.

Cole, R. Alan. Marcos. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Coleman, Willian. Manual dos tempos e costumes bíblicos. 1.ed. Venda Nova-MG: Betânia, 1991.

Collins, Gary R. Aconselhamento Cristão. Edição Século 21. São Paulo: Vida Nova, 2004.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 1 de Gênesis a Deuteronômio. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 7v.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 2 de Josué a 2 Reis. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012. 7v.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 3 de I Crônicas a Cântico dos Cânticos. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012. 7v.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 4 de Isaías a Malaquias. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2013. 7v.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 5 de Mateus a João. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2013. 7v.

Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia – Vol. 6 de Atos a Efésios. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014. 7v.

Concordância Fiel do Novo Testamento. 1ª ed. São José dos Campos, SP: Editora Fiel, 1997. 2v.

Coor, Roger W. Dízimo: conselhos e prática de Ellen White. In.: Santo ao Senhor – estudos escolhidos sobre dízimo. 1 ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2011.

Cousins, Peter E. Deuteronômio. In: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo Testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Deutsch, Richard R. Malachi. In.: Joel & Malachi – A Promise of Hope, A Call to Obedience. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1987.

Dicionário Significados.com.br. Disponível em:
<<http://www.significados.com.br/vassalo/>>. Acesso em: 30 Jul. 2013.

Dillard, Raymond B. 2 Chronicles. In.: Word Biblical Commentary 15. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1987.

Dockery, David S. (ed.). Manual Bíblico Vida Nova. São Paulo, SP: Edições Vida Nova, 2001.

Douglass, Herbert E. Mensageira do Senhor – O ministério profético de Ellen G. White. 3ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira 2009.

Durham, John I. Exodus. In.: Word Biblical Commentary 3. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1987.

Eker, T. Harv. Os segredos da mente milionária. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

Elliger, K.; Rudolph, W. (eds.). Bíblia Hebraica Stuttgartensia. 5ª ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

Ellisen, Stanley A. Conheça melhor o Antigo Testamento – Um guia com esboços e gráficos explicativos dos primeiros 39 livros da Bíblia. São Paulo, SP: Editora Vida, 2007.

Ellison, H. L. Fariseus. In.: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Ellison, H. L. Mateus. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Ellul, Jacques. O Homem e o Dinheiro: aprenda a lidar com a origem de todos os males. Brasília, DF: Palavra, 2008.

Even-Shoshan, Abraham (ed.) A New Concordance of the Bible. Jerusalém, Israel: Kiryat Sefer Publishing House Ltd, 1990.

Fenton, Gary. A Igreja Próspera – o pastor e os recursos do reino. Donald E. Price (org.). 1 ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 2003.

Flynn, Leslie B. Your God and Your Gold. Williamsport, PA: Hearthstone, 1961.

Fortin, Denis. Ellen G. White como uma profetiza: conceitos de revelação e inspiração. In.: Espírito de Profecia – orientações para a igreja remanescente. Renato Stencel (org.). Engenheiro Coelho, SP: Unaspress – Imprensa Universitária Adventista, 2012.

France, R. T. Mateus. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Francisco, Edson de Faria. Antigo Testamento Interlinear Hebraico-Português – Volume 1 – Pentateuco. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

Freeman, Hobart E. Festividades. In: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Friberg, Barbara; Friberg Timothy (eds). O Novo Testamento Grego Analítico. São Paulo, SP: Vida Nova, 1987.

Gardner, Paul (ed.). Quem é quem na Bíblia Sagrada. 1.ed. São Paulo, SP: Vida, 2005.

Gasque, W. Ward. Malaquias. . In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Gibson, L. James. Origens - Lição da Escola Sabatina Adultos Professor. 1º trimestre de 2013. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2013.

Gill, John. Exposition of the Whole Bible. Numbers. StudyLight.org. Disponível em: <<http://www.studylight.org/com/geb/view.cgi?bk=3&ch=18>>. Acesso em: 18 Mai. 2013.

Gordon, Robert P. Levítico. in: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Gower, Ralph. Usos e costumes dos tempos bíblicos.1.ed. Rio de Janeiro-RJ: CPAD, 2002.

Gregório, Marcus. Dando à oferta o seu devido valor – Esboços de sermões para o momento do ofertório. Rio de Janeiro, RJ: Editora Central Gospel Ltda., 2011.

Groger, Renato; Follis, Rodrigo. Santo ao Senhor – estudos escolhidos sobre o dízimo. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2011.

Gusso, Antônio Renato. Gramática Instrumental do Hebraico. 2ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 2008.

Guthrie, Donald. Hebreus: introdução e comentário. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1984.

Hagin, Kenneth E. Chaves Bíblicas para a Prosperidade Financeira. Rio de Janeiro, RJ: Graça, 2000.

Hagner, Donald A. Matthew 14-28. In.: Word Biblical Commentary 33B. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1995.

Halley, Henry Hampton. Manual Bíblico de Halley: Nova Versão Internacional. São Paulo, SP: Editora Vida, 2002.

Harrington, Daniel J. O Evangelho Segundo Marcos. In.: Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Harris, David. O plano de Deus para a sua prosperidade – o plano e o propósitos divinos para a riqueza em sua vida. Rio de Janeiro, RJ: Graça, 2002.

Harris, R. Laird (org.). Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1998.

Harrison, R. K. Tempos do Antigo Testamento: Um Contexto Social, Político e Cultural. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010.

Harrison, R.K. Levítico: introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1983.

Harrop, J. H. Publicano. In.: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Hartley, John E. Leviticus. In.: Word Biblical Commentary 4. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1992.

Hawthorne, Geraldo E. Hebreus. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Hendriksen, Willian. Comentário do Novo Testamento - Lucas - volume 2. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2003. 2v

Hendriksen, Willian. New Testament commentary: exposition of the gospel according to Matthew. Grand Rapids: Baker, 1982.

Hiebert, D. Edmond. Publicano. In.: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Holbrook, Frank B. Finanças Evangélicas: trabalhando em harmonia. In.: Santo ao Senhor – estudos escolhidos sobre dízimo. 1 ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2011.

House, Paul R. Teologia do Antigo Testamento. São Paulo, SP: Editora Vida, 2005.
Hovestol, Tom. A neurose da religião: o desastre do extremismo religioso. São Paulo, SP: Hagnos, 2009.

Howard, J. Keir. 1 e 2 Crônicas. In: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo Testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Howard, J. Keir. Amós. In: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Gonçalves, José. A prosperidade à luz da Bíblia. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2012.

Hubbard, David Allan. Joel e Amós – Introdução e comentário. 1 ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1985.

Hugenberger, Gordon P. Malaquias. . In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

IASD. Manual da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 21ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

IASD. Nisto cremos – As 28 Crenças Fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia. 8ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

Jeremias, Joachim. Jerusalém no tempo de Jesus – Pesquisa de história econômico-social no período neotestamentário. 1.ed. São Paulo-SP: Paulus, 2010.

Josefo, Flavio. História dos Hebreus: De Abraão à queda de Jerusalém. 16 ed. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2009.

Junior, Helio Alfinito. Abençoados para Abençoar – propósito da graça do Pai. Brasília, DF: Palavra, 2008.

Karris, Robert J. O Evangelho Segundo Lucas. In.: Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Keener, Craig S. Comentário bíblico atos. 1.ed. Belo Horizonte-MG: Editora Atos, 2004.

Kelley, Page H. Hebraico Bíblico: uma gramática introdutória. 7ª ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1998.

Kidner, Derek. Esdras e Neemias – Introdução e Comentário: in Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1985.

Kidner, Derek. Gênesis – Introdução e Comentário: in Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1979.

Killen, R. Allan. Sacrifícios. In: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Kirst, Nelson et al. Dicionário Hebraico-Português e Aramaico-Português. 23ª ed. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Kiyosaki, Robert T. Pai rico pai pobre – O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 60.ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2000.

Kiyosaki, Robert T. O Guia do Pai rico: O poder da educação financeira – lições sobre dinheiro que não se aprendem na escola. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2011.

Klein, Ralph W. Israel no Exílio: uma interpretação teológica. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2012.

Kruse, Colin. 2 coríntios – Introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1994.

Kuhn, Martin. A lógica do consumo. In: Revista Adventista de dezembro de 2012. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012, pag. 6, 7.

Lane, William L. Hebrews 1-8. In.: Word Biblical Commentary 47A. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1991.

Lasor, William Sanford. Introdução ao Antigo Testamento / William S. Lasor, David A. Hubbard, Frederic W. Bush. São Paulo, SP: Vida Nova, 1999.

Laubach, Fritz. Carta aos Hebreus: comentário esperança. Curitiba, PR: Editora Evangélica Esperança, 2000.

Lezeau, Jean-Luc. Um senso de missão sempre presente. In: Adventist World, Janeiro de 2012. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012, pag. 14 – 5.

Lima, Paulo Cesar. Dizimista, Eu?! – Muitas gente não sabe, mas contribuir é um privilégio. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1998.

Lopes, Hernandes Dias. Malaquias – A igreja no tribunal de Deus. São Paulo, SP: Hagnos, 2006.

Lopes, Hernandes Dias. Dinheiro a prosperidade que vem de Deus. 1.ed. São Paulo-SP: Hagnos, 2009.

Luck, G. Coleman. Primícias. In: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Macdonald, Willian. Comentário bíblico popular versículo por versículo Antigo Testamento. 1.ed. São Paulo-SP: Mundo Cristão, 2010.

Macdonald, Willian. Comentário bíblico popular versículo por versículo Novo Testamento. 1.ed. São Paulo-SP: Mundo Cristão, 2008.

Manual bíblico SBB. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

Mare, W. Harold. Pesos, medidas e moedas. In.: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Marsh, Paul W. 1 Coríntios. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Marshall, I. Howard. Lucas. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Martens, Elmer A. God's design: a focus on Old Testment theology. Grand Rapids, Mich.: Baker, 1981.

Mays, J. L. Amos: A Commentary. OTI. Londres, 1969.

Meeks, M. Douglas. Economia Global & Economia de Deus. São Bernardo Do Campo, SP: Editeo, 2002.

Mettinger, Tryggve N. D. O Significado e a Mensagem dos Nomes de Deus na Bíblia. Santo André, SP: Editora Academia Cristã Ltda., 2008.

Michaels, J. Ramsey. Fariseus. In.: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Moon, Jerry. O papel de Ellen G. White no desenvolvimento das doutrinas da IASD. In: Espírito de Profecia – orientações para a igreja remanescente. Renato Stencel (org.). Engenheiro Coelho, SP: Unaspress – Imprensa Universitária Adventista, 2012.

Moore, Thomas V. A commentary on Haggai and Malachi (sem editora, local e ano de publicação).

Morris, Leon L. Lucas: introdução e comentário. Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1983.

Morris, Leon. 1 Coríntios – Introdução e comentário. Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1981.

Morris, Leon. Teologia do Novo Testamento. São Paulo, SP: Vida Nova, 2003.

Motyer, J. A. Amos. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Mulholland, Dewey M. Marcos – Introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1999.

Murphy-O'Connor, Jerome. Primeira Carta aos Coríntios. In.: Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Naylor, Peter John. Números. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Silva, Demóstenes Neves. Dízimos e ofertas – uma abordagem bíblica e nos livros de Ellen White. 1 ed. Guarulhos, SP: Parma, 2008.

Silva, Demóstenes Neves. Teologia das Ofertas – orientações bíblicas e práticas para a igreja. 1 ed. Cachoeira, BA: Clínica dos Livros, 2011.

Nolland, John. Luke 9:21-18:34. In.: Word Biblical Commentary 35B. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1993.

Novo Testamento Interlinear Grego-Português. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

Omanson, Roger L. Variantes Textuais do Novo Testamento. Análise e avaliação do aparato crítico de “O Novo Testamento Grego”. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

Ortiz, Dionisio. Genesis. In: Comentário Bíblico Mundo Hispano. Carro, Daniel; Poe, José Tomás; Zorzoli, Rubén O. 1. ed. El Paso, TX : Editorial Mundo Hispano, 1993.

Skarsaune, Oskar. À sombra do templo – As influências do judaísmo no cristianismo primitivo. São Paulo, SP: Editora Vida, 2004.

Owens, John Joseph: Analytical Key to the Old Testament. Grand Rapids, Mich.: Baker Book House, 1989.

Paroschi, Wilson. Novo testamento II. 1º semestre de 2014. 20 f. Notas de aula.

Parousia. Princípios e Diretrizes sobre o Dízimo - Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2001, 2º Semestre, Vol. 2, nº 2, p. 75-87.

Payne, David F. Gênesis Capítulos 12-50 in: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Pelikan, Jaroslav Jan (ed.) Luther's Works, Vol. 2: Lectures on Genesis: Chapters 6-14. Saint Louis : Concordia Publishing House, 1999.

Peterson, David. Hebreus. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Pinheiro, Jorge. História e Religião de Israel – Origens e Crise do Pensamento Judaico. São Paulo, SP: Editora Vida, 2007.

Pohl, Wayne. A Igreja Próspera – o pastor e os recursos do reino. Donald E. Price (org.). 1 ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 2003.

Porter, Laurence E. Lucas. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Price, Randall. Arqueologia Bíblica. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010.

Quiroga, Hugo. Saúde Financeira. In.: Revista Comunhão e Ação – Janeiro a Março de 2013. Revista impressa pela Associação Paulista Central – Campinas, SP. 2013, pag. 16.

Reicke, Bo. História do Tempo do Novo Testamento – O mundo bíblico de 500 a.C. até 100 d.C.. Santo André, SP: Academia Cristã; Paulus, 2012.

Reis, Emilson dos. Introdução Geral à Bíblia – como a Bíblia foi escrita e chegou até nós. Artur Nogueira, SP: Gráfica Nogueirense

Rengstorf, K. H. Corbã. In.: Dicionário Bíblico Wycliffe. Pfeiffer, Charles F. (ed.). 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2007.

Rice, George E. Dons Espirituais. In.: Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia. 1ª ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

Richards, Lawrence O. Comentário Histórico-Cultural do Novo Testamento. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2012.

Rodor, Amin. O incomparável Jesus Cristo. 1.ed. Engenheiro Coelho-SP: Unaspress – Imprensa Universitária Adventista, 2011.

Rodriguez, Angel Manuel. O dízimo nos escritos de Ellen White. In: Santo ao Senhor – estudos escolhidos sobre dízimo. 1 ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2011.

Rops, Henri Daniel. A vida diária nos tempos de Jesus.3.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 2008.

Rusconi, Carlo. Dicionário do Grego do Novo Testamento. [tradução Irineu Rabuske]. 4ª ed. São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Ryrie, Charles Caldwell. Notas in: A Bíblia Anotada : edição expandida / Charles C. Ryrie – Ed. rev. e expandida. São Paulo, SP: Mundo Cristão; Barueri , SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

Ryrie, Charles Caldwell. Notas in: A Bíblia Anotada – The Ryrie Study Bible. 1 ed. São Paulo, SP: Mundo Cristão, 1994.

SBB. Histórias de dinheiro na Bíblia.1.ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2008.

Schultz, Samuel J. A História de Israel no Antigo Testamento. São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Schwantes, S. J. Hebreus – Cristo Nosso Sumo Sacerdote. Engenheiro Coelho, SP: Gráfica Alfa, 2003.

Schwarz, Richard W.; Greenleaf, Floyd. Portadores de luz. 1.ed. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2009.

Sellin, Ernest. Introdução ao Antigo Testamento / E. Sellin; G. Fohrer. São Paulo, SP: Editora Academia Cristã/Paulus, 2012.

Selman, Martin J. 1 e 2 Crônicas. In: Série Cultura Bíblica. 1ª ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Septuaginta. Gráfica da Bíblia. Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 2011.

Short, Stephen S. Esdras e Neemias. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo Testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Short, Stephen S. Marcos. In.: Comentário Bíblico NVI – Antigo e Novo Testamento. F.F.Bruce (ed). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Sicre, José Luiz. Com os Pobres da Terra – A Justiça Social nos Profetas de Israel. Santo André, SP: Academia Cristã, 2011.

Silva, Rodrigo. Consumidor Espiritual: como fugir da passividade na vida cristã. In: O universitário cristão na sociedade de consumo. Allan Novaes e Martin Kuhn (orgs.). Engenheiro Coelho, SP: Unaspress – Imprensa Universitária Adventista, 2010.

Smith, Ralph L. Micah-Malachi. In.: Word Biblical Commentary 32. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1984.

Sobrinho, João Falcão. Princípios Bíblicos do Dízimo Cristão – um novo enfoque para uma prática antiga. Curitiba, PR: A. D, Santos Editora, 2010.

Souza, Samuel Junqueira de. Dízimos e Ofertas – um panorama bíblico. 1 ed. São Paulo, SP: Cultura Cristã, 2010.

Stern, David H. Comentário judaico do Novo Testamento. 1.ed. Belo Horizonte-MG: Editora Atos, 2007.

Stuart, Douglas. Hosea-Jonah. In.: Word Biblical Commentary 31. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1987.

Swanson, James: Dictionary of Biblical Languages With Semantic Domains: Hebrew (Old Testament). electronic ed. OakHarbor: Logos Research Systems, Inc., 1997.

Tasker, R.V.G. Mateus - introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1980.

Taylor, J. B. Ano Sabático. In: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Taylor, John B. Ezequiel: introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1ed. São Paulo, SP: Vida Nova, 1985.

Tenney, Merrill C. Tempos do Novo Testamento – Entendendo o mundo do Primeiro Século. Rio de Janeiro, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010.

The Seventh-day Adventist Bible Commentary. Francis D. Nichol (ed.). Washigton, D.C.: Review and Herald Publishung Association, 1980. 7v.

Thompson, J.A. Deuteronômio: introdução e comentário. In.: Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1982.

Timm, Alberto R. Teologia da Prosperidade: Breve Análise Crítica. In: Parousia 1º semestre 2000, Vol. 1, Nº 1, pag. 51-58. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2000.

Tolbert, Malcolm O. Lucas. Comentário Bíblico Broadman: Novo Testamento. Clifton J. Allen (ed. ger.). 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), 1987, 12v.

Vaux, Roland de. Instituições de Israel no antigo testamento. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 2004.

Veloso, Mário. Mateus: comentário bíblico homilético. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

Viviano, Benedict T. O Evangelho Segundo Mateus. In.: Novo Comentário Bíblico São Jerônimo – Novo Testamento e artigos sistemáticos. Santo André, SP: Academia Cristã; São Paulo, SP: Paulus, 2011.

Walton, John H. Comentário Bíblico Atos: Antigo Testamento. Belo Horizonte, MG: Editora Atos, 2003.

Weathon, D. H. Pesos e Medidas. In.: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Wenham, Gordon J. Gênesis. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Wenham, Gordon J. Genesis 1-15. In.: Word Biblical Commentary 1. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1987.

Wenhan, Gordon J. Números: introdução e comentário. Série Cultura Bíblica. 1.ed. São Paulo-SP: Vida Nova, 1985.

Wikipédia Enciclopédia. Dízimo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%ADzimo>>. Acesso em: 12 Jun. 2014.

White, Ellen G. Testemunhos para a Igreja 5. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

White, Ellen G. Mensagens Escolhidas 1. 2.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.

White, Ellen G. O Grande Conflito. 36.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

White, Ellen G. O Desejado de Todas as Nações. 22.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009b.

White, Ellen G. O Lar Adventista. 13 ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

White, Ellen G. Conselhos para a Igreja. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

White, Ellen G. Patriarcas e Profetas. 15.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1997.

White, Ellen G. Conselhos sobre Mordomia. 5.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009c.

White, Ellen G. Medicina e Salvação. 3.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009f.

White, Ellen G. Testemunhos para a Igreja 3. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009e.

White, Ellen G. Testemunhos para a Igreja 4. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009d.

White, Ellen G. Testemunhos Seletos 1. 5.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1984.

White, Ellen G. Mensagens Escolhidas 2. 4.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

White, Ellen G. Educação. 9.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

White, Ellen G. Mensagem aos Jovens. 13.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009g.

White, Ellen G. Testemunhos para a Igreja 6. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009h.

White, Ellen G. Profetas e Reis. 8.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

White, Ellen G. Parábolas de Jesus. 15.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009i.

White, Ellen G. Atos dos Apóstolos. 9.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007b.

White, Ellen G. Igreja Remanescente. 8.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

White, Ellen G. Testemunhos para Ministros. 4.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008b.

White, Ellen G. Testemunhos Seletos 3. 5.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985b.

White, Ellen G. Obreiros Evangélicos. 5.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009l.

White, Ellen G. Conselhos sobre Escola Sabatina. 7.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009j.

White, Ellen G. Testemunhos para a Igreja 1. 2.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009k.

White, Ellen G. Refletindo a Cristo – MM 1986. CD ROM Obras de Ellen G. White. Versão 2.0. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

White, Ellen G. Este dia com Deus – MM 1980c. CD ROM Obras de Ellen G. White. Versão 2.0. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

White, Ellen G. E Recebereis Poder – MM 1999b. CD ROM Obras de Ellen G. White. Versão 2.0. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

White, Ellen G. O Maior Discurso de Cristo. 14.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.

White, Ellen G. Fé e Obras. 3.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1996.

White, Ellen G. Testemunhos Seletos 2. 5.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985c.

White, Ellen G. Beneficência Social. 4.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2009m.

White, Ellen G. Perto do Céu – MM 2013. 1.ed. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2013.

Wiersbe, Warren W. Comentário bíblico expositivo.1.ed. Santo André-SP: Geográfica Editora, 2006. 6v.

Wilcock, Michael J. 1 e 2 Crônicas. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Williamson, H. G. M. Esdras e Neemias. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Wilson, Ted. Em meio às turbulências da economia mundial, adventistas continuam dando fielmente. In.: Adventist World. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2011, pag. 7.

Winter, Bruce. 1 Coríntios. In.: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Wiseman, D. J. Pesos e Medidas. In.: O Novo Dicionário da Bíblia. J. D. Douglas (org.). 3ª ed. rev. São Paulo, SP: Vida Nova, 2006.

Wolff, Hans Walter. Antropologia do Antigo Testamento. 1.ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Editora Hagnos, 2007.

Wright, Christopher J. W. Levítico. In: Comentário Bíblico Vida Nova. D. A. Carson (ed.). São Paulo, SP: Vida Nova, 2009.

Zukowski, Jean. Panorama Religioso Brasileiro. 1º semestre de 2014. 2 f. Notas de aula.